

Juventude(s) do local ao nacional –
que intervenção?

Maria Manuel Vieira
Vítor Sérgio Ferreira
(coords.)

Título: Juventude(s) do local ao nacional – que intervenção?

Coordenadores: Maria Manuel Vieira | Vítor Sérgio Ferreira

Edição: Edições Afrontamento | Rua de Costa Cabral, 859 | 4200-225 Porto
www.edicoesafrontamento.pt | comercial@edicoesafrontamento.pt

ISBN: 978-972-36-1769-6

Depósito Legal: 459518/19

Impressão e acabamento: Companhia das Artes / Rainho & Neves, Lda.

Agosto de 2019

Prefácio

O presente estudo centra-se no fundamental papel dos Municípios portugueses na promoção de políticas de juventude, enquanto parceiros essenciais, que procurei valorizar constantemente ao longo do exercício destas funções.

Neste sentido, o contributo da Academia, através de estudos desta natureza, é de grande importância para o desenvolvimento de mais e melhores políticas de Juventude, com e para os jovens, o qual se traduz em informação e dados atualizados, que permitem uma adequação mais próxima e mais realista das necessidades, potencialidade e desafios locais.

As boas-práticas e o pioneirismo de muitos Municípios inspiraram-nos, por exemplo, quando desenhámos o primeiro Orçamento Participativo Jovem de escala nacional em todo o Mundo, o qual foi naturalmente beber à experiência de dezenas de Municípios portugueses que apostam em medidas de aproximação entre os cidadãos jovens e as instituições e as dinâmicas do serviço público.

Por considerarmos basilar que seja potenciada a energia transformadora dos jovens, entre muitas outras medidas, esforçámo-nos continuamente por potenciar os programas de voluntariado juvenil e, a título de exemplo, foi com grande agrado, que a grande parte das entidades promotoras do Programa Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas, lançado em 2018, foram as autarquias locais.

Por outro lado, o associativismo jovem, fundamental para a participação e representação da Juventude, tem nas autarquias locais um dos seus principais pilares de apoio, constituindo as associações de jovens parceiros essenciais para as autarquias, enquanto espaços de cidadania que se constituem como ferramentas para a dinâmica dessas comunidades e como plataformas para a capacitação e desenvolvimento de competências, contribuindo ainda para a ligação intergeracional e para o próprio enraizamento dos jovens nas suas comunidades.

Este estudo colhe grande representatividade, já que 251 Municípios responderam ao desafio lançado, destacando-se como áreas prioritárias de intervenção na área da juventude sinalizadas pelos Municípios, entre outras, o Emprego e o Empreendedorismo, a Educação e Formação, a Participação cívica e Cidadania, ou mesmo a Saúde e a Habitação. Curiosamente – ou talvez não – estas áreas acabam por coincidir também com aquelas que resultaram do processo de auscultação à juventude que realizámos para a definição dos domínios-chave do Plano Nacional para a Juventude, que foram fixados pelos jovens.

Os Municípios são agentes fundamentais no sector da Juventude em Portugal, sendo também essenciais para a construção da Europa, e para a definição do futuro global, pelo que saúdo reconhecidamente todos os autarcas portugueses, particularmente os que dedicam, juntamente com técnicos e juventude e voluntários, os seus esforços a conceber e implementar políticas com e para os jovens.

Lisboa, julho de 2019.

João Paulo Rebelo

Agradecimentos

A presente obra dá a conhecer os resultados do Estudo “Juventude(s): do Local ao Nacional – que intervenção?” constante do Protocolo de Cooperação estabelecido entre o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ) e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa em 20 de Novembro de 2017, e que teve por objeto o apoio à realização de um estudo visando o levantamento exaustivo e integral, para a totalidade dos municípios portugueses, de elementos referentes às políticas municipais de Juventude.

A pesquisa acima referida, realizada no Observatório Permanente da Juventude do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa entre novembro de 2017 e maio de 2018, teve por base um inquérito por questionário online aos 308 municípios portugueses, a fim de identificar a intervenção dos municípios portugueses na área da Juventude, nomeadamente no que se refere a estruturas e metodologias de intervenção. Como complemento adicional, o estudo envolveu ainda uma pesquisa documental online no site de cada município, bem como a análise de documentos estruturantes na área da juventude disponibilizados pelas autarquias.

Importa desde já sublinhar a expressiva adesão da grande maioria de autarquias a este estudo, o que é significativo do interesse que o tema das políticas municipais de juventude suscita junto do poder local. Sem elas, e sem a sua empenhada colaboração, esta pesquisa não teria sido possível. É, pois, com enorme reconhecimento que os autores agradecem a todas as autarquias contactadas a disponibilidade demonstrada na participação neste estudo.

Ao Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ) são devidas, ainda, palavras finais de agradecimento pelo desafio lançado e pelo apoio concedido à realização deste estudo, bem como à sua publicação.

É nossa convicção de que esta obra contribuirá para a construção de uma aproximação rigorosa à complexa realidade municipal portuguesa no domínio da juventude.

Maria Manuel Vieira
Vítor Sérgio Ferreira
Coordenadores do estudo
OPJ – ICS-ULisboa

Índice

Os autores	17
Capítulo 1. A ciência, a(s) política(s) e o estudo: notas introdutórias.....	19
<i>Vítor Sérgio Ferreira, Maria Manuel Vieira e Tatiana Ferreira</i>	
1.1. A ciência e a política.....	19
1.2. A Juventude e as políticas.....	21
1.3. A metodologia e a recolha de dados	27
1.4. Municípios, respondentes e população jovem – uma breve caracterização.....	34
Capítulo 2. Estrutura de intervenção municipal na área da juventude.....	41
<i>Tatiana Ferreira</i>	
2.1. Estrutura e tipologia	41
2.2. Recursos Humanos.....	55
2.3. Recursos financeiros.....	59
2.4. Síntese conclusiva	63
Capítulo 3. Formas de intervenção municipal na área da juventude.....	67
<i>Luena Marinho</i>	
3.1. Plano Estratégico para a área da juventude – Plano Municipal de Juventude ..	68
3.2. Formas de auscultação dos jovens.....	74
3.3. Apoio ao Associativismo.....	83
3.4. Canais de comunicação, infraestruturas e serviços para jovens	90
3.5. Síntese conclusiva	93
Capítulo 4. Problemas, prioridades e propostas municipais na área da juventude.....	97
<i>Luís Gouveia</i>	
4.1. Problemas	98
4.2. Áreas prioritárias de intervenção	110
4.2.1. Justificações autárquicas para as áreas prioritárias.....	132

4.3. Propostas de intervenção (2018-2021).....	145
4.4. Síntese conclusiva.....	162
Bibliografia	171
Anexos	181
Anexo 1. Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude.....	183
Anexo 2. Mapas de distribuição geográfica.....	221

Índice de gráficos/mapas/figuras

Capítulo 1

Tabela 1.1. Datas de envio dos lembretes de preenchimento do questionário.....	29
Gráfico 1.1. Convites enviados (%) N=782.....	32
Gráfico 1.2. Questionários preenchidos (%) N=355.....	33
Gráfico 1.3. Questionários preenchidos por município (%) N=308	34
Mapa 1.1. Taxa de respostas por NUTS III	35
Gráfico 1.4. Cargo que o inquirido desempenha no município (%)......	36
Gráfico 1.5. Unidade orgânica em que trabalha o inquirido (%)......	36
Mapa 1.2. Taxa de crescimento da população jovem 2001-2016 (%)......	38
Mapa 1.3. População jovem 15-29 por NUTS III, 2016 (N)	39
Figura 1.1. Municípios com mais população jovem (15-29 anos).....	39
Figura 1.2. Municípios com menos população jovem	40

Capítulo 2

Gráfico 2.1. Existência de uma estrutura orgânica dedicada à juventude (%)	42
Mapa 2.1. Proporção de municípios com unidade orgânica dedicada exclusivamente à área da juventude, por NUTS III (%)......	43
Mapa 2.2. Proporção de municípios sem unidade orgânica dedicada exclusivamente à área da juventude, por NUTS III (%)......	44
Gráfico 2.2. Existência de uma estrutura orgânica dedicada à juventude, por população jovem em 2016 (Nº)	46
Figura 2.1. Tipologia das unidades orgânicas municipais.....	47
Gráfico 2.3. Designação da unidade orgânica dedicada à juventude (%).....	48
Gráfico 2.4. Área da unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude (resposta múltipla) (%)	49
Gráfico 2.5. Área da unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude, por NUTS III (resposta múltipla) (%)	51
Gráfico 2.6. Missão e atribuições da(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude, por função (%)	52

Tabela 2.1. Missão e as atribuições dessa(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude.....	53
Gráfico 2.7. Recursos humanos afetos à(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude (%).....	56
Gráfico 2.8. Recursos humanos dedicados especificamente à(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude (%)	57
Gráfico 2.9. Área de formação dos recursos humanos com formação específica na área da juventude (%)......	58
Gráfico 2.10. Área de formação dos recursos humanos com formação específica na área da juventude, por tipologia de unidade orgânica (%)	59
Gráfico 2.11. Existência de um orçamento específico para a área da juventude por unidade orgânica (%).....	60
Mapa 2.3. Distribuição orçamental por NUTS III (%).....	62
Gráfico 2.12. Percentagem do orçamento do município foi especificamente dedicado à intervenção na área da Juventude (%)	63

Capítulo 3

Mapa 3.1. Proporção de municípios com PMJ, por NUTS III (%)	71
Gráfico 3.1. Justificações para a inexistência de um Plano Municipal de Juventude (%).	72
Gráfico 3.2. Ano de implementação do Plano Municipal de Juventude	73
Gráfico 3.3. Mecanismos de auscultação dos jovens (%)	75
Gráfico 3.4. Ano de constituição do Conselho Municipal de Juventude (%).....	79
Mapa 3.2. Proporção de municípios com Conselho Municipal de Juventude, por NUTS III (%)	80
Tabela 3.1. Regularidade de funcionamento do Conselho Municipal de Juventude	81
Gráfico 3.5. Justificações para a inexistência de Conselho Municipal de Juventude (%) .	82
Gráfico 3.6. Ano de constituição do regulamento de apoio às Associações de Juventude (%)	85
Mapa 3.3. Proporção de municípios com regulamento de apoio ao associativismo juvenil, por NUTS III (%).....	86
Gráfico 3.7. Número de associações de juventude apoiadas pelo município (2013-2017) (%)	87
Gráfico 3.8. Distribuição do número de associações apoiadas, por NUTS III (%)	88

Gráfico 3.9. Percentagem do orçamento 2016 dirigida especificamente a apoios a associações de juventude (%).....	89
Gráfico 3.10. Canais de divulgação e informação aos jovens (%)	91
Gráfico 3.11. Infraestruturas e serviços existentes no município destinados aos jovens (%)	92

Capítulo 4

Tabela 4.1. Problemas dos jovens do município	99
Mapa 4.1. Desemprego segundo NUTS III (%).....	101
Mapa 4.2. Taxa de desemprego jovem (25-34 anos) em 2016 segundo NUTS III (%)... ..	102
Mapa 4.3. Trabalho precário segundo NUTS III (%).....	103
Mapa 4.4. Dificuldades de acesso à habitação segundo NUTS III (%).....	104
Mapa 4.5. Insucesso escolar segundo NUTS III (%).....	106
Mapa 4.6. Abandono escolar segundo NUTS III (%)	107
Mapa 4.7. Rede de transportes públicos insuficiente segundo NUTS III (%).....	108
Figura 4.1. Distribuição dos municípios segundo Problemas que afetam a área da juventude.....	109
Tabela 4.2. Áreas prioritárias de intervenção (2013-2017)	111
Tabela 4.3. Áreas prioritárias de intervenção (2013-2017 e 2018-2021).....	112
Gráfico 4.1. Mudança da área prioritária Emprego e empreendedorismo (2013-2017 e 2018-2021) (%).....	114
Gráfico 4.2. Mudança da área prioritária Participação cívica e cidadania (2013-2017 e 2018-2021) (%).....	115
Mapa 4.8. Emprego e empreendedorismo (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%)	117
Gráfico 4.3. População jovem (25-34) desempregada segundo Economia e empreendedorismo (área prioritária 2018-2021) (%)	118
Gráfico 4.4. Média de população jovem (15-29) residente em 2016 com intervalo de confiança de 95% segundo Emprego e empreendedorismo (área prioritária 2018-2021) (Nº).....	119
Mapa 4.9. Educação e formação (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%)....	120
Mapa 4.10. Participação cívica e cidadania (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%).....	121

Gráfico 4.5. Média de população jovem (15-29) residente em 2016 com intervalo de confiança de 95% segundo Participação cívica e cidadania (área prioritária 2018-2021) (Nº)	122
Figura 4.2. Participação cívica e cidadania (2018-2021) e Partido político (2017)	123
Mapa 4.11. Criatividade e cultura (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%) ..	124
Mapa 4.12. Saúde e bem-estar (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%).....	126
Mapa 4.13. População e demografia (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%)	127
Gráfico 4.6. Média de população jovem residente em 2016 com intervalo de confiança de 95% segundo População e demografia (área prioritária 2018-2021) (Nº)	128
Mapa 4.14. Habitação (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%).....	129
Mapa 4.15. Ambiente e desenvolvimento sustentável (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%)	130
Figura 4.3. Distribuição dos municípios segundo Áreas prioritárias de intervenção (2018-2021).....	132
Tabela 4.4. Justificações para as áreas prioritárias de intervenção (2018-2021).....	134
Gráfico 4.7. Média da população jovem residente em 2016 segundo Problemas demográficos/importância de atração e fixação de população jovem (Nº)	135
Figura 4.4. Distribuição dos municípios segundo áreas prioritárias de intervenção (2018-2021) – justificações	143
Tabela 4.5. Propostas de intervenção destinadas à área da juventude	146
Mapa 4.16. Desporto, cultura e lazer (propostas de intervenção para 2018-2021) segundo NUTS III (%)	148
Mapa 4.17. Educação e formação (propostas de intervenção para 2018-2021) segundo NUTS III (%).....	150
Mapa 4.18. Participação cívica e associativismo (propostas de intervenção para 2018-2021) segundo NUTS III (%).....	152
Gráfico 4.8. Média de população jovem residente em 2016 com intervalo de confiança de 95% segundo Participação cívica e associativismo (área prioritária 2018-2021) (Nº)	154
Mapa 4.19. Economia, emprego e empreendedorismo (propostas de intervenção para 2018-2021) segundo NUTS III (%).....	156

Gráfico 4.9. Média da população jovem residente em 2016 com intervalo de confiança de 95% segundo Economia, emprego e empreendedorismo (propostas de intervenção para 2018-2021) (Nº).....	157
Gráfico 4.10. População jovem desempregada em 2017 segundo Economia, emprego e empreendedorismo (propostas de intervenção para 2018-2021) (%)	158
Mapa 4.20. Apoio à habitação jovem (propostas de intervenção para 2018-2021) segundo NUTS III (%)	160
Mapa 4.21. Demografia e habitação (propostas de intervenção para 2018-2021) segundo NUTS III (%).....	162
 Anexos	
Mapa 5.1. Distribuição territorial por NUTS (I, II, III).....	221
Mapa 5.2. Taxa de resposta por distrito, por NUTS III.....	221

Os autores

Luena Marinho doutorou-se em Sociologia (especialidade Sociologia da Família, Juventude e das Relações de Género) pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, em 2017, com a tese "A presença da ausência – as crianças e os seus modos de viver e representar a família entre Angola e Portugal". Colaborou em vários projetos no âmbito do grupo de investigação TL Network - Transnational Lives, Mobility and Gender. As suas principais áreas de interesse de investigação estão relacionadas com infância e juventude, família, mobilidade, migrações e transnacionalismo. Desde 2018, colabora como professora adjunta convidada na Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Leiria, onde leciona e é responsável pela unidade curricular Antropologia e Sociologia da Saúde.

Luís Gouveia é doutorado em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa com a dissertação intitulada "Porque se mobilizam os professores? Representações coletivas e coordenações de ações públicas dos docentes do Ensino Básico e Secundário em função de juízos plurais sobre *o que é um bom profissional de ensino num contexto de incerteza*". É investigador integrado no CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais e Assistente Convidado do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas no ano letivo de 2017/2018, na unidade curricular de Classes e Estruturas Sociais. Os seus principais interesses de investigação situam-se nos domínios da Sociologia da Educação e Sociologia Pragmática.

Maria Manuel Vieira, socióloga, doutorada em Sociologia (ISCTE-IUL), investigadora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. As suas áreas de especialidade recobrem educação, formação e juventude no espaço escolar e, recentemente, tem desenvolvido pesquisa sobre jovens em condição NEEF. Foi bolsista no Gabinete de Estudos e Planeamento do ME, docente no Departamento de Educação da FCUL e investigadora no Centro de Investigação em Educação-FCUL. Exerce atividade docente pós-graduada no ICS-ULisboa, bem como em instituições de ensino superior nacionais e estrangeiras enquanto conferencista convidada. Membro de painéis de avaliação científica, nomeadamente do "European Research Council referees in peer review evaluations" (H2020 "ERC Frontier Research Grants" e FP7 "Ideas"), da Comissão Europeia. Criou o Observatório Permanente de Escolas-ICS, foi investigadora no

Observatório do Percurso dos Estudantes, na Reitoria da UL. Desde 2010 coordena o OPJ - Observatório Permanente de Juventude, no ICS. É autora de várias publicações nacionais e estrangeiras.

Tatiana Ferreira é socióloga e Mestre em sociologia pelo ISCTE-IUL. Desde 2008 tem colaborado em diversos projetos de investigação na área da mobilidade e famílias transnacionais, no âmbito da rede internacional Transnational Lives, Mobility and Gender. Em 2015 começou a colaborar com o OPJ/ICS-ULisboa, no qual tem participado em diversos projetos de investigação sobre políticas públicas de Juventude em Portugal, a nível nacional e local, e na Europa, das quais se destacam - Youth Wiki-Plataforma online da Comissão Europeia sobre Juventude e Make the future...today! Accelerate Youth Guarantee implementation in Portugal. Os seus atuais interesses de investigação na área da juventude, são as formas de transição para a vida adulta, educação, empregabilidade, mercado de trabalho e políticas públicas, temáticas a partir das quais se encontra a desenvolver o seu projeto de doutoramento. É assessora de coordenação do OPJ/ICS-ULisboa e Professora Assistente Convidada na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém.

Vítor Sérgio Ferreira é doutorado em Sociologia pelo ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Atualmente é Investigador Auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, onde coordena o grupo de investigação LIFE – Percursos de vida, Desigualdades e Solidariedades: Práticas e Políticas, e é vice-coordenador do Observatório Permanente da Juventude. É professor de Métodos e Técnicas de Pesquisa Qualitativa, no Programa Interuniversitário de Doutoramento em Sociologia: Conhecimento para Sociedades Abertas e Inclusivas (OpenSoc). Colabora também na unidade curricular Infância e Juventude: Perspetivas Transdisciplinares, no Mestrado Educação & Sociedade (ISCTE-IUL). Tem coordenado e participado de vários projetos de investigação, com principal incidência nas áreas da sociologia da juventude e do corpo. Tem publicado nacional e internacionalmente sobre temáticas relacionadas com culturas juvenis e transições para a vida adulta, gerações e percursos de vida, usos do corpo e modificações corporais, e métodos e técnicas de pesquisa qualitativa. Mais informação em: <http://vitorsergioferreira.net/>

Capítulo 1

A ciência, a(s) política(s) e o estudo: notas introdutórias

Vítor Sérgio Ferreira

Maria Manuel Vieira

Tatiana Ferreira

1.1. A ciência e a política

A ciência adquiriu um novo protagonismo nas sociedades contemporâneas. Para além do seu desenvolvimento endógeno, fruto de um conjunto de condições que favoreceram o crescimento exponencial da comunidade científica à escala mundial, também a sua transmissão inter-geracional se amplificou largamente, associada a progressos da escolarização verificados junto dos mais jovens. Por sua vez, o diálogo entre ciência e sociedade intensificou-se, estimulado por um desígnio cívico de divulgação e promoção da cultura científica junto dos cidadãos por parte dos produtores de conhecimento científico (Almeida e Vieira, 2006; Conceição et. al., 2008), que se traduz no movimento *public understanding of science*. Mas não só: mais qualificados, mais escolarizados, os cidadãos nas sociedades contemporâneas tendem cada vez mais a exercitar quotidianamente a crítica como competência, transformando-se eles próprios em novos interlocutores no diálogo entre ciência e sociedade (Pombo, 2000) - com efeitos de "agenda setting" na ciência. Nesta linha, alguns autores defendem mesmo formas mais intensas de cooperação entre ciência e sociedade civil, assumindo contornos de engajamento variados: políticos, como a *public sociology*, defendida por M. Burrawoy (2004); metodológicos, baseados no *problem-solving learning* com as comunidades, como advoga o movimento da ciência cidadã (ECSA, 2015); ou epistemológicos, reconhecendo lugar relevante ao questionamento público (opinião pública) das consequências do conhecimento científico (Stengers, 2000).

Por sua vez, nas últimas décadas o processo de globalização e a concorrência registada à escala mundial acentuou também a importância económica do saber científico - entendido, agora, enquanto fator produtivo. A inovação e o conhecimento passam a ser apostas políticas para enfrentar as crises e promover o desenvolvimento económico das sociedades. No contexto da União Europeia, e na sequência da chamada Estratégia de Lisboa (2000), tais objetivos afirmam-se de forma clara: pretende-se "fazer

da Europa a economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo" (CIEJD, 2006). Com esse desígnio, a aproximação das universidades ao mundo empresarial e industrial, bem como a entidades públicas, privadas e do terceiro sector é estimulada através de programas de financiamento europeu destinado a parcerias que visam a aplicação do conhecimento à resolução de "problemas" - o que conduz a uma certa primazia conferida à ciência aplicada, comercializável (Oliveira, 2000), em detrimento da ciência fundamental.

Ademais, os próprios decisores políticos tendem a tomar a ciência enquanto recurso relevante, quer para a tomada de decisão na formulação e implantação de políticas públicas, quer para a sua monitorização e avaliação. Entendidas como "respostas a determinados problemas sociais, formadas a partir das demandas e tensões geradas na sociedade" (Sampaio e Araújo, 2006:336) ou melhor, enquanto "respostas dos governos aos problemas e aos inúmeros desafios que enfrentam, sobretudo nas sociedades modernas e democráticas", sendo "crescentes os problemas e os desafios, como também são as áreas de intervenção dos governos" (Rodrigues, 2014: 13), as políticas públicas fundamentam cada vez mais a sua legitimação, pelo menos em regimes democráticos, em evidências sustentadas no conhecimento científico. No caso específico das Ciências Sociais e da Sociologia em particular, o seu contributo tem sido cada vez mais mobilizado para a ação política, embora seja crucial distinguir a diferença entre as duas esferas - política e ciência (Weber, 1979) - para que esse diálogo possa ser virtuoso. Justamente, o método e o pendor crítico inerente à abordagem científica da realidade constituem, para alguns, a mais-valia que ela pode oferecer à ação política (Silva, 2017): a problematização, através de uma outra forma de interrogar os problemas (sociais) e a colocação de supostas evidências à prova do método científico, permite alargar os horizontes de possibilidade e descobrir outros olhares sobre o que se julga conhecer.

É neste contexto que têm aumentado, pois, as solicitações feitas a peritos e produtores de conhecimento para elaborarem estudos sobre temáticas sociais concretas, ou acompanharem e avaliarem o desenvolvimento de políticas públicas. Nos órgãos do Estado, na administração pública central ou local observa-se aliás, nas últimas décadas, situação homóloga ao ocorrido no setor privado na sequência da crise dos anos 1970 (Oliveira, 2000): uma estratégia de contração de custos e *downsizing* tem conduzido à redução ou mesmo extinção de gabinetes de estudos outrora integrados nesses organismos públicos, e à externalização das atividades que aí eram desenvolvidas, contratualizando junto de universidades, centros de investigação e mesmo empresas de consultoria, pareceres, pesquisas, monitorização e avaliação de políticas.

O apoio a este estudo é disso um exemplo, reconhecendo o Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ) e a Secretaria de Estado que o tutela (SEDJ), uma vez mais, particular competência técnica e científica ao Observatório Permanente da Juventude do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (OPJ/ICS-ULisboa) para realização de uma pesquisa sobre políticas municipais de juventude.

1.2. A Juventude e as políticas

Embora a preocupação do Estado português com os jovens tenha tido expressão pública logo a seguir ao 25 de Abril de 1974¹, a institucionalização de organismos deliberativos e técnicos especificamente dedicados à Juventude no âmbito da ação do Estado e das suas políticas públicas acontece só a partir de 1985. Ao mesmo tempo que se comemorava o Ano Internacional da Juventude no âmbito das Nações Unidas, o X Governo Constitucional constituía uma Secretaria de Estado de Juventude e, no ano seguinte, uma Direção Geral da Juventude e um Conselho Consultivo da Juventude, órgãos deliberativos, executivos e consultivos com dedicação exclusiva a temáticas e problemáticas relativas aos jovens em geral.

A emergência destes órgãos dentro do Estado português traduz, à época, o reconhecimento oficial da necessidade de formular e implementar políticas públicas de juventude com algum grau de permanência, continuidade e sustentabilidade “a partir de uma instância institucional com responsabilidade para tal, num sentido abrangente e integral, capaz de superar as visões parciais e setorializadas (como costumam chamar-se dentro do Estado), para propender a uma visão global, integral e intersectorial da dimensão juvenil” (Léon, 2003: 84-85). A constituição desta estrutura orgânica de gestão exclusiva e de coordenação intersectorial de questões juvenis era parte de uma estratégia de modernização do Estado português e de “europeização” das suas políticas (Ferrão, 2015: 330), numa tentativa de aproximação às políticas promovidas pela União Europeia cuja integração estava em curso, e onde os jovens já emergiam como público-

¹ Desde logo, nesse mesmo dia, com a extinção da Mocidade Portuguesa, da Mocidade Portuguesa Feminina e do Secretariado para a Juventude pela Junta de Salvação Nacional, órgãos do Estado Novo que serviam a inculcação dos seus princípios e o controlo os comportamentos junto dos mais jovens; e a criação no Ministério da Educação Nacional de um Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis. Em 1975 cria o Centro de Estudos da Juventude, o qual, um ano mais tarde, é substituído pelo Centro de Estudos da Profilaxia da Droga. Para além dos menores tutelados, até meados dos anos oitenta eram sobretudo os jovens na condição de estudantes o público-alvo das políticas de juventude (através de apoios sociais, passes para estudantes, desenho do estatuto de trabalhador-estudante, etc.), fomentadas por uma Secretaria de Estado da Educação e Juventude.

alvo de medidas e intervenções públicas muito além das políticas educativas e tutelares que, até aí, eram as mais especificamente dirigidas a jovens em Portugal.

É neste contexto institucional que, em 1985, é criado o emblemático Cartão Jovem e, posteriormente, emergem as primeiras medidas de apoio à autonomização juvenil (nomeadamente no apoio à compra de habitação permanente²) e à transição da escola para o trabalho³. Através deste conjunto de medidas de apoio à inclusão no mundo do consumo e no mundo adulto, a esfera política veiculava a imagem pública de uma “juventude-consumidora”, construída como importante segmento de consumo que emergia dentro de um mercado de marcas e produtos dirigidos a estilos e gostos juvenis, simultaneamente à imagem de uma “juventude-em-dificuldades” de autonomização em termos laborais e habitacionais, a agregar à imagem de uma “juventude-problema”, associada às medidas tutelares e de prevenção da criminalidade juvenil esboçadas no âmbito da justiça.

A tentativa de desenvolver e implantar medidas de política pública adequadas aos contextos sociais e territoriais dos jovens - enquanto expressão de realidades muito diversas em termos socio-sociodemográficos, educativos, de emprego, habitacionais, culturais, etc. - esteve presente na conceção da configuração organizativa das políticas de juventude desde a sua institucionalização. Cinco anos depois da criação do Instituto da Juventude, em 1988, é aprovada a sua estrutura de delegações regionais, respetivas sedes e áreas de atuação geográficas, na tentativa de articulação entre os múltiplos níveis de decisão e intervenção, à escala europeia, nacional e regional. A proximidade na interlocução com os jovens, por sua vez, é estabelecida formalmente com as

² A Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/85, de 09 de maio, consagra, no âmbito das medidas de política habitacional, condições específicas que permitam minimizar as dificuldades sentidas pelas camadas jovens da população relativamente ao problema da habitação, tendo em conta o papel que os jovens desempenham e que mais ativamente deverão desempenhar na recuperação e relançamento do País. O Decreto-Lei n.º 201/85, de 25 de junho, fixa condições especiais de acesso das camadas mais jovens da população ao crédito para aquisição de habitação própria permanente

³ O Despacho Normativo n.º 73/85, de 10 de agosto – Ministério do Trabalho e Segurança Social - estabelece normas relativas aos programas de emprego-formação destinados aos trabalhadores jovens. O Decreto-Lei n.º 17-D/86, de 06 de fevereiro – Ministério do Trabalho e Segurança Social - estabelece um conjunto de regras que visam incentivar a criação de postos de trabalho para os jovens em situação de primeiro emprego. O Despacho Normativo n.º 12/86, de 14 de fevereiro – Ministério do Trabalho e Segurança Social - concede apoios financeiros para a criação de atividades independentes a favor dos jovens com menos de 25 anos à procura de emprego. O Decreto-Lei n.º 156/87, de 31 de março – Ministério do Trabalho e Segurança Social - institui, no âmbito do regime não contributivo da Segurança Social, uma prestação pecuniária designada «subsídio de inserção dos jovens na vida ativa» para os jovens à procura do primeiro emprego.

Associações Juvenis, nomeadamente as que se inscrevem num Registo Nacional que é criado e regulamentado em 1989⁴.

Ao mesmo tempo que as políticas de juventude iam assumindo a sua institucionalidade a nível nacional e regional, de forma paralela e pouco articulada, algumas autarquias apostavam também em medidas que visavam apoiar e potencializar a relação com os jovens dos seus municípios, futuros ou novos eleitores. Reconhecendo a importância da existência de condições de proximidade às realidades específicas em que os jovens vivem na formulação e implantação de medidas que os têm como destinatários, o Estado veio tentar, mais recentemente, estreitar o diálogo com estruturas juvenis e promover a promoção da sua participação na própria conceção de políticas, medidas e programa dirigidas aos jovens, criando para isso um Conselho Nacional de Juventude⁵.

Neste sentido, veio também delegar várias competências dos serviços centrais do IPDJ, I.P. nas suas delegações regionais⁶, bem como criar as condições jurídicas necessárias para a emergência de dispositivos de promoção da participação juvenil no desenho, implantação e acompanhamento de políticas públicas a nível local. É o caso dos Conselhos Municipais de Juventude e dos Conselhos Municipais de Educação⁷. A juntar a estes dispositivos surge ainda o Orçamento Participativo Jovem⁸, programa cujo espírito se pretende que ganhe uma ampla expressão local.

À disponibilidade destes instrumentos a nível municipal é atribuída a vocação em assegurar uma interlocução, participação e interpretação mais próxima, em termos territoriais e quotidianos, das vivências e experiências juvenis; bem como em potencializar uma articulação mais funcional e eficaz das energias, conhecimentos, aspirações, projetos e trajetórias juvenis com a estrutura de oportunidades, recursos e

⁴ A Portaria n.º 140-A/89, de 25 de fevereiro – Presidência do Conselho de Ministros - aprova o Regulamento para a Inscrição no Registo Nacional das Associações Juvenis (RNAJ).

⁵ A Lei n.º 1/2006, de 13 de janeiro – Assembleia da República – estabelece o estatuto jurídico do Conselho Nacional de Juventude, com o qual, pouco tempo mais tarde, o Instituto Português da Juventude, I.P., celebra um protocolo (Portaria n.º 694/2009, 29 de junho – Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças e da Administração Pública).

⁶ O Despacho n.º 3630/2007, de 01 de março – Presidência do Conselho de Ministros.

⁷ A Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro – Assembleia da República - cria o regime jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude. A Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro – Assembleia da República – vem produzir modificações na legislação anterior, e altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, que regulamenta os Conselhos Municipais de Educação e aprova o processo de elaboração da Carta Educativa, transferindo competências para as autarquias locais.

⁸ A Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2017, de 13 de setembro – Presidência do Conselho de Ministros - aprova os princípios técnicos, a metodologia e as regras de operacionalização aplicáveis à edição de 2017 do Orçamento Participativo Jovem Portugal.

constrangimentos que lhes pré-existe a nível local/regional, em termos de educação, formação, emprego, habitação, cidadania, lazer, etc.

Subjacente à criação e implementação municipal destes dispositivos está uma estratégia que pretende o aprofundamento da cidadania e da participação democrática e política dos jovens a partir de aparatos públicos que lhes sejam mais próximos⁹. Trata-se de um processo de adesão do Estado português à *viragem participativa* que, em âmbitos diversos (desde a prática política, educativa ou até científica), tem sido estimulada na relação e atuação institucional com os jovens, reconhecendo-os também como *parceiros* e não apenas meros destinatários ou beneficiários de políticas públicas, como coletivo diversificado e ativo de sujeitos políticos e *sujeitos de intervenção pública*, em contraponto a uma visão homogénea e passiva da juventude como um conjunto de indivíduos indiferenciados que, partilhando de uma dada faixa etária, são *sujeitos a intervenção pública* (Ferreira, 2017: 386).

Políticas públicas de juventude sem a participação juvenil nas suas várias fases de formulação, implementação e até mesmo avaliação, e sem articulação com as realidades concretas e diversas em que vivem os jovens, correm o risco de ter um foco adultocêntrico, generalista, estereotipado e desenraizado das realidades sobre as quais procuram agir, com pouca adesão às realidades vividas e experienciadas pelos sujeitos que a elas se sujeitam e são assujeitados, podendo vir a acarretar efeitos perversos e não previstos (Ferreira et al., 2002).

A abertura que, lentamente e por arrasto, o Estado Português tem mostrado no sentido de tentar aproximar o seu sistema de governança aos jovens nos seus contextos locais, é a oportunidade de transformar a tradicional forma de fazer *great politics* em formas de *grounded policies*: ou seja, políticas sintonizadas com a realidade da diversidade juvenil e territorial, com suficiente sensibilidade às necessidades e capacidades juvenis nos contextos dos vários recursos e infraestruturas existentes em diferentes territórios, e com suficiente disponibilidade às capacidades dos jovens em propor e negociar ações e recursos na esfera pública que correspondam de facto às suas necessidades.

Se levadas a sério, configuram assim políticas de juventude que não se limitam apenas a tentar preparar os jovens para as suas realizações no futuro (cada vez mais difícil tarefa, dado o grau de imprevisibilidade e de incerteza perante esse tempo da

⁹ Tal como recomenda ao Governo a Resolução da Assembleia da República n.º 60/2015, 11 de junho.

vida), mas que também lhes possibilitem ter condições para se realizarem através de ações construtivas sobre o presente (León, 2003: 82).

Depois de praticamente 35 anos a desenhar medidas políticas *para* a juventude e, mais recentemente, *com* a juventude, pelo menos na forma tentada, o Estado português munuiu-se de algum suporte institucional e técnico a nível nacional e regional, mas nunca conseguiu munir-se de suportes programáticos. Os programas, as medidas e as ações têm sido frágeis, inconstantes e erráticos ao longo de tempo, procurando responder aos desafios que a União Europeia foi exigindo cumprir, estabelecer áreas de intervenção específicas ao suporte institucional e organizativo que lhe tem sido consagrado e, simultaneamente, atuar como ator de coordenação intersectorial, no sentido de promover uma perspetiva transversal das políticas públicas de juventude dentro da estrutura do Estado¹⁰.

Só no passado ano, em 2018, reconhecendo o seu estatuto de exceção no contexto da União Europeia, o Estado português aposta numa visão programática das políticas públicas de juventude através da formulação de um Plano Nacional para a Juventude (2018-2021)¹¹ que pretende ir além da mera soma de ações e programas dirigidos aos jovens. Para chegar aí, foram chamados a pronunciar-se diversos parceiros, desde logo os próprios jovens (Nico, 2018), mas também representantes do poder autárquico, ao nível dos municípios¹².

São os resultados da consulta a estes últimos, bem como os procedimentos metodológicos operacionalizados, que se apresentam neste livro. Esta pesquisa de base sociológica teve assim o propósito de contribuir para a tomada de decisão política subjacente à definição pela tutela do Plano Nacional para a Juventude, entretanto aprovado em Conselho de Ministros.

Realizado entre novembro de 2017 e maio de 2018 por uma equipa de investigação no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa com o apoio do IPDJ, I.P., o presente estudo teve como principal objetivo realizar o levantamento exaustivo e integral

¹⁰ Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2007, de 4 de junho, é criada uma Comissão Interministerial para as Políticas da Juventude.

¹¹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 114-A/2018.

¹² Já o processo de elaboração do Livro Branco da Juventude (IPDJ, 2015), iniciado em 2011, ensaiava a aplicação deste método de auscultação e participação na definição de políticas públicas de juventude, com base numa metodologia de governança em prática na EU, o chamado "método aberto de coordenação". Trata-se de um método que visa envolver os jovens e demais intervenientes no setor institucional das políticas de juventude a vários níveis da sua governança, na identificação de áreas estratégicas e linhas de ação que inspirassem orientações de intervenção para a política nacional de Juventude (Resolução do Conselho de Ministros N.º 11/2013, de 5 de março).

de elementos-chave referentes às políticas municipais de Juventude, no sentido de conhecer a implantação e extensão de questões juvenis na agenda e estrutura dos governos municipais. Pretendeu-se apurar, para cada um dos municípios portugueses, três grandes domínios de atuação na área da Juventude, correspondentes aos próximos capítulos deste livro: a sua estrutura de intervenção (modelos de governança local, recursos financeiros e humanos alocados); as formas de intervenção adotadas (planos municipais, auscultação dos jovens, divulgação de informação, apoios ao associativismo juvenil, estruturas e serviços disponibilizados); e, ainda, o diagnóstico (principais problemas dos jovens) e as soluções (prioridades e propostas) postas em prática no mandato autárquico anterior (2013-2017) e previstas para o atual (2018-2021), no sentido de compreender continuidades e ruturas numa perspetiva mais longitudinal.

A segunda parte deste estudo permitirá obter uma visão ampliada sobre os diferentes arranjos institucionais e recortes organizacionais onde estão sedeadas as políticas de juventude municipais ao longo do território português, dando conta da desigual distribuição de lugares que as questões juvenis tomam nos organogramas municipais, lugares esses que, para além de serem administrativos, correspondem também a lugares de poder simbólico e político desigualmente distribuídos, em termos de aprovisionamento dos recursos institucionais, financeiros e humanos que permitem (ou não) viabilizar determinadas ações políticas.

A terceira parte deste estudo analisará a extensão e distribuição territorial do uso de determinados dispositivos ao nível dos planos de ação sobre e com jovens, dispositivos de orientação programática das políticas, de formulação e implantação das mesmas, de consulta e participação dos jovens, bem como de divulgação das medidas junto destes, de apoios e infraestruturas disponibilizadas.

Considerando que a primeira etapa de uma política pública é a definição do problema e a sua perceção como problema público a resolver, bem como o processo que o permite ou inibe de entrar na agenda política de prioridades a resolver com a intervenção dos poderes públicos (Rodrigues, 2014: 19), a quarta parte deste livro vem justamente territorializar a perceção institucional da extensão de determinados “problemas” como sendo problemas especificamente juvenis dentro de cada conjunto de municípios, e a respetiva capacidade de agendamento como prioridade de intervenção política.

Há ainda espaço para interrogar e analisar a diferente expressão territorial das prioridades e das respetivas soluções formuladas pelas edilidades de uma forma longitudinal: na medida em que a operação de inquérito decorreu num período de eleições autárquicas, questionaram-se os municípios sobre as prioridades a estabelecer

e soluções a implantar no decorrer do próximo mandato, permitindo compreender eventuais ruturas e continuidades das políticas públicas, decorrentes de processos e ciclos políticos.

Antes de se proceder à análise e apresentação dos dados, dar-se-á conta das decisões e procedimentos metodológicos implicados ao longo do processo de pesquisa que proporcionou os resultados deste estudo.

1.3. A metodologia e a recolha de dados

O desenho metodológico do presente estudo envolveu dois eixos de abordagem: uma abordagem extensiva, através de um inquérito por questionário lançado às 308 autarquias do Continente e das Regiões Autónomas, complementada por uma abordagem intensiva, centrada na análise de documentos disponibilizados pelos respondentes (regulamentos, planos estratégicos, programas e atividades dirigidas aos jovens munícipes) ou acessíveis *online* no sítio de cada câmara municipal.

O *Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude* (anexo 1) foi disponibilizado *online* através da plataforma SurveyMonkey no dia 28 de novembro de 2017 e ficou acessível até 3 de março de 2018. O questionário incluía uma lista de 50 questões organizadas em 15 dimensões de análise: estrutura de intervenção-unidade orgânica; orçamento; formas de intervenção; plano municipal de juventude; apoios a associações juvenis; regulamento de apoio a associações juvenis; formas de auscultação de jovens; conselho municipal de juventude; infraestruturas físicas e serviços para jovens; problemas dos jovens no município; áreas prioritárias de intervenção (2013-2017); áreas prioritárias de intervenção (2018-2021); propostas de intervenção (2018-2021); dados de identificação do respondente; e programas, projetos e/ou iniciativas relevantes (2013-2017).

O processo de envio do questionário teve várias etapas e incluiu a utilização de um conjunto de estratégias para minimizar a taxa de não-respostas. Os 308 municípios existentes no país foram convidados por email de acordo com uma lista de contactos providenciada pelo IPDJ, que continha entre 1 a 3 emails por município: o geral, o da vereação e a do técnico identificado pelo IPDJ como interlocutor na área da juventude. O envio dos convites por email e a disponibilização *online* do questionário foi efetuado a 28 de novembro de 2017.

Numa primeira fase, efetuaram-se insistências de preenchimento do questionário para a totalidade dos contactos de cada município através de emails "lembrete" – a 04,

11 e 18 de dezembro de 2017 (tabela 1.1). Para o efeito foram criados dois emails distintos: um, dirigido aos municípios que à data ainda não tinham entrado no questionário *online*, e outro, destinado aos municípios que só haviam preenchido o questionário parcialmente. Durante o mês de dezembro foi ainda feito pelo IPDJ um reforço junto das Direções Regionais para intensificarem o contacto com as Câmaras Municipais.

A constatação de problemas na receção dos questionários, nos tempos de resposta e na persistência de um elevado número de não respostas levaram a equipa de investigação a adotar um conjunto de estratégias para aumentar a taxa de resposta. A partir de 12 de dezembro de 2017, quando somente 10,1% do total tinha completado o questionário (tabela 1.1), iniciou-se uma nova fase envolvendo contactos telefónicos com os municípios - primeiro, apenas com os que não tinham ainda acedido ao questionário e, posteriormente, também junto daqueles que só o preencheram parcialmente.

Inicialmente previa-se que o inquérito seria fechado um mês após o envio do primeiro convite, ou seja, em finais de dezembro de 2017. Contudo, a reduzida taxa de resposta – 43,8%, a 27 de dezembro (tabela 1.1) - e as dificuldades que, através dos contactos telefónicos, os municípios reportavam, levaram a um alargamento do prazo para preenchimento do inquérito, fixado agora em finais de janeiro de 2018.

De facto, um conjunto de vicissitudes contrariaram o plano de pesquisa, obrigando a sucessivos ajustamentos na calendarização prevista.

Um dos maiores obstáculos enfrentados teve a ver com a conjuntura temporal do arranque do estudo. Na verdade, lançado em finais de novembro, o inquérito decorreu em larga medida durante o mês de dezembro, mês particularmente preenchido em termos de interrupções laborais (dois feriados no início do mês, o Natal e respetivas férias escolares, e o fim do ano). Aquando dos telefonemas efetuados para os municípios em falta houve dificuldade em entrar em contacto com os responsáveis pela área da juventude ou com elementos do gabinete da presidência ou da vereação, pelo facto de muitos se encontrarem em eventos e compromissos profissionais relacionados com a época natalícia, ou mesmo de férias. Para além da indisponibilidade devido a estes fatores, a altura de fecho de ano, balanço de atividades e inventário contabilístico reduziu a disponibilidade dos respetivos técnicos/dirigentes para responderem ao questionário.

Tabela 1.1. Datas de envio dos lembretes de preenchimento do questionário

Data envio	Respostas	
	Completas	Taxa de questionários completos
04/12/2017	12	3,9%
11/12/2017	31	10,1%
18/12/2017	91	29,5%
27/12/2017	135	43,8%
03/01/2018	153	49,7%
09/01/2018	183	59,4%
Total (03/03/2018)	257	83,4%

Fonte: Monitorização via SurveyMonkey, 2018

Por sua vez, a proximidade com eleições autárquicas, realizadas a 1 de outubro desse ano, condicionou igualmente o estudo, provando não ser este o momento mais adequado para lançamento de um inquérito deste tipo. Com efeito, a mudança do executivo num número significativo de autarquias contribuiu para o atraso no processo: para além da alteração do executivo a nível do presidente e vice-presidente - cuja tomada de posse decorreu, na sua maioria, durante o mês de novembro -, houve ainda vereadores nomeados e empossados numa fase posterior, o que em alguns municípios dificultou o preenchimento e validação do questionário por parte das chefias.

Uma outra circunstância veio acrescentar entropia ao processo. Na verdade, os municípios receberam durante o mesmo mês (novembro) um inquérito enviado pelo IPDJ, no âmbito de um outro estudo de preparação do Plano Nacional para a Juventude, com perguntas relativas às áreas prioritárias para as políticas de juventude a nível nacional, o qual deveria ser respondido até dia 5 de dezembro. Ainda que o questionário do IPDJ se centrasse na visão dos municípios sobre as prioridades *nacionais* para a juventude, e o questionário enviado pelo OPJ - ICS-ULisboa incidisse sobre as políticas *municipais* para a juventude, a sobreposição de datas e a proximidade temática deu azo a que muitos municípios pensassem já ter preenchido o questionário OPJ, não se apercebendo de que se tratava de dois inquéritos diferentes. Tal sobreposição terá induzido algumas não respostas, por falta de disponibilidade ou por assunção de redundância entre inquéritos.

Assim, chegados a finais de janeiro de 2018, verificou-se que existia um número elevado de questionários que, não estando concluídos e fechados pelos municípios, tinham taxas de preenchimento na ordem dos 80% das questões. Através dos contactos telefónicos foi possível identificar que a conclusão do respetivo preenchimento estava

dependente da validação superior por parte do gabinete da presidência ou da vereação com o pelouro da juventude. Esta validação era necessária sobretudo relativamente às últimas questões do questionário, que incidem sobre as áreas prioritárias de intervenção do município para o quadriénio 2018-2021. Decidiu-se então por uma prorrogação adicional do prazo de resposta, fixando a sua conclusão definitiva a 03 de março de 2018.

Os sucessivos contratempos enfrentados ao longo deste processo vieram, no entanto, a revelar-se uma interessante fonte de informação acerca da diversidade institucional e dos contrastes locais patentes no território, o que justifica uma breve referência a algumas das suas especificidades.

O acesso a informação alargada e permanentemente atualizada constitui um dos entraves a quem pretenda obter dados ou documentos através dos *websites* dos municípios. O panorama revelou-se, neste respeito, bastante contrastante a nível territorial: se alguns municípios disponibilizam *online* informação relevante e recente, noutras autarquias os websites não são atualizados com regularidade e a informação disponível sobre as diferentes unidades orgânicas é muito escassa. A estas dificuldades acrescentam-se as decorrentes da circunstância de ter havido, em muitos casos, um novo executivo saído das então recentes eleições - à data do arranque do projeto - o que se saldou na suspensão provisória de nova informação inserida nos websites. O acesso a informação específica ou a interlocutores-alvo é ainda bloqueada, em alguns casos, pelo facto de os dados de contacto disponibilizados online se limitarem ao email geral e telefone central da autarquia. Rececionados numa caixa de email comum para posterior reencaminhamento, constatou-se neste estudo dificuldade e/ou desconhecimento, por parte de muitos dos municípios, em identificar a unidade orgânica da juventude - o que fez com que muitos emails ficassem retidos ("perdidos") na caixa de email.

A dimensão do território-sede de cada município e, conseqüentemente, da estrutura institucional exibida pela respetiva autarquia revelou-se, igualmente, um fator mais ou menos facilitador de comunicação e informação.

Na maioria dos municípios de grande dimensão populacional, a existência de um pelouro autónomo da juventude facilitou sem dúvida o contacto telefónico, nomeadamente o encaminhamento da chamada para um técnico/unidade orgânica respetiva. Não obstante, o processo de comunicação assumiu sempre um carácter mais formal e impessoal, o que muitas vezes dificultou o acompanhamento do processo de inquirição. Caso fosse necessário fazer uma nova insistência telefónica, por exemplo, o

facto de existir frequentemente mais do que um técnico responsável pela área da juventude tornava mais remota a probabilidade de voltar a falar com o mesmo técnico com quem tínhamos estabelecido o primeiro contacto. Para além disso, o intenso volume de trabalho aparentemente desenvolvido nestas unidades orgânicas impedia muitas vezes que estes dessem prioridade ao preenchimento do inquérito, remetido para a “pilha” de assuntos pendentes.

Já nos municípios de média dimensão, os investigadores constataram nem sempre serem municípios possuidores de uma unidade orgânica autónoma dedicada à juventude, estando esta área por vezes enquadrada em outras unidades orgânicas tais como educação ou desporto. Não obstante, na maioria dos casos foi possível identificar um técnico responsável pela área da juventude, ainda que nem sempre de forma exclusiva, que assumiu o papel de pivô de contacto no município – com claro benefício para o processo de pesquisa. Efetivamente, em alguns casos este técnico de contacto funcionou como interlocutor ou intermediário com a vereação e/ou chefe de divisão da unidade orgânica responsável pela juventude, exercendo pressão hierárquica para que o inquérito fosse preenchido e/ou validado com celeridade.

Por seu turno, os municípios de pequena dimensão, exibindo uma estrutura organizacional menos pesada do que os anteriores, apresentam-se maioritariamente sem unidade orgânica autónoma para a juventude. Esta área encontra-se integrada em outras unidades, ainda que o seu enquadramento não seja totalmente claro ou aparentemente lógico, o que pode dificultar a identificação de um interlocutor responsável.

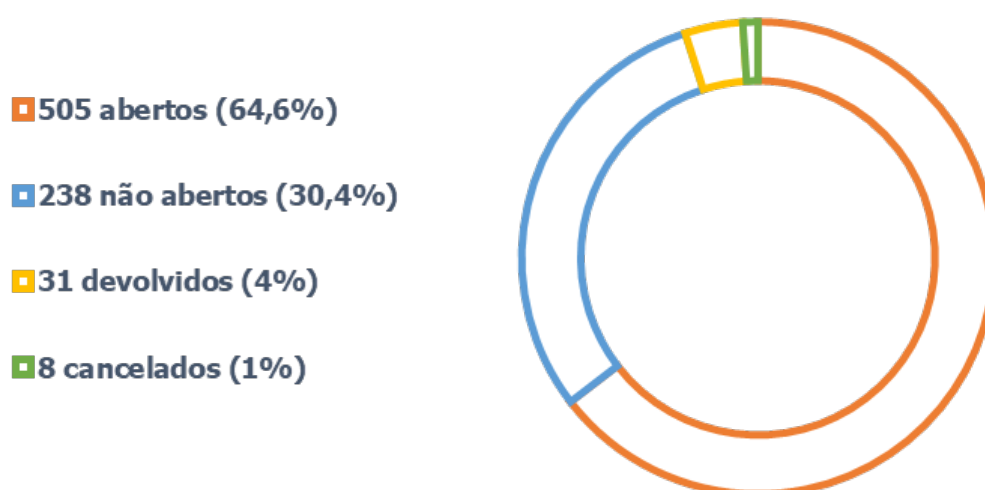
Contudo, por se tratar de territórios onde pontuam relações de proximidade e de interconhecimento, os contactos estabelecidos acabaram por resultar menos formais e, em muitos casos, mais diretos do que nos restantes contextos municipais. O acesso a um elemento da vereação ou mesmo ao gabinete da presidência tornou-se comum e o desejo intrínseco de ajudar o jovem membro da equipa que os contactava – cuja juventude era denunciada pelo tom de voz escutada do outro lado do telefone – acabou, em alguns casos, por estabelecer uma relação pessoal com o pesquisador. O tratamento afetuoso - “a menina” – foi mesmo utilizado por alguns interlocutores nos contactos com os membros femininos mais jovens da equipa e, num dos territórios mais remotos e insulares, o contacto com o autarca foi estabelecido de forma imediata: logo no primeiro contacto a telefonista encaminhou o telefonema diretamente para o presidente, com que depois a investigadora passou sempre a falar, e cuja vontade e disponibilidade para ajudar eram tais que chegou a retornar algumas chamadas.

Municípios houve, também, em que o técnico de contacto para a área da juventude nem sempre estava disponível. Constatou-se, então, que a razão para tal residia no facto de muitos serem docentes – nomeadamente de educação física – e, à hora em que era contactado, o “professor” encontrava-se na escola a dar aulas.

Concluído o lançamento do inquérito, sistematizam-se brevemente os resultados deste processo de inquirição.

Do total de 782 convites enviados para responder ao questionário online, foram abertos 505 emails (64,6%), sendo que 238 emails (30,4%) nunca chegaram a ser abertos (gráfico 1.1).

Gráfico 1.1. Convites enviados (%) N=782



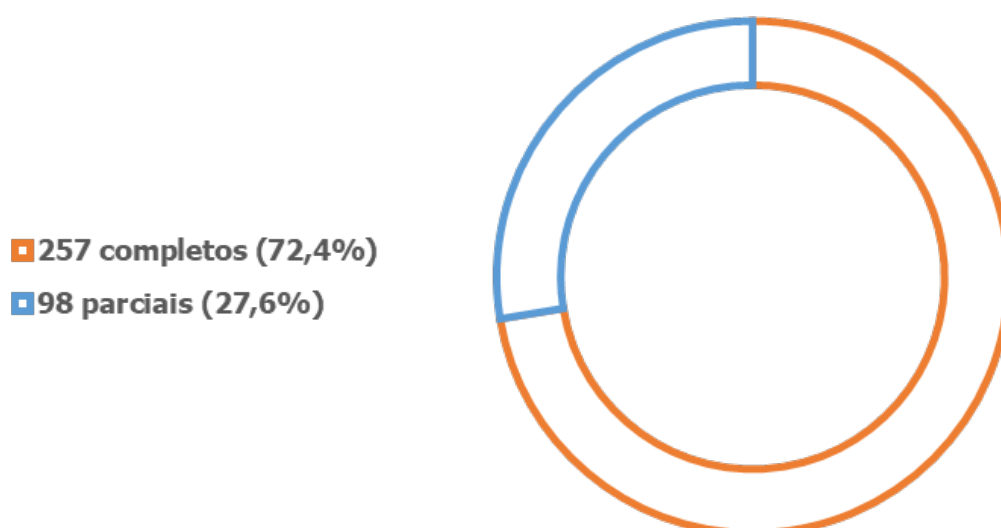
Fonte: Monitorização via SurveyMonkey, 2018

Do conjunto de *emails* enviados foram automaticamente devolvidos 31, na sua maioria devido ao bloqueio do software de segurança dos municípios, a caixas de correio cheias ou a erros de endereço. Para minorar este problema optou-se por pesquisar um endereço alternativo nos *websites* oficiais do município e, nos casos em que não foi encontrado, decidiu-se contactar telefonicamente o município. De facto, devido ao período de transição do executivo protagonizado por alguns municípios em resultado das recentes eleições autárquicas, alguns *emails*, nomeadamente os do gabinete da presidência e vereação, deixaram de existir e/ou funcionar. Nos casos em que o servidor dos municípios bloqueou a receção do email para o preenchimento do questionário, nem sempre foi possível solucionar o problema através do reenvio de novo convite, e em dois municípios foi necessário o encaminhamento do questionário em formato pdf. Nestes dois casos, os questionários, após terem sido preenchidos, foram posteriormente

introduzidos na plataforma *SurveyMonkey*. De referir ainda que um conjunto de 8 emails bloqueou automaticamente o envio futuro de emails a partir da conta do *SurveyMonkey*. Após a receção da notificação dos emails devolvidos e/ou cancelados foram feitas novas diligências, por email ou por telefone, para reenviar o conteúdo da mensagem para um novo contacto.

Como se viu, o pedido de preenchimento do questionário foi enviado por email, tendo sido enviados vários convites por município no caso em que se dispunha de mais de um contacto – geral, do gabinete da presidência ou da vereação e do técnico identificado pelo IPDJ como interlocutor responsável pela área da juventude. Por este motivo, em alguns casos foram rececionadas mais do que uma resposta, totalizando 355 questionários num universo de 308 municípios – 257 questionários completos (72,4%) e 98 parcialmente respondidos (27,6%) (Gráfico 1.2).

Gráfico 1.2. Questionários preenchidos (%) N=355



Fonte: Monitorização via *SurveyMonkey*, 2018

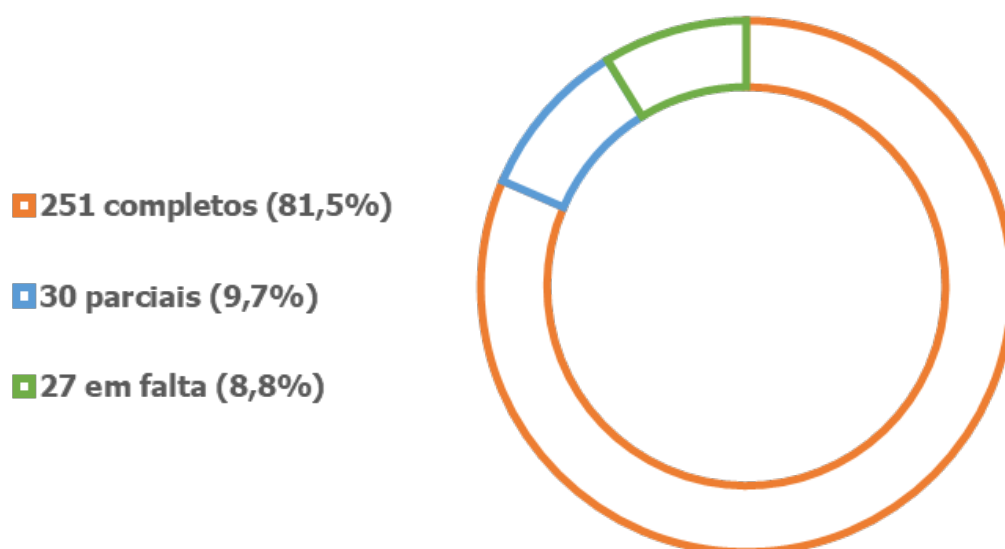
No caso dos questionários completos verificou-se a existência de 6 duplicações. Nestes casos, foram seleccionados como válidos os questionários cujo preenchimento estava mais completo e, nos casos em que os questionários eram idênticos, o critério de seleção foi o nível hierárquico do cargo desempenhado pelo respondente, tendo sido seleccionado o questionário preenchido pelo responsável do cargo mais elevado na estrutura orgânica do município.

De referir ainda que, do total dos municípios contactados, 27 nunca acederam ao questionário *online* mesmo depois de contactados por telefone várias vezes, e 30 preencheram apenas parcialmente o questionário até à data de fechamento do mesmo,

pelo que, não havendo sido completados, aqueles não foram considerados válidos, não integrando, pois, a base de dados em análise no presente relatório.

No total foram considerados válidos 251 questionários completos – a amostra do nosso estudo -, o que corresponde a 81,5% do total dos 308 municípios portugueses (gráfico 1.3).

Gráfico 1.3. Questionários preenchidos por município (%) N=308



Fonte: Monitorização via *SurveyMonkey*, 2018

As respostas obtidas foram extraídas do *SurveyMonkey* diretamente para o *software* estatístico *SPSS-Statistical Package for the Social Sciences*, onde os dados foram organizados e a base de dados validada. Todos os resultados estatísticos apresentados neste relatório foram desenvolvidos neste mesmo *software*. No caso particular das respostas abertas previstas no questionário, procede-se a uma análise descritiva do tipo categorial (Guerra, 2006). Este processo revela-se fundamental para transformar as respostas abertas em variáveis nominais e, desse modo, passíveis de tratamento estatístico no SPSS.

1.4. Municípios, respondentes e população jovem – uma breve caracterização

No que se refere aos municípios, uma análise da taxa de resposta por área geográfica, tendo como referência as unidades territoriais NUTS nível III (anexo 2), permite-nos verificar que a taxa média de resposta foi de 80,8% (mapa 1.1).

As unidades territoriais em que todos os municípios responderam ao questionário são Madeira (100%), Cávado (100%) e Tâmega e Sousa (100%).

Mapa 1.1. Taxa de respostas por NUTS III



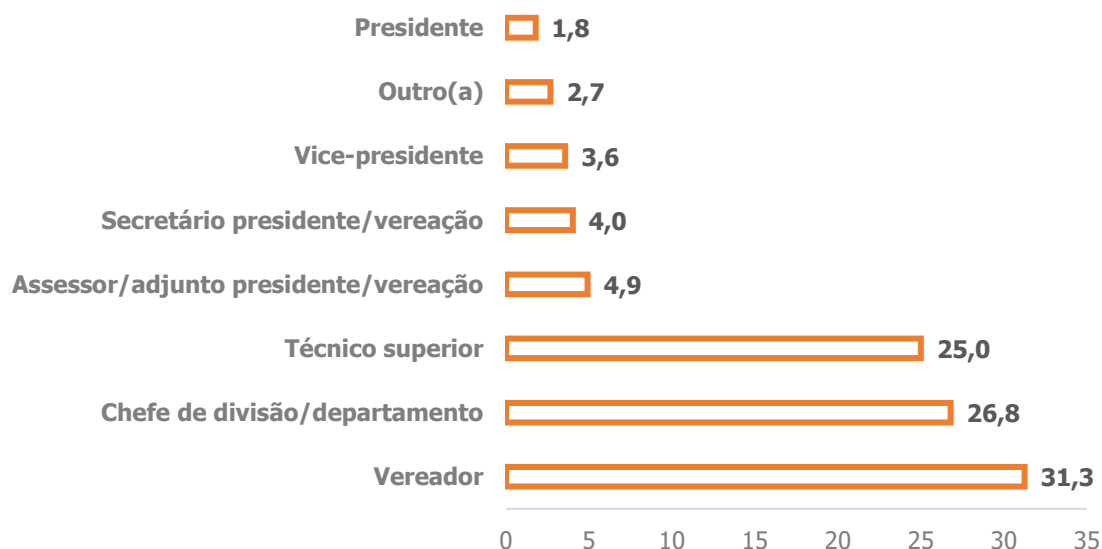
Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251)

Ainda que nem todos os municípios tenham completado o questionário, Douro (94,7%), Açores (94,7%), Área Metropolitana do Porto (94,1%) e Baixo Alentejo (92,3%) foram unidades territoriais em que se registaram taxas de resposta acima dos 90%.

Por sua vez, a Beira Baixa foi a unidade territorial com a menor taxa de resposta (50%). Beiras e Serra da Estrela (66,7%), Região de Leiria (60%) e Viseu-Dão Lafões (57,1%) foram também NUTs onde se registaram taxas de resposta inferiores a 70%.

No que concerne os indivíduos respondentes do inquérito *online*, a maioria ocupa cargos de direção no município, nomeadamente de vereação (31,3%) ou de chefia de divisão ou departamento (26,8%). A percentagem de técnicos superiores que responderam ao inquérito é mais reduzida (25%) (gráfico 1.4).

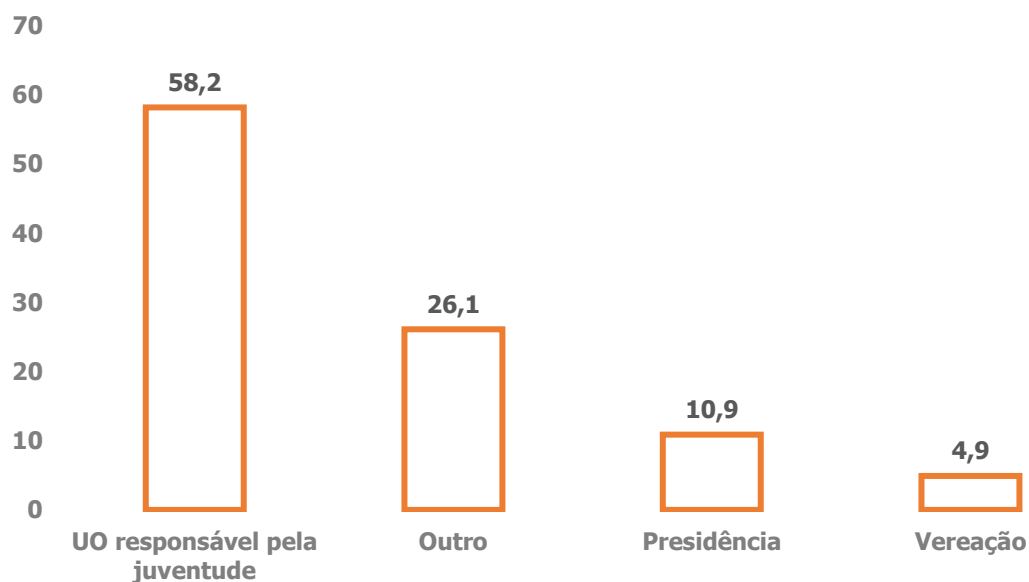
Gráfico 1.4. Cargo que o inquirido desempenha no município (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=224). Pergunta do questionário: «Cargo que desempenha no município recodificado (valores= Presidente; Vice-presidente; Vereador; Assessor/adjunto presidente/vereação; Secretário presidente/vereação; Chefe de divisão/departamento; Técnico superior; Outro(a))».

Como seria de esperar, a maioria dos inquiridos que respondeu ao inquérito pertence à unidade orgânica responsável pela área da juventude (gráfico 1.5).

Gráfico 1.5. Unidade orgânica em que trabalha o inquirido (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=184). Pergunta do questionário: «Unidade orgânica em que trabalha recodificado (valores= Presidência; Vereação; UO responsável pela juventude; Outro)».

Sendo a escala regional justamente o foco analítico do estudo importa ainda, antes de se iniciar a análise dos dados do inquérito aos responsáveis municipais de juventude, contextualizar os territórios onde as políticas de juventude se inscrevem e apurar, em particular, as principais tendências sociodemográficas no que respeita à distribuição recente da população jovem no espaço. Isto porque se considera, como hipótese plausível, que as políticas municipais de Juventude estarão, em grande medida, articuladas com a maior ou menor presença de população jovem nos territórios onde incidem.

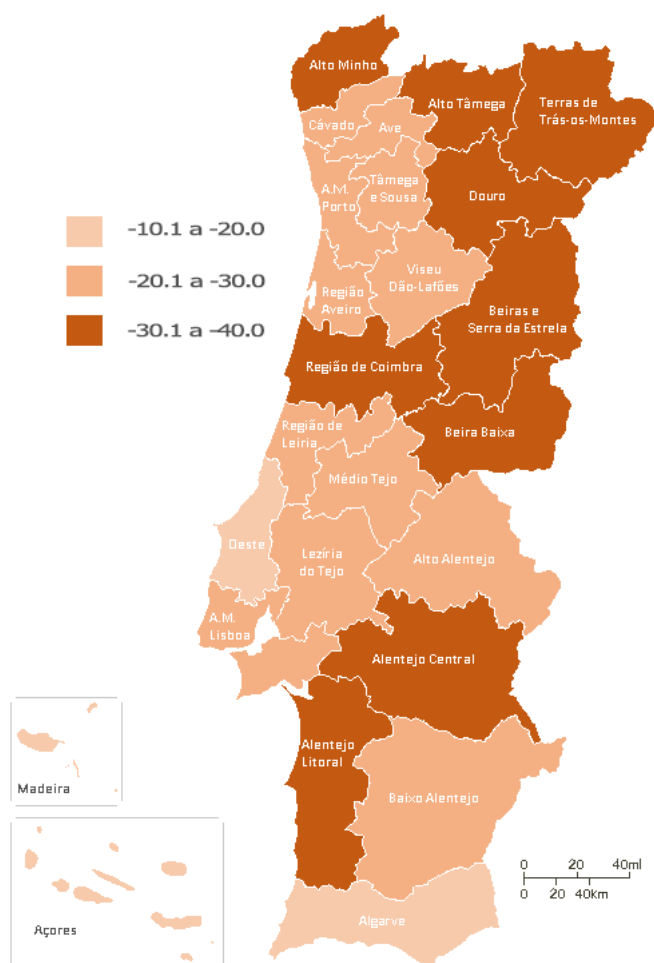
Ora, nas últimas décadas tem-se assistido a um decréscimo da proporção da população jovem no total da população, em todo o território português. A reconfiguração da estrutura demográfica a nível nacional deveu-se em larga medida à conjunção de vários fatores, como o aumento da esperança média de vida, a baixa natalidade verificada nas últimas décadas, bem como a intensificação de emigração jovem, sobretudo após a crise de 2009 (Vieira, Ferreira e Pinho, 2017).

O mapa 1.1 mostra eloquentemente esta tendência de decréscimo, em particular a intensidade com que ela ocorreu nos últimos 15 anos em todas as unidades territoriais (NUTS III). Não obstante, apesar de o decréscimo populacional ser um fenómeno transversal a todo o país, verificam-se algumas diferenças regionais que importa sublinhar.

Uma primeira evidência é a acentuação do fenómeno de interioridade, uma vez que é nas unidades territoriais do interior do país, a norte e a centro, que se concentram os municípios que mais perderam população jovem nos últimos anos. Há também a salientar um elevado decréscimo da população jovem e conseqüente envelhecimento da população na região do Alentejo, mais acentuado no litoral e no Alentejo central.

Em contraste, verifica-se um menor decréscimo da população jovem nas zonas litorais e mais urbanas, destacando-se a zona Oeste (-18%) e o Algarve (-17%) como aquelas que menos perderam população jovem. Destaque-se, no entanto, que as regiões mais urbanas da Área Metropolitana de Lisboa (-27%) e do Porto (-30%) e a Região de Coimbra (-35%), têm-se debatido nos últimos anos com dificuldades em atrair população jovem.

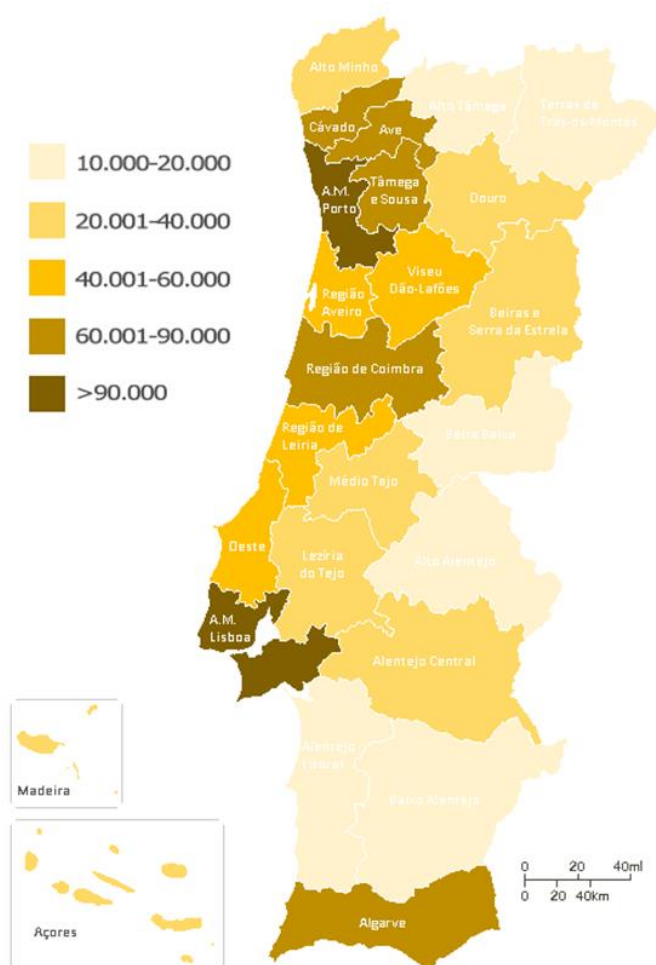
Mapa 1.2. Taxa de crescimento da população jovem 2001-2016 (%)



Fonte: INE, Pordata, 2018

Por sua vez, uma análise sincrónica da distribuição geográfica dos jovens por NUTS III, considerando o escalão etário da população entre 15 e 29 anos, permite captar outras perspetivas, no que toca às tendências demográficas. O mapa 1.2 evidencia um padrão de distribuição da população jovem pelo território português caracterizado por uma acentuada litoralização e urbanização. Em 2016 a população jovem concentra-se mais nas zonas litorais e urbanas, nomeadamente na Área Metropolitana de Lisboa (426 765 jovens) e do Porto (277 550 jovens). Existe também uma forte concentração de jovens no Norte e no Centro, com destaque para a região do Cávado (74 053 jovens), do Ave (75 053 jovens), do Tâmega e Sousa (82 053 jovens) e, mais a centro, a Região de Coimbra (63 537 jovens). Destaca-se ainda a zona do Algarve (67 884 jovens) zona turística com alguma capacidade de atração de jovens, pela oferta de emprego, ainda que com um carácter sazonal.

Mapa 1.3. População jovem 15-29 por NUTS III, 2016 (N)



Fonte: INE, Pordata, 2018

Uma análise mais fina, por município (Figura 1), permite verificar que os 5 municípios com mais população jovem em 2016 localizam-se nas áreas Metropolitanas de Lisboa (Sintra, Lisboa e Loures) e do Porto (Vila Nova de Gaia e Braga). Os 5 municípios com menos população jovem situam-se nos Açores (Corvo, Lajes das Flores e Santa Cruz das Flores), no Alentejo (Barrancos) e no Algarve (Alcoutim).

Figura 1.1. Municípios com mais população jovem (15-29 anos)



Figura 1.2. Municípios com menos população jovem



Fonte: Pordata, 2018

Considerando agora as mudanças demográficas ocorridas entre 2001 e 2016 à escala municipal – e já não em termos de grandes regiões NUTs III – constata-se que o município que registou um maior aumento da população neste período foi Vila de Rei, com um crescimento de 17,7%, não existindo qualquer outro município do país com um crescimento tão positivo nos últimos 15 anos. Os poucos municípios onde se observaram crescimentos positivos de população jovem no mesmo período concentram-se na Área Metropolitana de Lisboa: Alcochete (16,2%), Mafra (14,7%), Arruda dos Vinhos (13,6%), Montijo (6,5%), Sesimbra (3,7%) e Benavente (3,4%). Os restantes encontram-se mais dispersos pelo território nacional: são eles Lagos (7%) e Santa Cruz, na Madeira (3,7%).

Feito o retrato da distribuição da população jovem pelas várias regiões do país, passemos agora à apresentação dos principais resultados do estudo.

Capítulo 2

Estrutura de intervenção municipal na área da juventude

Tatiana Ferreira

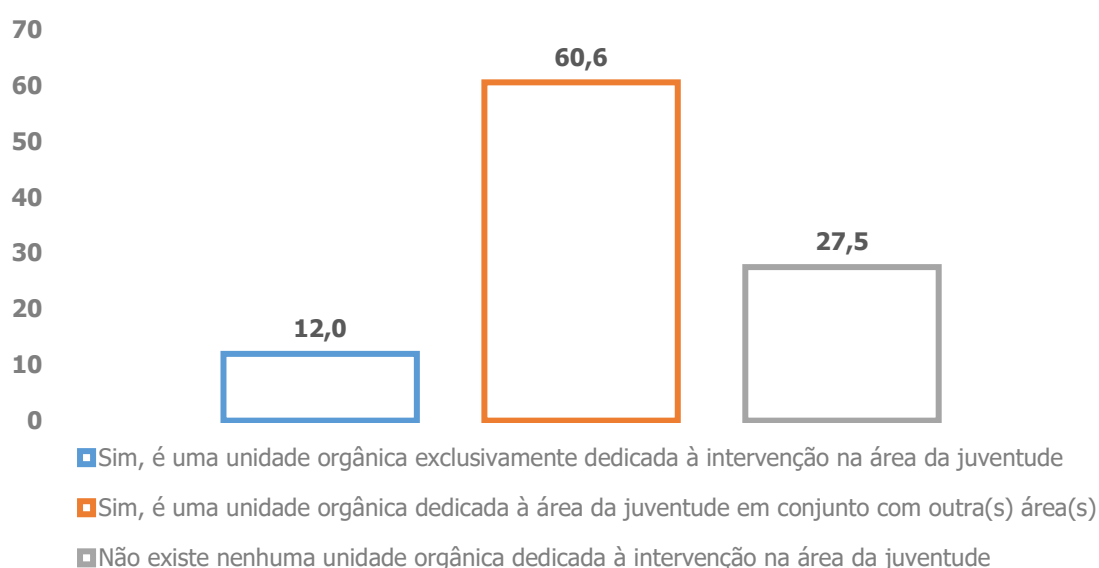
Identificar as formas de governança que, à escala municipal, enquadram a implementação das políticas públicas no domínio da juventude, constituiu o primeiro objetivo do estudo. É sabido que o conhecimento acerca dos recursos institucionais, organizacionais, financeiros e humanos ativados e mobilizados no desenvolvimento das políticas públicas a nível local é fator relevante para uma melhor compreensão do funcionamento e das linhas estratégicas de intervenção dos municípios – nomeadamente, na área da juventude (Rodrigues, 2014). Não é, pois, despidianda a identificação da estrutura orgânica de intervenção municipal nesta área, pois ela permite mapear a relevância que lhe é concedida dentro dos vários modos de organização interna existentes nos concelhos do país.

Num primeiro momento serão analisados os dados relativos à estrutura de intervenção municipal para a juventude de cada município, com especial incidência sobre a tipologia, designação e exclusividade da unidade orgânica. Posteriormente, serão apresentados os recursos disponíveis em cada unidade orgânica, seja a nível financeiro, através do apuramento da dotação orçamental na área da juventude, seja a nível humano, através da análise do volume, exclusividade e formação dos recursos humanos disponíveis em cada unidade orgânica.

2.1. Estrutura e tipologia

Como se pode constatar no gráfico 2.1., dos municípios respondentes, a maioria (72,6%) afirma possuir uma unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude, embora em grande parte deles (60,6%) a referida unidade partilha essa intervenção com outras áreas de atuação, e apenas em 12% dos municípios essa unidade tem um carácter exclusivo, ou seja, é exclusivamente dedicada à intervenção na área da juventude. Em polo oposto situam-se os cerca de 1/4 dos municípios da amostra que não têm, na sua estrutura, uma unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude.

Gráfico 2.1. Existência de uma estrutura orgânica dedicada à juventude (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 9: «Existe no município uma unidade orgânica (divisão/departamento/gabinete) dedicada à intervenção na área da juventude?»

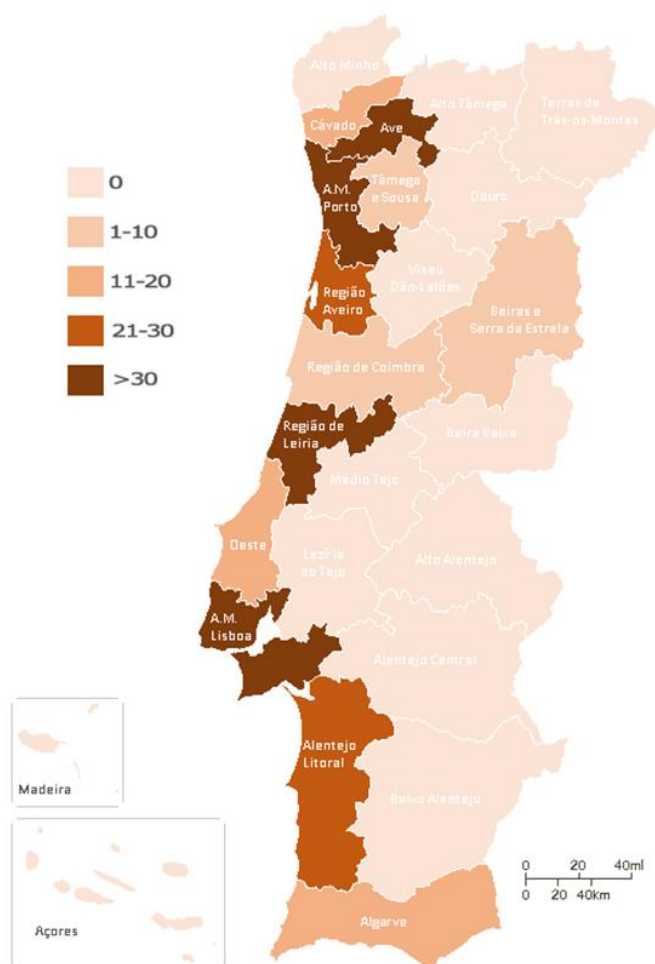
Uma análise da distribuição territorial dos municípios com uma unidade orgânica exclusivamente dedicada à intervenção na área da juventude permite constatar a proporção reduzida que esta modalidade de organização assume no conjunto das unidades territoriais NUTs III (mapa 2.1.). Não obstante, o mapa evidencia igualmente a existência de alguns contrastes territoriais que importa assinalar.

Por um lado, verifica-se uma acentuada assimetria entre o interior e o litoral, sendo que, na amostra, em apenas uma unidade territorial do interior do país encontra-se municípios com unidades orgânicas com exclusividade – Beiras e Serra da Estrela (10% UO exclusivas). É no litoral que se concentra a maioria dos que possuem uma unidade orgânica exclusivamente dedicada à área da juventude, sobretudo na Área Metropolitana de Lisboa, em 66,7% dos municípios e, a uma distância maior, na Área Metropolitana do Porto, em 37,5% das autarquias, precisamente as regiões no continente onde existe maior densidade de população jovem. A estas se acrescentam ainda, com alguma relevância, a região do Ave (33,3%) e de Leiria (33,3%).

Por outro lado, emerge também a tradicionalmente assinalada oposição territorial Norte /Sul (Ferrão, 2002): em apenas duas regiões – o Alentejo Litoral (25%) e o Algarve (14,3%) - existem concelhos que dispõem de unidades orgânicas exclusivas.

Importa ainda registar o contraste territorial entre o continente e as regiões autónomas. Na verdade, nas regiões autónomas, entre os municípios respondentes nenhum possuía uma unidade orgânica com carácter exclusivo.

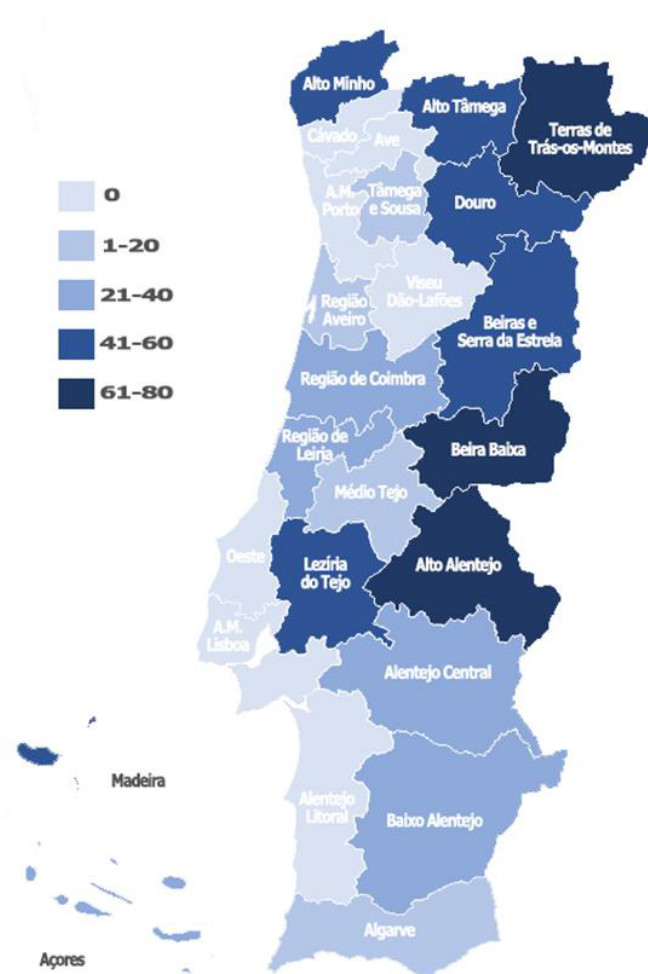
Mapa 2.1. Proporção de municípios com unidade orgânica dedicada exclusivamente à área da juventude, por NUTS III (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 9: «Existe no município uma unidade orgânica (divisão/departamento/gabinete) dedicada à intervenção na área da juventude?» Tabela do mapa 2.1 no anexo 7

Por contraponto, uma análise da distribuição territorial dos municípios sem unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude revela a existência de um conjunto de unidades territoriais com elevada proporção de municípios que não dispõem de unidades orgânicas dedicadas à intervenção na área da juventude (mapa 2.2.).

Mapa 2.2. Proporção de municípios sem unidade orgânica dedicada exclusivamente à área da juventude, por NUTS III (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 9: «Existe no município uma unidade orgânica (divisão/departamento/gabinete) dedicada à intervenção na área da juventude?» Tabela do mapa 2.2 no anexo 7.

Mais uma vez se constata uma assimetria entre litoral e interior, sendo que a maioria das regiões com menor percentagem de municípios sem unidades orgânicas dedicadas exclusivamente à área da juventude se concentra no litoral: a norte, no caso do Cávado, Ave e Área Metropolitana do Porto; ao centro, no Oeste; e a centro-sul, sobretudo na Área Metropolitana de Lisboa, todas elas unidades territoriais que possuem, como se viu, uma percentagem significativa de municípios com unidade orgânicas exclusivamente dedicadas à intervenção na área da juventude e que se caracterizam também por serem das regiões com maior densidade populacional jovem. É exceção a região de Viseu/Dão e Lafões, que se localiza no centro-interior do continente, NUT que é composta apenas por unidades orgânicas que se dedicam à intervenção na área da juventude em conjugação com outras áreas. A região do Alentejo Litoral é também exceção, sendo que, apesar de ser a segunda unidade territorial com menor densidade populacional jovem

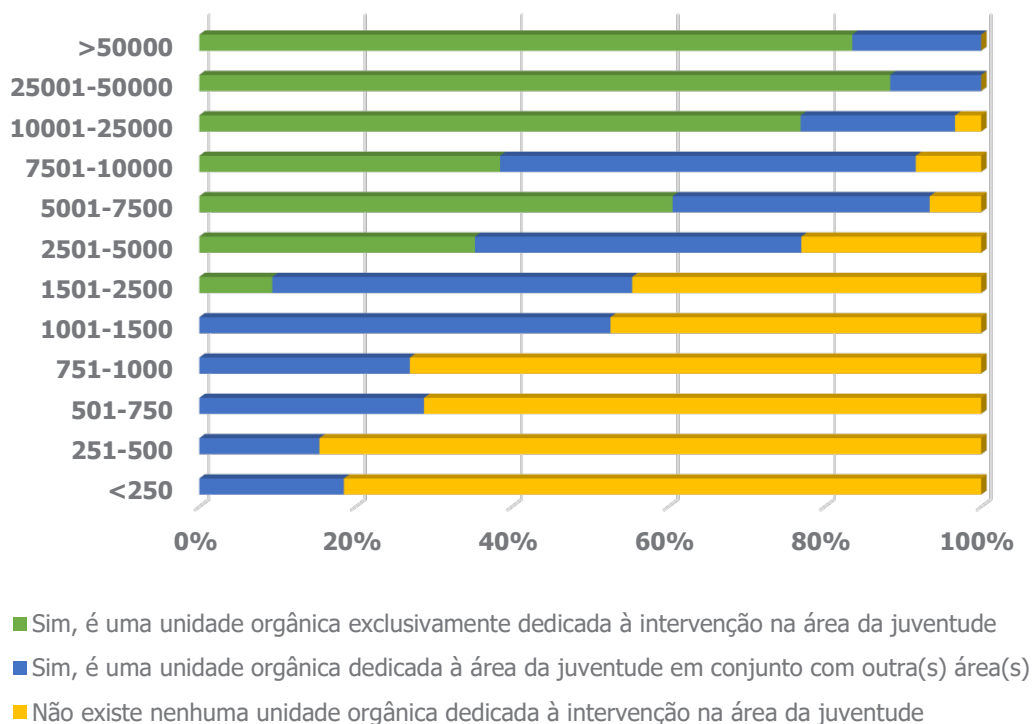
em 2016 (13 158 jovens), se destaca por não possuir municípios sem unidades orgânicas dedicadas à juventude, sendo inclusive uma região em que, como já foi sublinhado, 25% dos municípios possui uma unidade orgânica com carácter de exclusividade.

Por sua vez, as regiões onde existe maior percentagem de municípios sem unidades orgânicas dedicadas à área da juventude localizam-se precisamente nas regiões mais interiores de Portugal: a norte, no caso de Terras de Trás-os-Montes, onde 62,5% dos municípios não possuem unidade orgânica; e mais a centro, no caso das NUT Beira Baixa e Alto Alentejo, com 66,7% e 63,6% de concelhos sem unidades orgânicas, respetivamente. No caso das Ilhas, é sobretudo a Região Autónoma da Madeira a acompanhar esta tendência.

Esta análise evidenciou, assim, alguns padrões na distribuição territorial dos municípios, sendo que é sobretudo nas unidades territoriais com maior densidade populacional que existe, por um lado, uma maior percentagem de municípios com unidades orgânicas com carácter de exclusividade e, por outro lado, uma menor percentagem de municípios sem unidades orgânicas dedicadas à intervenção na área da juventude. Efetivamente, em termos de distribuição populacional é possível constatar a existência de uma correlação moderada¹³ entre a densidade de população jovem (15-29 anos) no município e o carácter de exclusividade da unidade orgânica para a juventude. Se, por um lado, os municípios com maior densidade populacional – acima de 25 000 jovens – possuem, na sua maioria, unidades orgânicas exclusivamente dedicadas à área da juventude, por outro, os municípios com menor volume de população jovem não dispõem, na sua maioria, de unidades orgânicas para a juventude, sejam ou não exclusivas (gráfico 2.2).

¹³ Correlação negativa moderada: coeficiente de Pearson = -0.550

Gráfico 2.2. Existência de uma estrutura orgânica dedicada à juventude, por população jovem em 2016 (Nº)



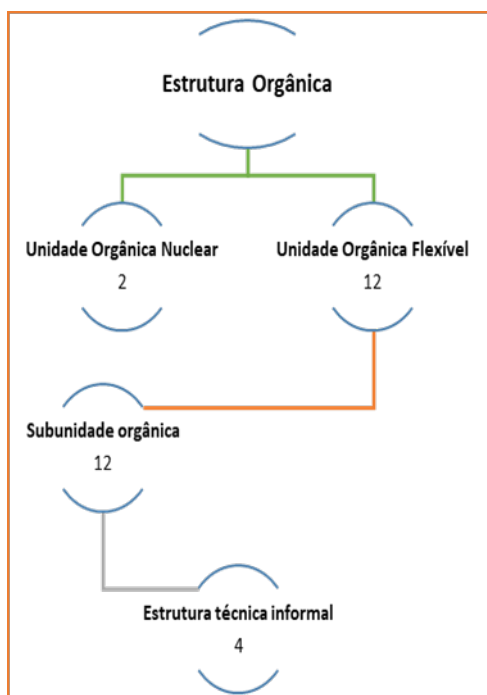
Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). INE, Pordata, 2018

Se estas constituem as principais tendências identificadas quanto à existência de uma estrutura orgânica de intervenção municipal na área da juventude, importa agora apurar outros instrumentos de gestão local com impacto neste domínio.

De acordo com o regime jurídico que estabelece a orgânica dos serviços das autarquias locais (Lei n.º 86/2009), a organização dos serviços municipais deve obedecer a uma estrutura interna hierarquizada composta por unidades orgânicas nucleares e unidades orgânicas flexíveis (figura 2.1). As unidades orgânicas nucleares têm um carácter rígido, sendo compostas sobretudo por direções ou departamentos municipais, e correspondendo sempre a uma departamentalização fixa (Lei n.º 86/2009-artigo 10, alínea 2). Já as unidades flexíveis podem ser criadas, alteradas e extintas por deliberação da câmara municipal, sempre que seja necessário otimizar os recursos físicos, humanos e/ou financeiros do município.

A definição das competências e atribuições das unidades orgânicas flexíveis é da responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal (Decreto-Lei n.º 305/2009, artigo 7º, alínea a).

Figura 2.1. Tipologia das unidades orgânicas municipais



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251).

Ora, as respostas obtidas no inquérito por questionário lançado às autarquias revelam que, entre os municípios que afirmam possuir uma unidade orgânica exclusivamente dedicada à intervenção na área da juventude (N=30), apenas em dois casos essas unidades apresentam uma tipologia nuclear, ou seja, fixa, sendo ambos localizados na Área Metropolitana de Lisboa e em municípios com mais de 15 000 jovens. Como se depreende, a tipologia mais frequente observada nos municípios com uma unidade orgânica exclusivamente dedicada à área da juventude é, efetivamente, a unidade orgânica flexível (presente em 12 municípios) ou a subunidade orgânica (igualmente em 12 municípios).

Existem ainda 4 municípios com tipologia alternativa: nestes, a área da juventude está integrada ou compõe uma estrutura técnica com um carácter "informal", ou seja, não possui a natureza de unidade nem de subunidade orgânica o que, por norma, significa que está sob a dependência direta do Executivo ou de uma outra unidade orgânica. O facto de não serem unidades orgânicas com competências e atribuições próprias e com uma afetação própria de recursos humanos e financeiros, pode, eventualmente, limitar a sua atuação e dificultar o desenvolvimento e implementação de uma política local para a juventude nos respetivos municípios. Contudo, a dependência direta do executivo ou de outra unidade orgânica pode também maximizar o alcance da sua atuação na medida em que esta modalidade pode ser mais propícia ao

desenvolvimento de uma política integrada e intersectorial com áreas chave como a educação, emprego, habitação, saúde, etc. (Siurala, 2006).

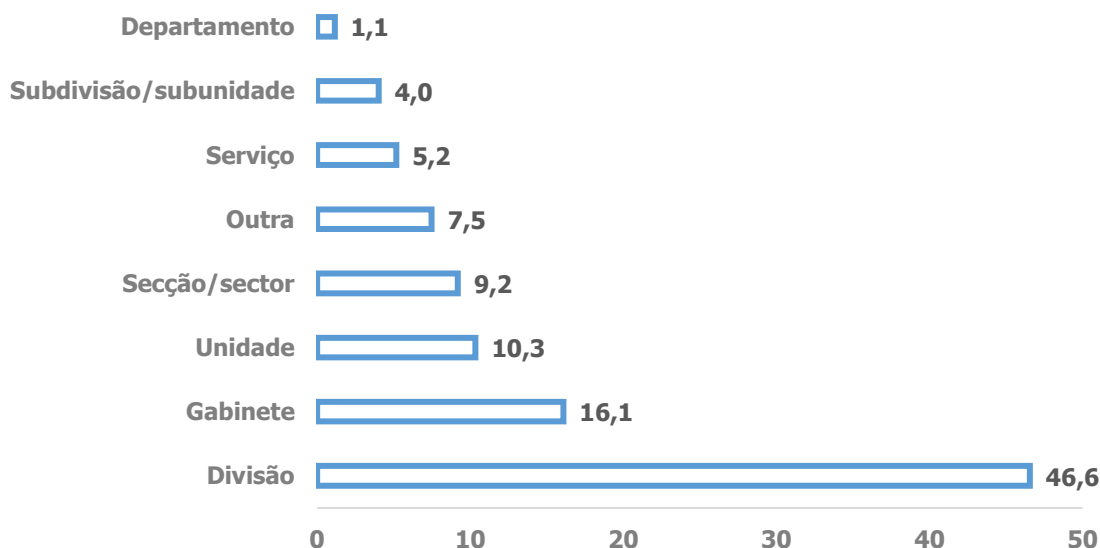
A designação atribuída às unidades dedicadas à juventude não é, também, dimensão despicienda, pois poderá ser reveladora do grau de importância consagrado por cada autarquia a este domínio de intervenção.

A estrutura interna dos municípios é constituída, como se viu, por unidades orgânicas nucleares e unidades orgânicas flexíveis, cuja nomenclatura compreende diversas designações que traduzem a estrutura orgânica municipal.

As unidades orgânicas nucleares são compostas por direcções e departamentos (Lei n.º86/2009- Artigo 3.º). Assim, e entre os municípios inquiridos cuja área de juventude compõe uma unidade orgânica nuclear, a designação "departamento" é a mais utilizada (1,1%) (gráfico2.3).

Por sua vez, as unidades flexíveis podem assumir, entre outras designações, a de "divisão". Nos municípios inquiridos, entre os que possuem uma unidade dedicada à área da juventude, com um carácter exclusivo ou não, a "divisão" é a designação mais frequente (46,6%).

Gráfico 2.3. Designação da unidade orgânica dedicada à juventude (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=182). Pergunta 10: «Qual o nome da(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude? recodificada por tipologia de designação orgânica - Designação da(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude? (valores= 1) Departamento; 2) Divisão; 3) Gabinete; 4) Outra; 5) Secção/sector; 6) Serviço; 7) Subdivisão/subunidade; 8) Unidade) N=174; Não respostas (8).»

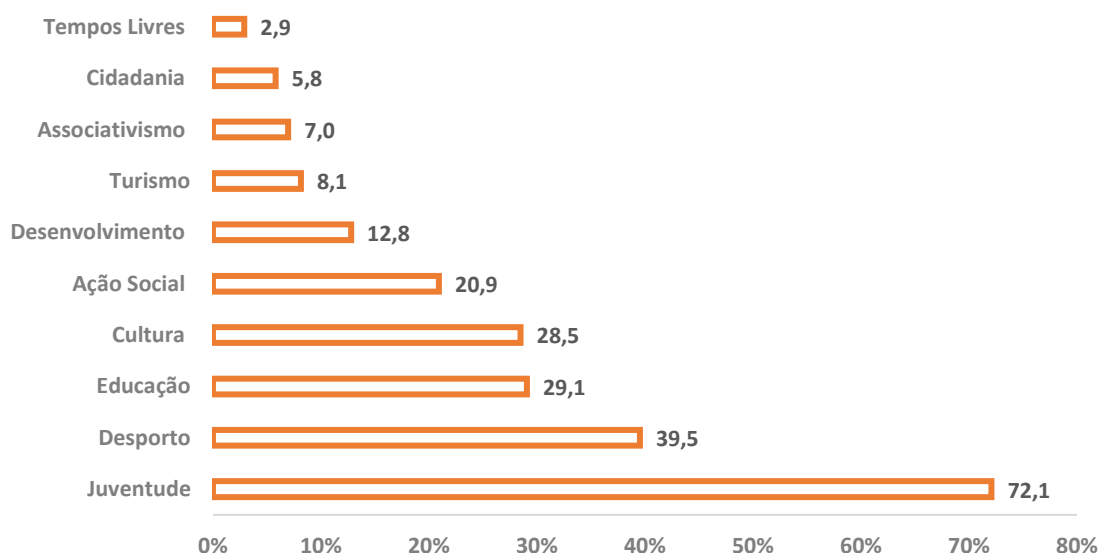
As designações de “gabinete” (16,1%), de “secção/sector” (9,2%) ou de “serviço” (5,2%) são menos utilizadas e correspondem, por norma, a subunidades enquadradas no Executivo ou em outras unidades orgânicas. Em algumas autarquias podem ainda corresponder a estruturas técnicas informais (gráfico 2.3).

Uma análise da designação da unidade por densidade populacional permite verificar que os municípios com mais de 15 000 jovens utilizam sobretudo a designação “divisão” (60,9%). Ainda que seja também a designação mais utilizada por aqueles que têm menos de 15 000 jovens (44,4%), nestes municípios existe uma maior diversidade de denominações, como a de gabinete (14,6%), unidade (11,9%), secção/sector (9,3%), serviço (6%) e subdivisão/unidade (4,6%). De salientar ainda que a designação unidade, serviço e subdivisão/unidade não existe entre os municípios com mais de 15 000 jovens.

A partir da denominação da unidade orgânica dedicada à juventude foi possível analisar quais as áreas de intervenção que alinham com esta área específica e que constam da designação de cada autarquia.

A palavra juventude aparece em 72,1% das designações das unidades orgânicas, sendo que esta área se encontra sobretudo associada às áreas do desporto (39,5%), educação (29,1%), cultura (28,5%) e ação social (20,9%) (gráfico 2.4).

Gráfico 2.4. Área da unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude (resposta múltipla) (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018. Pergunta 10: «Qual o nome da(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude? recodificada por área temática - Área da unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude, resposta múltipla (Ação Social; Associativismo; Cidadania; Cultura; Desenvolvimento; Desporto; Educação; Juventude; Tempos Livres; Turismo).» Resposta múltipla N=174

Uma análise da designação da unidade orgânica tendo em conta o seu grau de exclusividade permite verificar que, nos municípios que possuem uma estrutura exclusivamente dedicada à área da juventude, a designação contém sempre a palavra juventude e só residualmente utiliza outras denominações como educação (13,8%), ação social (6,9%) e tempos livres (6,9%).

Já no caso dos municípios que não possuem uma estrutura exclusiva dedicada à juventude, ainda que a palavra juventude seja a mais frequente (65,5%), são utilizadas denominações complementares como desporto (46,2%), cultura (33,1%), educação (31,7%) e ação social (23,4%), em referência à(s) área(s) de intervenção que operam em conjunto na unidade orgânica com intervenção partilhada.

A multiplicidade de áreas de intervenção referenciadas pelos municípios é demonstrativa de como, à exceção da maioria dos municípios que possuem uma unidade orgânica exclusiva, a área da juventude aparece sempre associada a outros domínios. Mais uma vez, uma análise por densidade populacional permite verificar que a palavra juventude aparece em 52,5% dos municípios com mais de 15 000 jovens, o que contrasta com os tímidos 29,1% dos municípios com menos de 15 000 jovens.

Como já aventámos, se, por um lado, a dificuldade de a juventude se constituir como uma área de intervenção autónoma pode limitar a sua capacidade de atuação a nível local, por outro lado, a sua integração em outras áreas de intervenção pode também potenciar a capacidade de atuação neste domínio, permitindo o desenvolvimento de uma política integrada e de cooperação entre diferentes áreas (Council of Europe e European Commission, 2017; Siurala, 2006).

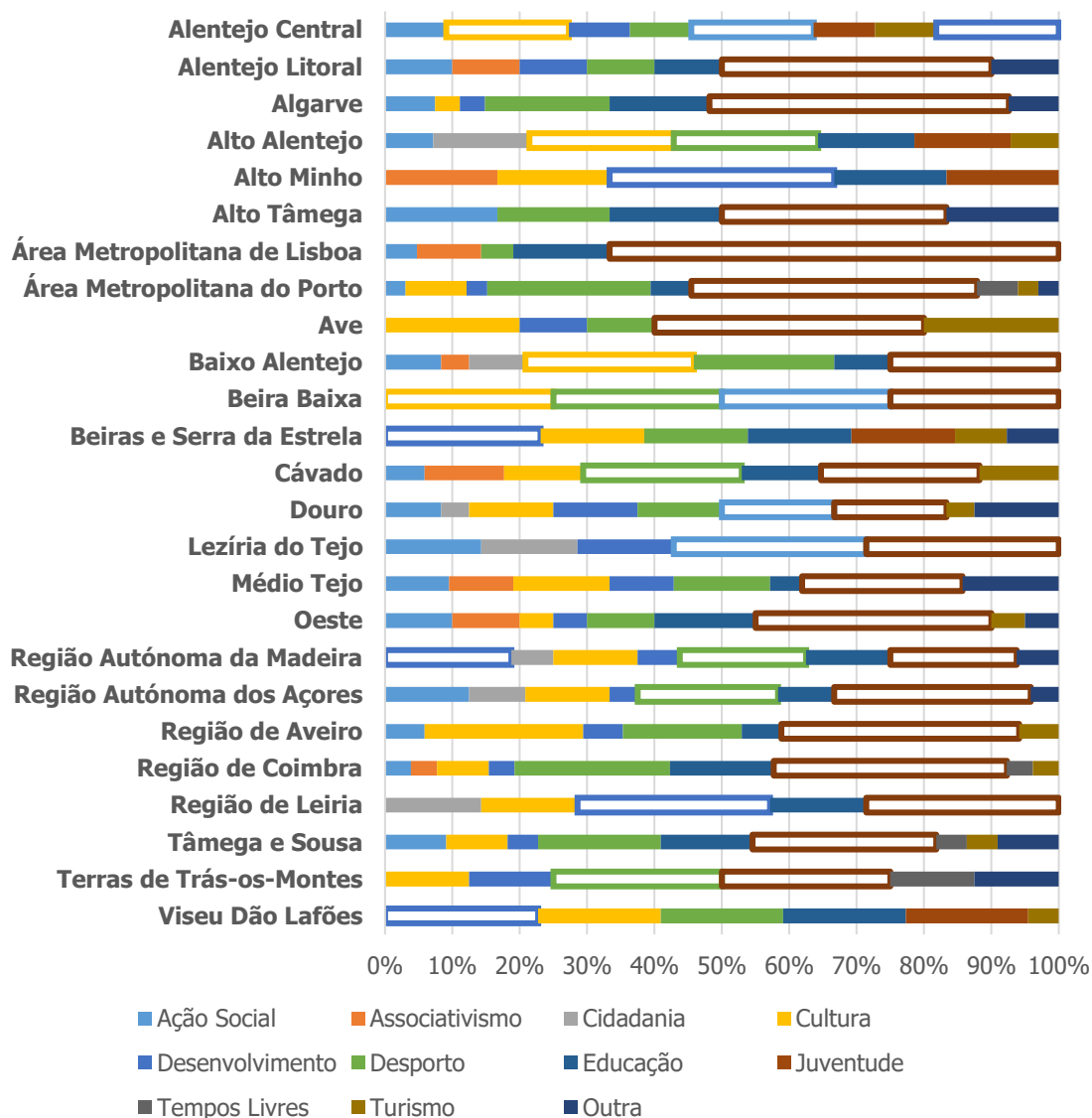
Uma análise da área da unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude tendo como referência a distribuição territorial dos municípios permite constatar a existência, em algumas regiões, de outras designações mais frequentes que a de "juventude" (gráfico 2.5).

Com efeito, a área da "ação social" prevalece mais em regiões do centro-interior como Viseu, Dão e Lafões, Beiras e Serra da Estrela ou insulares como na Região Autónoma da Madeira.

À exceção do Alentejo Litoral que, como se verificou, se destaca por não ter municípios sem unidades orgânicas dedicadas à área da juventude e por ter uma percentagem significativa de municípios com unidades orgânicas com um carácter de exclusividade, nas restantes regiões do Alentejo a designação "cultura" é a que aparece com mais frequência na designação da unidade orgânica dedicada à juventude. Sendo o Alentejo uma das regiões com menor densidade populacional jovem, as unidades

orgânicas na área da juventude parecem assim estar mais associadas a áreas não diretamente relacionadas com a juventude – não só a cultura, mas também, no caso do Alto Alentejo e Baixo Alentejo, o desporto - domínios que dizem respeito a uma oferta de serviços mais abrangente, direcionada à população em geral, embora possa também beneficiar os jovens.

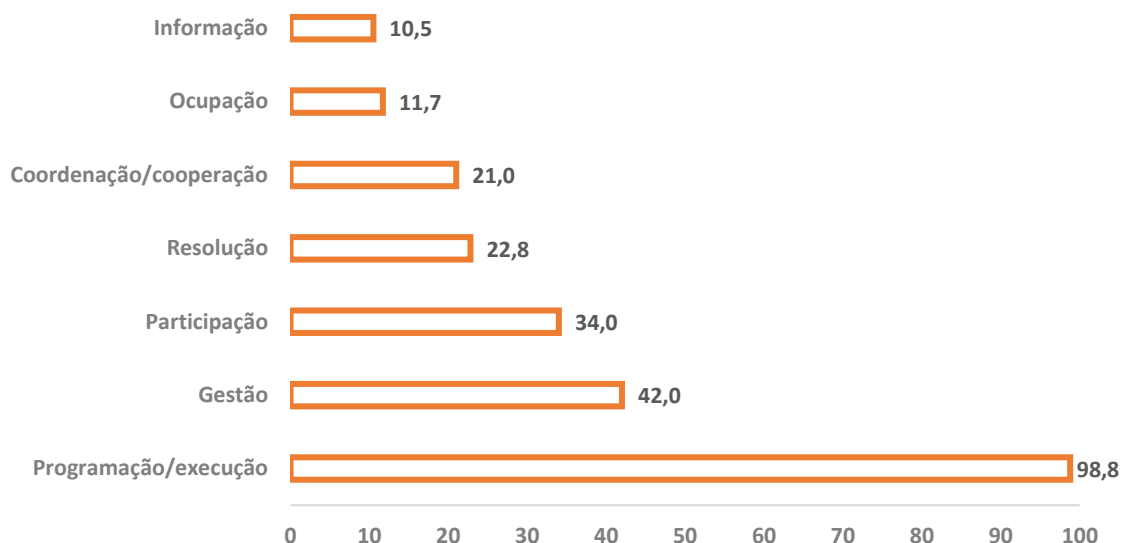
Gráfico 2.5. Área da unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude, por NUTS III (resposta múltipla) (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018. Pergunta 10: «Qual o nome da(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude?, recodificada por área temática - Área da unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude, resposta múltipla (Ação Social; Associativismo; Cidadania; Cultura; Desenvolvimento; Desporto; Educação; Juventude; Tempos Livres; Turismo).» Resposta múltipla N=174

Após a análise da(s) denominação(ões) das unidades orgânicas municipais destinadas à intervenção na área da juventude, vejamos agora o seu conteúdo, ou melhor, as suas atribuições específicas. A partir da análise de conteúdo das missões referenciadas pelos municípios, aquelas foram agregadas de acordo com o critério das suas várias funcionalidades (gráfico 2.6).

Gráfico 2.6. Missão e atribuições da(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude, por função (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018. Pergunta 11: «Descreva sucintamente qual é a missão e as atribuições dessa(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude?» Recodificada, resposta múltipla N=166

Como se constata, de entre as missões referidas destaca-se, a grande distância das demais, a de programação/execução de políticas públicas na área da juventude, consubstanciada na promoção e desenvolvimento de atividades/programas e/ou ações direcionadas aos jovens, tendo esta opção sido identificada por quase todos os municípios (98,8%) (tabela 2.1).

Ainda que com menor expressão, é igualmente relevante a missão de gestão (42%) destacada pelos municípios, particularmente a que engloba a gestão relacionada com os equipamentos e as atividades desportivas, bem como com os equipamentos e atividades culturais.

De importância equivalente é a missão dirigida ao estímulo à participação dos jovens na vida social e política dos concelhos (34%). Neste domínio, as principais atribuições identificadas referem-se ao associativismo juvenil e à sua dinamização, bem como ao

envolvimento dos jovens no território e, por essa via, ao seu contributo para o desenvolvimento local.

Tabela 2.1. Missão e as atribuições dessa(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude

Programação/execução <ul style="list-style-type: none">•Promover e desenvolver atividades/programas/ações direcionadas aos jovens;•Desenvolver e executar as políticas públicas municipais na área da juventude
Gestão <ul style="list-style-type: none">•Gerir e dinamizar equipamentos e atividades desportivas;•Gerir e dinamizar equipamentos e atividades culturais
Participação <ul style="list-style-type: none">•Dinamizar o associativismo juvenil;•Envolver os jovens no desenvolvimento do território/local
Resolução <ul style="list-style-type: none">•Prevenir e promover a resolução dos problemas dos jovens do município;•Promover o desenvolvimento de políticas de fixação da população jovem;•Elaborar estudos de diagnóstico dos jovens do município
Coordenação/Cooperação <ul style="list-style-type: none">•Estabelecer acordos e protocolos de cooperação com outros organismos e associações na área da juventude;•Assegurar a articulação e coordenação sectorial das políticas municipais na área da juventude
Ocupação <ul style="list-style-type: none">•Promover ações de ocupação de tempos livres e de voluntariado
Informação <ul style="list-style-type: none">•Assegurar serviços de apoio e informação aos jovens

Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018. Pergunta 11: «Descreva sucintamente qual é a missão e as atribuições dessa(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude?» Resposta múltipla

Alguns municípios elencam como uma das principais atribuições da unidade orgânica dedicada à área da juventude a resolução dos problemas dos jovens do município (22,8%). Neste caso, trata-se sobretudo da prevenção e promoção da resolução dos problemas dos jovens, do desenvolvimento de medidas específicas como a promoção de

políticas de fixação da população jovem, ou ainda da realização de estudos de diagnóstico dos problemas e necessidades dos jovens do município, para uma melhor adequação das políticas municipais a esta população.

A coordenação e cooperação com outros organismos/instituições (21%) é outra das funções atribuídas às unidades orgânicas dedicadas à intervenção na área da juventude, nomeadamente através do estabelecimento de acordos e protocolos de cooperação com outros organismos e associações na área da juventude, por forma a assegurar a articulação e coordenação sectorial das políticas municipais nesta área.

As missões menos elencadas foram as que se relacionam com a ocupação dos jovens (11,7%) e a informação aos jovens (10,5%). Não obstante, e no caso específico das ações de ocupação dos tempos livres e de voluntariado, é de salientar o importante papel desempenhado pelas autarquias na ocupação dos tempos livres de crianças e jovens, nomeadamente através de programas de atividades em período de férias escolares.

É importante sublinhar que, em alguns municípios, é atribuída uma importância a áreas de atuação que podem nem sempre ter como público-alvo direto os jovens, e que envolvem a gestão e dinamização de espaços desportivos (19,1%) e culturais (11,7%) de utilização mais ampla.

As missões que compreendem primordialmente a gestão de equipamentos e serviços, nomeadamente os equipamentos e serviços desportivos e culturais, são sobretudo mencionadas por municípios com uma unidade orgânica partilhada - respetivamente em 22,2% e 13,3% do conjunto de municípios em que a intervenção na área da juventude está estruturada em conjunto com outra(s) área(s). Por contraste, nos municípios com uma unidade orgânica exclusiva, a gestão dos equipamentos desportivos e culturais é mencionada por apenas 3,7% desses municípios.

Os municípios cuja unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude está estruturada em conjunto com outra(s) área(s) são também os que atribuem maior importância à prevenção e promoção da resolução dos problemas dos jovens do município (11,9%) e ao acompanhamento dos órgãos consultivos da juventude, como o Conselho Municipal de Juventude (11,1%). Estes municípios evidenciam uma *cultura mais diretiva* de políticas públicas para os jovens: estes são percecionados primordialmente como destinatários de serviços e ações que, entre outros fins, visam também a resolução dos seus problemas e necessidades (Shange, 2002), em detrimento de uma valorização da sua participação ativa.

Por seu turno, os municípios com uma unidade orgânica exclusiva para a juventude privilegiam sobretudo a dinamização do associativismo juvenil (40,7%), a participação dos jovens no desenvolvimento do território/local (37%), o estabelecimento de acordos e protocolos de cooperação com outros organismos e associações na área da juventude (22,2%) e o assegurar a articulação, coordenação sectorial das políticas municipais na área da juventude (18,5%), evidenciando uma *cultura mais participativa* de políticas públicas com os jovens. Esta abordagem, mais próxima de uma solução de governança que de governo¹⁴, considera os jovens não apenas como beneficiários, mas também como atores intrinsecamente envolvidos – como um recurso e como um parceiro de atuação local - no desenvolvimento e promoção do território (Shange, 2002; Ndhlovu, Hofisi & Schutte, 2014).

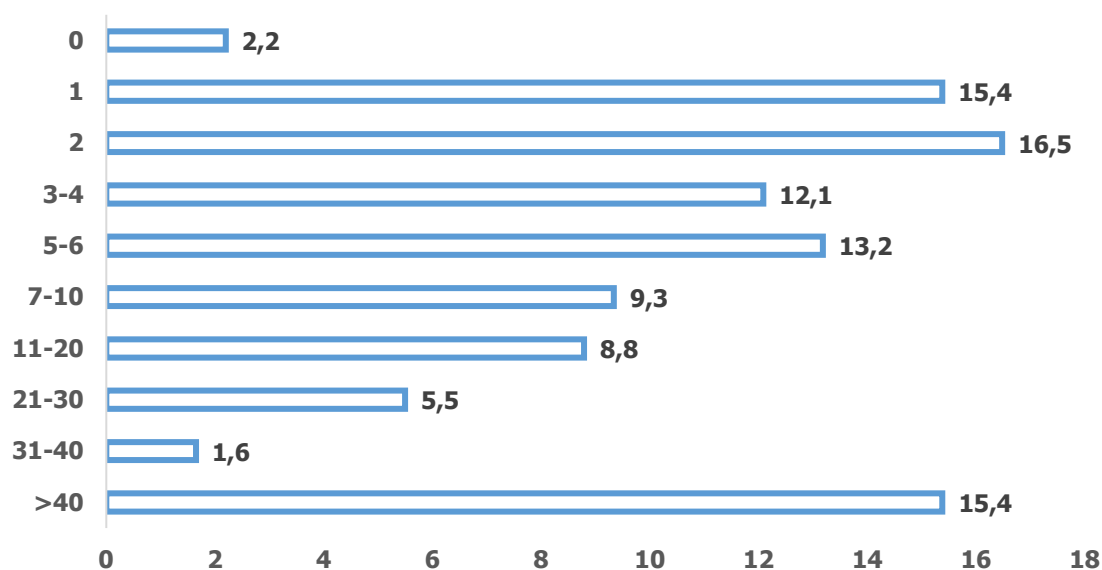
2.2. Recursos Humanos

O desenvolvimento das missões e atribuições das autarquias e, no caso em apreço, as que se referem à intervenção na área da juventude, depende significativamente dos recursos humanos e financeiros que lhe estão alocados. Ora, de entre as competências atribuídas à Presidência da Câmara, está também incluída a capacidade de afetar ou reafectar os recursos humanos de acordo com o quadro de pessoal do município e de acordo com o que foi previamente fixado em regulamento.

O inquérito por questionário que serviu de suporte principal ao estudo não recolheu dados relativos à tipologia e hierarquia dos recursos humanos afetos a cada município, mas sim apenas em relação ao seu volume e afetação à área da juventude. Do conjunto da amostra, a maioria dos municípios (59,4%) tem até 6 recursos humanos afetos à unidade orgânica dedicada à intervenção nesta área. Contudo, há que salientar que cerca de 1/3 dos municípios tem menos de 3 recursos humanos e que apenas 15,9% indica possuir entre 20 e 40. Proporção idêntica (15,4%) de municípios dispõe de um número mais elevado de recursos humanos – acima de 40 (gráfico 2.7).

¹⁴ Importa distinguir os dois conceitos, pois referem-se a soluções de governação diferentes. "Governo" é frequentemente associado a uma "administração centralizada, sectorializada e hierarquizada, assente em modos de regulação por comando e controlo baseados em instrumentos legais e regras burocrático-procedimentais" (Ferrão, 2015: 328), ao passo que "governança" se desdobra em várias figuras, mas pode ser definida enquanto fórmula "estimulando processos partilhados de decisão e gestão que integram diferentes níveis da administração e as partes interessadas (*stakeholders*) da sociedade civil e da economia, e em que os princípios da coordenação e da subsidiariedade e diferentes formas de *soft skills* (diálogo, persuasão, mediação, concertação, etc...) e de *soft power* ganham grande centralidade (Rhodes, 1997, cit. In Ferrão, 2015: 329).

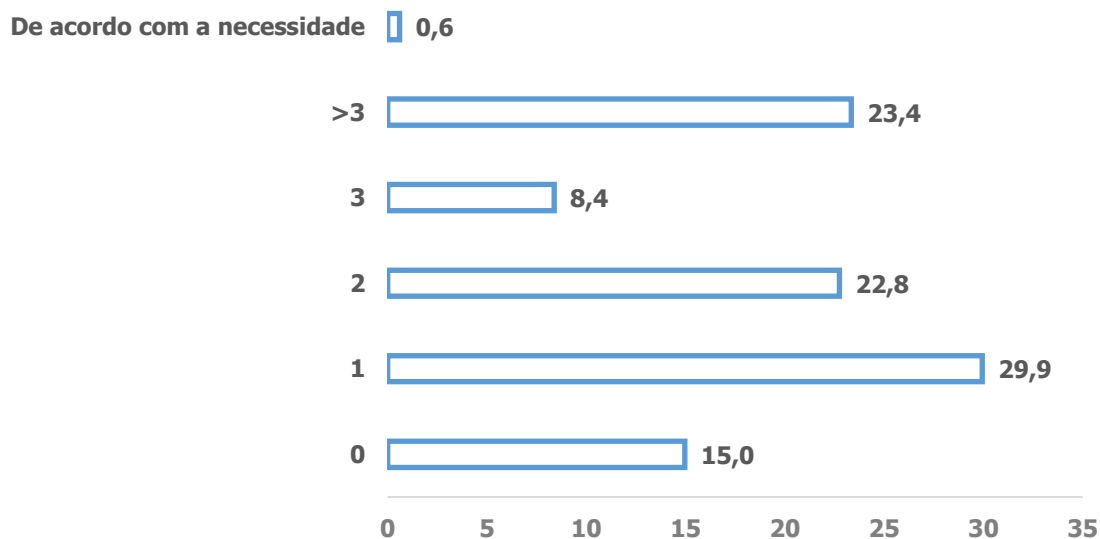
Gráfico 2.7. Recursos humanos afetos à(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=173). Pergunta 12: «Em termos de recursos humanos, quantas pessoas, no total, estão afetas à(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude? – recodificado (valores= 0; 1; 2; 3; 4; 5; 6-10; 11-20; 21-30; 31-40; >40)»

Contudo, se aferirmos o número de recursos humanos que se dedica especificamente à intervenção na área da juventude, a percentagem reduz-se consideravelmente. Apenas 23,4% dos municípios que possuem uma unidade orgânica dedicada à juventude tem mais de 3 recursos humanos dedicados especificamente à área da juventude. A maioria tem apenas 1 (29,9%) ou 2 (22,8%) recursos humanos (gráfico 2.8).

Gráfico 2.8. Recursos humanos dedicados especificamente à(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude (%)



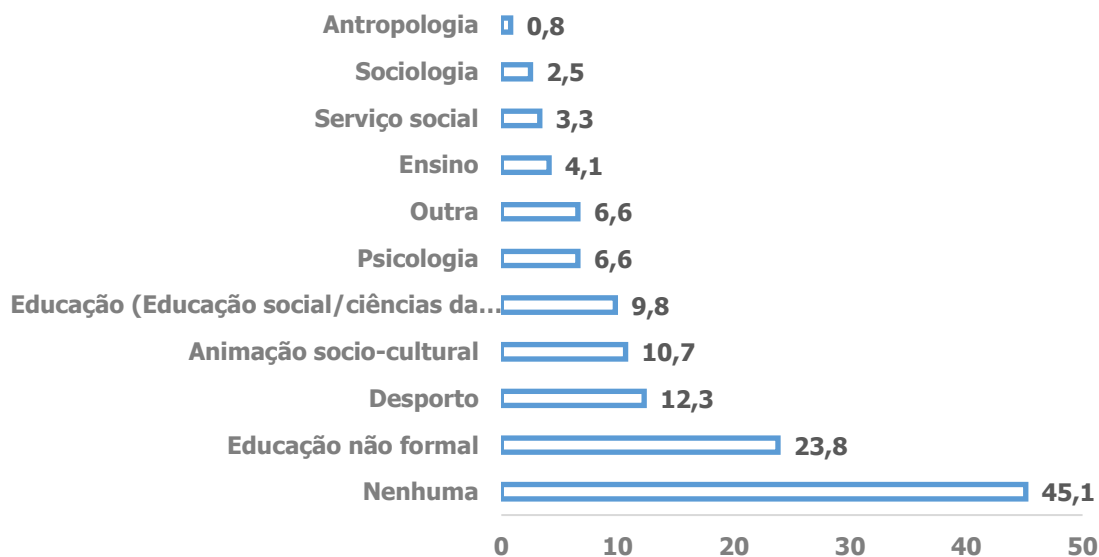
Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=173). Pergunta 12: «Do total de recursos humanos dentro dessa(s) unidade(s) orgânica(s), quantas pessoas estão especificamente afetas à intervenção na área da juventude? (n=167; não respostas-15) e «Do total de recursos humanos dentro dessa(s) unidade(s) orgânica(s), quantas pessoas têm formação específica na área da juventude? (n=164; não respostas-18) recodificados (valores= 0; 1; 2; 3; >3)»

Como seria de esperar, o carácter de exclusividade da unidade orgânica para a juventude está relacionado com a existência de recursos humanos especificamente dedicados à atuação nesta área. Com efeito, todos os municípios respondentes com uma unidade orgânica exclusiva possuem recursos humanos especificamente alocados à intervenção na área da juventude e, em metade destes (50%), dispõem de mais de 3 recursos humanos.

Igualmente determinante para a existência de recursos humanos dedicados à intervenção na área da juventude é a densidade de população jovem no município. A maioria dos municípios (72,7%) que em 2016 contava com mais de 15 000 jovens (INE, Pordata, 2018) possuía mais de 3 recursos humanos afetos especificamente à intervenção na área da juventude, em claro contraste com os tímidos 15,9% contabilizados entre os municípios com menos de 15 000 jovens.

Para além do volume de profissionais, interessa também conhecer o tipo de formação específica possuída. Ora, quando indagados sobre a área de formação dos recursos humanos afetos à intervenção na área da juventude, quase metade (45,1%) dos municípios respondentes afirma que estes profissionais não possuem formação específica na área (gráfico 2.9).

Gráfico 2.9. Área de formação dos recursos humanos com formação específica na área da juventude (%)

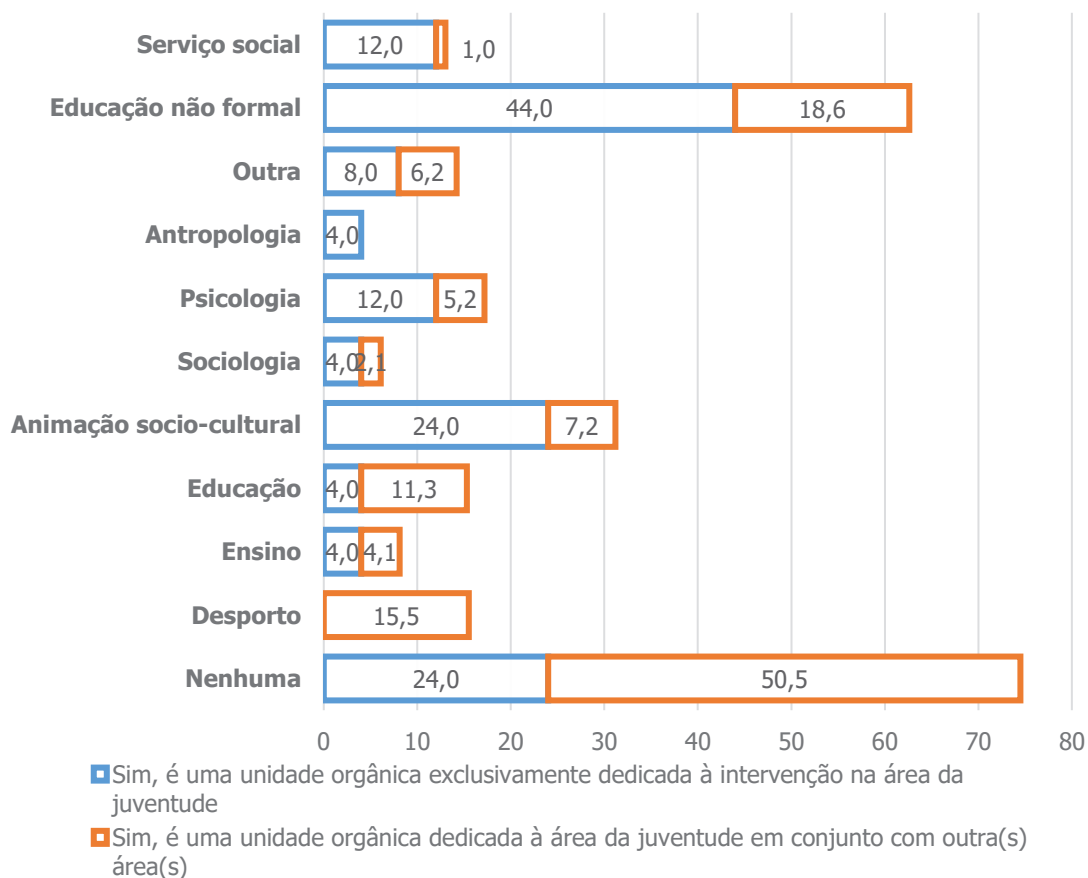


Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=122). Pergunta 15: «Que formações específicas na área da juventude têm esses recursos humanos? recodificada (valores= Nenhuma; Desporto; Ensino; Educação (Educação social/ciências da educação); Animação socio-cultural; Sociologia; Psicologia; Antropologia; Outra; Educação não formal; Serviço social)»

Relativamente aos restantes, a área de formação específica mais frequentemente indicada é obtida através da educação não formal (23,8%), de natureza diversa, desde participação em *workshops*, até à frequência de módulos de formação específica na área da juventude. Destaca-se ainda a proporção de recursos humanos com formação em desporto (12,3%), em animação sociocultural (10,7%) e em educação (9,8%).

Uma análise mais fina por tipologia de unidade orgânica permite captar informação adicional a este respeito, como se constata no gráfico 2.10: assim, entre as unidades orgânicas exclusivamente dedicadas à intervenção na área da juventude, os seus recursos humanos possuem formação sobretudo em educação não formal (44%) e animação sociocultural (24%); já nas unidades orgânicas dedicadas à área da juventude em conjunto com outra(s) área(s), os recursos humanos a elas afetos possuem sobretudo formação nas áreas do desporto (15,5%), educação não formal (18,6%) e educação (educação social/ciências da educação) (11,3%).

Gráfico 2.10. Área de formação dos recursos humanos com formação específica na área da juventude, por tipologia de unidade orgânica (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=122). Pergunta 15: «Que formações específicas na área da juventude têm esses recursos humanos? recodificada (valores= Nenhuma; Desporto; Ensino; Educação (Educação social/ciências da educação); Animação socio-cultural; Sociologia; Psicologia; Antropologia; Outra; Educação não formal; Serviço social)» Resposta múltipla

A transversalidade das áreas de intervenção na área da juventude, no caso dos municípios em que a área da juventude está coordenada com outras áreas, pode explicar, por exemplo, o facto de ser apenas nestes municípios que o desporto surge como área de formação ou, ainda, a prevalência, face a outros municípios, de recursos humanos diplomados em educação – educação social ou ciências da educação.

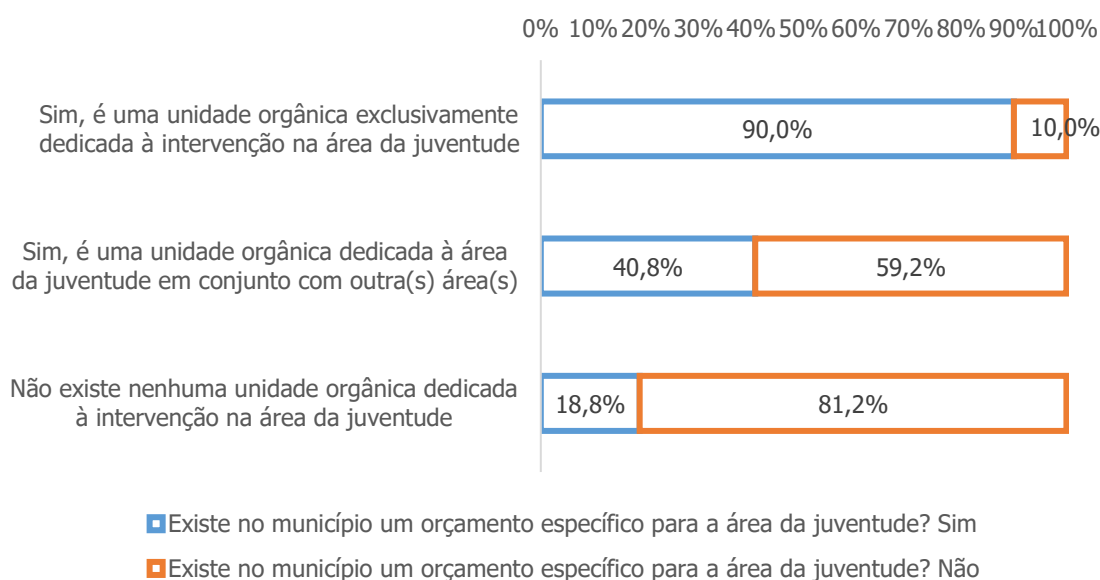
2.3. Recursos financeiros

Para além dos recursos humanos, a alocação de recursos financeiros afigura-se dimensão crucial para a implementação das políticas públicas. Apesar de uma recente recomendação europeia sublinhar justamente a importância de um orçamento sustentável e autónomo como ingrediente-chave para o sucesso das políticas públicas

nesta área (Council of Europe e European Commission, 2017), verifica-se que a maioria dos municípios (59,4%) não dispõe de um orçamento específico para a área da juventude.

Detalhando por tipologia, no caso dos municípios que não possuem uma unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude, em apenas 18,8% dos municípios existe um orçamento específico para esta área (gráfico 2.11). Mesmo entre os municípios que possuem uma unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude, só nos casos em que essa unidade tem um carácter de exclusividade é que a maioria dos municípios (90%) afirma possuir um orçamento específico dedicado à intervenção na área da juventude.

Gráfico 2.11. Existência de um orçamento específico para a área da juventude por unidade orgânica (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=63). Pergunta 16: «Existe no município um orçamento específico para a área da juventude?» (valores=sim; não).

Considerando agora o tipo de organização da unidade orgânica, constata-se que todos os municípios que possuem um departamento dedicado à intervenção na área da juventude dispõem de um orçamento dedicado a essa área. Também 60,7% dos gabinetes e 57,1% das subdivisões/subunidades possuem orçamento dedicado à intervenção nesta área. No entanto, quando se passa às unidades, verifica-se que 77,8% destas não possuem orçamento dedicado à área da juventude.

Se a existência de uma unidade orgânica para a juventude não parece ser determinante - a menos que tenha um carácter de exclusividade - para a observância de um orçamento específico, já a densidade de população jovem parece ser fator

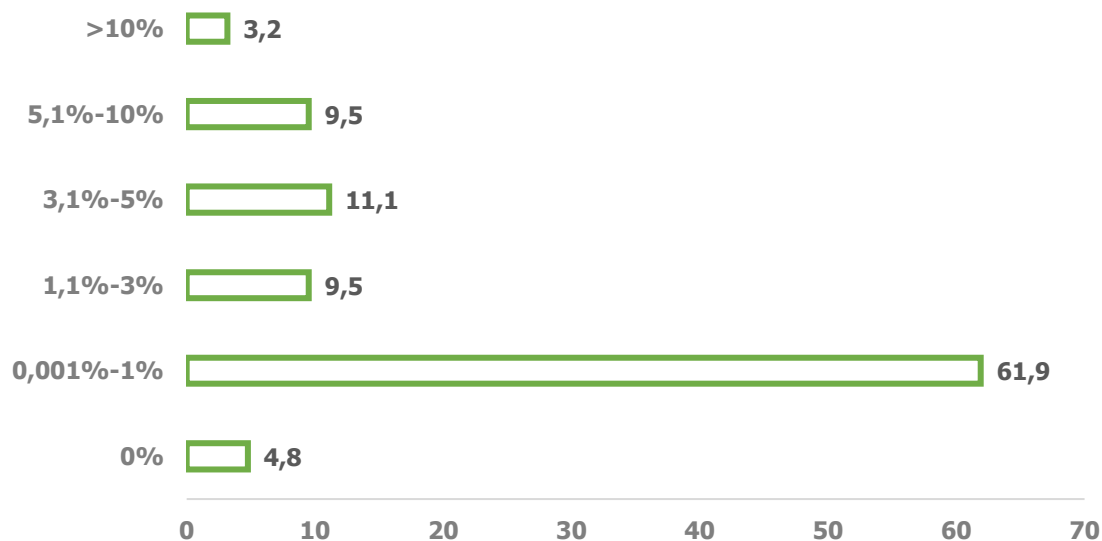
relevante para justificar um investimento financeiro específico na área da juventude, por parte de cada autarquia. Se não, vejamos: a maioria (87%) dos municípios que em 2016 tinham mais de 15 000 jovens (INE, Pordata, 2018) contemplaram um orçamento específico dedicado à intervenção na área da juventude, por contraste com a tímida proporção (36%) dos municípios com menos de 15 000 jovens que incluiu a área das políticas de juventude na sua dotação orçamental.

O Mapa 2.3, por sua vez, cartografa a paisagem nacional dando conta de algumas assimetrias territoriais no tocante à dotação de orçamento municipal para a juventude. Em contraste com o interior, o litoral apresenta-se como a área geográfica em que existem mais municípios com um orçamento específico para a intervenção na área da juventude, com especial destaque para as unidades territoriais da Área Metropolitana de Lisboa (86,7%), Cávado (83,3%), Alentejo Litoral (75%) e Oeste (66,7%).

Um conjunto de fatores demográficos, nomeadamente o aumento da esperança média de vida, o envelhecimento da população e a baixa taxa de fecundidade, associado a dinâmicas de mobilidade interna e externa, tem levado ao esvaziamento do Interior e a uma tendência crescente de urbanização e litoralização da população jovem (Vieira, Ferreira, Pinho, 2017; Ferreira, 1999). Estas dinâmicas podem, em parte, explicar os contrastes em termos de investimento orçamental face ao volume populacional de jovens.

Contudo, ainda que, como se viu, no interior e nas regiões autónomas habitem proporcionalmente menos jovens, existem algumas ausências e assimetrias que importa sublinhar. A primeira é a existência de 3 unidades territoriais onde não existe nenhum município que possua um orçamento específico para a intervenção na área da juventude – dois no interior centro (Viseu, Dão e Lafões e Beira Baixa) e um na Região Autónoma da Madeira. O mosaico territorial cartografado (mapa 2.3) evidencia também a existência de um forte contraste regional no Alentejo entre os municípios do interior e do litoral: 75% dos municípios do Alentejo Litoral possuem um orçamento específico para a área da juventude, ao passo que no Alentejo central essa proporção fixa-se nos 20%. Por último, destaca-se a região do Algarve, que se distancia do padrão observado nas regiões litorais por possuir uma baixa percentagem de municípios com um orçamento específico para a juventude (28,6%).

Gráfico 2.12. Percentagem do orçamento do município foi especificamente dedicado à intervenção na área da Juventude (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=63). Pergunta 17: «Em 2016, que percentagem do orçamento do município foi especificamente dedicado à intervenção na área da Juventude? recodificado (valores= 0%; 0,001%-1%; 1,1%-3%; 3,1%-5%; 5,1%-10%; >10%).»

2.4. Síntese conclusiva

Este capítulo teve como propósito mapear a estrutura orgânica dos municípios que integram a amostra do estudo «Juventude(s): do local ao nacional – que intervenção?» e conhecer os recursos humanos e financeiros que lhes estão afetos.

Uma primeira conclusão tem a ver com a estrutura e tipologia de intervenção na área da juventude à escala local. Desde logo, verifica-se que na maioria dos municípios não existe uma unidade orgânica exclusivamente dedicada à intervenção na área da juventude, sendo que prevalecem sobretudo unidades orgânicas dedicadas à juventude em articulação com outros domínios de intervenção. Ainda que a palavra “juventude” esteja presente na maioria das unidades orgânicas, a predominância de unidades orgânicas em coordenação com outras áreas faz com que estas ganhem igualmente destaque, nomeadamente a “educação”, o “desporto” e a “ação social”.

No que se refere à sua distribuição pelo território nacional, os municípios com unidades orgânicas exclusivamente dedicadas à área da juventude caracterizam-se sobretudo pela sua localização no litoral e, particularmente, nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, bem como pela sua densidade populacional, sendo na sua maioria municípios com um elevado número de jovens.

O estudo evidenciou também que a existência de poucas unidades orgânicas com um carácter de exclusividade tem influência, de certa forma, nas tipologias dessas unidades: na sua maioria, são unidades flexíveis, destacando-se a tipologia de divisões.

Uma segunda conclusão refere-se aos objetivos e missões destas estruturas. No que diz respeito às missões das unidades orgânicas, estas assentam sobretudo em funções de programação e execução de políticas públicas na área da juventude, embora algumas atribuições sejam também reveladoras da existência de prioridades e estratégias de atuação próprias de acordo com o carácter de exclusividade da unidade orgânica. Nos municípios com unidades orgânicas exclusivas para a juventude existe uma abordagem mais direcionada para os jovens enquanto parceiros do desenvolvimento local, privilegiando funções de participação e coordenação de políticas públicas. Pelo contrário, no caso das unidades orgânicas em coordenação com outras áreas de intervenção, é valorizada uma abordagem centrada nos jovens enquanto destinatários das políticas públicas, privilegiando missões relacionadas com a resolução de problemas dos jovens e gestão de equipamentos, serviços e órgãos de gestão, atividades estas mais marginais e não necessariamente direcionadas especificamente aos jovens.

O estudo permitiu igualmente retirar algumas conclusões respeitantes aos recursos humanos e financeiros existentes à escala municipal. No que diz respeito à alocação e distribuição dos recursos humanos, só foi possível obter informação sobre o volume e afetação à área da juventude. Neste caso constata-se que a maioria dos municípios não tem mais de 6 recursos humanos afetos à área da juventude, sendo ainda mais reduzido este número se tivermos em conta apenas os recursos humanos especificamente afetos à área da juventude.

A existência de uma unidade orgânica exclusiva na área da juventude e a densidade populacional existente em cada município são determinantes no volume de recursos humanos afetos à juventude, sendo que nas unidades orgânicas exclusivas e onde existem mais jovens é onde, precisamente, existem mais recursos humanos.

Estes dois fatores são igualmente determinantes no perfil formativo dos recursos humanos afetos à intervenção na área da juventude. Com efeito, nas unidades orgânicas sem exclusividade verifica-se uma maior diversidade de formações (em educação, em desporto, entre outras), ao passo que nas unidades orgânicas com exclusividade a maioria dos recursos humanos tem formação em educação não formal com foco na área da juventude, nomeadamente através da participação em workshops ou em outras modalidades de aprendizagem mais pontuais.

Finalmente, em termos de recursos financeiros disponibilizados, conclui-se que a maioria dos municípios gere orçamentos limitados não possuindo, na sua maioria, orçamentos dedicados à juventude. No caso dos municípios com unidades orgânicas em coordenação com outras áreas de intervenção, a dotação orçamental dedicada à juventude é ainda mais reduzida.

Capítulo 3

Formas de intervenção municipal na área da juventude

Luena Marinho

Após a inventariação das diferentes geometrias e composições organizacionais observadas à escala local, bem como a caracterização dos recursos disponibilizados para a intervenção na área da juventude, apresentam-se neste capítulo os vários domínios de atuação dedicados à população jovem levados a cabo pelos municípios.

A análise que se apresenta incidirá sobre os moldes como é efetuada a intervenção municipal na área da juventude, procurando aferir a existência de um plano estratégico específico de atuação na área da juventude, identificar as formas de escutar os jovens municipais e de lhes fazer chegar informação relevante - nomeadamente atividades, programas, iniciativas e eventos -, inventariar os apoios concedidos ao associativismo, e elencar as infraestruturas e serviços mais habituais disponibilizados municipalmente aos jovens. Para o concretizar, utilizaram-se como fontes de informação, não apenas as respostas ao inquérito por questionário já citado, mas também a análise documental dos materiais enviados pelos respondentes, nomeadamente regulamentos de apoio ao associativismo, planos estratégicos de intervenção para a área da juventude, programas e atividades destinados aos jovens do concelho (ex. semana da juventude, OTL, campos de férias, concursos de jovens talentos, etc.). Este material foi ainda complementado por uma análise dos *sites* dos municípios no decorrer do tempo do projeto.

Num primeiro momento apresentam-se os dados sobre o Plano Municipal de Juventude, contemplando elementos sobre a sua vigência e data de implementação, distribuição por região, expondo também algumas das mais relevantes ações propostas nos planos facultados pelos respondentes e referindo as justificações apresentadas pelos municípios, no caso da sua inexistência. Em seguida, a análise incidirá sobre a auscultação dos jovens e nos mecanismos utilizados para o efeito. O Conselho Municipal da Juventude terá aqui destaque central, aprofundando-se as suas características, composição, regularidade de encontro entre os seus membros, distribuição por região e as justificações para a sua eventual inexistência. Os apoios atribuídos às associações de juventude e a implementação de regulamentos a este tipo de apoios merecerão igualmente particular atenção neste capítulo, identificando-se algumas das suas características. Por fim, a análise termina com a identificação dos canais, infraestruturas

e serviços disponibilizados pelos municípios aos jovens, descrevendo ainda os meios mais utilizados pelos municípios para comunicar com os jovens.

3.1. Plano Estratégico para a área da juventude – Plano Municipal de Juventude

A necessidade de um plano estratégico integrador e transversal de políticas públicas especificamente destinadas a populações jovens remonta à Constituição da República Portuguesa que consagra, no seu artigo 70º, que «os jovens gozam de proteção especial para efetivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais», antevendo a colaboração de diversos atores sociais e económicos na concretização dos objetivos de uma política de juventude que deverá contemplar «a criação de condições para a sua efetiva integração na vida ativa, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade».

Também a Estratégia Europeia para a Juventude, publicada em 2009 já depois da eclosão da crise económica e financeira cujos impactos junto da população jovem revelam-se acrescidos, reconhece que «a juventude assume uma importância prioritária na visão social da União Europeia e a crise atual comporta a necessidade de potenciar o capital humano dos jovens». Por esse motivo, a Estratégia aposta no investimento e mobilização da juventude, chamando a atenção para a necessidade de colaboração intersetorial entre as políticas na área da juventude e outras áreas (como a educação, a saúde, o emprego, a inclusão), a várias escalas de governança.

Nessa linha de atuação a publicação, em Portugal, da Lei n.º 8/2009 de 18 de fevereiro constitui, como já foi dito, um marco na criação de dispositivos de envolvimento juvenil na elaboração e acompanhamento de políticas públicas a nível municipal. O referido texto legislativo cria o regime jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude (CMJ) e reforça a necessidade de implementar um Plano Municipal de Juventude (PMJ).

Na verdade, segundo o artigo 3º da referida lei, o Conselho Municipal da Juventude tem como uma das suas finalidades «colaborar na definição e execução das políticas municipais de juventude», tendo também competências consultivas no que se refere a «linhas de orientação geral da política municipal para a juventude, constantes do plano anual de atividades» (alínea a) do n.º 1 do artigo 7º), bem como competências de acompanhamento e de emissão de pareceres sobre a «execução da política municipal de juventude» (alínea a) do artigo 9º), o que implicitamente já sugere a elaboração e implementação de um PMJ.

O Plano Municipal de Juventude pretender ser uma ferramenta transversal e integradora da política municipal de juventude, pois enquadra várias áreas de atuação. A sua elaboração deve partir de um diagnóstico multidimensional que conta desejavelmente com a colaboração e participação dos intervenientes na área da juventude, procurando delinear e desenvolver um plano com ações e medidas que vão ao encontro dos problemas, das necessidades, das aspirações e das expectativas dos jovens residentes no concelho. Com efeito, o PMJ pressupõe que a definição, implementação e avaliação das políticas públicas de juventude passe por um processo participativo e integrador, como é ressaltado na Declaração de Braga:

«1 - As políticas públicas de juventude deverão ser consideradas um eixo central e transversal da governação local (...) 4 - Os municípios devem assumir um papel fundamental na implementação de verdadeiras políticas de juventude centradas nos conceitos de cidadania e cidadania europeia, e articuladoras de estratégias de emancipação e de luta contra as desigualdades, discriminação e exclusões sociais (...) 6 - O município deverá liderar a construção coletiva de um Plano Municipal de Juventude, que seja participado, transversal e inclusivo, indo ao encontro das expectativas, desejos e necessidade de todos/as os/as jovens sem discriminação» (FNAJ, 2012: 8 e 9).

Este trecho da Declaração de Braga, publicada em 2012, enfatiza a relevância das especificidades territoriais inerentes às políticas públicas, reconhecida por autores como Leonel Fadigas quando considera que «nas sociedades contemporâneas as políticas públicas são instrumentos privilegiados de organização social e de modelação do quadro de vida das populações, com consequências espaciais cuja dimensão nem sempre é imediatamente perceptível» (Fadigas, 2015:10).

A Declaração acima citada enfatiza também a relevância da participação dos jovens na formulação e implementação das políticas de inclusão social que lhes são destinadas, tal como posteriormente vem a ser reconhecido pelo Conselho da Europa, quando este organismo define política de juventude como «uma estratégia implementada pelas autoridades públicas com vista a proporcionar aos jovens oportunidades e experiências que apoiem a sua integração bem-sucedida na sociedade e permitir que eles sejam ativos e membros responsáveis de suas sociedades, bem como agentes de mudança» (Recommendation CM/Rec(2015)3: 25), avançando que «os jovens devem ter o direito, os meios, o apoio, as oportunidades e o espaço para participar como parceiros na política de juventude: aconselhando ou co-decidindo sobre a sua conceção, contribuindo para a implementação, monitorização e avaliação do impacto das políticas, e não apenas como beneficiários de serviços» (EU & CE, 2017:12).

Ainda que o Plano Municipal de Juventude seja assumido em vários documentos oficiais como um dos instrumentos fundamentais na prossecução de políticas públicas municipais na área da juventude, na realidade, os dados recolhidos juntos dos responsáveis municipais nesta área permitem concluir que a grande maioria dos municípios respondentes (91,2%)¹⁵ não possui um Plano Municipal de Juventude (PMJ), sendo este instrumento uma realidade em apenas 22 dos municípios respondentes (8,8%).

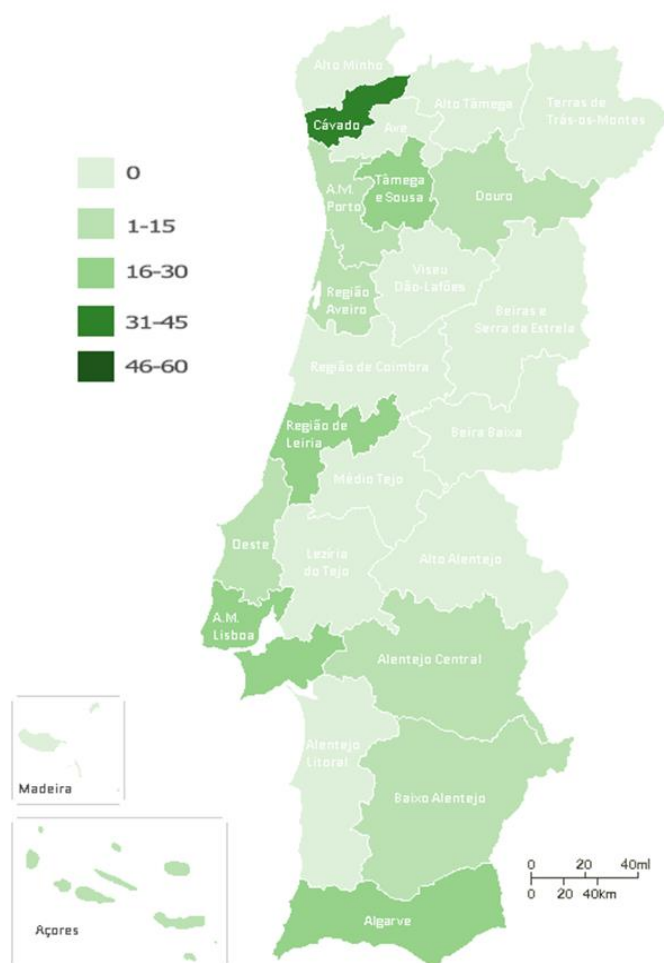
Buscou-se aferir uma possível relação entre o facto de existir ou não um PMJ e a proporção de jovens existentes no concelho (considerando os dados oficiais em 2016), tendo-se verificado que a implementação de um PMJ não decorre da existência de uma proporção de jovens elevada (acima de 20%). De facto, entre os municípios com PMJ, 3 localizam-se em territórios com uma proporção de jovens abaixo dos 14% (os valores situam-se entre os 12,2% e os 13,8%); 10 apresentam uma proporção de jovens acima dos 15% (entre os 15,2% e os 16,8%) e 8 têm uma proporção de jovens igual ou superior a 17% (situando-se entre os 17% e os 20,4%).

Fazendo uma análise similar, agora cruzando a localização dos municípios possuidores de PMJ com a sua densidade de população jovem, verificou-se que os municípios com PMJ que detêm uma densidade de jovens superior a 15 000 jovens se concentram em unidades territoriais da zona litoral (com a exceção da unidade territorial Tâmega e Sousa); já os municípios possuidores de PMJ, mas cuja densidade de jovens é inferior a 15 000, apresentam uma distribuição territorial mais variada, ainda que a zona litoral prevaleça sobre o interior (dos 15 municípios possuidores de PMJ que apresentam uma densidade de população menor que 15 000 jovens, apenas 4 localizam-se em unidades territoriais do interior). É de salientar que os municípios com densidade de população jovem abaixo dos 15 000 jovens representam 68,1%¹⁶ dos municípios com PMJ, ao passo que os que possuem um número superior a 15 000 jovens significam 31,8%.

¹⁵ Pergunta 18: «Existe no município um Plano Municipal de Juventude?» (N=251; Sim=22; Não=229)

¹⁶ No conjunto dos 22 municípios com PMJ verifica-se a seguinte distribuição: densidade de população jovem < 15000 N=15; densidade de população jovem > 15000 N=7.

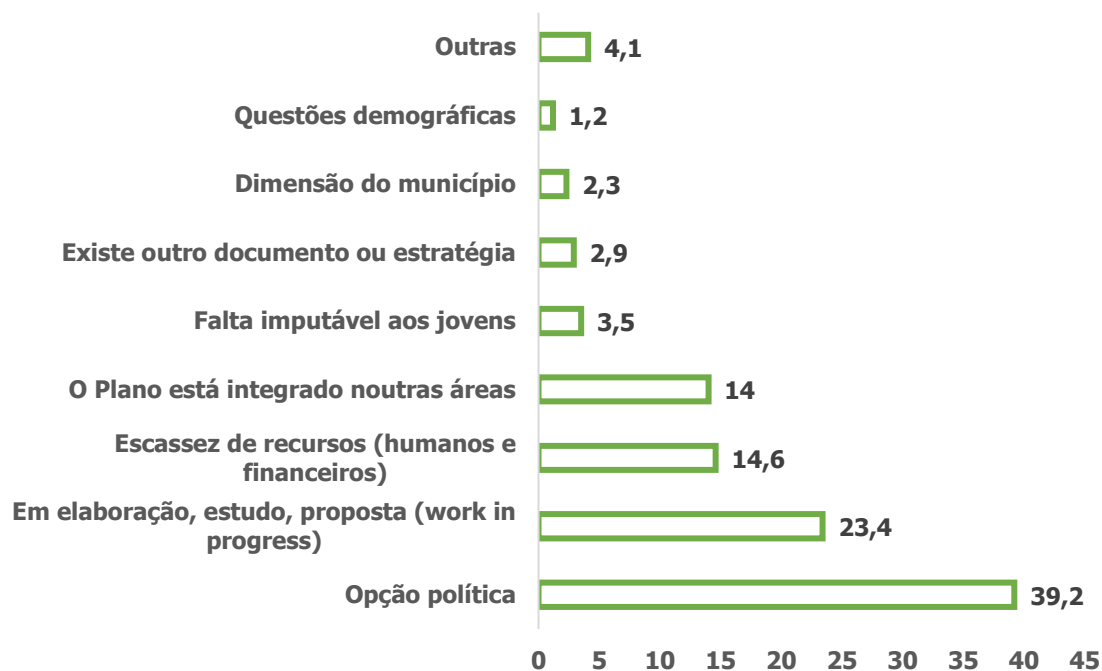
Mapa 3.1. Proporção de municípios com PMJ, por NUTS III (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251).

Considerando a distribuição regional desses municípios por NUTS III, constata-se que os municípios detentores de PMJ se localizam sobretudo nas regiões da área Metropolitana de Lisboa (AML), Algarve e Cávado. Há ainda a presença dispersa de PMJ em municípios localizados nas regiões da área Metropolitana do Porto, Tâmega e Sousa, Baixo Alentejo, Alentejo Central, Douro, Oeste, Região de Aveiro, Região de Leiria e Região Autónoma dos Açores, revelando uma tendência para a localização litoral (com a exceção das unidades territoriais Tâmega e Sousa e Douro, Baixo Alentejo e Alentejo Central – ver mapa 3.1). Já os municípios respondentes das regiões Alto Minho, Ave, Alto Tâmega, Terras de Trás-os-Montes, Coimbra, Viseu e Dão Lafões, Alto Alentejo, Lezíria do Tejo e Região Autónoma da Madeira não possuem PMJ à data da recolha de dados.

Gráfico 3.1. Justificações para a inexistência de um Plano Municipal de Juventude (%)

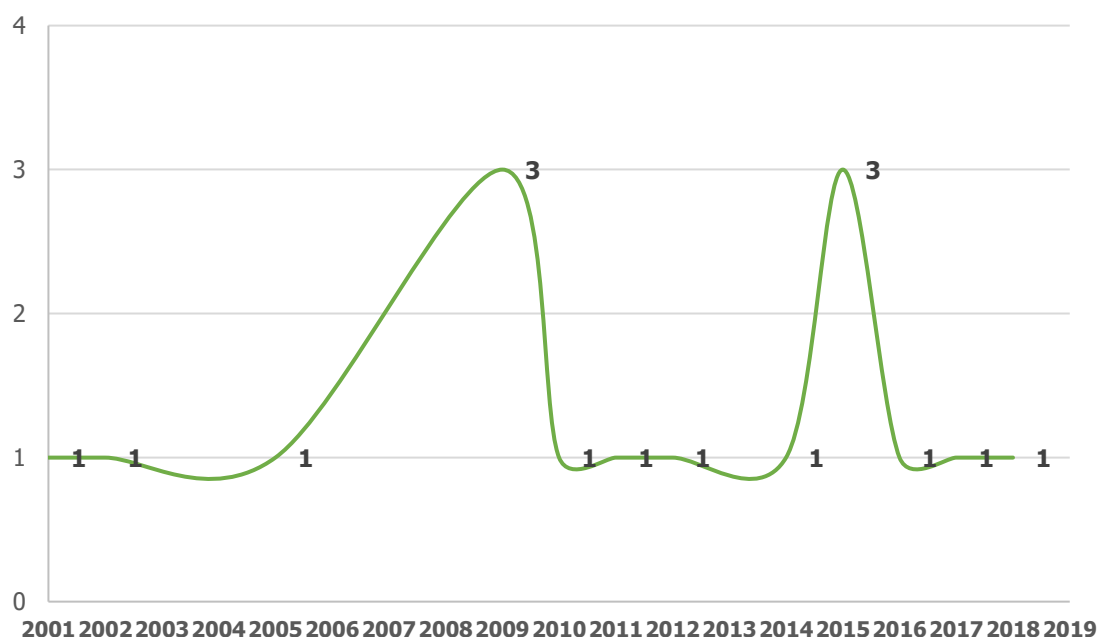


Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=171). Pergunta 23: «Quais são as principais razões para não existir um Plano Municipal de Juventude?» Pergunta aberta

Entre as razões apresentadas pelos responsáveis municipais da área da juventude para a não existência de um Plano Municipal de Juventude, verificou-se que na maior parte dos casos (39,2%) tal se deve a uma opção política do município (que não considera a implementação de um plano desta natureza uma prioridade); em 23,4% dos casos, a justificação é a de que o PMJ se encontra em elaboração. É ainda de salientar os casos em que as razões invocadas para não existir PMJ assentam no facto de os municípios sentirem escassez de recursos humanos e económicos para o elaborar e implementar (14,6%), ou em que as ações destinadas à população jovem estão incluídas noutras áreas como a educação, ação social e desporto (14%) (gráfico 3.1).

Nos municípios que detêm PMJ (apenas 22, recorde-se), e perante a pergunta relativa ao ano em que foi implementada a primeira edição do Plano Municipal de Juventude, 1 dos respondentes indica o ano 2001- o ano mais remoto referido -, destacando-se posteriormente 2009 e 2015, anos em que o número de municípios que colocaram em prática o PMJ foi maior (3 municípios, respetivamente) (gráfico 3.2). Ressalve-se, no entanto, que esta pergunta obteve apenas a resposta de 16 concelhos.

Gráfico 3.2. Ano de implementação do Plano Municipal de Juventude



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=16). Pergunta 19: «Ano em que foi implementada a primeira edição do Plano Municipal de Juventude?»

O inquérito solicitava aos respondentes a anexação do PMJ em vigor. De acordo com os documentos disponibilizados¹⁷, as ações propostas no PMJ destinam-se a conhecer melhor os jovens do concelho, a atender às suas necessidades, bem como a fomentar a cidadania e participação ativa dos jovens. Procuram também promover, criar e implementar programas e eventos para jovens, em especial nas áreas de ocupação dos tempos livres, voluntariado, associativismo, formação, cooperação e intercâmbio, efetuando uma articulação entre a área da juventude e outras áreas, como educação/formação, cultura, desporto e lazer. Tendem ainda a contemplar medidas de apoio às associações juvenis e às associações de estudantes existentes no concelho, e a assegurar a gestão e dinamização de infraestruturas específicas de juventude, caso existam no município, ou a ambicionar a criação de um espaço para a juventude.

As prioridades destas medidas incidem na promoção da participação dos jovens, desenvolvendo ações para auscultar os jovens (como o Orçamento Participativo Jovem), no fomento da cidadania ativa e da participação cívica, bem como na promoção do voluntariado e do associativismo, no pressuposto de que têm repercussões positivas ao

¹⁷ Pergunta 21: «Por favor, coloque em anexo cópia do Plano Municipal de Juventude atualmente em vigor» (N=2) e pergunta 22: «Em alternativa indique um *link* para o Plano Municipal de Juventude» (N=5).

nível da autonomia dos jovens; mas também recaindo sobre a comunicação com e informação aos jovens, a inclusão e o conhecimento (dando destaque a medidas relativas às áreas de intervenção relacionadas com a educação e formação, emprego e empreendedorismo, inovação e criatividade e mobilidade) que vão ao encontro das diretrizes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2013 de 5 de março de 2013.

Destaque-se, portanto, o papel dado aos jovens nos PMJ analisados, de maior envolvimento nas decisões que lhes dizem respeito, sendo a sua auscultação e participação consideradas fundamentais no desenho das políticas que lhes são destinadas. Importa, contudo, ressaltar o reduzido número de documentos facultados/analizados, pois dos 22 municípios que possuem PMJ, apenas 6 (27,2%) anexaram, como solicitado, o respetivo PMJ.

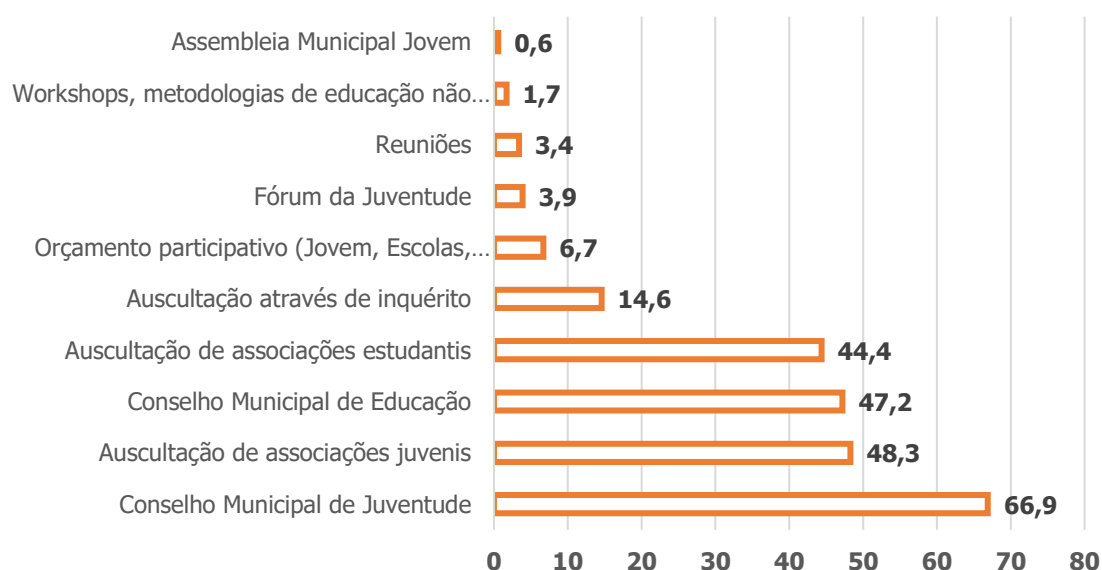
3.2. Formas de auscultação dos jovens

Ainda que na maioria dos municípios não exista um Plano Municipal de Juventude, os responsáveis municipais que responderam ao inquérito demonstram a preocupação de ouvir e tentar perceber as necessidades dos jovens, verificando-se que a maioria¹⁸ (70,9%) afirma que consulta os jovens para definir políticas, programas e ações na área da juventude, recorrendo para o efeito a diversos mecanismos de auscultação.

Como se pode observar no gráfico 3.3, esses mecanismos configuram maioritariamente a consulta de órgãos de carácter formal e institucional, evidenciando-se o recurso ao Conselho Municipal de Juventude (66,9%), às Associações Juvenis (48,3%), ao Conselho Municipal de Educação (47,2%) e às Associações Estudantis (44,4%). Importa explorar um pouco mais os dispositivos de auscultação dos jovens mais utilizados, deixando para último o principal, o Conselho Municipal de Juventude, o qual será abordado mais exaustivamente.

¹⁸ Pergunta 32: «Os jovens do seu município são consultados na definição das políticas, programas e ações municipais na área da juventude?» (N=251; Sim=178; Não=73)

Gráfico 3.3. Mecanismos de auscultação dos jovens (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=178)
Pergunta 33: «Que tipo de mecanismos são usados para a consulta dos jovens do município?»
Resposta múltipla.

As Associações Juvenis recolhem a preferência de 48,3% dos municípios, constituindo o segundo dispositivo a que mais recorrem para auscultar a população jovem do concelho.

Na senda de um conjunto de diplomas legislativos anteriores¹⁹, a figura social da «associação juvenil» foi institucionalizada na lei n.º 23 de 2006, consagrando o associativismo juvenil como interlocutor privilegiado entre os jovens e as instituições cívicas e políticas. O artigo 15º da referida lei, que alude ao direito de representação deste tipo de associações, declara que «as associações de jovens têm o direito de estar representadas nos órgãos consultivos de âmbito nacional, regional ou local com atribuições no domínio da definição e planeamento das políticas de juventude, bem como nos órgãos legalmente previstos de co-gestão na implementação de políticas de juventude». Evidencia-se, assim, o papel atribuído às associações na representação dos interesses e necessidades dos jovens, na presunção de que através deste mecanismo é estimulada a cultura participativa dos jovens, dando-lhes protagonismo e fazendo ouvir a sua voz. Importa ainda salientar que a referida Lei contempla no seu artigo 34ª o Registo Nacional do Associativismo Jovem (RNAJ), no qual as associações juvenis e equiparadas devem estar inscritas se pretenderem receber os apoios facultados pelo IPDJ.

¹⁹ A este propósito, remete-se o leitor para o capítulo 1 deste livro.

Ora, se a figura da “associação juvenil” parece estar consagrada legislativamente de forma restritiva, fazendo depender o seu reconhecimento institucional de um conjunto de requisitos formais, a verdade é que no Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018, alguns dos inquiridos podem eventualmente ter assumido uma interpretação mais lata desta figura, referindo-se na sua resposta a associações locais constituídas por jovens, independentemente do seu estatuto jurídico. A apoiar esta hipótese estão os resultados de um estudo recente elaborado tendo como fonte as Bases RNAJ (no caso do Continente), RRAJ (na Região Autónoma da Madeira) e RAAJ (para a Região Autónoma dos Açores) referentes a 2015. Este identificava uma mancha significativa de municípios no Continente e nas Ilhas onde aparentemente não se encontrava registo de qualquer associação juvenil, o que levou os autores à conclusão de que “tal não significará a inexistência de coletivos juvenis nesses municípios, mas a ausência de associações que formalizaram o seu registo na RNAJ, por não reunirem os requisitos exigidos e/ou não demonstrarem interesse nesse registo” (Vieira, Ferreira, Pinho, 2017:49).

Com valores muito próximos dos apurados para as Associações Juvenis, o Conselho Municipal de Educação (CME) é indicado como mecanismo para a consulta dos jovens locais por 47,2% dos municípios respondentes. Como referido anteriormente, o CME é um órgão consultivo do município, que tem como propósito incentivar a participação dos estudantes e de outros agentes educativos nas decisões relativas à educação e promover o debate entre os vários agentes sobre questões educativas. O seu objetivo é traçado no artigo 3º do Decreto-Lei nº 7/2003 de 15 de Janeiro, que o define como «uma instância de coordenação e consulta, que tem por objetivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo». Por norma, é presidido pelo presidente da câmara municipal e a sua composição obedece aos desígnios do artigo 5º do já referido Decreto-Lei, incluindo representantes das instituições de ensino (públicas e privadas, e dos vários níveis de ensino – pré-escolar, básico, secundário, profissional e superior), das associações de pais e de estudantes e outras instituições locais.

As competências deste órgão estão descritas no referido diploma legal, e incluem, entre outras, a coordenação do sistema educativo e articulação da política educativa com outras políticas sociais, em particular nas áreas da saúde, da ação social e da

formação e emprego; a apreciação dos projetos educativos a desenvolver no município; e as intervenções de qualificação e requalificação do parque escolar. Os jovens encontram-se representados neste órgão através das associações de estudantes - podendo em alguns casos, como se verificou através da análise dos *sites* dos municípios, incluir também um representante do Conselho Municipal da Juventude.

Quanto às Associações de Estudantes, o quarto mecanismo de auscultação de jovens mais usado pelos municípios respondentes (44,4%), a sua configuração encontra-se definida no artigo 4º da já referida Lei n.º 23/2006 de 23 de junho - que estabelece o regime jurídico do associativismo jovem - como «aquelas que representam os estudantes do respetivo estabelecimento de ensino básico, secundário, superior ou profissional». São vistas como mais uma forma de os jovens exercerem a sua cidadania e participarem ativamente em questões que lhes estão próximas relacionadas com o quotidiano escolar. Podem ser alvo de apoio do governo através do PAE – Programa de Apoio Estudantil, facultado pelo IPDJ, desde que inscritas no RNAJ.

Apesar da popularidade alcançada pelas Associações Juvenis, pelo Conselho Municipal de Educação ou mesmo pelas Associações de Estudantes enquanto entidades usadas para a consulta dos jovens do município, é sem dúvida o Conselho Municipal de Juventude que mais se destaca nas respostas obtidas. E percebe-se porquê. O Conselho Municipal de Juventude (CMJ) é uma exigência legal suscitada pela Lei n.º 8/2009 de 18 de fevereiro de 2009, que cria o regime jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude e que o define como «o órgão consultivo do município sobre matérias relacionadas com a política de juventude» (art.º 2º, Lei 8/2009). São diversas as suas finalidades, entre as quais se destaca o aprofundamento e debate das questões que afetam os jovens, a promoção do diálogo entre as organizações juvenis, a colaboração na definição das políticas de juventude, a colaboração na promoção de atividades, eventos e programas em prol da juventude.

A organização e gestão do CMJ implica a constituição de um regulamento e de um regimento, tal como previsto na Lei n.º 6/2012 de 10 de fevereiro, que representa a primeira alteração à Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro.

No que se refere ao regulamento, o artigo 25º da Lei no 6/2012 estabelece que dele «devem constar as disposições que instituem o órgão em cada município, bem como as demais normas relativas à sua composição e competências, nos termos da presente lei», ou seja, deve conter a filosofia, finalidade, e estrutura de organização do CMJ. Já o regimento do CMJ deve definir as normas do seu funcionamento, nos termos do artigo 26.º do mesmo diploma legal: «o Conselho Municipal de Juventude aprova o respetivo

regimento interno do qual devem constar as regras de funcionamento que não se encontram previstas no Código do Procedimento Administrativo e na presente lei, bem como a composição e competências da comissão permanente».

Uma vez que o CMJ é constituído pelas entidades que operam mais diretamente com os jovens, pressupõe-se que a auscultação destas entidades, bem como a recolha e partilha de informação sobre os jovens, contribui para um maior conhecimento dos problemas que envolvem as juventudes de cada concelho, promovendo o desenvolvimento de ações concertadas que visem a melhoria desses problemas e desenvolvendo uma política de juventude adequada às necessidades do município, reforçando o entendimento político de que a implementação deste órgão é vantajosa.

No CMJ os jovens estão representados por meio da participação de um membro de todas as associações juvenis do concelho inscritas no Registo Nacional de Associações Jovens (RNAJ); um membro de cada associação de estudantes do ensino básico, secundário e superior do concelho inscrita no RNAJ; um membro de cada federação de estudantes inscrita no RNAJ; um associado de cada organização de juventude partidária com representação nos órgãos do município ou na Assembleia da República; um membro de cada associação jovem e equiparadas a associações juvenis²⁰, de âmbito nacional, podendo também incluir membros de associações juvenis ou grupos informais de jovens não inscritos no RNAJ, como observadores, não tendo estes, contudo, direito de voto. Como se conclui, o enquadramento institucional (inscrição na RNAJ) dos participantes é, pois, condição *sine qua non* de efetiva participação juvenil neste órgão.

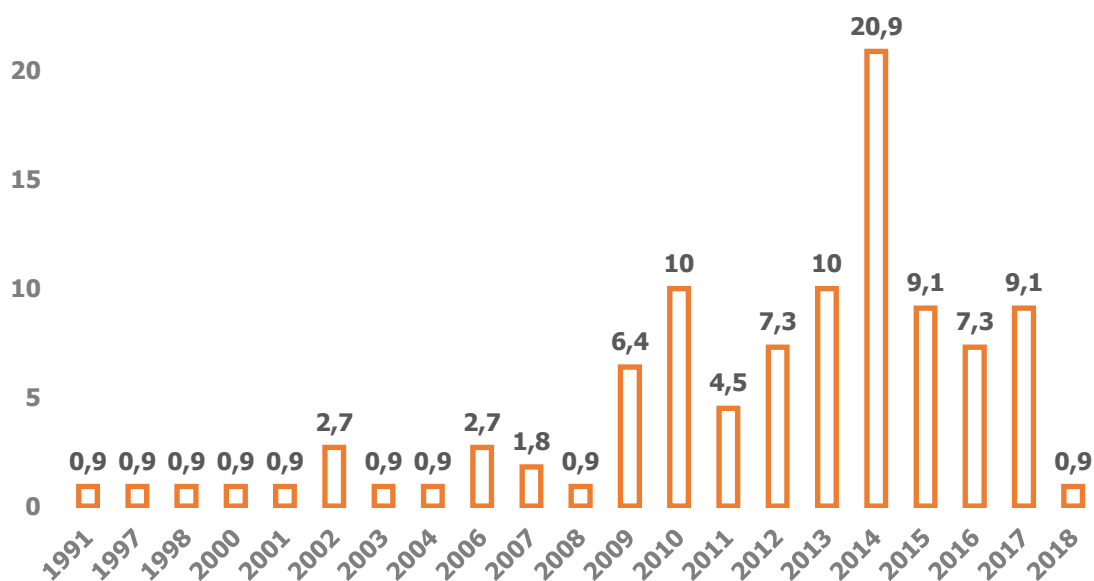
Ainda que a auscultação de jovens seja preferencialmente efetuada através do Conselho Municipal de Juventude (CMJ), é de salientar que este órgão consultivo não existe na totalidade dos municípios. De entre o conjunto dos municípios respondentes a esta questão, 68,5% referiram dispor de CMJ²¹. O gráfico 3.4 identifica a tendência de implantação temporal dos Conselhos Municipais atualmente existentes nos 110 municípios que o afirmam ter, verificando-se uma intensificação dessa implantação especialmente a partir de 2009, coincidindo com a exigência legal do mesmo²².

²⁰ Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 23/2006, de 23 de junho.

²¹ Pergunta 34: «No município existe um Conselho Municipal de Juventude?» (N=178; Sim=122; Não=56)

²² Lei n.º 8/2009 de 18 de fevereiro – recorde-se - posteriormente alterada pela Lei 6/2012 de 10 de fevereiro.

Gráfico 3.4. Ano de constituição do Conselho Municipal de Juventude (%)

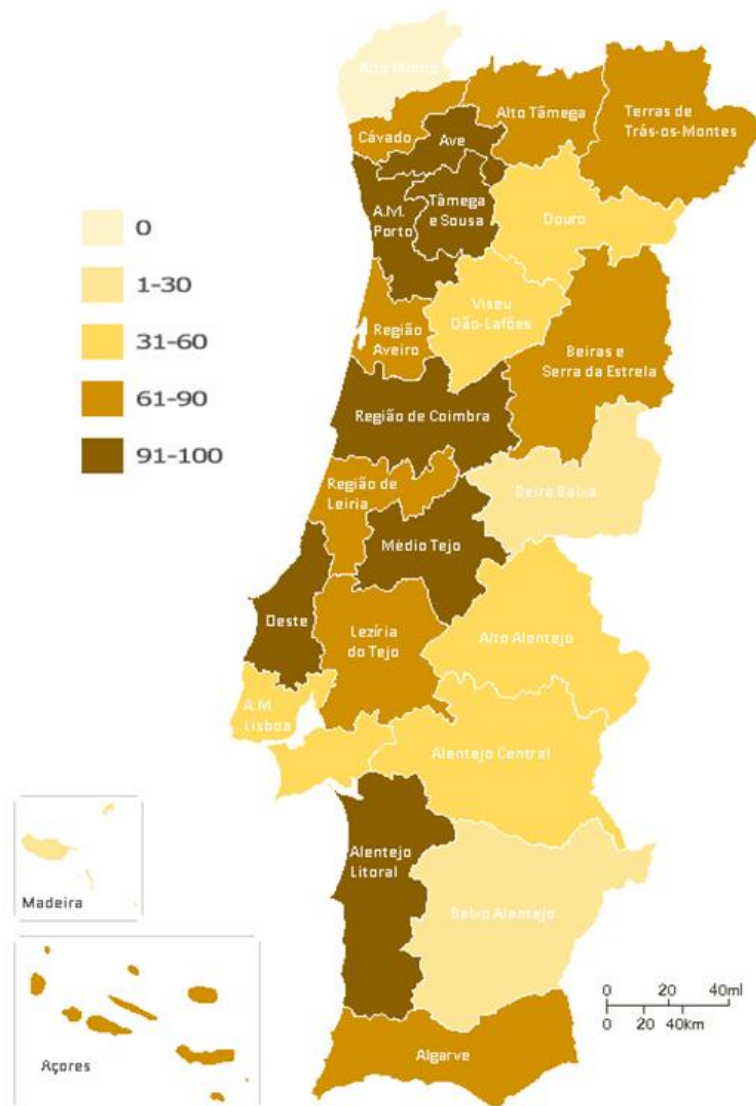


Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=110). Pergunta 35: «Em que ano é que foi constituído o Conselho Municipal de Juventude no município?»

Porém, importa realçar que houveram municípios que, com um carácter pioneiro, quiseram dar voz aos jovens implementando o CMJ muito antes dessa determinação política. Destaca-se 1991 como o ano de constituição do primeiro CMJ entre os municípios respondentes (e muito provavelmente o primeiro a ter sido implementado no país), sendo que até ao ano de 2001 apenas um total de 4,5% dos 110 municípios que responderam a esta questão tinha já constituído o seu CMJ.

No que se refere à distribuição de municípios detentores de CMJ por NUTS III, verifica-se que as regiões localizadas na zona litoral, tradicionalmente áreas de maior densidade populacional, tendencialmente apresentam uma maior presença de CMJ (Mapa 3.2). Importa, contudo, referir a exceção da região do Alto Minho, onde não existem municípios respondentes com CMJ.

Mapa 3.2. Proporção de municípios com Conselho Municipal de Juventude, por NUTS III (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=178).

Aplicando um maior zoom à análise, constata-se que a totalidade (100%) dos municípios respondentes que integram as regiões Ave, Tâmega e Sousa, Médio Tejo e Alentejo Litoral, possuem CMJ. A uma ligeira distância situam-se os respondentes da região de Coimbra e da área metropolitana do Porto, cerca de 90% dos quais possuem CMJ. A região Algarve e a região Autónoma dos Açores aproximam-se igualmente do pleno: 80% dos municípios respondentes afirmam também possuir CMJ.

Importa aferir se a densidade de população jovem influi na criação deste dispositivo local de participação. A resposta parece ser negativa: a maioria dos municípios

respondentes detentores de CMJ possui menos de 15 000 jovens (87,5%)²³, sendo que 12,3% possui uma população jovem superior a 15 000 jovens. Para medir a relação entre a existência de CMJ e o número de jovens do município em 2016, foi efetuado um teste²⁴ que indica a existência de uma correlação fraca entre as variáveis, ou seja, não são dependentes linearmente uma da outra, apresentando uma significância de 0. Assim, pode concluir-se que a proporção de jovens existentes no concelho não é um fator determinante na adoção de um CMJ.

No que refere à distribuição populacional é possível também notar uma correlação negativa muito forte²⁵ entre a densidade de população jovem e as unidades territoriais (NUTS III), com um valor de significância de ,031; entre as variáveis CMJ e NUTS III existe uma correlação positiva muito forte²⁶, observando-se ainda uma correlação negativa moderada²⁷ entre a existência de CMJ e a densidade de população jovem.

A criação de um Conselho Municipal de Juventude pressupõe o seu funcionamento regular. Com o objetivo de saber a frequência com que a auscultação dos jovens é realizada através do CMJ, perguntou-se aos municípios que tinham este órgão consultivo a regularidade com que eram realizadas reuniões com o mesmo. Assim, apurou-se que a maioria dos municípios que afirma possuir este órgão tende a realizar reuniões trimestrais (47,9%), sendo as periodicidades semestral (21%) e anual (19,3%) também relevantes (ver tabela 3.1).

Tabela 3.1. Regularidade de funcionamento do Conselho Municipal de Juventude

Frequência das reuniões	%
Trimestralmente	47,9%
Semestralmente	21,0%
Anualmente	19,3%
Bimestralmente	0,8%
Quadrimestralmente	3,4%
Variável de acordo com a necessidade	4,2%
Não reúne	3,4%

Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=119).
Pergunta 36: «Com que regularidade se reúne o Conselho Municipal de Juventude?»

²³ Cruzamento das variáveis CMJ e densidade da população jovem 2016 recodificada (agrupando valores <15000 e >15000) (N=122; <15000=107; >15000=15)

²⁴ Correlação negativa fraca: coeficiente de Pearson = -.259

²⁵ Correlação negativa muito forte: coeficiente de Pearson=-,137

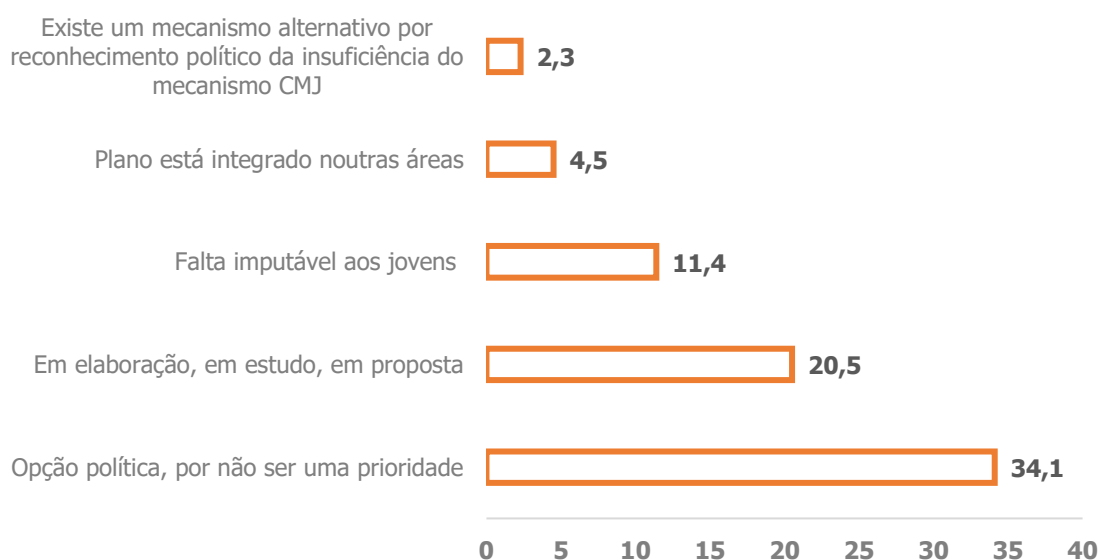
²⁶ Correlação positiva muito forte: coeficiente de Pearson=,120

²⁷ Correlação negativa moderada: coeficiente de Pearson=-,050

Não obstante, é de salientar que 4,2% dos municípios referem que as reuniões do CMJ se concretizam de acordo com a necessidade do município, e constata-se mesmo que uma proporção, ainda que diminuta, dos respondentes (3,4%) indica não realizar reuniões do CMJ.

Se, como apurámos, 68,5% dos municípios respondentes indicam dispor de CMJ, uma proporção não negligenciável – quase um terço (31,5%) – não possui este órgão consultivo, à data do inquérito. É, pois, importante averiguar acerca das razões alegadas pelos municípios respondentes para não terem um CMJ, pois podem fornecer elementos críticos ou processuais pertinentes para o equacionamento deste instrumento de política pública de âmbito nacional (gráfico 3.5).

Gráfico 3.5. Justificações para a inexistência de Conselho Municipal de Juventude (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=44). Pergunta 37: «Pode indicar muito brevemente as razões para não haver um Conselho Municipal de Juventude?» Pergunta aberta.

Pese embora o número reduzido de respostas a esta questão (N=44), os motivos invocados para a não existência de CMJ são, numa proporção significativa (34,1%), imputáveis a uma opção política do executivo camarário, que não entende a sua implementação como uma medida prioritária. É importante referir que 20,5% dos respondentes afirmam que o seu CMJ se encontra em fase de elaboração/estudo. Apesar de ser uma posição residual, importa evidenciar que para 2,3% dos municípios respondentes existem mecanismos alternativos ao CMJ, havendo um reconhecimento político da insuficiência deste mecanismo associado a uma postura sintomática de

desacordo com as políticas de carácter generalista impostas pelo governo central, não tendo em conta as dinâmicas e as especificidades dos municípios. Ressalta-se também que em 11,4% dos casos existe uma atribuição da responsabilidade por não haver um CMJ aos próprios jovens, justificando a ausência da medida (CMJ) quer na inexistência de associações juvenis inscritas no RNAJ, quer na falta de dinamismo, interesse e de participação cívica dos jovens do concelho.

3.3. Apoio ao Associativismo

Como se observou atrás, um dos mecanismos preferenciais de auscultação dos jovens a nível municipal é através das associações de juventude. Este é, aliás, um dos instrumentos privilegiados das políticas nesta área quer a nível nacional, quer a nível internacional. Assim, indo ao encontro da Estratégia Europeia para a Juventude (2010-2018) e das indicações do Livro Branco da Juventude (2015), os municípios tendem igualmente a desenvolver estratégias de apoio ao associativismo.

A relevância concedida ao associativismo como instrumento privilegiado de política de juventude radica na crença social e política de que a participação associativa inspira o indivíduo a ser um cidadão mais ativo, possibilitando o exercer o seu direito de cidadania (Capucha, 1990). Nesta perspetiva, o associativismo é entendido como potencial força estratégica do desenvolvimento local, contribuindo para melhorar as condições de vida das pessoas e das comunidades e para o desenvolvimento de respostas adequadas aos problemas locais. Ademais, a este tipo de associações, de carácter voluntário, são atribuídas qualidades adicionais, enquanto espaços que estimulam a participação social e a criação de uma consciência coletiva (Viegas, 2004), ajudando assim a criar e a desenvolver capital social, entendido na perspetiva de Putnam (1993), ou seja, um tipo de capital em que as redes e normas de cooperação social, assim como a confiança estabelecida entre parceiros, proporcionam o desencadear de ações para alcançar objetivos em comum.

Ora o direito de associação é uma realidade recente no Portugal contemporâneo: emerge na sequência do 25 de Abril de 1974²⁸, com consagração posterior na

²⁸ O Decreto-Lei n.º 594/74, de 7 de novembro legitima e regulamenta o direito de associação (posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 71/77, de 25 de fevereiro, e pela Lei n.º 29/2009, de 29 de junho).

Constituição da República Portuguesa²⁹. O reconhecimento legal representa uma validação do papel que o associativismo pode assumir no desenvolvimento e dinamização de múltiplas atividades - de natureza social, cultural, ambiental, desportiva e recreativa – visando a promoção do bem-estar das comunidades e o estímulo a práticas de cidadania participativa, independentemente do tipo de contornos - tradicional, profissional ou emergente, segundo tipologia proposta por Fernandes (2003) – que possa apresentar.

De entre os diversos tipos de associativismo hoje existentes, o associativismo jovem tem vindo a obter nos últimos anos um progressivo reconhecimento institucional, como foi já evidenciado. Considerando o valor jurídico, institucional e político dado à figura das associações juvenis como forma de representação social dos jovens, o inquérito contemplou questões relativas ao apoio municipal concedido às associações de juventude.

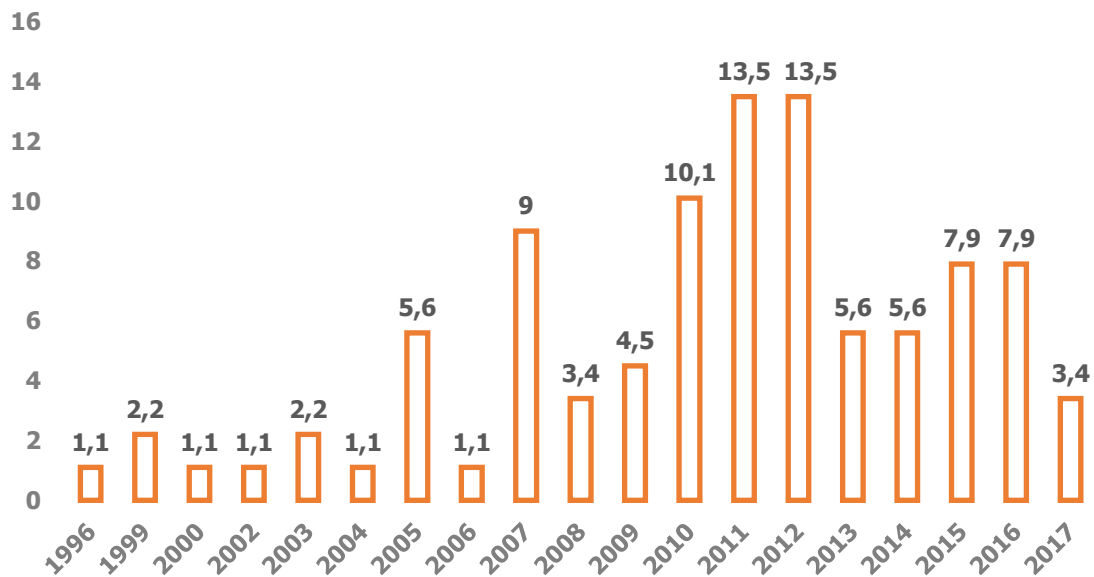
Começou por se apurar se existe no município um regulamento que enquadre os apoios a este tipo de associações. As respostas dos inquiridos permitiram verificar que 56,2% dos municípios não possui um documento especificamente elaborado para regular os apoios atribuídos às associações juvenis.

Aferiu-se também que, a partir de 2009, se deu um aumento da criação destes regulamentos, sendo 2010 e 2011 os anos em que se verifica um maior número de constituições de regulamentos de apoio às associações de juventude (gráfico 3.6). Saliente-se que a obrigatoriedade destes regulamentos apenas surgiu posteriormente, já em 2013³⁰.

²⁹ Artigos 46º, referente à liberdade de associação, e 79.º que incumbe o Estado, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto.

³⁰ Com a Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

Gráfico 3.6. Ano de constituição do regulamento de apoio às Associações de Juventude (%)



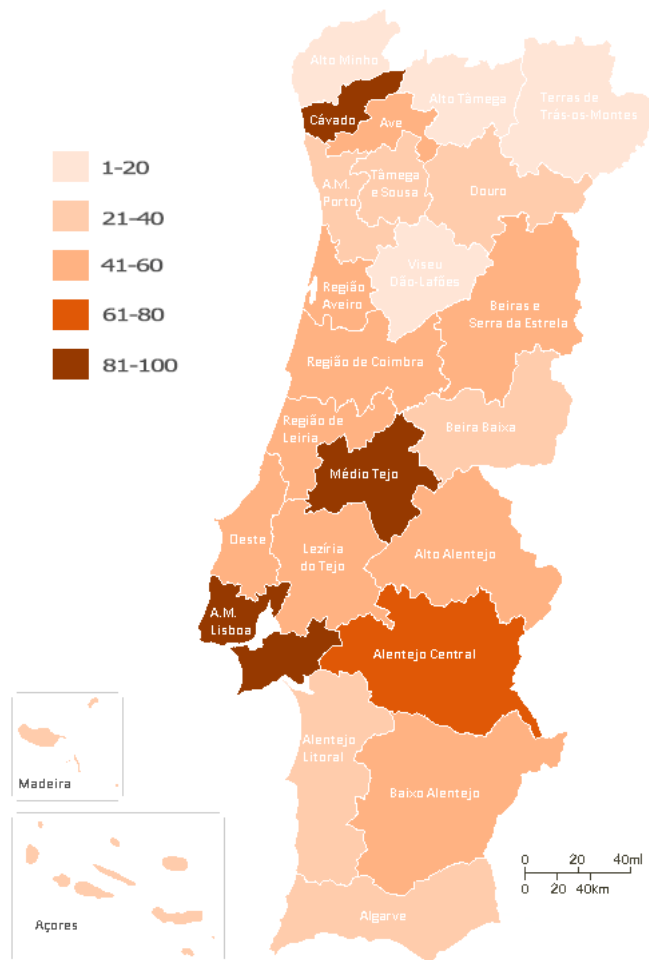
Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=89). Pergunta 25: «Desde quando existe no município esse regulamento?»

Em termos territoriais, o Mapa 3.3 cartografa a distribuição da existência de regulamento de apoio ao associativismo, por NUTS. Nele observa-se que todas as regiões NUTS III possuem municípios que detêm regulamentos que enquadram o apoio às associações de Juventude. Não obstante, verifica-se uma maior presença deste documento nas regiões do Alentejo Central, Área Metropolitana de Lisboa (AML), Médio Tejo e Cávado, em contraste com as regiões de Alto Minho, Alto Tâmega, Terras de Trás-os-Montes e Viseu e Dão Lafões, onde menos de 20% dos respetivos municípios indica possuir um regulamento de apoio ao associativismo.

No que se refere ao conteúdo substantivo dos mesmos, a análise dos regulamentos enviados pelos municípios respondentes³¹ permite desvendar que o regulamento existente apresenta, na generalidade dos casos identificados, um alcance abrangente, destinando-se a apoiar o associativismo de forma lata, e não apenas o associativismo jovem, ainda que nos documentos se encontrem pontos específicos dedicados às associações de jovens.

³¹ Obtidos através das perguntas 26: «Por favor coloque em anexo cópia do referido regulamento» e 27: «Em alternativa indique um link de acesso ao regulamento, solicitavam o regulamento de apoio às associações de juventude». Foram enviados 44 ficheiros de documentos e 54 links para o respetivo documento.

Mapa 3.3. Proporção de municípios com regulamento de apoio ao associativismo juvenil, por NUTS III (%)



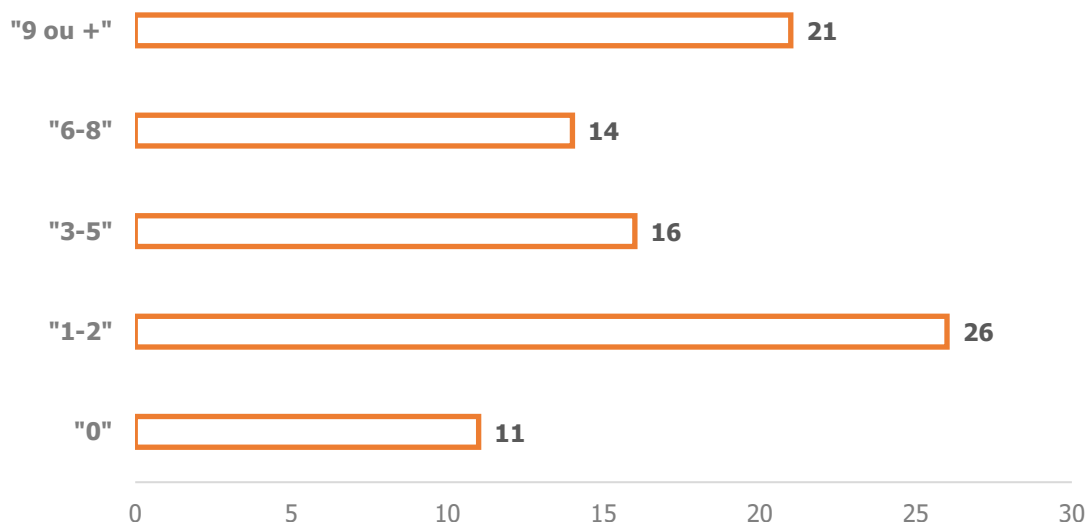
Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251).

Apenas 4 dos documentos fornecidos incluíam a palavra juventude/jovens na sua designação. Estes regulamentos tendem a fazer referência aos destinatários, ao modo como se deve processar a candidatura, aos tipos e formas de apoio prestado, aos critérios de análise e avaliação das candidaturas. O seu objetivo é harmonizar o modo como são apoiadas e comparticipadas as associações do concelho, procurando garantir a igualdade, a equidade e a transparência nos apoios dispensados, por forma a que desenvolvam atividades diversas que encorajem e promovam uma prática desportiva e cultural regular e incentivem a integração e a participação cívica dos jovens e o bem-estar coletivo.

Quanto a apoios efetivos às associações juvenis no período entre 2013-2017, eles parecem efetivar-se sobretudo através de ajuda financeira, disponibilização de transporte e de instalações/infraestruturas. O número de associações apoiadas neste

período é que diverge substancialmente nos vários territórios: dos 88 municípios que responderam a esta questão, 26% afirma ter apoiado 1-2 associações, ao passo que 21% indica ter apoiado 9 ou mais associações. Importa também referir que 11% dos respondentes não apoiaram nenhuma associação juvenil (gráfico 3.7).

Gráfico 3.7. Número de associações de juventude apoiadas pelo município (2013-2017) (%)



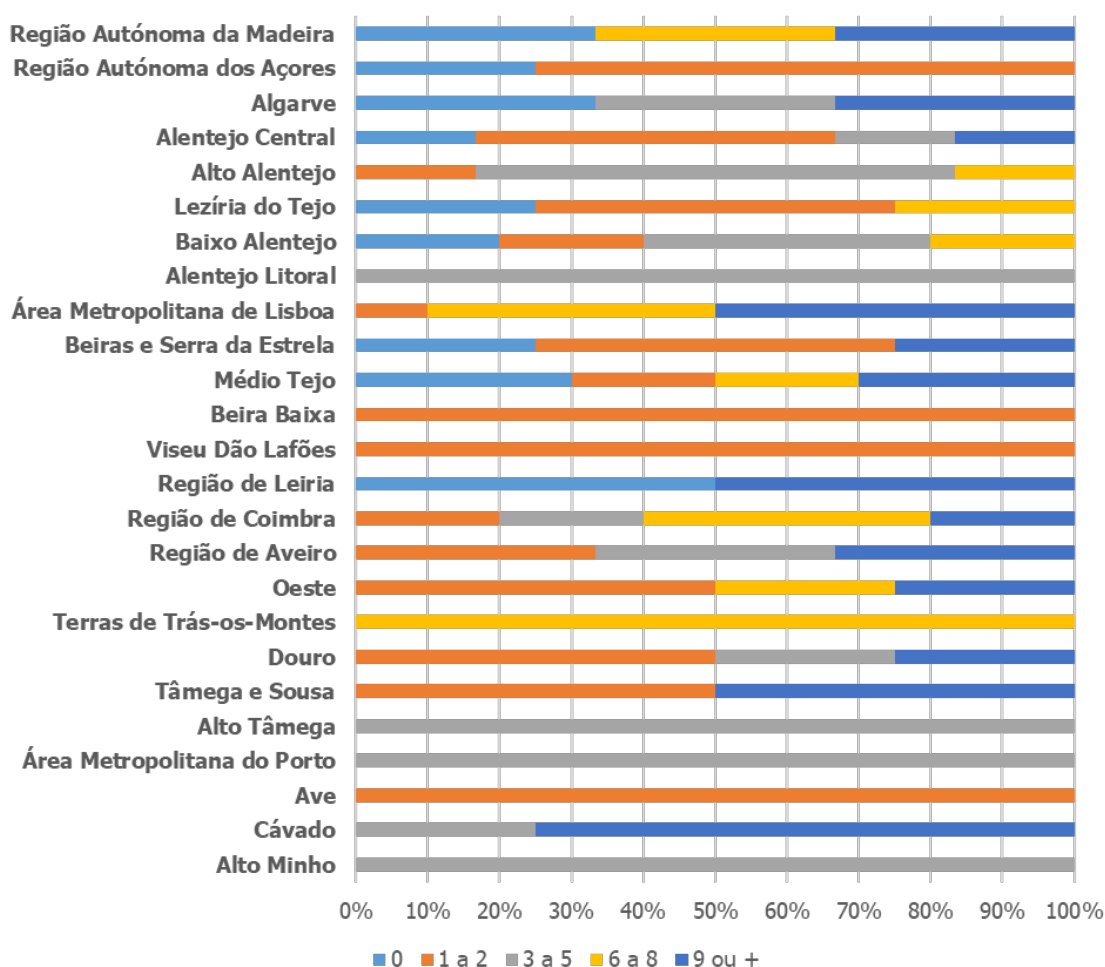
Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=88). Pergunta 28: «No período entre 2013 e 2017 quantas associações de juventude receberam apoios a municipais?»

A análise das listagens³² enviadas pelos municípios mostra que reúnem principalmente associações de cariz desportivo, associações de cariz desportivo e cultural (associação desportiva e recreativa) e, no que respeita especificamente aos jovens, destacam-se as associações de estudantes, os agrupamentos de escuteiros e grupos de escoteiros, as associações juvenis e os grupos de teatro.

Também neste caso, a paisagem territorial está longe de ser plana, como fica evidenciado no gráfico 3.8., que representa a distribuição do número de associações apoiadas pelos municípios, por NUTS III.

³²Pergunta 29: «Por favor coloque em anexo a lista das associações de juventude apoiadas» (N=24) e pergunta 30: «Em alternativa coloque um link com a lista das associações» (N=18)

Gráfico 3.8. Distribuição do número de associações apoiadas, por NUTS III (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=88)

Este mapeamento permite verificar que os municípios respondentes que afirmam não ter apoiado nenhuma associação se situam nas unidades territoriais Algarve, Baixo Alentejo, Alentejo Central, Beiras e Serra da Estrela, Lezíria do Tejo, Médio Tejo, Região de Leiria, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira, com destaque para a região de Leiria, onde se verifica que metade (50%) dos municípios respondentes indica não apoiar qualquer associação juvenil.

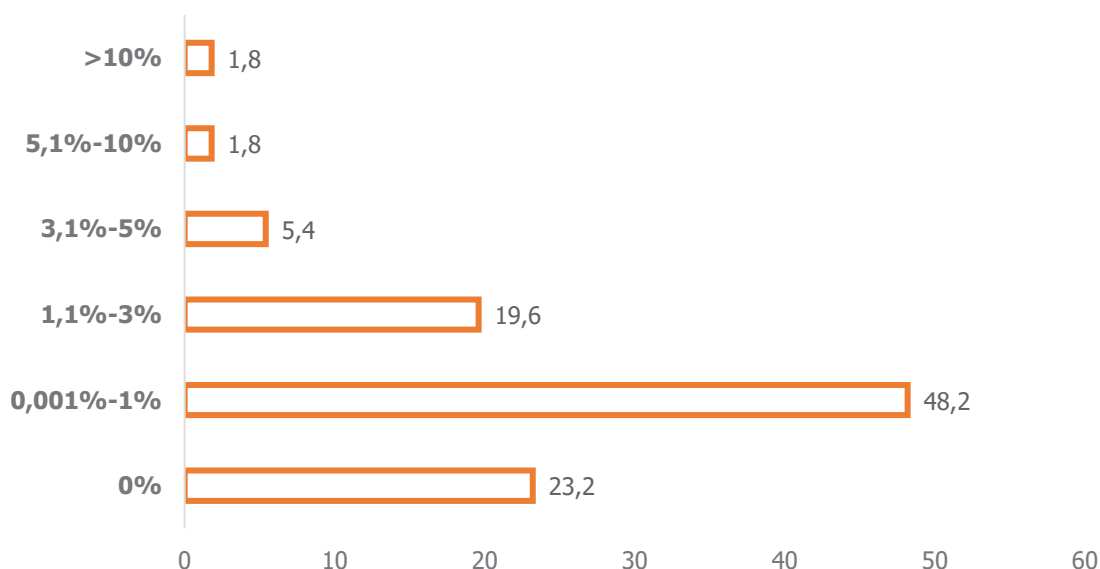
No território nacional destacam-se ainda outros relevos que importa destacar: os municípios respondentes das unidades territoriais Ave, onde todos apoiaram 1 a 2 associações; e os do Alentejo Litoral, Alto Minho, Alto Tâmega e Área Metropolitana do Porto que afirmam ter auxiliado entre 3 a 5 associações no período de 2013-2017.

Já no que se refere aos municípios respondentes que apoiam 9 ou mais associações, a maioria tende a localizar-se em unidades territoriais da zona litoral (N=7), embora a tendência hegemónica não seja muito acentuada, uma vez que também contempla

respondentes de unidade territoriais do interior (N=5). Assim, tanto no caso dos respondentes que não concederam apoios a associações, como no caso dos que concederam apoios a 9 ou mais associações, o clássico contraste territorial litoral/interior não aparenta ser muito relevante pois estes dois tipos de situações incluem municípios de ambos os quadrantes geográficos.

Por último, falta conhecer o peso relativo desses apoios no conjunto do orçamento geral do município. Da análise efetuada, percebe-se que o valor dos apoios destinados às associações juvenis parece ser tímido. Se não, vejamos: no que toca à percentagem do orçamento geral do município (2016), o apoio às associações juvenis representa para a maior parte (48,2%) dos 56 municípios que responderam a esta questão entre 0,001% a 1% do orçamento. Se a estes somarmos os 23,3% dos municípios respondentes que despendem 0% do seu orçamento com estes apoios, rapidamente se conclui que as associações juvenis não constituem prioridade no orçamento da maioria dos municípios. Um pouco distantes deste panorama destacam-se os 19,6% dos municípios que disponibilizam entre 1,1%-3% para apoiar as associações juvenis e, sobretudo, os escassos 1,8% dos municípios cujo apoio efetuado às associações corresponde a uma percentagem superior a 10% (gráfico 3.9).

Gráfico 3.9. Percentagem do orçamento 2016 dirigida especificamente a apoios a associações de juventude (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=56). Pergunta 31: «Em 2016, que percentagem do orçamento do município foi dirigida especificamente a apoios a associações de juventude?»

3.4. Canais de comunicação, infraestruturas e serviços para jovens

As tecnologias de informação eletrónicas, em especial a internet, têm sido assinaladas pela literatura académica como um dos suportes comunicacionais atualmente mais importantes na vida dos jovens. No caso português, não só o uso da internet se encontra totalmente generalizado entre a população jovem (16 aos 24 anos), potenciado através dos acessos móveis (Ponte e Azevedo, 2011; Vieira, 2017), como a sua frequência diária é praticamente uma constante neste grupo etário. De entre os usos mais comuns, a utilização de redes sociais destaca-se hoje como a preferida pelos jovens (Rowland, 2017), o que faz supor que este constitui um meio privilegiado para interagir e partilhar informação com esta população.

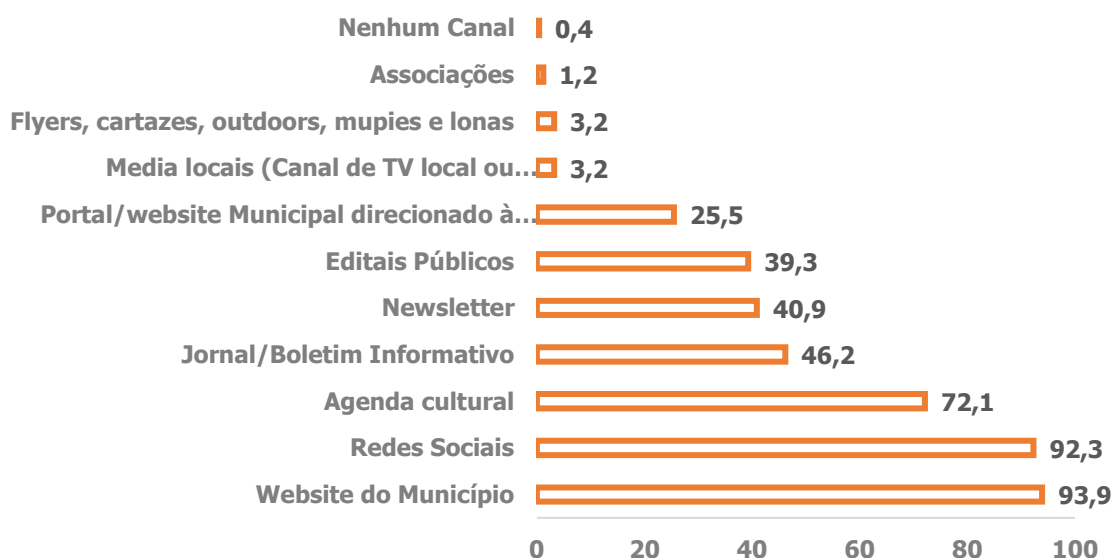
Os protagonistas do poder local revelam estar conscientes desta realidade. As respostas ao Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude vêm confirmar que os canais de divulgação e informação para promover atividades e/ou programas destinados aos jovens utilizados pelos municípios respondentes passam sobretudo pelos media digitais. Por conseguinte, a estratégia de comunicação com os jovens procura adequar-se às suas preferências e realidades, privilegiando a internet como meio de comunicação.

A utilização do *website* do município (93,9%), bem como o recurso às redes sociais (facebook, twitter, instagram, flickr) é bastante generalizado (92,3%), sendo também de referir o uso da agenda cultural (72,1%) e de jornal/ boletim informativo (46,2%), que também apresentam um carácter digital.

Esta aposta nas novas tecnologias leva a que uma proporção relevante de municípios (25,5% da amostra) ofereça um canal específico e orientado para os jovens – portal municipal destinado à área da juventude - procurando adequar-se às suas preferências. Importa salientar que a análise dos *sites* dos municípios permitiu verificar que a grande maioria dos mesmos dispõe de um «espaço Internet», local público que disponibiliza o acesso gratuito à Internet, destinando-se a toda a população, inclusive jovens e crianças.

O uso de meios mais formais como os editais públicos (39,3%) ou mais tradicionais, como cartazes, *flyers*, *outdoors*, *mupies* e lonas (3,2%), bem como o dos media locais, nomeadamente canais de televisão local ou regional, rádios e jornais locais (3,2%) são também recursos utilizados pelos municípios respondentes, embora de forma mais residual (gráfico 3.10).

Gráfico 3.10. Canais de divulgação e informação aos jovens (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=247)
Pergunta 39: «No município, através de que canais é feita a divulgação de programas, iniciativas ou infraestruturas direcionadas aos jovens?» Resposta múltipla.

Por último cabe analisar as infraestruturas e serviços destinados aos jovens existentes nos municípios (gráfico 3.11), considerando a relevância que a gestão de equipamentos tem na missão das unidades orgânicas destinadas a criar e aplicar políticas municipais de juventude.

No que se refere a infraestruturas, as respostas dadas permitem concluir que a generalidade dos municípios dispõe de infraestruturas desportivas (97,2%) e culturais (90,4%). Contudo, essas valências destinam-se aos munícipes em geral, não sendo específicas para os jovens. É de salientar que, entre as infraestruturas desportivas assinaladas por alguns municípios, se destaca a existência de infraestruturas destinadas à prática de desportos mais radicais (que são principalmente praticadas por jovens), como *skate* ou *bike park*. Ainda no que diz respeito a infraestruturas físicas orientadas especificamente para jovens, importa mencionar a existência de «casas de juventude» ou «espaços jovem» em 20,5% dos municípios respondentes (gráfico 3.11), locais que se destinam a ser de informação, convívio, bem como de formação e desenvolvimento atividades e eventos.

Relativamente aos serviços municipais dirigidos aos jovens, sobressai o transporte escolar para o ensino secundário, uma mais-valia facilitada por 76,7% dos respondentes, demonstrando uma forte articulação com a área da educação, onde também estão

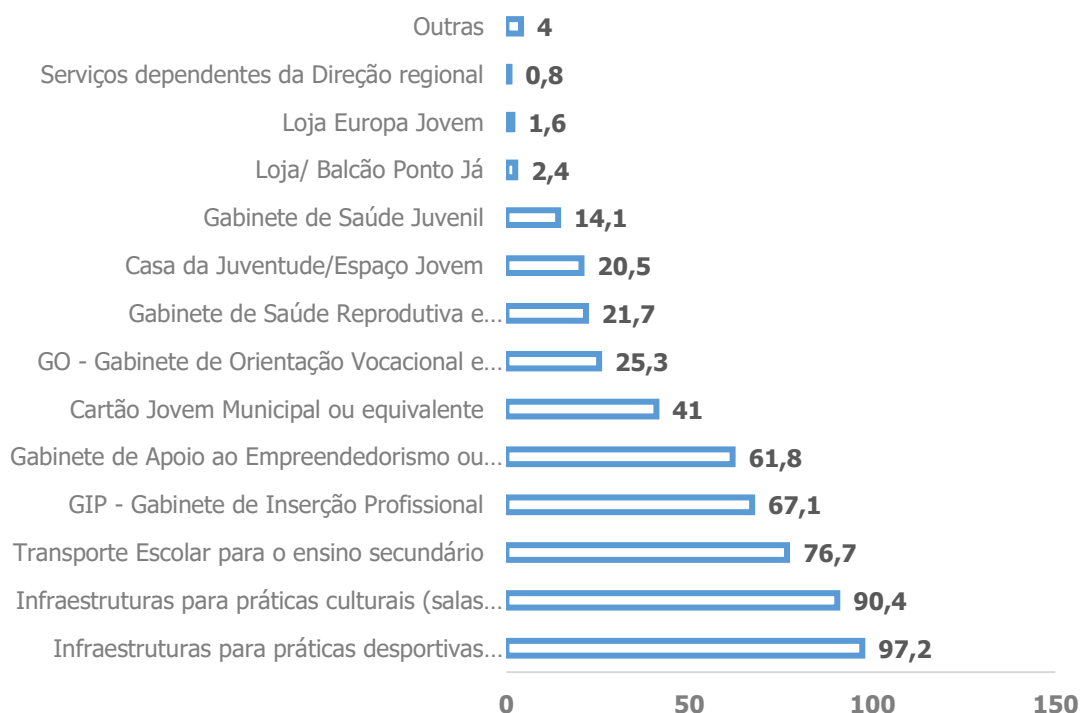
incluídos como apoios a distribuição gratuita de manuais ou a atribuição de bolsas ao ensino superior.

São também visíveis os serviços que atendem as questões relacionadas com a formação e emprego, nomeadamente gabinetes de inserção profissional (67,1%), gabinetes de apoio ao empreendedorismo ou equivalente (61,8%), sendo mais raros, porém, os gabinetes de orientação vocacional e profissional (25,3%). Relativamente raros também são os serviços prestados especificamente aos jovens na área da saúde, nomeadamente ao nível de gabinetes de saúde reprodutiva e planeamento familiar (21,7%) e de gabinete de saúde juvenil (14,1%).

O Cartão Jovem Municipal é outro dos serviços municipais que sobressai (41%), sendo que concede aos aderentes diversas vantagens e descontos em serviços e equipamentos culturais, turísticos e desportivos do município, bem como facilita o acesso a bens de consumo.

Verifica-se ainda que uma proporção diminuta de municípios beneficia e disponibiliza aos jovens serviços providos por entidades do governo central, como loja/balcão Ponto Já (2,4%) ou loja Europa Jovem (1,6%).

Gráfico 3.11. Infraestruturas e serviços existentes no município destinados aos jovens (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=249) Pergunta 38: «Das seguintes infraestruturas e serviços que abrangem jovens, quais existem no município?» Resposta múltipla.

3.5. Síntese conclusiva

No término deste capítulo, cujo objetivo foi retratar as principais características da intervenção municipal na área da juventude, vale a pena sintetizar os principais resultados.

No que se refere ao plano estratégico para a juventude, os dados disponíveis mostram que a grande maioria dos municípios respondentes (91,2%) não possui um plano estratégico específico para sua população jovem. A inexistência de um PMJ leva a crer que não está desenhada uma política concertada, integrada e transversal que vise responder às necessidades e interesses dos jovens, existindo apenas ações pontuais.

O PMJ tende a incluir ações definidas e ajustadas em prol de objetivos específicos na área da juventude. Os jovens constituem-se como um grupo diverso e heterogêneo, com necessidades diferentes e vivências distintas de acordo com os seus perfis e condições sociais em termos de género, classe social de origem, escolaridade, entre muitas outras condições objetivas e subjetivas de existência, mas também com os contextos sociais e económicos em que vivem no seu quotidiano mais próximo, nomeadamente em termos territoriais. Nesta perspetiva, a política municipal de juventude ganha articulação estando integrada com outras áreas representativas das dimensões da vida juvenil, e considerando a auscultação dos jovens de forma a incluir as necessidades e expectativas por eles vivenciadas.

Ora, a relevância do envolvimento dos jovens na definição de políticas e ações que para eles estão previstas, bem como a sua auscultação, tendem a ser práticas positivamente reconhecidas pelos municípios. Estes maioritariamente (70,9%) promovem a consulta e auscultação dos jovens, crendo que se traduz em maior implicação e conseqüente participação dos jovens na vida comunitária, e na tentativa de solucionar problemas que os afetam. Os municípios que constituem a amostra deste estudo preferem auscultar os jovens utilizando meios formais, dando primazia ao CMJ. Este órgão consultivo e de promoção do diálogo entre os intervenientes da área da juventude não existe em todos os municípios, sendo a principal razão apontada para a sua ausência uma opção política. Esta justificação está relacionada com prioridades do executivo – atual ou antigo - e com a sua discordância perante as exigências legais para a constituição daquele órgão consultivo, bem como com o carácter formal e rígido do regime jurídico do CMJ. A par do CMJ, os municípios promovem a participação dos jovens através do orçamento participativo jovem e do desenvolvimento de atividades com carácter lúdico e de debate, como semanas de juventude.

O apoio ao associativismo, independentemente da natureza do mesmo, é um dos pilares de ação dos municípios em prol de uma maior inclusão dos munícipes e de um estímulo à participação cívica, contribuído dessa forma para o desenvolvimento local. Embora na amostra esse apoio não esteja maioritariamente regulamentado, os municípios têm consciência da necessidade de ter um regulamento de apoio ao associativismo que indique a tipologia de auxílios, bem como os critérios de atribuição dos apoios a conceder, demonstrando a transparência e equidade dessa prestação. No que respeita às associações juvenis, poucos são os municípios com um regulamento especificamente elaborado para as mesmas, acabando estas por estar incluídas com as restantes associações de cariz desportivo ou cultural.

Por sua vez, os canais de divulgação e comunicação mais utilizados pelos municípios junto dos jovens estão associados às novas tecnologias de informação. Atendendo a que os jovens são ávidos utilizadores do mundo digital e consumidores de novas tecnologias, passando a sua socialização e vida quotidiana cada vez mais pela Internet e pelas redes sociais, a estratégia dos municípios assenta na utilização do *website* municipal e das suas redes sociais (*facebook, twiter, instagram, flickr*), utilizando também canais de vídeo como o *youtube, o vimeo* e o *issuu* para difundirem as suas atividades. O entendimento da participação digital dos jovens leva a que um número relevante de municípios (25,5% da amostra) ofereça um canal específico e orientado para os jovens – portal municipal destinado à área da juventude - procurando adequar-se às suas preferências. Ainda assim, refira-se também o peso que os meios mais formais e burocráticos – editais públicos - assumem na divulgação destinada aos jovens (39,3%).

No que se refere às infraestruturas e serviços disponibilizados aos jovens do concelho destacam-se, no que diz respeito às infraestruturas, os equipamentos desportivos (piscinas, pavilhão gimnodesportivo, campo de futebol, etc.) e culturais (museus, teatro, espaço internet, bibliotecas, etc.), os quais, embora se destinem a todos os munícipes, acabam por ser muito utilizados pelos jovens. Relativamente a infraestruturas desenhadas especificamente para os jovens importa mencionar a «casa da juventude» e «espaço Jovem», os quais pretendem consolidar-se como locais de participação, convivência, partilha e informação. Outras infraestruturas municipais destinadas aos jovens referidas, embora com um carácter residual, foram «pousadas da juventude» e residência para estudantes.

Quanto aos serviços municipais dirigidos especificamente aos jovens ressalta o apoio facultado em termos de transporte escolar que se estende ao ensino secundário (76,7% da amostra), bem como apoios ao nível da atribuição gratuita de manuais escolares e

bolsas de estudo destinadas sobretudo ao ensino superior, verificando-se uma forte articulação com a área da educação. Outro serviço relevante especificamente reservado aos jovens é o cartão jovem municipal que permite uma série de vantagens e descontos que vão desde bens de consumo a descontos em viagens, entradas em espetáculos e museus, etc.

Importa também salientar a existência de gabinetes de apoio à inserção profissional e de apoio ao empreendedorismo (na área do emprego, formação e empreendedorismo), de saúde reprodutiva e planeamento familiar (usualmente estabelecidos em articulação com o centro de saúde) bem como a disponibilização de serviços de apoio psicológico. Contudo, e a exemplo das infraestruturas desportivas e culturais, estes não são criados especificamente para o público jovem, embora sejam bastante utilizados por eles.

Destaque-se, a este respeito, que o modo como os municípios tendem a encarar os jovens parece estar alinhado com a Estratégia Europeia da Juventude e com as orientações do Livro Branco da Juventude, verificando-se uma aposta na participação dos jovens, no incentivo de atividades de voluntariado, na tomada de medidas que fomentem a empregabilidade e o empreendedorismo (apostando na implementação de estruturas de apoio ao empreendedorismo como gabinetes/balcão de apoio ao empreendedor, espaços para *startups*, concursos, etc.).

Não obstante, os municípios tendem a desenvolver atividades que se destinam mais ao lazer e à ocupação dos tempos livres, do que atividades que fomentam a participação e o envolvimento dos jovens nas comunidades onde estão inseridos. Prevalece a inexistência de uma política definida para a área da juventude, e instrumentos como o PMJ (Plano Municipal de Juventude) e o CMJ (Conselho Municipal de Juventude) na generalidade não se encontram estabelecidos, independentemente do número de jovens que o município possua. Aparentemente as razões para a não implementação destas ferramentas passam mais pela agenda política do município, na qual a área da juventude não surge definida como uma medida prioritária, do que o número ou proporção de jovens existentes no município.

Ressalta-se a formalidade da abordagem feita aos jovens, cuja auscultação é efetuada principalmente através de meios institucionais, estabelecidos legalmente (CMJ e CME) indo ao encontro do que João Ferrão (2015) aponta como uma das causas da ineficácia das políticas públicas. Segundo o autor, na generalidade as políticas públicas são alicerçadas «numa visão excessivamente legalista, pouco participada e, por isso, com insuficiente sensibilidade às necessidades, preferências e capacidades dos cidadãos, das empresas e dos distintos territórios» (2015:328). Ao promover-se uma maior

participação e inclusão que integre as diversas partes interessadas na área da juventude, está-se a potenciar a concretização das políticas de juventude assentes na participação cívica e na capacitação dos jovens, favorecendo-se dessa forma as dinâmicas do desenvolvimento local.

Capítulo 4

Problemas, prioridades e propostas municipais na área da juventude

Luís Gouveia

Contrastando com uma visão centralizada das políticas públicas, particularmente adaptada ao desígnio de construção ativa de uma identidade nacional integradora, associada à criação e consolidação dos Estados-nação³³, tem vindo a afirmar-se nos últimos anos uma visão territorializada das políticas, entendida como sinónimo de amadurecimento democrático, porque mobilizadora da intervenção de todos os atores interessados. Ainda que sejam soluções de governação diferentes – a já referida distinção entre “governo” e “governança” – e tendam a coexistir em composições de geometria variável, a territorialização é considerada mais adequada às especificidades existentes em cada território, pressupondo-se que uma política de proximidade com os atores locais revela-se mais eficaz para a resolução dos problemas com que se defrontam.

Neste sentido, importa distinguir “territorialização de políticas públicas” daquilo que são os “impactos territoriais de políticas públicas” (Figueiredo, 2010). Estes últimos produzem-se sempre, independentemente do tipo de governo do território a que possam estar vinculados, ao passo que a primeira se refere à “conceção e implementação de programas e projetos com impacto territorial relevante, cujas prioridades de intervenção são definidas em função de quadros estratégicos formulados para o território-alvo, com participação, formal ou informal, na sua elaboração de instituições e atores identificados com tal território” (Figueiredo, 2010:11). Tratando-se este de um estudo sobre políticas municipais de juventude, pretende-se justamente conhecer os quadros estratégicos formulados à escala local para esta área.

O presente capítulo centra-se, assim, no diagnóstico realizado pelas autarquias relativamente aos principais problemas, prioridades e propostas na área da juventude nos seus respetivos municípios, a partir do inquérito aplicado aos responsáveis

³³ Esta conceção está longe de estar esgotada. Pelo contrário, ela persiste em domínios chave da organização social comum à escala nacional onde programas, projetos e recursos são definidos superiormente em nome dos princípios do “Estado social de Direito” (Miranda, 2011).

municipais pela área da juventude e que constitui a base empírica primordial do itinerário que se pretende levar a cabo.

A análise desdobra-se em três grandes dimensões. Em primeiro lugar, a atenção foca-se no diagnóstico produzido pelos diferentes municípios relativamente aos principais problemas que afetam o segmento populacional jovem da respetiva unidade geográfica.

Complementando este diagnóstico, são igualmente identificadas pelas autarquias aquelas que são as suas principais áreas prioritárias de intervenção na área da juventude. Estas são definidas em referência a dois períodos temporais, correspondentes a distintos mandatos autárquicos: por um lado, as principais áreas de intervenção relativas ao período 2013-2017 e, por outro, ao período político em vigor, 2018-2021.

Por fim, como terceira etapa desta incursão, é solicitado ainda aos responsáveis autárquicos a identificação das principais iniciativas e políticas que elencam dirigidas à área da juventude para o ciclo político a decorrer presentemente (2018 e 2021).

Através de uma análise comparativa, procura-se identificar e compreender possíveis tendências e variações entre as diferentes regiões que constituem o território nacional, sendo privilegiada como unidade territorial a nomenclatura de divisão regional correspondente ao nível NUTS III. Outras variáveis vão sendo oportunamente convocadas de forma a sustentar a análise.

4.1. Problemas

O diagnóstico relativamente aos principais problemas que afetam os jovens residentes no respetivo município é elaborado a partir de uma taxinomia composta por 17 categorias. Esta é construída a partir das orientações estratégicas definidas no Livro Branco da Juventude³⁴, bem como das áreas da Estratégia da União Europeia para a Juventude³⁵ – e englobando as áreas que compõem o âmbito de ação autárquico ao nível das políticas municipais.

³⁴ São 14 as áreas estratégicas de intervenção definidas no Livro Branco da Juventude: Educação e Formação; Emprego e Empreendedorismo; Participação Cívica; Emancipação Jovem; Mobilidade e Jovem Português no Mundo; Prevenção Rodoviária; Saúde e Prevenção dos Comportamentos de Risco; Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Cultura, Inovação e Criatividade; Voluntariado; Combate à Desigualdade de Oportunidades e Inclusão Social; Habitação; Solidariedade Intergeracional; Associativismo (Instituto Português do Desporto e da Juventude, 2015).

³⁵ É estabelecido em 2002 um quadro de cooperação entre os 27 Estados Membros em matéria de juventude, elencando 8 principais áreas ou domínios de ação: Educação e formação; Emprego e empreendedorismo; Saúde e bem-estar; Participação; Atividades de voluntariado; Inclusão social; Juventude e o mundo; Criatividade e cultura (Resolução do Conselho, 2009).

Uma visão global dos resultados distribuídos pelas diferentes categorias permite uma primeira leitura relativamente às tipologias de problemas que assumem maior relevo no diagnóstico que as autarquias constroem sobre o respetivo território (tabela 4.1).

As questões relacionadas com as condições laborais assumem particular destaque. Além do Desemprego, identificado aproximadamente por 75% das autarquias que constituem a amostra, também a precariedade laboral surge como a segunda área problemática que mais afeta o segmento populacional em questão (48,6%).

As Dificuldades de acesso à habitação adquirem também um relevo não despidendo, sendo apontado por 31,9% dos municípios da amostra.

A temática da educação surge como o quarto problema mais identificado, com a tónica colocada no Insucesso escolar (27,9%). Contudo, as questões educativas no seu conjunto adquirem maior expressão se considerarmos os 26,3% das autarquias que identificam igualmente o Abandono escolar.

Tabela 4.1. Problemas dos jovens do município

Problemas	%
Desemprego	74,5
Trabalho precário	48,6
Dificuldades de acesso à habitação	31,9
Insucesso escolar	27,9
Rede de transportes públicos insuficiente	26,7
Abandono escolar	26,3
Consumos/comportamentos aditivos	17,5
Dificuldades de acesso a formas de participação cívica	11,2
Ausência de estilos de vida saudáveis	10,0
Alimentação e nutrição	7,6
Dificuldades de acesso ao ensino superior	6,0
Dificuldades de acesso a cuidados de saúde juvenis	2,4
Dificuldades de acesso à cultura	2,4
Problemas ambientais	2,4
Dificuldades de acesso ao ensino secundário	2,0
Insegurança e violência	1,6
Discriminação	1,2
Outros	2,0

Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251) Pergunta 40: «Da seguinte lista, seleccione por ordem de importância os 3 principais problemas que afetam os jovens residentes no município.»

Por fim, destaque ainda para a categoria *Rede de transportes públicos insuficiente*, apontado por 26,7% dos municípios que constituem a amostra.

Uma mais aprofundada compreensão destes dados impõe uma contextualização dos mesmos – um enquadramento que tem como particular vetor as suas expressões e distribuições geográficas no quadro do território nacional. Uma análise territorial relativamente à incidência destes diagnósticos traçados pelas autarquias respondentes permite mapear as diferentes expressões que estes problemas assumem no território nacional – no Continente e Ilhas.

Esta análise inicia-se sobre a categoria estatisticamente mais expressiva – o Desemprego – e cuja expressão geográfica revela discrepâncias particularmente significativas, nomeadamente, do ponto de vista dos efeitos da interioridade e da insularidade. Sendo o desemprego um indicador incontornável na avaliação do desenvolvimento económico e social de uma determinada área geográfica, a leitura deste padrão tem forçosamente de ser analisado à luz das discrepâncias e do carácter plural dos níveis de desenvolvimento económico do país. Contudo, ao contrário de leituras dicotómicas – sejam elas feitas segundo diferentes coordenadas geográficas Norte/Sul ou Interior/Litoral – os dados solicitam, ao invés, um olhar que tenha em linha de conta o carácter compósito com que as desigualdades económicas e sociais se exprimem no território nacional (Ferrão, 2002).

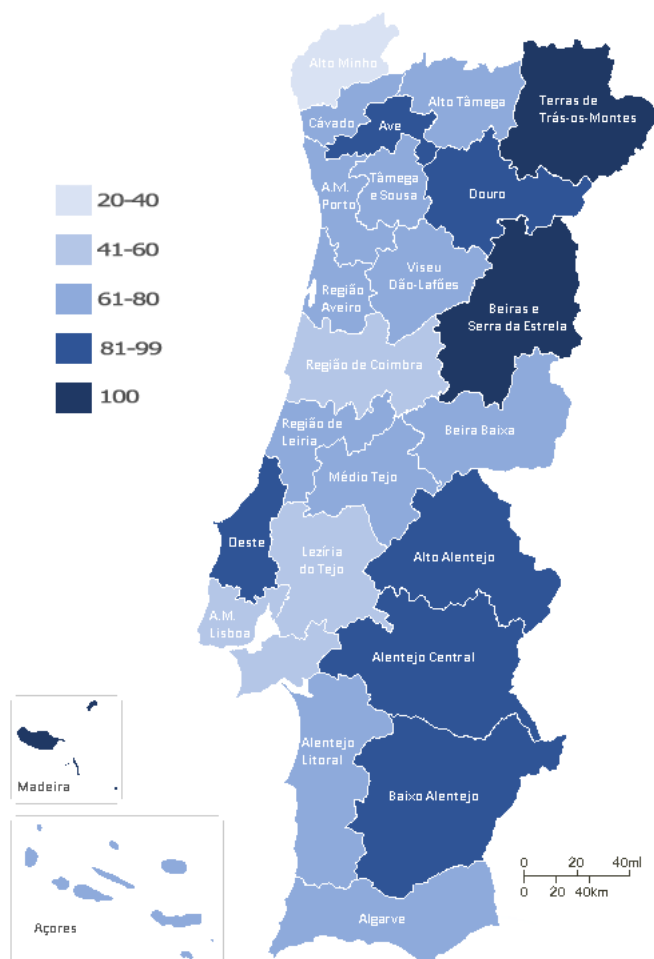
Neste caso em particular, tanto nas Terras de Trás-os-Montes como na região das Beiras e Serra da Estrela, a totalidade dos municípios coloca o Desemprego como pelo menos um dos principais problemas que assolam a respetiva população jovem (mapa 4.1). As regiões limítrofes acompanham a tendência, nomeadamente o Douro, Ave e Alto Tâmega – acentuando a expressão macrorregional.

Uma segunda grande expressão é identificável no Alentejo Interior. É o caso concretamente o Baixo Alentejo (91,7%), Alentejo Central (90%) e Alto Alentejo (81,8%). Numa expressão ligeiramente menor comparativamente com o que se observa no Interior surge já o Alentejo Litoral, onde 75% dos municípios apontam o Desemprego enquanto um dos três principais problemas – cenário esse, de resto, convergente na região contígua do Algarve. Ainda que seja uma região turística, o mercado de trabalho é marcado pela sazonalidade, precariedade e desemprego (Ferreira, Pappámikail, Vieira, 2017).

À exceção das últimas duas regiões, o cenário no litoral do Continente revela-se contrastante com o observado no Interior. Excluindo o Oeste, onde aproximadamente 90% das autarquias alude ao problema desemprego, a expressão revela-se significativamente menor nas regiões costeiras – com destaque, no entanto, para a discrepância entre as duas grandes áreas urbanas do país. Se na Área Metropolitana do

Porto três quartos das autarquias identificam o desemprego como um dos principais problemas, no caso da Área Metropolitana de Lisboa, a proporção é já menos de metade

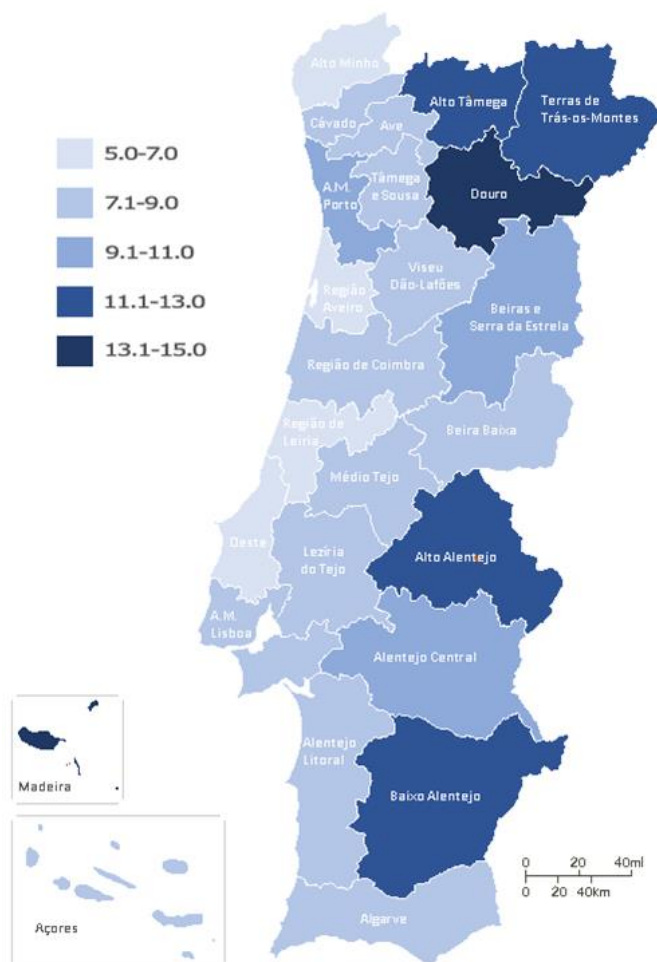
Mapa 4.1. Desemprego segundo NUTS III (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 40: «Da seguinte lista, seleccione por ordem de importância os 3 principais problemas que afetam os jovens residentes no município.»

A par da interioridade, a condição de insularidade surge igualmente como um importante fator. A Região Autónoma da Madeira é a terceira região onde a totalidade das autarquias elenca o desemprego entre o conjunto de problemas que afeta a respetiva população jovem residente. Embora com uma expressão menor, é também elevada a percentagem de autarquias a identificar esse mesmo problema nos Açores (72,2%). Ora, a estatística relativa ao desemprego jovem (25-34) em 2016 converge com o diagnóstico traçado pelo conjunto de municípios de cada região NUTS III (mapa 4.2). Estes dados dão conta precisamente da maior taxa de desemprego justamente nas regiões do Interior Norte e do Alentejo Interior, onde se encontram as regiões com um desemprego jovem registado acima dos 10%.

Mapa 4.2. Taxa de desemprego jovem (25-34 anos) em 2016 segundo NUTS III (%)



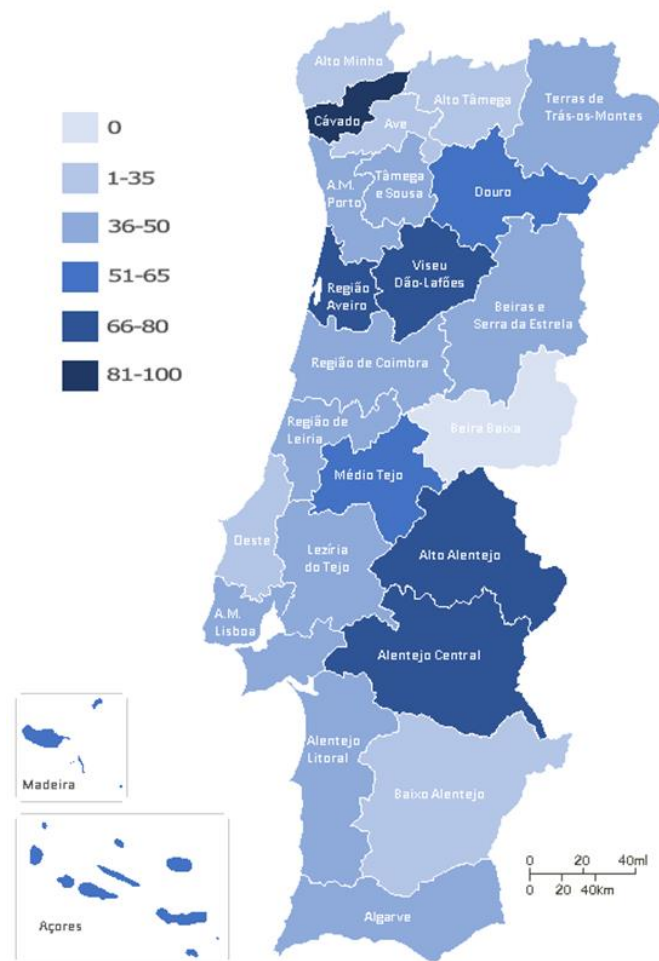
Fonte: INE, 2017.

A exceção é a Área Metropolitana do Porto, cuja taxa de desemprego entre os 24 e os 35 anos se situa no ano em questão nos 10,6% - significativamente acima dos 7,9% da Área Metropolitana de Lisboa.

Por fim, a maior taxa de desemprego regista-se na Madeira – quase o dobro da registada na Região Autónoma dos Açores.

No que diz respeito ao Trabalho precário, os contrastes entre o Interior e Litoral não se revelam tão acentuados, sendo de assinalar a menor expressão entre as regiões do interior comparativamente com o panorama observado no caso do Desemprego (mapa 4.3). Neste caso, o trabalho precário parece constituir um traço estrutural da condição juvenil atual, manifestando-se de forma transversal em todos os territórios.

Mapa 4.3. Trabalho precário segundo NUTS III (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 40: «Da seguinte lista, selecione por ordem de importância os 3 principais problemas que afetam os jovens residentes no município.»

Efetivamente, a região costeira do Cávado surge em claro destaque, sendo que a totalidade das autarquias identifica esta área como um dos três principais problemas que afeta a área da juventude. De resto, entre o conjunto das regiões mais a norte, o contraste Litoral-Interior surge menos pronunciado comparativamente com o que se observa no caso do Desemprego, como é o caso do diferencial pouco significativo de valores registado entre Terras de Trás-os-Montes e a Área Metropolitana do Porto.

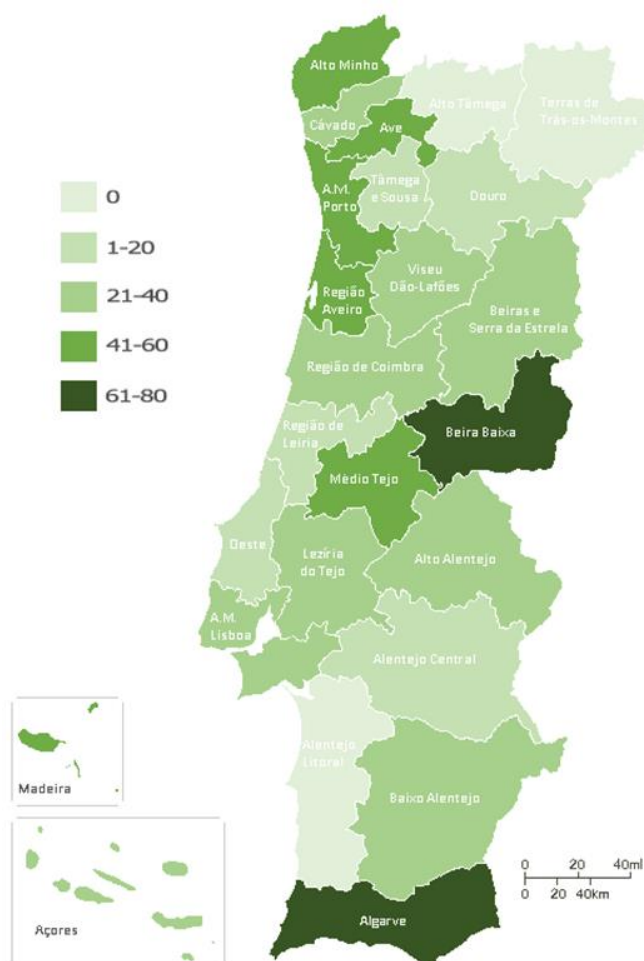
Ademais, nas duas grandes áreas urbanas do país – Área Metropolitana de Lisboa e do Porto – a divergência de proporção é igualmente menos significativa.

Destaque ainda para o Alentejo – em particular o Alto Alentejo e Alentejo Central – sendo estas, de resto, as regiões do Interior, a par do Viseu Dão-Lafões, onde a identificação do trabalho precário como um dos principais problemas entre os jovens

surge com maior expressão, em contraste com a Beira Baixa, onde a precariedade se revela apartada do grupo dos principais problemas apontados pelas autarquias.

Para além do acesso a um emprego que ofereça condições dignas, a autonomização residencial representa outro problema crítico dos jovens. As dificuldades, porém, não se revelam idênticas em todo o território (mapa 4.4).

Mapa 4.4. Dificuldades de acesso à habitação segundo NUTS III (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 40: «Da seguinte lista, seleccione por ordem de importância os 3 principais problemas que afetam os jovens residentes no município.»

Com efeito, quando se passa ao problema das Dificuldades de acesso à habitação, é o Algarve que surge em claro destaque (com 78,6%), seguido da Beira Baixa, onde aproximadamente dois terços das autarquias mencionam tal problema. Nota ainda para as regiões mais a norte do território continental, onde uma proporção significativa das autarquias nas regiões costeiras identifica este mesmo problema – em contraste com a expressão residual registada no Douro (5,6%) e em particular Terras de Trás-os-Montes

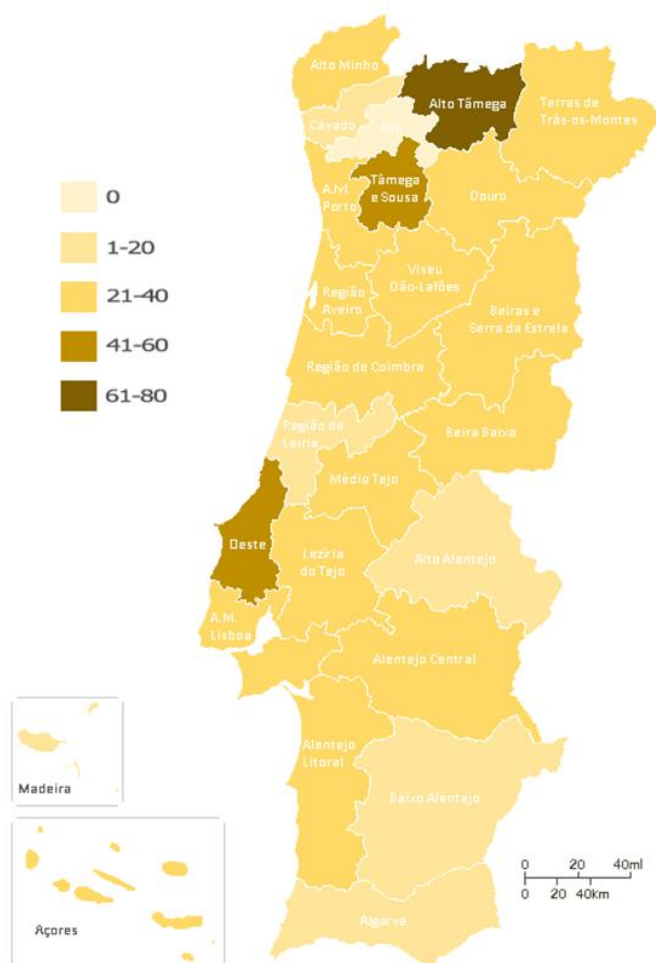
e Alto Tâmega, onde o acesso à habitação não consta dos principais problemas elencados por parte das respetivas autarquias.

Numa dinâmica inversa, se o Alentejo Litoral constitui a terceira região onde nenhuma autarquia identifica este problema, no caso das restantes regiões do Alentejo marcadas pela interioridade o cenário revela-se significativamente distinto – em particular no Baixo Alentejo, onde um terço dos municípios da amostra integram a área em questão no diagnóstico que traçam em torno dos problemas que mais afetam a respetiva população jovem.

No caso do Insucesso escolar, as discrepâncias afiguram-se relativamente exíguas no conjunto do território nacional. O Alto Tâmega surge como a única região onde a maioria das autarquias que integram a amostra (80%) coloca esta área entre os principais problemas. Já no campo oposto, a região contígua de Ave figura como a única região onde nenhuma autarquia identifica o insucesso escolar como um dos principais problemas do município (mapa 4.5).

A região do Oeste evidencia-se como a região costeira em que se regista maior percentagem de municípios que integra esta área como um dos três principais problemas (44,4%) – valor próximo do Alentejo Central (40,0%), em que o problema do insucesso escolar surge significativamente mais evidenciado em comparação com o panorama nas autarquias do Baixo e Alto Alentejo.

Mapa 4.5. Insucesso escolar segundo NUTS III (%)

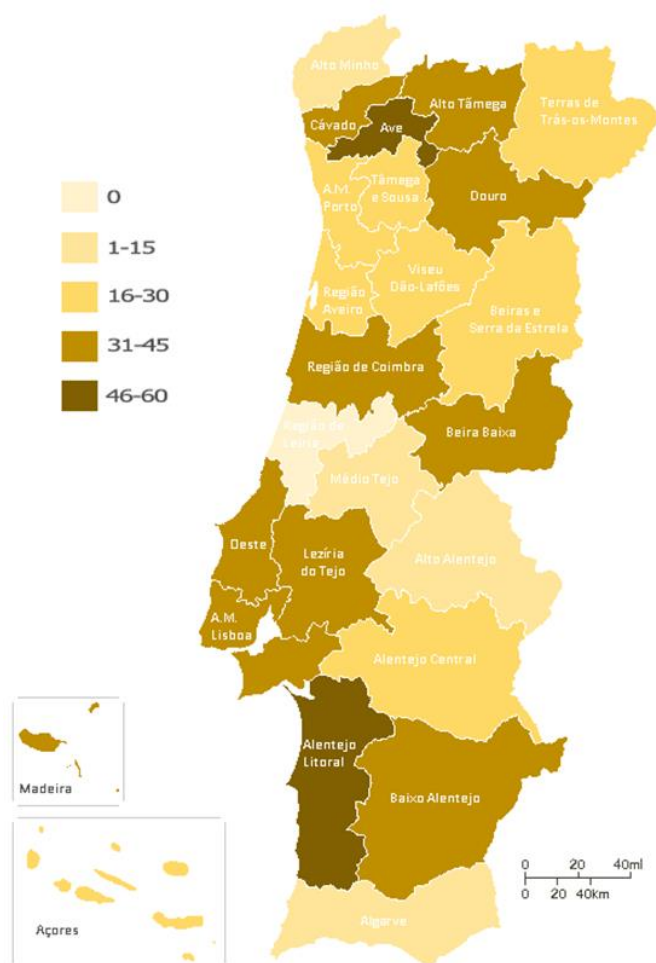


Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 40: «Da seguinte lista, seleccione por ordem de importância os 3 principais problemas que afetam os jovens residentes no município.»

No caso da área, interrelacionada, do Abandono escolar, o panorama não se afigura significativamente distinto (mapa 4.6). Em primeiro lugar, é apenas nas regiões do Ave e do Alentejo Litoral onde a proporção das autarquias que relevam esta área não é minoritária – 50% em ambos. Em Ave, a situação contrasta, de resto, com o cenário verificado no Insucesso escolar, onde nenhuma autarquia identifica como problema.

Destaque ainda para a Região de Leiria. Se é já apenas uma minoria de autarquias que aponta o Insucesso escolar como problema, no caso do Abandono escolar, a expressão é mesmo nula – reforçando a expressão exígua que a área da Educação enquanto problema assume nas autarquias desta região.

Mapa 4.6. Abandono escolar segundo NUTS III (%)



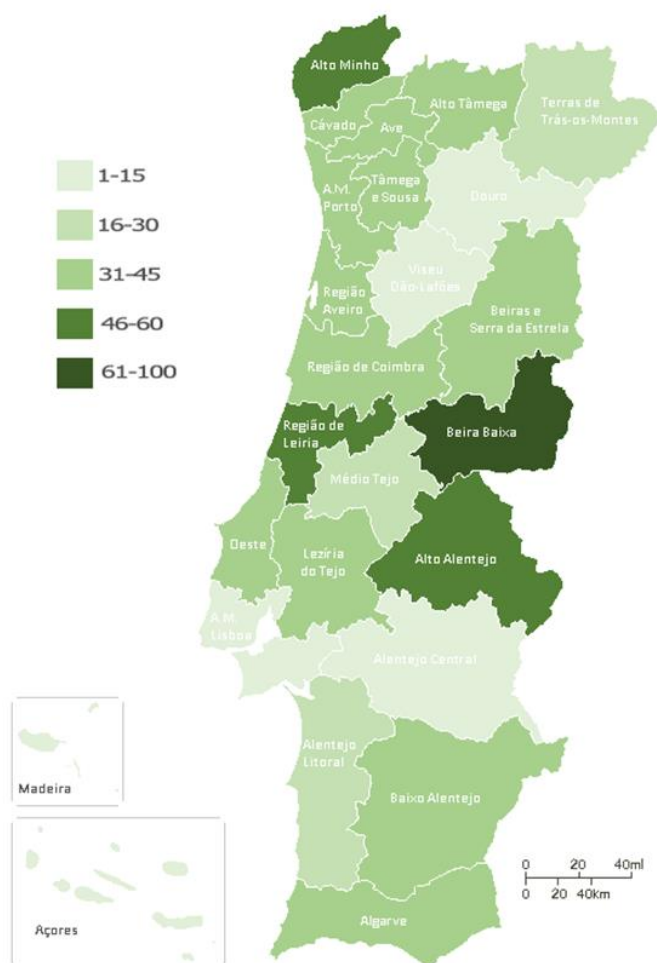
Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 40: «Da seguinte lista, selecione por ordem de importância os 3 principais problemas que afetam os jovens residentes no município.»

Situação próxima verifica-se também no Algarve, onde em ambas as vertentes – insucesso e abandono escolar – a expressão é minoritária.

Sabe-se como a mobilidade assume grande importância, não apenas nos espaços urbanos, mas também nas comunidades rurais. O processo de concentração de serviços nos contextos urbanos dos territórios de baixa densidade tem transformado a mobilidade em condição de acessibilidade (Carvalho e Oliveira, 2017). Uma parte dos responsáveis autárquicos, porém, não parece relevar essa questão como prioritária, no caso dos problemas que afetam a juventude. O facto de as autarquias garantirem transporte escolar para os jovens alunos e, desta feita, considerarem estar solucionado o problema diário de mobilidade mais crítico, pode explicar o carácter não prioritário concedido a este problema por parte de alguns responsáveis municipais.

No caso da Rede de transportes públicos insuficiente, não obstante a Beira Baixa assumir destaque – sendo que aproximadamente dois terços das autarquias da amostra identificam esta área como um dos três principais problemas que afetam a área da juventude –, tende a ser sobretudo nas regiões costeiras que esta área assume maior relevância no diagnóstico realizado pelos municípios (mapa 4.7). Entre elas, apenas a Área Metropolitana de Lisboa diverge desta tendência, onde apenas uma minoria de autarquias (13,3%) destaca insuficiências ao nível dos transportes públicos.

Mapa 4.7. Rede de transportes públicos insuficiente segundo NUTS III (%)

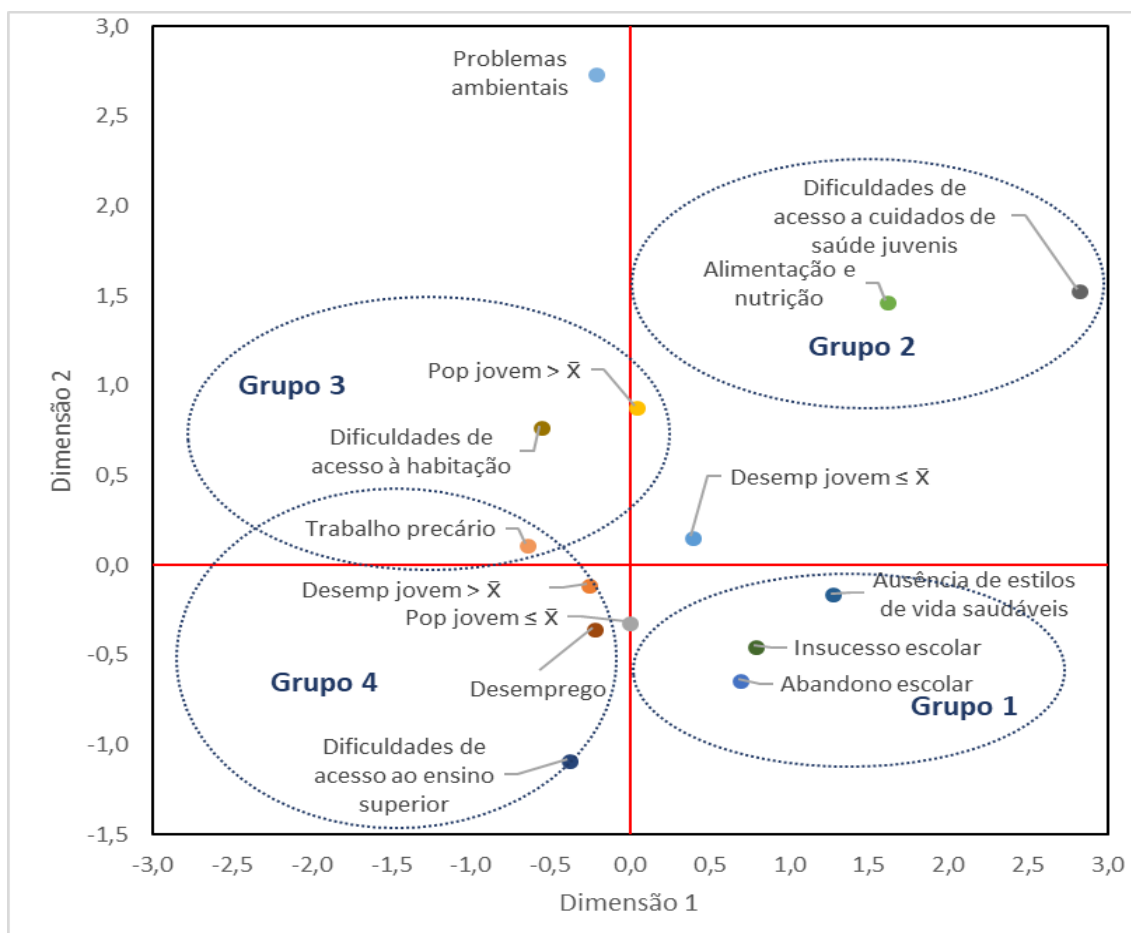


Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 40: «Da seguinte lista, seleccione por ordem de importância os 3 principais problemas que afetam os jovens residentes no município.»

Destaque ainda para o cenário no norte de Portugal Continental, em que a expressão entre o conjunto das autarquias das regiões costeiras – em particular Alto Minho, mas também a Área Metropolitana do Porto e Cávado – revela-se significativamente superior em relação às regiões do Interior (sobretudo o Douro).

Numa última análise sobre o conjunto dos Problemas apontados pelos municípios, a projeção do conjunto das categorias num plano fatorial³⁶ (juntamente com as variáveis de caracterização relativas ao número de jovens residentes e percentagem de jovens desempregados) permite evidenciar a existência de quatro grandes grupos (figura 4.1).

Figura 4.1. Distribuição dos municípios segundo Problemas que afetam a área da juventude



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 40: «Da seguinte lista, seleccione por ordem de importância os 3 principais problemas que afetam os jovens residentes no município.» INE, Pordata, 2018

³⁶ Além das variáveis relativas ao conjunto dos Problemas, a Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) integra ainda duas variáveis adicionais de caracterização dos municípios: Número de jovens residentes em cada município (em 2017) e Percentagem de jovens desempregados (inscritos nos centros de emprego e formação). Tratando-se de variáveis métricas, e de forma a integrar a ACM, estas foram recodificadas em variáveis ordinais. No caso do Número de jovens residentes, a variável ordinal subdivide-se em duas categoriais: Número de jovens residentes acima da média (da amostra) e Número de jovens residentes igual ou inferior à média. No caso da Percentagem de jovens desempregados, as categorias são: Desemprego jovem superior à média e Desemprego jovem igual ou inferior à média.

No caso do grupo 1, este abrange os municípios que colocam o enfoque dos problemas relativos ao desempenho escolar – na forma das categorias Insucesso escolar e Abandono escolar. Apesar de situada na fronteira do respetivo quadrante, também a categoria Ausência de estilos de vida saudáveis (associada à prática de desporto e exercício físico) integra este conjunto.

No quadrante oposto surge o grupo 3, que se caracteriza já por um enfoque, não nas questões educativas, mas nas condições concretas de vida da população jovem (articuladas com as dificuldades na obtenção de independência financeira). Este enfoque materializa-se em duas categorias – Dificuldades de acesso à habitação e Trabalho precário. De resto, associada a este grupo enquanto perfil surge igualmente a categoria Número de jovens residentes superior à média dos municípios da amostra.

No quadrante paralelo surge o grupo 4. Este caracteriza-se pelo enfoque igualmente nas condições de vida dos jovens, embora tendencialmente mais numa perspetiva de sustentabilidade e futuro. Nomeadamente, a atenção é colocada no problema do Desemprego, mas igualmente nas Dificuldades de acesso ao Ensino Superior (podendo entender-se o acesso a este patamar de ensino relevante também do ponto de vista das oportunidades de empregabilidade). De resto, neste grupo, inserem-se ainda duas importantes categorias de caracterização dos municípios e que se afiguram relevantes para compreender a sua composição: Percentagem de jovens desempregados superior à média da amostra, por um lado, e Número de jovens residentes igual ou inferior à média do conjunto da amostra.

Numa relação de oposição, o grupo 2 caracteriza-se justamente pelo enfoque nas questões relacionadas com a saúde – através, nomeadamente, das categorias Dificuldade de acesso a cuidados de saúde juvenis e Alimentação e nutrição. Nota para as categorias relativas à Percentagem de jovens desempregados superior à média e Número de jovens residentes inferior à média encontrarem-se justamente no quadrante oposto.

4.2. Áreas prioritárias de intervenção

Em função do diagnóstico traçado relativamente aos problemas mais prementes na área da juventude, as autarquias apontam igualmente aquelas que consideram ser as três áreas prioritárias a serem desenvolvidas na área da juventude no respetivo município.

A análise é realizada tendo também como base as áreas temáticas identificadas no Livro Branco da Juventude (IPDJ, 2015): Educação e formação, Criatividade e cultura, Emprego e empreendedorismo, Participação cívica e cidadania, População e demografia, Saúde e bem-estar, Ambiente e desenvolvimento sustentável, Direitos Humanos, igualdade de oportunidades e não discriminação, Habitação, Mobilidade internacional e nacional e Paz e segurança.

Princiando a análise pelas *áreas prioritárias relativas ao último ciclo político autárquico (2013-2017)*, verifica-se que o destaque recai sobre duas grandes áreas (tabela 4.2). Em primeiro lugar, a Educação e formação, que surge eleita por 59,4% das autarquias respondentes como área prioritária. Com menor expressão, mas ainda abrangendo mais de metade das autarquias da amostra, 52,6% identificam o Emprego e empreendedorismo como prioridade na agenda política no anterior mandato autárquico.

Tabela 4.2. Áreas prioritárias de intervenção (2013-2017)

Áreas prioritárias de intervenção (total) (2013-2017)	%
Educação e formação	59,4
Emprego e empreendedorismo	52,6
Criatividade e Cultura	41,8
Saúde e bem-estar	35,1
Participação cívica e cidadania	32,3
População e demografia	24,7
Ambiente e desenvolvimento sustentável	20,3
Habitação	10,8
Direitos Humanos, igualdade de oportunidades e não discriminação	10,4
Mobilidade internacional e nacional	6
Paz e segurança	4

Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 41: «Considerando o período de 2013-2017, quais foram as três áreas prioritárias de intervenção do seu município na área da juventude?»

Num patamar inferior, e completando o grupo das três áreas prioritárias com maior representação, surge a Criatividade e Cultura – apontada por 41,8% das autarquias.

As áreas relativas à Saúde e bem-estar, por um lado, e Participação cívica e cidadania, por outro, surgem com uma representação equivalente, próxima de um terço dos municípios (35,1% e 32,3%, respetivamente). No caso das políticas associadas às questões demográficas e equilíbrios populacionais – População e demografia –, estas surgem identificadas por aproximadamente um quarto dos municípios (24,7%).

No que concerne ao envolvimento da juventude em torno das causas associadas aos direitos dos animais, preservação do ambiente e modelos de desenvolvimento

sustentáveis, 20,3% dos municípios atribuem à área do Ambiente e desenvolvimento sustentável um estatuto prioritário no quadriênio 2013-2017.

Entre as categorias com menor representação, surge em primeiro a Habitação, em torno das políticas de habitação jovem e ordenamento do território, sendo identificada por 10,8% das autarquias – valor praticamente similar à área relativa aos Direitos Humanos, igualdade de oportunidades e não discriminação (10,4%). Por fim, duas restantes áreas registam como uma expressão inferior a 10%. É o caso da Mobilidade internacional e nacional (6%) e da Paz e segurança (4%). Ora, na transição para o ciclo político vigente (2018-2021), importantes alterações registam-se do ponto de vista da representação e hierarquização das áreas prioritárias no quadro do conjunto das autarquias que compõem a amostra (tabela 4.3).

Tabela 4.3. Áreas prioritárias de intervenção (2013-2017 e 2018-2021)

Áreas prioritárias de intervenção (total) (2013-2017)	%	Áreas prioritárias de intervenção (total) (2018-2021)	%
Educação e formação	59,4	Emprego e Empreendedorismo	64,8
Emprego e empreendedorismo	52,6	Educação e formação	56,4
Criatividade e Cultura	41,8	Participação cívica e cidadania	40,2
Saúde e bem-estar	35,1	Criatividade e cultura	34,1
Participação cívica e cidadania	32,3	Saúde e bem-estar	29,4
População e demografia	24,7	População e demografia	20,5
Ambiente e desenvolvimento sustentável	20,3	Habitação	19,3
Habitação	10,8	Ambiente e desenvolvimento sustentável	18,1
Direitos Humanos, igualdade de oportunidades e não discriminação	10,4	Direitos Humanos, igualdade de oportunidades e não discriminação	8,4
Mobilidade internacional e nacional	6	Mobilidade internacional e nacional	7,2
Paz e segurança	4	Paz e segurança	1,6

Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 41: «Considerando o período 2013-2017, quais foram as três áreas prioritárias de intervenção do seu município na área da juventude?» Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?»

A primeira conclusão que ressalta é a relativa preponderância que a área do Emprego e empreendedorismo adquire relativamente à Educação e formação na transição entre os mandatos políticos em questão. É, de resto, no caso da categoria relativa à economia e empregabilidade que se identifica a maior evolução entre mandatos: no conjunto da amostra, são mais 12,2% as autarquias que conferem a esta área o estatuto prioritário (64,8%). No caso da educação, deixa de ser a principal área prioritária, com um

decrécimo de 3% relativamente ao quadriénio anterior (surgindo identificada por 56,4% das autarquias).

Em segundo lugar, é significativa a importância que a área da Participação cívica e cidadania adquire na transição entre os dois arcos temporais, figurando como a terceira área prioritária no atual ciclo político autárquico – 40,2%, o que corresponde a um incremento de 7,9%. Em sentido inverso, a Criatividade e cultura vê a sua importância decrescer nas prioridades elencadas pelos municípios que constituem a amostra, identificada por 34,1% (menos 7,7% comparativamente com o cenário no quadriénio transato).

Destaque ainda para a área da Habitação, onde se regista um aumento de 8,5% de autarquias que a colocam entre as três principais prioridades – passando a ser aproximadamente um quinto da amostra (19,3%), aproximando-a da área relativa à População e demografia (20,5%) que na transição de ciclo político vê a sua representação diminuir significativamente, a par da Saúde e bem-estar (29,5%).

No caso das três áreas menos representativas – Direitos Humanos, igualdade de oportunidades e não discriminação, Mobilidade internacional e nacional e, por fim, Paz e segurança –, é de relevar que assumem menor peso no atual período político. Se entre 2013 e 2017 correspondem, no seu conjunto, a 20,4%, no quadriénio em vigor, as mesmas áreas perfazem apenas 17,2%.

Focando a atenção justamente nesta mudança do ponto de vista da representação das áreas prioritárias entre os dois períodos políticos em questão, podem analisar-se possíveis relações entre as priorizações nas diferentes autarquias e as evoluções do ponto de vista das alterações nas forças políticas eleitas (partidos, coligações ou movimentos independentes ou de cidadãos)³⁷. Neste caso, é dado destaque às três áreas que registam maior transformação entre os dois quadriénios em questão: Emprego e empreendedorismo, Criatividade e cultura e Participação cívica e cidadania.

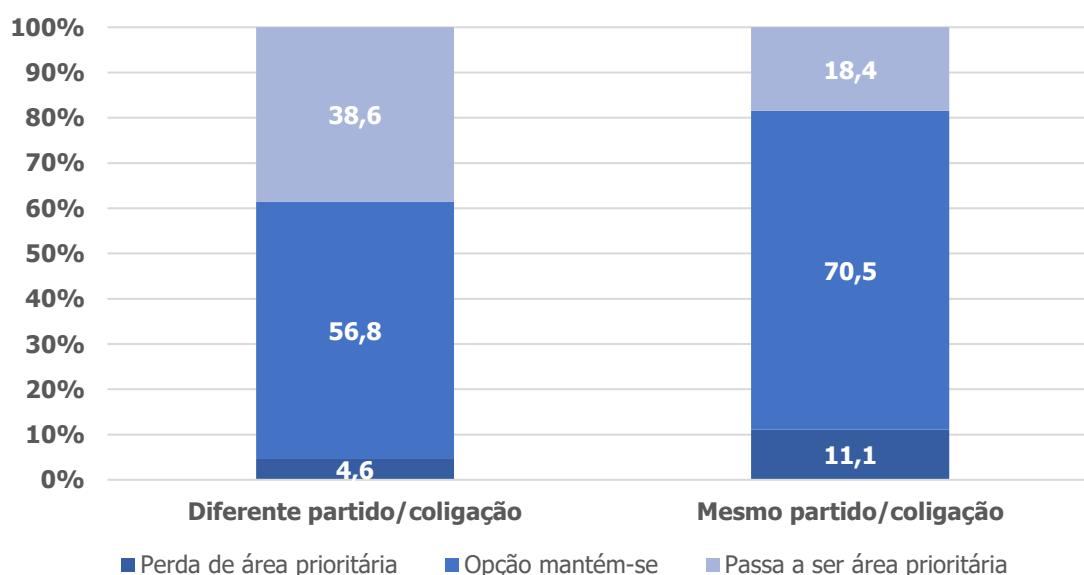
No caso da área do Emprego e empreendedorismo, a relação entre mudanças no plano das forças políticas na governação das autarquias e a opção entre a manutenção ou mudança desta como área prioritária na transição entre os mandatos de 2013-2017

³⁷ Tentou-se realizar o teste de independência entre os partidos no poder (tanto no quadriénio em vigor como no quadriénio antecedente) e as áreas prioritárias escolhidas, contudo, o mesmo revelou-se impossível de ser realizado dado o não cumprimento das condições estatísticas para a realização do teste de qui-quadrado. O mesmo sucedeu com outras variáveis construídas: Família ideológica do partido no poder (agrupando os partidos nas categorias Esquerda, Direita ou Independente) ou Tipo de transição (com as categorias Transição de força política de Esquerda para força política de Direita e Transição de força política de Direita para força política de Esquerda).

e 2018-2021 revela-se estatisticamente significativa (revela-se estatisticamente significativa ($X^2_{(4)} = 9,382$; p-value = 0,009). Da mesma forma, o teste não-paramétrico de *V de Cramer* reforça a relação entre as variáveis ($VCramer_{(100)} = 0,193$; p-value = 0,009).

Efetivamente, observa-se que, no total dos municípios em que o partido ou coligação se mantém, em 70,5% dos casos a opção desta área política como prioritária mantém-se (gráfico 4.1). Já entre as câmaras em que ocorre uma mudança de cor política, em 43,1% dos casos regista-se igualmente uma mudança na escolha do Emprego e empreendedorismo enquanto área prioritária (38,6% no sentido de eleição e 4,6% no sentido de perda).

Gráfico 4.1. Mudança da área prioritária Emprego e empreendedorismo (2013-2017 e 2018-2021) (%)



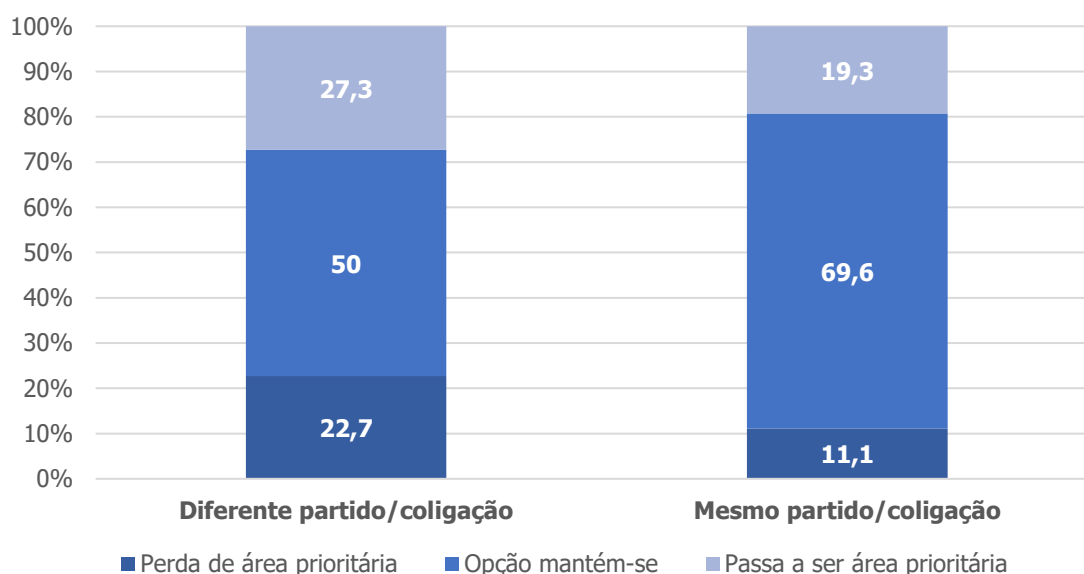
Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 41: «Considerando o período 2013-2017, quais foram as três áreas prioritárias de intervenção do seu município na área da juventude?» Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?»

Com o intuito de verificar a existência de relação entre a mudança de partidos no poder e a mudança na opção da Participação cívica e cidadania como área prioritária, realizou-se igualmente o teste de independência. Este revela a existência de relação entre as duas variáveis ($X^2_{(4)} = 6,931$; p-value = 0,031). Nesse sentido, as evoluções na transição entre os dois períodos políticos exercem influência no incremento de autarquias que atribuem a esta área o estatuto de prioritária. O teste não-paramétrico *V de Cramer*

reforça que existem evidências estatísticas relativamente à relação entre ambas as variáveis ($V_{Cramer(100)} = 0,166$; p-value = 0,031).

Analisando o gráfico relativo à distribuição dos casos pelas variáveis (gráfico 4.2), verifica-se que no total dos municípios que veem mudar a força política na respetiva câmara municipal, em 27,3% dos casos regista-se uma eleição de área prioritária e 22,7% essa mesma área é arredada das prioridades políticas para 2018-2021.

Gráfico 4.2. Mudança da área prioritária Participação cívica e cidadania (2013-2017 e 2018-2021) (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 41: «Considerando o período 2013-2017, quais foram as três áreas prioritárias de intervenção do seu município na área da juventude?» Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?»

No caso da Criatividade e cultura, a hipótese de dependência entre as variáveis em questão é rejeitada. Não existe, pois, evidência estatística da relação entre a mudança na escolha das áreas prioritárias e a evolução no conjunto das forças políticas que presidem às câmaras municipais da amostra ($X^2_{(4)} = 1,660$; p-value = 0,436). O mesmo sucede relativamente à área da Habitação ($X^2_{(4)} = 1,923$; p-value = 0,382).

Feita esta primeira análise, importa desenvolver de seguida uma análise em torno da expressão territorial das diferentes *áreas prioritárias relativas especificamente ao quadriénio político em vigor (2018-2021)*.

No caso do *Emprego e Empreendedorismo*, a interioridade parece constituir um importante fator na distribuição da expressão desta área pelo território português. É sobretudo no Interior Norte que a expressão é mais significativa, com Alto Tâmega,

Douro e Trás-os-Montes a figurarem como as regiões em que a grande maioria das autarquias (acima dos 80%) identifica a criação de emprego e apoio ao empreendedorismo como prioridade política (mapa 4.8).

Por outro lado, no Alentejo, assume também uma preponderância significativa, com destaque para o Alentejo Litoral e Baixo Alentejo – onde 75% das autarquias identificam esta área, sendo que, nessa medida a questão da interioridade assume relevo, sendo mesmo que a expressão surge como menor no caso do Alentejo Central.

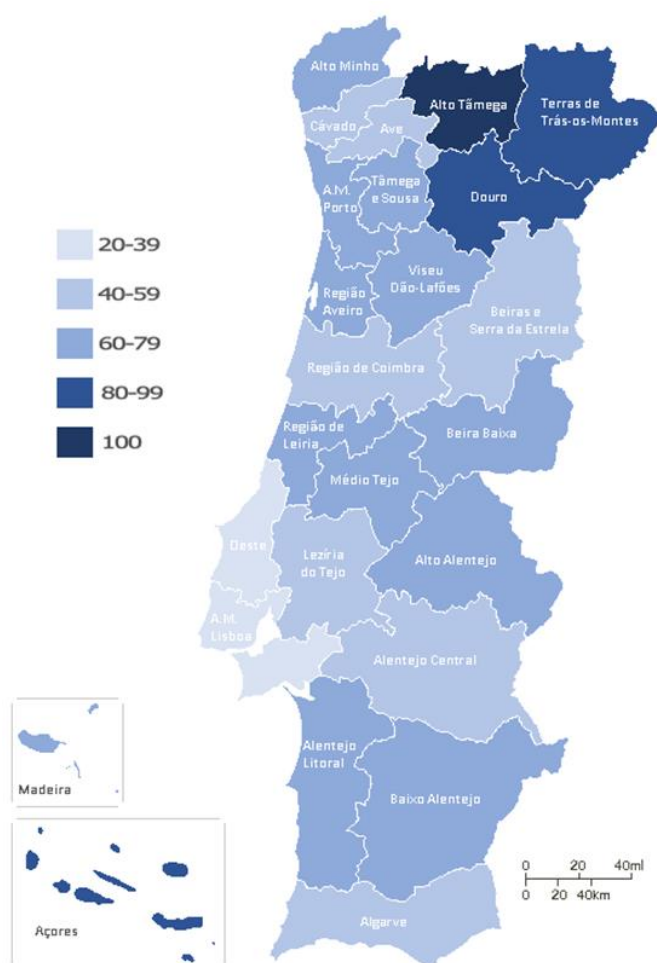
Destaque ainda para a discrepância entre os territórios insulares. Se a grande maioria de autarquias dos Açores confere um estatuto prioritário à área do Emprego e empreendedorismo, a mesma surge na Madeira como assumindo menor protagonismo no atual mandato político – uma situação inversa face ao observado anteriormente na identificação dos Problemas.

É, por fim, na Área Metropolitana de Lisboa, juntamente com o Oeste, que o Emprego e empreendedorismo surge como tendo menor preponderância nas opções políticas dirigidas à área da juventude para o quadriénio 2018-2021.

Realizando o teste de distribuição das médias de desemprego jovem dos vários municípios e a escolha do emprego e empreendedorismo como área prioritária, verifica-se, surpreendentemente, que não existem evidências estatísticas de relação estatística ($t_{(97)} = 0,005$; p-value = 0,996).

Ademais, a média da percentagem de desempregados entre os municípios que assumem esta área como prioritária revela-se semelhante à média dos municípios que não o fazem. Nomeadamente, a média entre o conjunto de municípios que não colocam o emprego e empreendedorismo como área prioritária (19,052%) é praticamente semelhante ao grupo de autarquias que elencam a mesma área entre as suas prioridades políticas para o quadriénio 2018-2021 (19,050%) – viabilizando a interpretação de que a seleção desta área enquanto opção política é tributária da orientação ideológica dos partidos no poder, mais do que da realidade concreta do respetivo município.

Mapa 4.8. Emprego e empreendedorismo (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%)

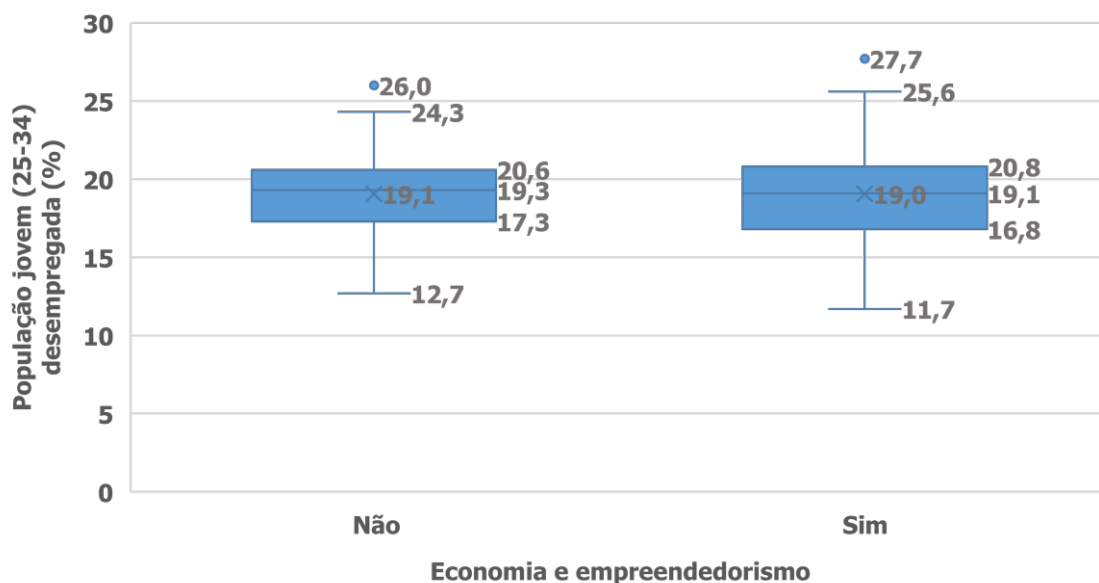


Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251)

Como o gráfico 4.3 ilustra, a amplitude dos dados é maior entre o grupo de municípios que integram esta área nas prioridades políticas – entre uma taxa de desemprego de 25,6% e de 11,7%. Não obstante, entre os municípios que não integram esta área na agenda política para 2018-2021, a variância dos dados é igualmente significativa: entre os 12,7% e os 24,3%.

De resto, o gráfico dá conta dos casos de autarquias que saem das tendências dominantes. Destaca-se sobretudo, no grupo dos municípios que não integram a Economia e emprego nas suas áreas prioritárias, uma das autarquias apresentar uma proporção de população jovem desempregada de 26%.

Gráfico 4.3. População jovem (25-34) desempregada segundo Economia e empreendedorismo (área prioritária 2018-2021) (%)

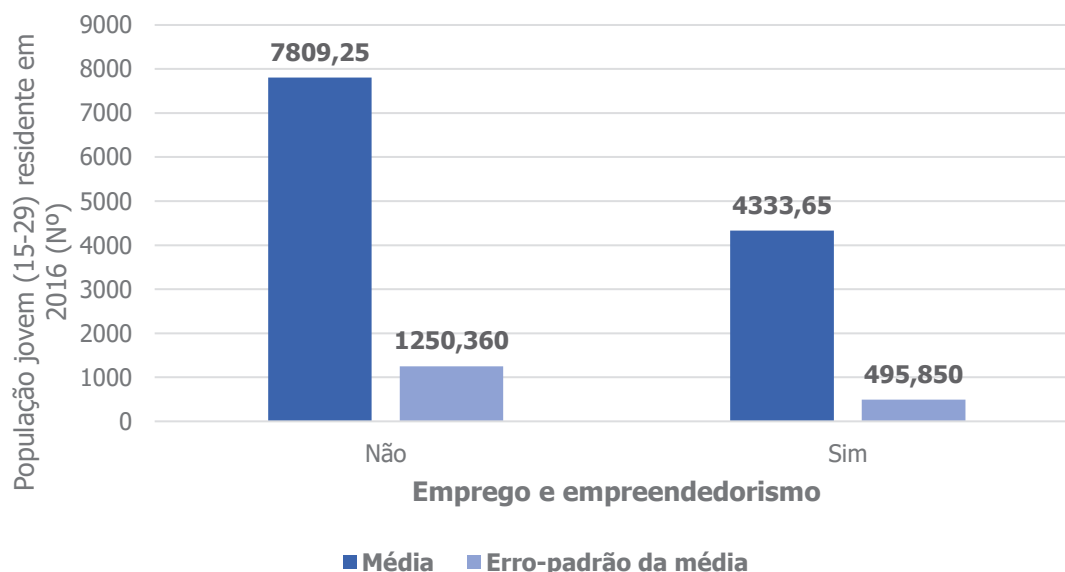


Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?». INE, Pordata, IEFP/MTSSS, 2018.

Recorrendo a outro fator de comparação, constata-se também que as questões em torno do Emprego e Empreendedorismo enquanto área prioritária assumem maior importância entre as autarquias com menor população jovem ($T_{(97)} = 3,043$; p-value = 0,003).

Efetivamente, verifica-se que a média de população jovem entre os municípios que não integram esta área como prioritária (7809,25 com um erro-padrão da média de 1250,360) é significativamente superior à média registada entre as autarquias que colocam esta como prioridade política para o quadriénio 2018-2021 (4333,65, com um erro-padrão da média de 495,850) (gráfico 4.4).

Gráfico 4.4. Média de população jovem (15-29) residente em 2016 com intervalo de confiança de 95% segundo Emprego e empreendedorismo (área prioritária 2018-2021) (Nº)



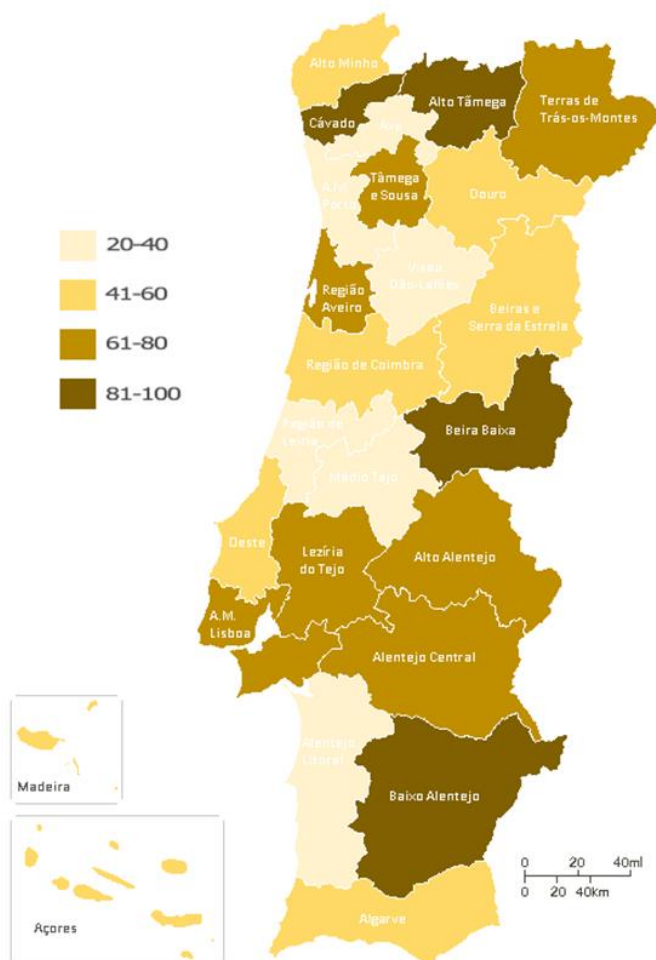
Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?». INE, Pordata, 2018.

Deslocando o olhar para a *Educação e formação*, a sua distribuição no território nacional não surge tão condicionada pelos mesmos circunstancialismos geográficos (e respetivas implicações sociais e económicas) (mapa 4.9). Não obstante, em todas as regiões do Interior, nunca é inferior a 50% as autarquias que identificam esta área como prioritária – em contraste com regiões costeiras, como é o caso da Região de Leiria ou da Área Metropolitana do Porto.

Em destaque surge o Alentejo, em particular nas regiões mais marcadas pela interioridade: Baixo Alentejo, Alto Alentejo e o Alentejo Central (60%), ao passo que no Alentejo Litoral a proporção de autarquias é minoritária.

Por outro lado, as questões relacionadas com a Educação e formação assumem uma forte expressão enquanto prioridades políticas no conjunto das regiões mais a norte de Portugal Continental. À exceção do Alto Minho – onde menos de metade dos municípios da amostra identifica esta área –, a grande maioria das autarquias no Cávado e Terras de Trás-os-Montes confere à mesma um estatuto prioritário, atingindo mesmo a totalidade das autarquias no caso Alto Tâmega (uma hegemonia apenas reproduzida na região da Beira Baixa).

Mapa 4.9. Educação e formação (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%)



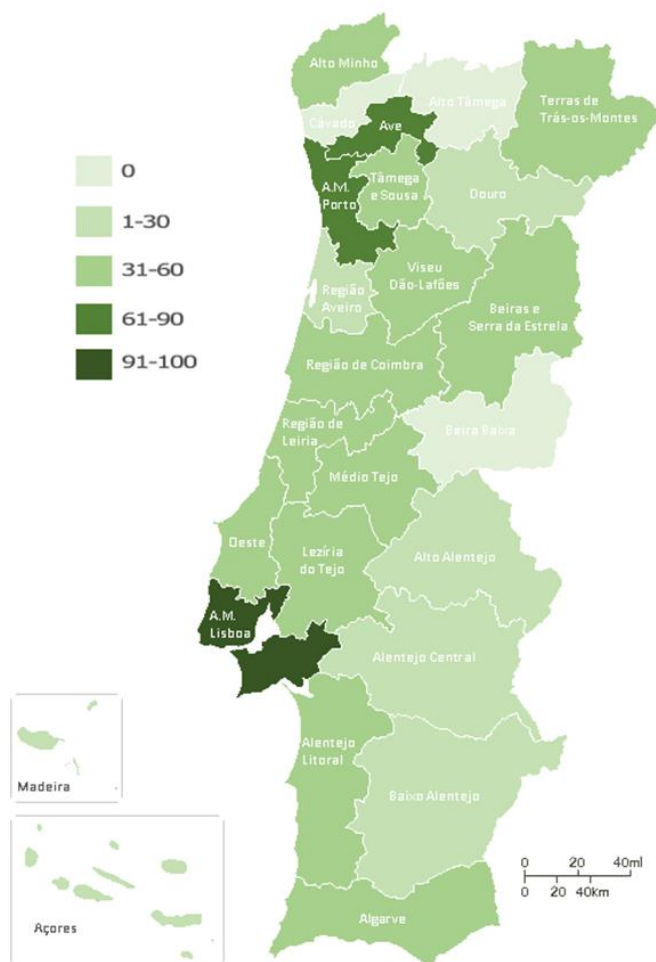
Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?»

No caso da *Participação cívica e cidadania*, esta parece assumir maior preponderância no programa político para o quadriénio em vigor nas regiões do Litoral.

É, neste caso, a Área Metropolitana de Lisboa que surge em claro destaque: a totalidade das autarquias da amostra identificam esta como prioridade política para a área da juventude. De resto, a expressão é igualmente significativa no Algarve e Alentejo Litoral – onde a expressão é significativamente superior às regiões do Interior (mapa 4.10).

Igualmente mais a norte de Portugal Continental, a expressão é superior nas regiões costeiras da Área Metropolitana do Porto e Alto Minho, à exceção, contudo, de Cávado – a única região litoral onde, de resto, nenhum município atribui destaque a esta área na sua agenda política para os próximos anos.

Mapa 4.10. Participação cívica e cidadania (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%)



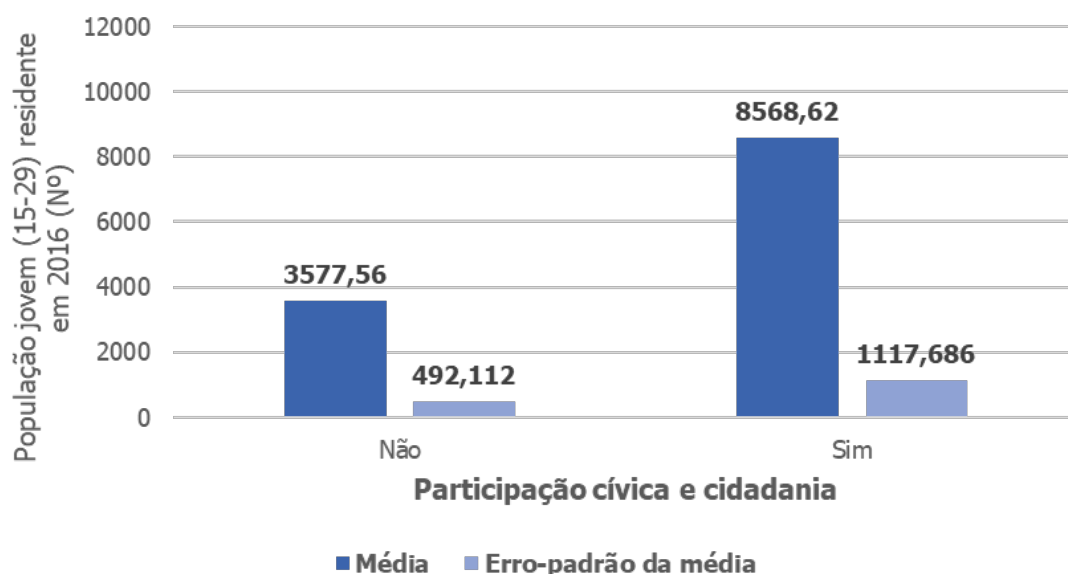
Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?»

No caso do Interior, a exceção a esta tendência reside nas Beiras e Serra da Estrela e Viseu Dão-Lafões. Esta área é assumida como prioritária em ambos os casos por metade das autarquias.

Ora, estas desigualdades podem ser interpretadas à luz das diferenças no território nacional do ponto de vista da dimensão da presença de população jovem. Existem, nomeadamente, evidências estatísticas para se afirmar que a média de população jovem residente por município entre o conjunto de autarquias que atribuem à participação cívica e cidadania o estatuto de área prioritária é significativamente distinta da média de população jovem no caso das autarquias que não fazem a mesma distinção na agenda política para o quadriénio 2018-2021 ($t = - 4,571$; $p\text{-value} = 0,000$).

Efetivamente, e como o gráfico 4.5 ilustra, a média de população jovem residente no caso das autarquias que não atribuem a esta área o estatuto prioritário (3577,56, com um erro-padrão da média de 492,112) corresponde a menos de metade da média de população jovem no caso das autarquias que colocam a mesma área entre as prioridades para o quadriénio (8568,62, com um erro-padrão da média de 1117,686).

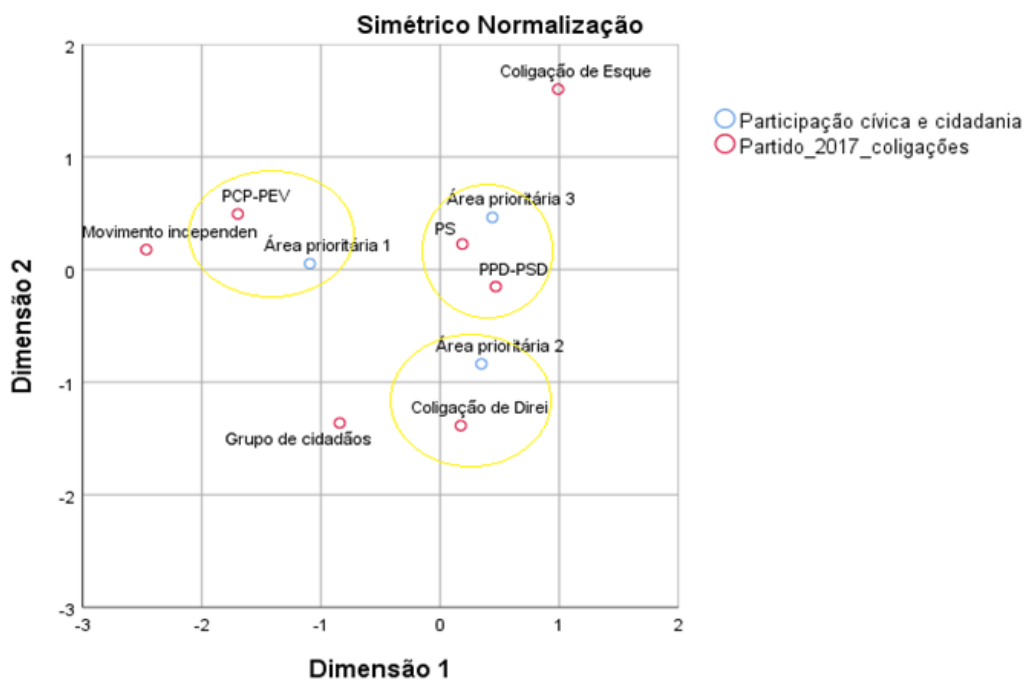
Gráfico 4.5. Média de população jovem (15-29) residente em 2016 com intervalo de confiança de 95% segundo Participação cívica e cidadania (área prioritária 2018-2021) (Nº)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?». INE, Pordata, 2018.

Por outro lado, quando comparamos com os partidos que assumem as funções governativas no atual mandato político (2018-2021), é pertinente revelar que a atribuição da Participação cívica e cidadania enquanto primeira área prioritária surge fortemente associada a autarquias em que a coligação de esquerda formada pelo Partido Comunista Português e pelo Partido Ecologista "Os Verdes" (PCP-PEV) surge enquanto força política que preside à câmara municipal (figura 4.2).

Figura 4.2. Participação cívica e cidadania (2018-2021) e Partido político (2017)

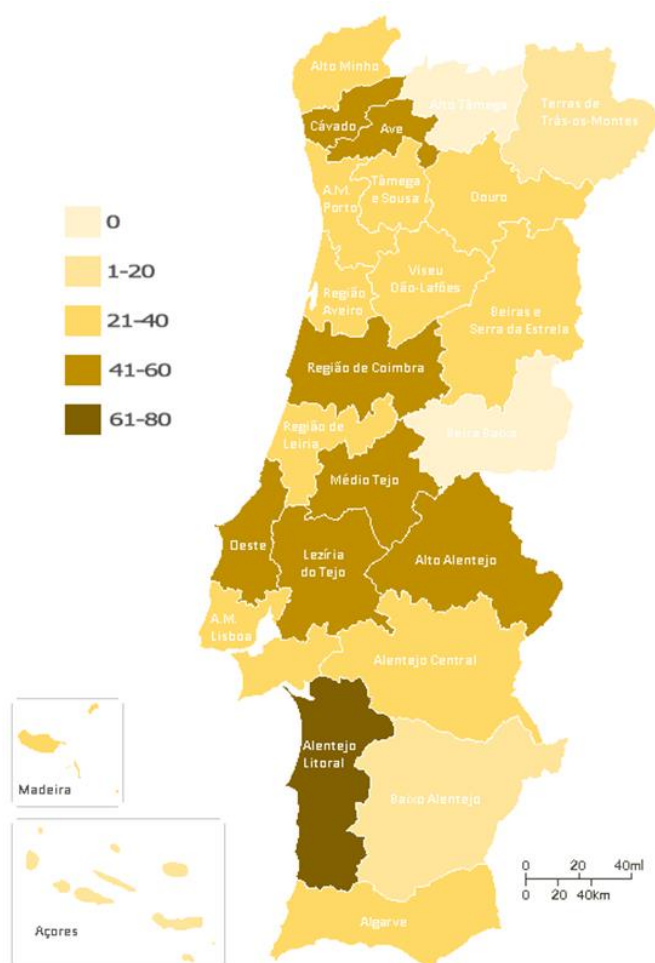


Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?»

Regista-se igualmente uma significativa associação entre as modalidades de coligação de Direita (composto na maioria dos casos pelo PSD e CDS-PP) e o entendimento da participação cívica como segunda maior prioridade para a área da juventude. Por fim, no caso das autarquias governadas pelos dois maiores partidos, identifica-se uma associação entre PS e PPD-PSD e o reconhecimento da participação cívica enquanto terceira área prioritária (embora mais intensa no caso do PS, mostrando-se o PPD-PSD, de resto, aproximadamente equidistante entre as categorias Área prioritária 2 e Área prioritária 3 no mapa de dispersão).

No caso da área relativa à *Criatividade e Cultura*, o Alentejo Litoral surge em claro destaque, sendo que três em cada quatro das autarquias incluía esta entre as três áreas prioritárias para o ciclo político a decorrer (mapa 4.11).

Mapa 4.11. Criatividade e cultura (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?»

Não obstante a interioridade não se afigurar como um fator determinante, é, contudo, no Interior do país que se identificam as regiões em que esta área assume menor expressão: além do nulo registado na Beira Baixa e no Alto Tâmega, também no Baixo Alentejo e Terras de Trás-os-Montes corresponde a menos de 20% as autarquias que identificam esta como uma área de intervenção prioritária. Por outro lado, esta área é também pouco expressiva em ambas as regiões marcadas pela condição de insularidade: tanto na Madeira como Açores, menos de um terço das autarquias coloca a Criatividade e Cultura entre as prioridades políticas.

Destaque ainda para o facto de as duas áreas metropolitanas do país não figurarem entre as regiões em que é maior a proporção de autarquias – correspondendo, em ambos os casos, a aproximadamente um terço dos municípios que identificam esta área como prioritária.

Por fim, importa ainda assinalar que, ao contrário do que sucede com a área da Participação cívica, não existe evidência estatística de que a média do número de jovens residentes, no caso das autarquias que colocam a área da Criatividade e cultura entre as prioridades políticas para o atual quadriénio, seja significativamente distinta da das autarquias que não o fazem ($t = - 0,024$; $p\text{-value} = 0,981$).

No caso da *Saúde e bem-estar*, é novamente no Litoral que esta área assume predominância nas prioridades políticas assumidas pelas autarquias (mapa 4.12).

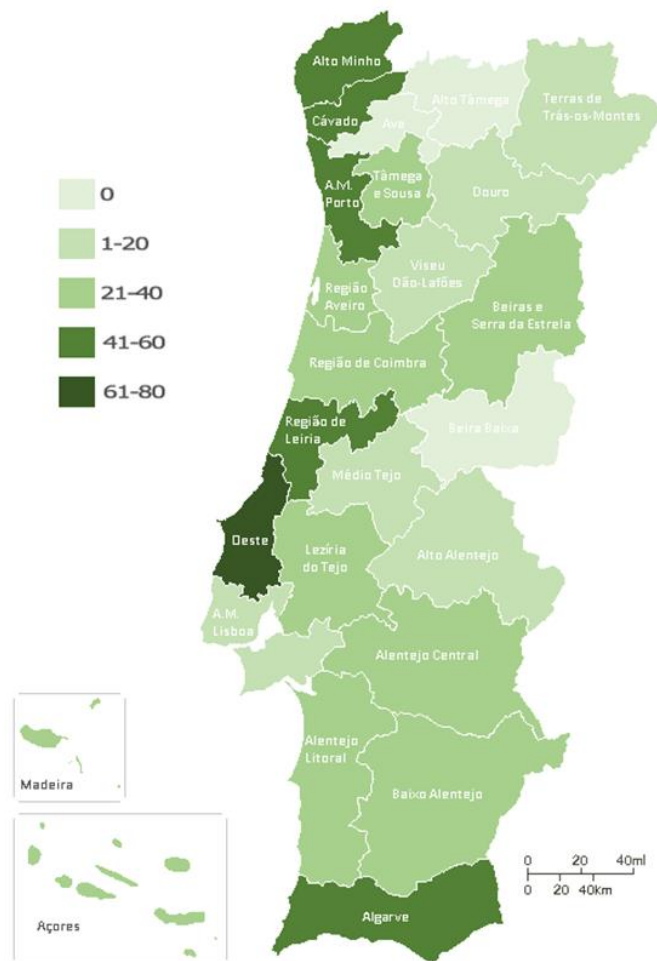
Oeste destaca-se no quadro do conjunto do território português, sendo a única região onde é maioritária a proporção de autarquias que atribui a esta área um estatuto de prioridade. De resto, além da região contígua de Leiria, é ao longo do território costeiro que as políticas na área da saúde e bem-estar são tidas como prioritárias em maior percentagem.

Destaque particular para o litoral Norte – a Área Metropolitana do Porto, Cávado e Alto Minho –, juntamente com o Algarve.

No caso do Interior, é sobretudo no Alentejo que esta área assume maior expressão (em particular o Baixo Alentejo e Alentejo Central). De resto, à exceção de Beiras e Serra da Estrela, a expressão entre as regiões mais marcadas pela interioridade não ultrapassa os 20%.

Na área da *População e demografia*, não obstante as leituras a partir da dicotomia Litoral/Interior que podem ser feitas, outras importantes nuances devem igualmente ser apontadas.

Mapa 4.12. Saúde e bem-estar (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%)



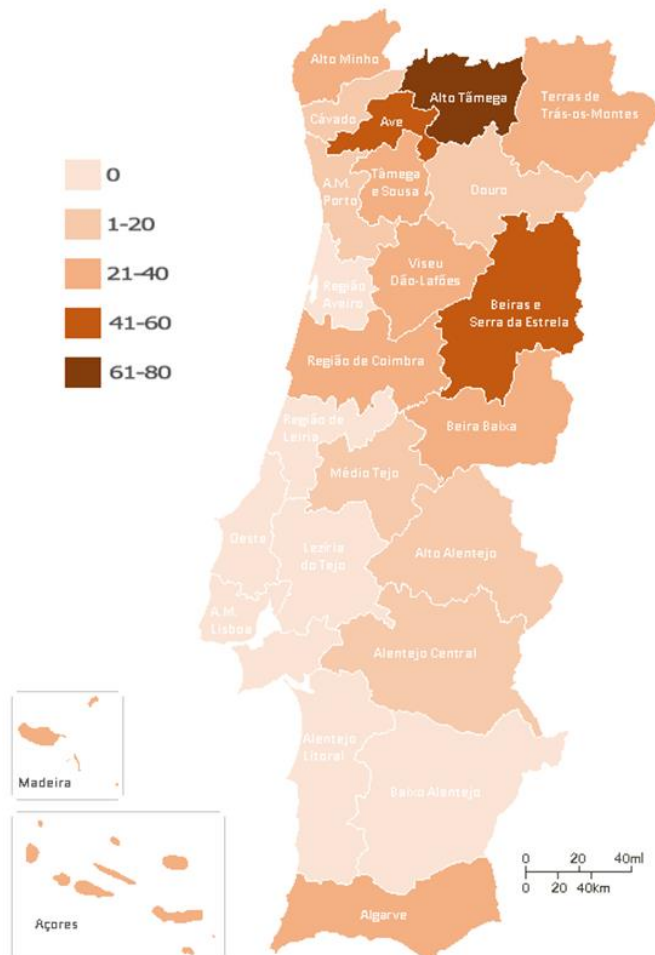
Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?»

No caso de Alto Tâmega, os problemas relativos a desequilíbrios populacionais assumem uma importância sem paralelo no resto do território: a larga maioria das autarquias integra esta como prioridade na sua agenda política para o quadriénio 2018-2021 (mapa 4.13). De resto, o fator litoralidade/interioridade assume forte influência. Além da maior área urbana do país, a Área Metropolitana de Lisboa, regista-se o nulo ao longo de grande parte das regiões costeiras.

No entanto, a exceção a esta tendência reside sobretudo no litoral Norte, onde as questões relativas aos equilíbrios populacionais não deixam de assumir relevância na agenda política das regiões costeiras, nomeadamente, em particular no Alto Minho, onde a proporção de autarquias se assume relativamente próxima do que é registado na região fortemente marcada pela interioridade de Terras de Trás-os-Montes. Reforçando este cenário menos dicotómico, também no Douro a expressão revela-se relativamente

residual. É de assinalar também que é apenas no Baixo Alentejo que nenhuma autarquia do Interior identifica esta como uma área prioritária.

Mapa 4.13. População e demografia (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%)



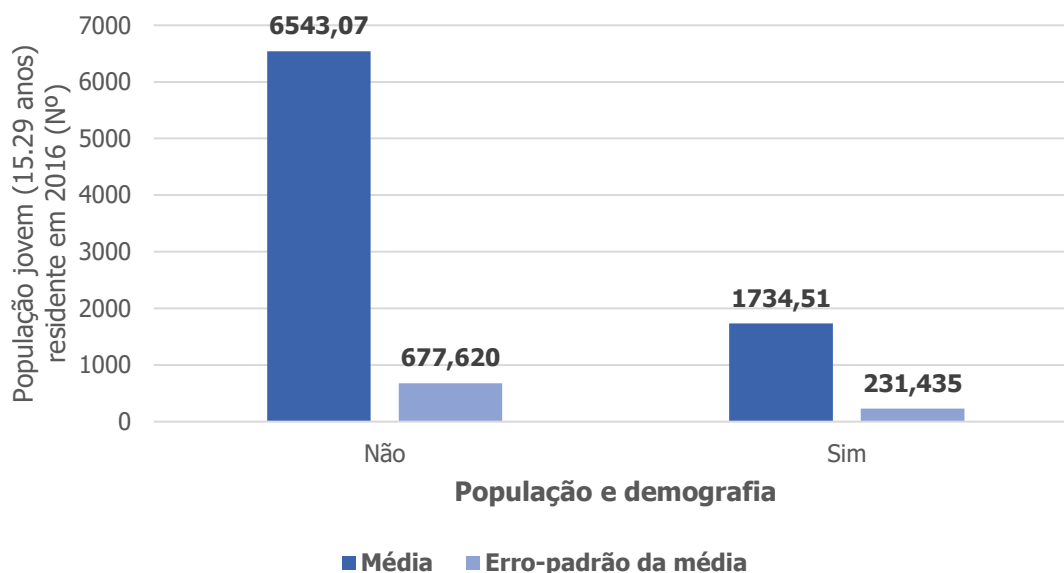
Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?»

Como expectável, a realização do *teste T* dá conta de uma diferença significativa entre as médias de população jovem (15-29 anos) residente em 2016 nos municípios que atribuem a esta área o estatuto de prioridade política para o quadriénio 2018-2021 e as autarquias que não o fazem ($t_{(97)} = 3,565$; p-value = 0,000).

A análise das médias de habitantes jovens permite dar conta justamente da disparidade (gráfico 4.6). Se no caso das autarquias que deixam esta área fora das prioridades a média é de 6543,07 (com um erro padrão de 677,620) jovens dentro da faixa etária em questão, entre os municípios que assumem esta área como prioridade

para o atual mandato político, a média é quase 4 vezes inferior (1734,41, com um erro-padrão da média de 231,435).

Gráfico 4.6. Média de população jovem residente em 2016 com intervalo de confiança de 95% segundo População e demografia (área prioritária 2018-2021) (Nº)

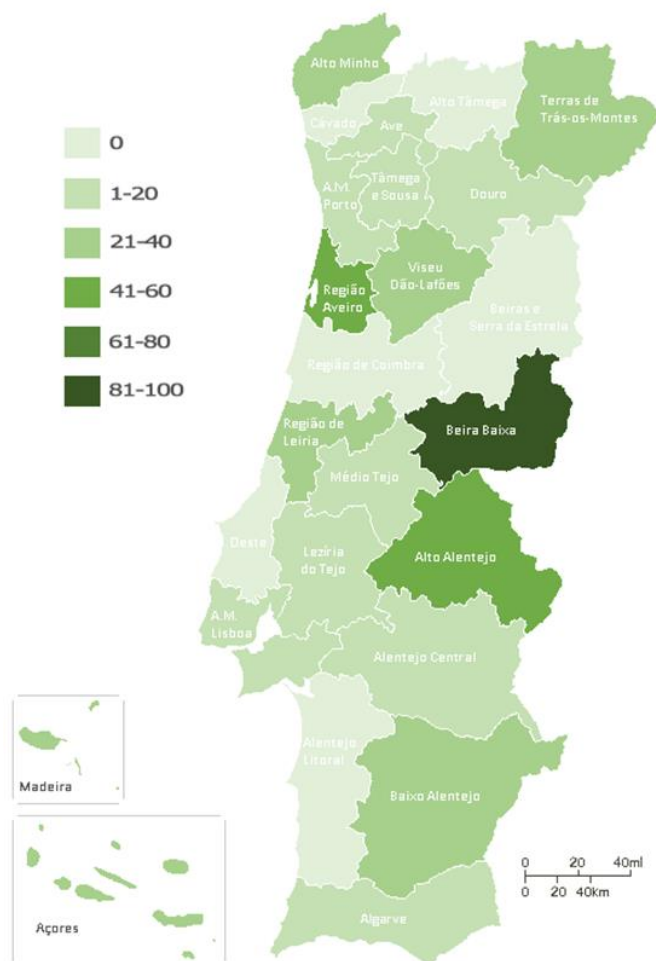


Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?» INE, Pordata, 2018.

As dualidades ou contrastes territoriais esvanecem-se em algumas das áreas de intervenção com menor expressão. É o caso sobretudo da área relativa à *Habitação*.

Coincidindo com o diagnóstico traçado relativamente aos principais problemas que afetam os jovens residentes no concelho, nos municípios da Beira Baixa, a área da habitação revela-se primordial no atual ciclo político, com todas as autarquias a integrar esta como uma das prioridades da sua agenda para a área da juventude. Aveiro (44,4%) destaca-se também enquanto a região do litoral onde os problemas relacionados com o acesso à habitação assumem maior relevância (mapa 4.14).

Mapa 4.14. Habitação (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%)



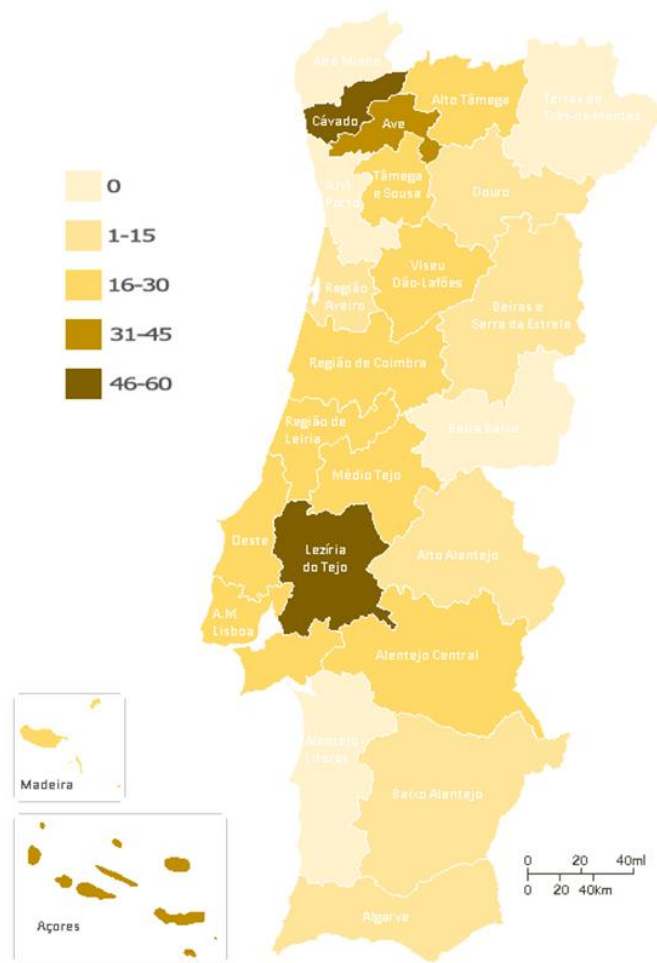
Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?»

De resto, é apenas no Alentejo que um contraste Litoral/Interior parece verificar-se, sendo que o Alto Alentejo, mas igualmente no Alentejo Central e Baixo Alentejo contrastam com a ausência de autarquias do Alentejo Litoral que identificam esta como uma área prioritária.

No que concerne ao *Ambiente e desenvolvimento sustentável*, o fator da litoralidade/interioridade parece assumir já maior influência. Nomeadamente, a sua relevância nas políticas para a área da juventude no período 2018-2021 surge como tendencialmente menor nas autarquias do Interior (mapa 4.15).

Entre as regiões mais marcadas pela interioridade, o Alentejo Central assume destaque, na medida em que 20% dos municípios identifica esta área entre as suas prioridades políticas para a área da juventude. Nas restantes regiões, a expressão é inferior a 20% ou mesmo nula – casos de Terras de Trás-os-Montes e Beira Baixa.

Mapa 4.15. Ambiente e desenvolvimento sustentável (área prioritária 2018-2021) segundo NUTS III (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?»

No litoral, as regiões da Lezíria do Tejo e Cávado são os únicos casos onde não é minoritário o número de autarquias que atribui a esta área um estatuto prioritário à sua ação política para o quadriénio 2018-2021. Não obstante a tendência de maior relevância das questões ligadas ao ambiente e sustentabilidade entre as regiões costeiras, o cenário não deixa de se apresentar heterogéneo. Sobretudo nos casos do Alto Minho, Área Metropolitana do Porto e Alentejo Litoral, as respetivas autarquias excluem esta das áreas prioritárias elencadas.

Nota ainda para as Regiões Autónomas. Tanto os Açores como a Madeira surgem entre as regiões onde uma maior proporção de autarquias elenca esta entre as áreas de intervenção prioritária no domínio da juventude (33,3% e 27,3%, respetivamente). A condição de ilhas oceânicas partilhadas por ambas as regiões – e as consequentes idiosincrasias do ponto de vista dos ecossistemas e dos equilíbrios

populacionais e preservação dos recursos naturais – pode constituir um fator explicativo para as diferenças relativamente ao cenário no conjunto das regiões do continente.

Por fim, num último olhar sobre as áreas prioritárias para o atual quadriénio (2018-2021), a projeção do conjunto de variáveis para um plano fatorial permite dar conta de uma organização dos municípios e respetivas prioridades em quatro grandes grupos (figura 4.3).

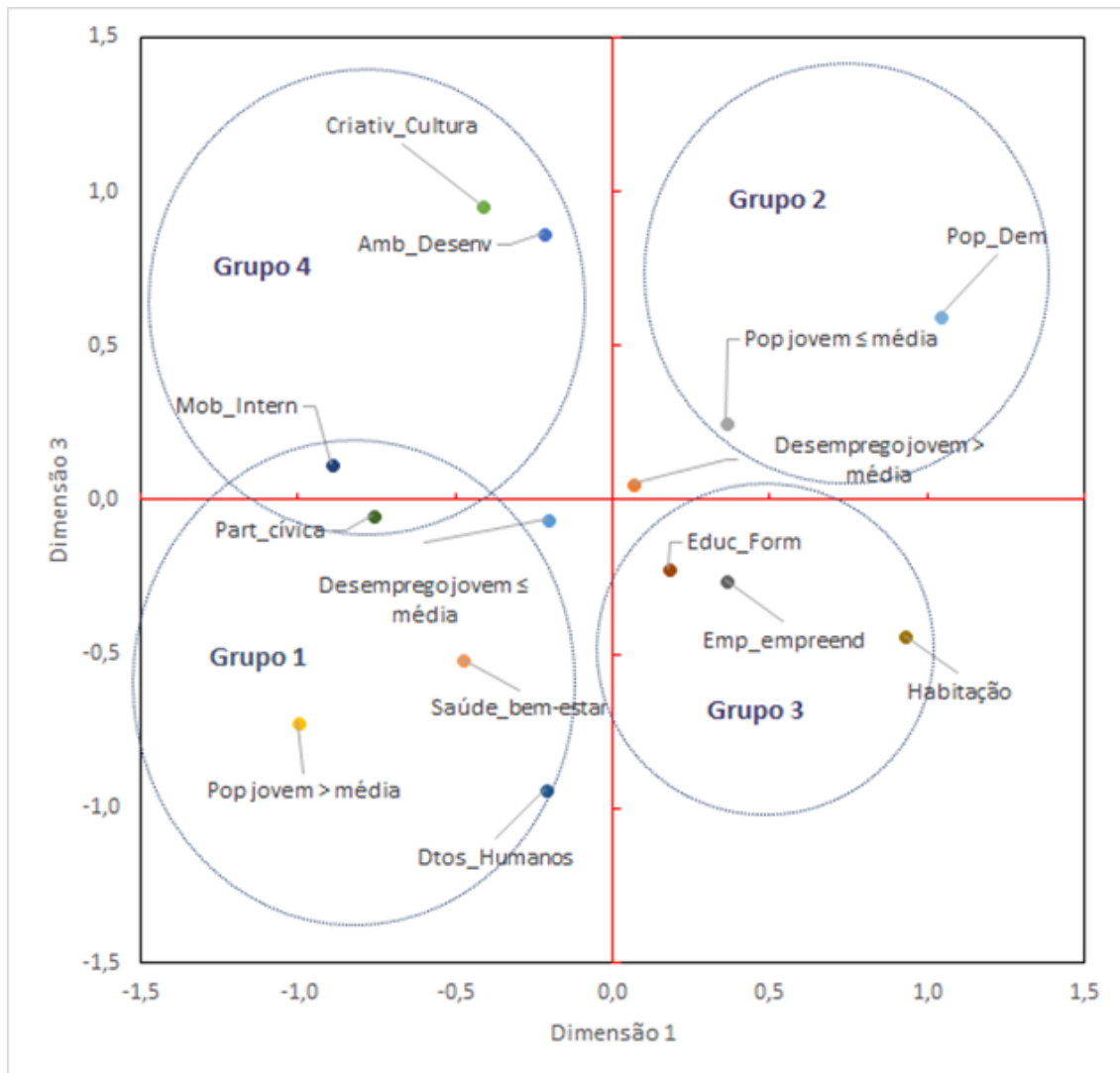
Novamente, a categoria População jovem residente superior à média revela-se particularmente influente na constituição de um perfil do ponto das áreas prioritárias identificadas (grupo 1) – surgindo esta categoria associada à Participação cívica e associativismo, mas também à Saúde e bem-estar, Direitos Humanos e Mobilidade Internacional. Este grupo caracteriza-se igualmente por uma Percentagem de jovens desempregados igual ou inferior à média do conjunto dos municípios (embora sem exercer a mesma influência verificada no caso da quantidade de população jovem).

Já no quadrante oposto, surge precisamente a variável de caracterização População jovem inferior à média nacional – que, por sua vez, surge no mapa fortemente associada à eleição da População e Demografia como área prioritária para o novo ciclo político (grupo 2).

No grupo 3, o perfil caracteriza-se pelas autarquias que elegem áreas prioritárias fortemente associadas às condições materiais de vida dos jovens – uma priorização consubstanciada, nomeadamente, nas áreas do Emprego e Empreendedorismo e condições de Habitação, mas também relativamente às oportunidades no plano da Educação e Formação.

Numa relação de oposição, o grupo 4 de municípios caracteriza-se por preterir as áreas prioritárias relativas às condições de vida dos jovens em prol da atribuição de prioridade às questões relacionadas com o Ambiente e desenvolvimento sustentável, por um lado, a atividades ligadas à Criatividade e Cultura. A área da Mobilidade internacional e nacional ocupa uma posição de interseção entre este e o grupo 1.

Figura 4.3. Distribuição dos municípios segundo Áreas prioritárias de intervenção (2018-2021)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=251). Pergunta 43: «Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?». INE, Pordata, 2018.

4.2.1. Justificações autárquicas para as áreas prioritárias

Um olhar sobre as justificações dadas pelos responsáveis municipais permite dar conta da fundamentação subjacente às priorizações realizadas pelas autarquias para os próximos 4 anos (2018-2021). Estas respostas, resultantes de uma questão aberta aos responsáveis municipais, foram agregadas em categorias (num total de 27)³⁸. A tabela que se segue (tabela 4.4.) resume as categorias estatisticamente mais representativas

³⁸ Importa referir que as categorias não são mutuamente exclusivas, sendo que as justificações das autarquias podem assentar numa composição entre duas ou mais categorias.

segundo as 11 áreas de intervenção prioritária³⁹, sendo elencadas em função das diferentes áreas prioritárias às quais estão associadas.

No caso do Emprego e empreendedorismo, é de realçar que o enfoque é colocado em primeiro lugar, não sobre questões diretamente relacionadas com economia, mas sim sobre os problemas demográficos. Correspondem a 27% as autarquias que enquadram o emprego e criação de postos de trabalho, bem como a melhoria das condições laborais (como a precariedade) ou do apoio a jovens empreendedores e criação de empresas, no âmbito de um projeto mais abrangente de ação política sobre os problemas de perda populacional e/ou envelhecimento demográfico no respetivo município – nomeadamente, a atração e fixação de população e famílias jovens. O atendimento às condições e qualidade de vida surge entendido como condição indispensável ou fator primordial para cumprir o desiderato de repor desequilíbrios demográficos ou contrariar a baixa densidade populacional – incentivando à captação ou permanência deste segmento populacional.

De resto, se atendermos ao conjunto de autarquias que relevam os problemas relativos aos desequilíbrios demográficos, existe evidência estatística de que a média de população jovem residente é significativamente inferior entre os municípios que mencionam esta fundamentação ($t_{(97)} = 4,129$; p-value = 0,000).

³⁹ Dada a sua expressão marginal (0,5%), apenas área relativa à Paz e Segurança não consta da tabela.

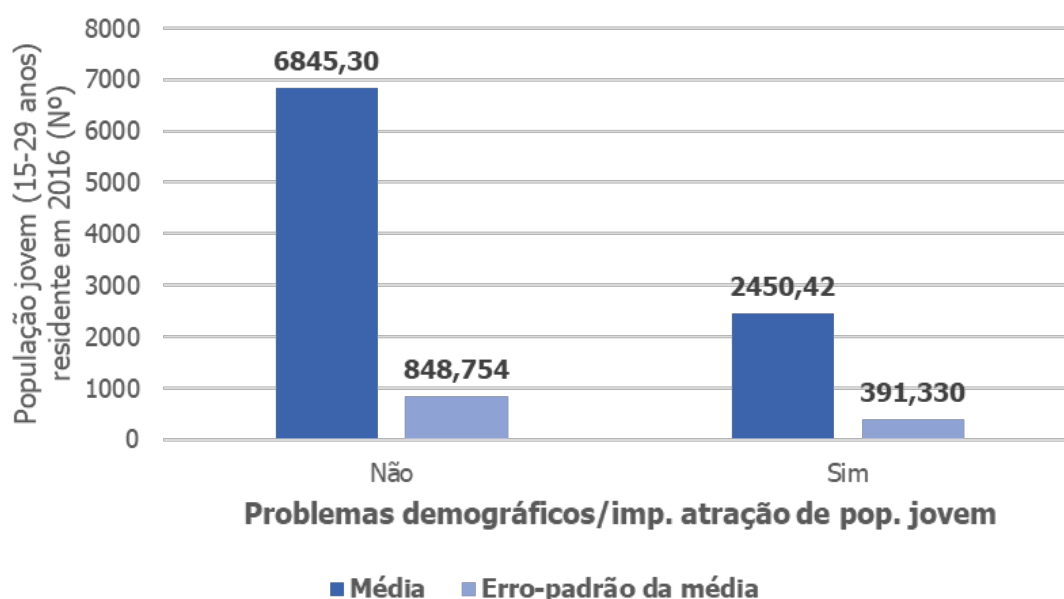
Tabela 4.4. Justificações para as áreas prioritárias de intervenção (2018-2021)

Emprego e empreendedorismo	%
Problemas demográficos/importância de atração e fixação de população jovem	27,0
Promoção do empreendedorismo/desenvolvimento da capacidade empreendedora	19,1
Importância de captação de emprego	18,4
Indicadores de desemprego/condições laborais (precariedade)	7,9
Promoção da melhoria das condições de vida/emancipação dos jovens	6,6
Educação e formação	
Capacitação/desenvolvimento de competências	20,2
Promover igualdade de oportunidades	16,1
Importância do combate ao insucesso escolar/aumento dos níveis de escolaridade	10,5
Capacitação dos jovens para a procura de emprego/inserção no mercado de trabalho	9,7
Participação cívica e cidadania	
Importância de envolvimento dos jovens nas decisões políticas do município/reforço dos espaços de participação	43,0
Importância de maior associativismo e participação/voluntariado	30,2
Criatividade e cultura	
Desenvolvimento da produção cultural/artística	29,9
Capacitação/desenvolvimento de competências	20,9
Maior envolvimento dos jovens em atividades culturais/desportivas	14,9
Saúde e bem-estar	
Promoção de estilos de vida saudáveis e bem-estar	67,2
Habitação	
Dificuldades no acesso à habitação/promover acesso à habitação	53,5
Problemas demográficos/importância de atração e fixação de população jovem	37,2
População e demografia	
Problemas demográficos/importância de atração e fixação de população jovem	85,4
Ambiente e desenvolvimento sustentável	
Preservação do ambiente e sustentabilidade	54,1
Promoção/valorização do património natural e cultural	16,2
Mobilidade internacional e nacional	
Promoção de intercâmbio/mobilidade	38,9
Capacitação/desenvolvimento de competências	38,9
Direitos Humanos, igualdade de oportunidades e não discriminação	
Educação para os direitos humanos/inclusão/respeito pela diferença	75,0
Definição por participação/auscultação dos jovens/stakeholders	16,7

Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=181). Pergunta 44: «Porque considera serem estas as 3 áreas prioritárias a serem desenvolvidas na área da juventude no município?»

Como o gráfico 4.7 ilustra, entre as autarquias que aventam esta justificação, a população média de jovens residentes em 2016 é de 2450,42 – notoriamente inferior à média de 6845,30 que se regista entre as autarquias que não apresentam a mesma fundamentação.

Gráfico 4.7. Média da população jovem residente em 2016 segundo Problemas demográficos/importância de atração e fixação de população jovem (Nº)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=184). Pergunta 44: "Porque considera serem estas as 3 áreas prioritárias a serem desenvolvidas na área da juventude no município?". INE, Pordata (2018).

As restantes categorias incidem mais diretamente sobre a realidade económica do município e os problemas de empregabilidade. No caso da Promoção do empreendedorismo / desenvolvimento da capacidade empreendedora (19,1%), o enfoque é colocado na importância de capacitação de jovens para a inovação e criação do seu próprio emprego, desenvolvendo a sua capacidade empreendedora, enquanto meio de combate ao desemprego jovem e de resposta às dificuldades dos jovens residentes de entrada no mercado de trabalho. O empreendedorismo é percecionado, neste sentido, como uma via de fortalecimento da economia local e de resposta à escassez de emprego ou de ofertas de trabalho ajustadas às expectativas, conhecimentos e capacidades da população jovem.

Efetivamente, se o emprego tem constituído um marcador particularmente determinante nos processos de transição para a vida adulta, o empreendedorismo constitui uma via particularmente presente nas políticas públicas atuais para combater o desemprego jovem e a precariedade laboral (Nobre, 2012).

As restantes categorias evocam, por um lado, a importância de captação de emprego (18,4%), enquanto condição para o reforço do tecido e do potencial económico local, numa preocupação orientada também para a adequação entre a oferta e a procura (como é o caso de atração de empresas de setores tecnológicos e competitivos e suscetíveis de absorver mão-de-obra mais qualificada). Por outro, é igualmente revelada a intervenção sobre os indicadores relativos à realidade socioeconómica (como taxa de desemprego e condições laborais locais (7,9%)) do respetivo município – sendo o enfoque colocado sobretudo sobre a precariedade, num ajustamento das condições de trabalho às expectativas e aspirações da população jovem. Por fim, uma percentagem significativa coloca o enfoque na importância da Promoção da melhoria das condições de vida/emancipação dos jovens (6,6%), sendo a inserção no mercado de trabalho condição para a sua independência financeira e elevação dos padrões de vida, além do seu desenvolvimento pessoal e inserção social.

Este enfoque evidenciado pelos responsáveis autárquicos nas questões laborais reflete, de resto, o modo como as transformações económicas que se sucedem nas últimas décadas, e com consequências no ponto de vista do mercado de trabalho, são estruturadoras da condição da população jovem nas sociedades contemporâneas (Pais, 2001; Guerreiro & Abrantes, 2007).

No caso da área relativa à Educação e formação, a tónica é colocada primordialmente no conceito-chave de capacitação (20,2%). A apologia da educação e formação (nas suas vertentes formal e não formal) surge enquanto área estratégica para a dotação dos jovens de ferramentas e competências (sociais e profissionais) para enfrentar os desafios e adversidades inerentes à realidade económica e social da sociedade contemporânea. A prioridade atribuída a esta área reside, pois, enquanto vetor para uma multiplicidade de fins sociais e económicos: redução do risco de desemprego e exclusão social; educação como base para o desenvolvimento social e coesão social; aquisição de competências e valores para a intervenção e participação na vida cívica; promoção do envolvimento num processo contínuo de aprendizagem, no quadro de uma convergência com as políticas de aprendizagem ao longo da vida.

Este último conceito encerra um paradigma central nas atuais políticas educativas europeias (Alves, 2010) no quadro da designada Sociedade do Conhecimento (Costa,

Machado & Ávila, 2007), em que os períodos de formação são, não apenas mais longos, como também menos homogêneos e lineares – consubstanciando trajetos escolares continuamente inacabados e transições para a vida adulta mais complexas, na medida em que o término da formação escolar/académica e a entrada no mercado de trabalho tornam-se etapas progressivamente menos estanques (Guerreiro, Abrantes & Pereira, 2007).

Associada, surge também a categoria Capacitação dos jovens para a procura de emprego/ inserção no mercado de trabalho (9,7%). Neste caso, a prioridade política atribuída à educação e qualificação é apresentada como condição para a obtenção de emprego e de uma trajetória profissional de sucesso. Neste desiderato de favorecer o acesso ao mercado de trabalho, é igualmente evocada a importância de adequação das ofertas educativas às necessidades do mercado de trabalho (bem como a divulgação de informações sobre o mundo laboral e as saídas profissionais com mais procura) e o desenvolvimento de competências ajustadas a essas mesmas necessidades.

Na ótica de Promover igualdade de oportunidades no acesso à educação/ oportunidades de formação (16,1%), o enfoque é fundamentalmente colocado na intervenção sobre fatores de partida (como constrangimentos financeiros) que são suscetíveis de intervir na longevidade da trajetória escolar e académica. A equidade e igualitarismo no acesso ao ensino (do Ensino Básico ao Ensino Superior) surgem explicitados como princípios orientadores desta escolha política, numa ótica de extensão das oportunidades de educação e formação (aprendizagens formais e não formais) a todos os jovens – com consequências, a jusante, no plano das oportunidades no mercado de trabalho.

Se os dados relativos ao insucesso educativo dão conta justamente das fortes desigualdades escolares no contexto português (Sebastião & Correia, 2007; Abrantes, 2009), transparece do discurso dos responsáveis autárquicos o reconhecimento justamente das repercussões da educação formal nos trajetos sociais e projetos de vida dos jovens (Guerreiro, Abrantes & Pereira, 2007).

Relacionada está também a Importância do combate ao insucesso escolar/aumento dos níveis de escolaridade (10,5%). Aqui o enfoque no discurso dos responsáveis autárquicos é colocado no combate ao insucesso e abandono escolar precoce, bem como na intervenção sobre os baixos níveis de escolaridade registados no respetivo município (maioritariamente ao nível do ensino obrigatório, mas abarcando igualmente o ensino Universitário). A promoção da progressão dos estudos é o objetivo fundamental visado – mediante o delineamento e implementação de planos e estratégias de

desenvolvimento educativo local que passa igualmente pela criação de percursos escolares mais flexíveis e ajustados aos diferentes perfis dos alunos.

Este entendimento do insucesso escolar acumulado e do abandono precoce do sistema educativo enquanto problemas sociais e políticos é uma decorrência do próprio processo de massificação do ensino (Vieira, Pappámikail & Nunes, 2012). De resto, o enfoque político nas desigualdades escolares é tributário das mudanças que ocorrem nos sistemas educativos nas últimas décadas e que se enquadra na alteração do paradigma de justiça estruturador do funcionamento dos sistemas educativos (Derouet & Derouet-Besson, 2009): transita-se progressivamente do princípio de igualdade de oportunidades para o de igualdade de resultados (Seabra, 2009). Este princípio materializa-se concretamente na adoção de medidas em matéria de política educativa de discriminação positiva, no sentido de combater as hierarquias e seleção escolar decorrente do sistema de avaliação e nivelar, não obstante as desigualdades sociais entre os alunos, as oportunidades de sucesso escolar (Seabra, 2009).

Relativamente à Participação cívica e cidadania, a grande maioria das justificações aventadas prendem-se, por um lado, com o reconhecimento da Importância de envolvimento dos jovens nas decisões políticas do município/reforço dos espaços de participação (43%). É evocada a importância de maior envolvimento nas opções políticas e económicas do município e/ou direcionadas especificamente à área da juventude, mediante a participação em plataformas de consulta e de representação – de forma a potenciar novos contributos na conceção de políticas públicas, uma maior correspondência e adequação às suas expectativas e favorecer o envolvimento e coresponsabilização nos processos de tomada de decisão municipais (propiciando uma maior eficácia dessas mesmas políticas) e no desenvolvimento económico e social do território. É relevada ainda a importância dos objetivos mais amplos do reforço da cidadania, do poder local democrático e do envolvimento dos jovens na causa pública.

Ora, os últimos anos têm sido marcados pela preocupação política com o fenómeno diagnosticado de afastamento dos jovens dos processos democráticos convencionais e das estruturas tradicionais de ação política (Ferreira, Lobo, Rowland e Sanches, 2017) – integrando mesmo o Livro Branco da Comissão Europeia (enquanto quadro comum de cooperação entre os países da União Europeia nas políticas direcionadas para o domínio da Juventude) a intervenção dos responsáveis públicos no menor envolvimento deste

segmento populacional nas estruturas tradicionais de ação política e social (como partidos e sindicatos), bem como em consultas democráticas (CEE, 2001)⁴⁰.

Por outro lado, a partir dos anos 80, as orientações políticas em prol de uma maior participação cívica ocorrem num contexto da mudança paulatina no paradigma de funcionamento das estruturas de governação no setor público (e importadas das dinâmicas no setor empresarial) (Ferreira, 2015). Em resposta à ineficiência das estruturas hierárquicas nas respostas às necessidades da população, a noção de governança adquire crescente influência na arquitetura e dinâmicas de funcionamento do setor público (e em particular, neste caso, ao nível da governação local) – designando este conceito novos modos de organização mais horizontais e cooperantes na relação entre instituições de gestão pública e os cidadãos (idem). No caso particular da área da juventude, a apologia de uma maior intervenção dos jovens nos processos de decisão política é entendida como um mecanismo de mitigação da incapacidade dos governos (nacionais e locais) de intervenção sobre os problemas que mais afetam a juventude.

Subjacente a esta orientação para um maior envolvimento no processo político e de governação local, surge igualmente a noção de capacitação (Ferreira, 2015) da população jovem como conceito central num contexto social e económico marcado pela metáfora da rede (Boltanski & Chiappelo, 2007) – em que, do ponto de vista das formas organizacionais, as grandes estruturas e modelos hierárquicos dão lugar a uma reestruturação das relações entre indivíduos, grupos e instituições ligados em rede entre si e envolvendo-se de forma conjunta nas decisões (como, neste caso, na elaboração de políticas públicas).

Por outro lado, frequentemente em articulação com a categoria anterior, a Importância de maior associativismo e participação cívica/voluntariado (30,2%) surge contextualizada na constatação de baixos níveis de envolvimento dos jovens do respetivo município em dinâmicas de participação cívica, associativa, voluntariado e envolvimento em organizações não-governamentais. Tendo como fim último o estímulo ao associativismo enquanto competência cívica, a promoção do associativismo juvenil constitui uma via de envolvimento dos jovens na vida política, social e cultural, propiciando também maior responsabilidade social e maior eficácia na resolução dos problemas que afetam a comunidade.

⁴⁰ Contudo, importa precisar que, mais do que um não envolvimento em práticas políticas, verifica-se um deslocamento da atuação para o campo associativo, no quadro de uma desinstitucionalização das práticas políticas dos jovens – sendo, de resto, privilegiadas associações ligadas ao quotidiano juvenil (como associações desportivas e recreativas ou culturais) (Augusto, 2008).

No caso particular do associativismo, além de plataforma de intervenção sobre os processos de decisão política (servindo de indicador de participação cívica e de exercício dos direitos cívicos e políticos) este é, pois, entendido como espaço de formação não formal e inculcação de valores (em prol do bem comum) (Ferreira, 2008; Palhares, 2008). Da mesma forma, o voluntariado surge igualmente como contexto de capacitação e qualificação – sendo um terreno propício, no caso particular da população jovem, ao desenvolvimento de competências e aquisição de aprendizagens não formais com valor para a integração ou transição no mercado de trabalho (Rego, Zózimo & Correia, 2017).

No caso da área da Criatividade e cultura, ganha particular relevo a importância do Desenvolvimento da produção cultural/ artística (29,9%), nomeadamente, o apoio a instituições de produção cultural, a dinamização de espaço culturais e diversificação da oferta cultural no respetivo município. Por outro lado, frequentemente associado surge igualmente o objetivo de Maior envolvimento dos jovens em atividades culturais/desportivas (14,9%), no sentido da potenciação das capacidades artísticas dos jovens residentes, fomentando o contacto e envolvimento direto com atividades de cariz cultural.

Ainda entre uma significativa parte das autarquias que elegem esta área, o relevo dado à produção e envolvimento em práticas culturais surge também justificado enquanto importante vetor de Capacitação/desenvolvimento de competências (20,9%) – de formação global do indivíduo. A importância do acesso e/ou a prática de atividades culturais são enquadradas no pressuposto da promoção da cultura e da expressão artística como pilar do desenvolvimento das competências pessoais, sociais e de comunicação. A cultura e expressão artística é também entendida como via para a ampliação de horizontes e desenvolvimento do espírito crítico.

Na área relativa à Saúde e bem-estar, a grande parte das justificações é colocada sobre a relevância da Promoção de estilos de vida saudáveis e bem-estar (67,2%). É salientada a importância da promoção de desporto e atividade física mediante programas desportivos e de ocupação de tempos livres, propiciadores de estilos de vida saudáveis – tentando inverter dessa forma tendências de sedentarismo e obesidade e contribuir para a melhoria de qualidade de vida. Por outro lado, é igualmente salientada a importância da prevenção, bem como diagnóstico e intervenção sobre problemas de saúde. No campo da prevenção, ela assenta na sensibilização de comportamentos de risco – a nível não só de consumo alimentar e obesidade, mas igualmente ao nível da sexualidade e do consumo de substâncias aditivas (e.g. drogas ou álcool) e outros comportamentos aditivos (e.g. uso das novas tecnologias). Com uma expressão

reduzida, alguns casos aludem ainda a carências alimentares associadas a baixo poder de compra dos agregados familiares.

Como esta enumeração dos responsáveis autárquicos dá conta, a área da juventude surge associada também nas últimas décadas a diversas tipologias de vulnerabilidade e condutas de risco de segmentos específicos da população jovem – constituindo estes problemas sociais que carecem de intervenção política (Pais, 2003).

No caso da Habitação, ela surge maioritariamente associada às Dificuldades no acesso à habitação/promover acesso à habitação (53,5%). Sendo o momento de saída da casa paterna uma das dimensões centrais no processo de transição para a vida adulta e consequente emancipação dos jovens (Guerreiro, Abrantes & Pereira, 2007), as autarquias apontam para um diagnóstico social que releva a importância de intervenção no mercado de arrendamento, em face do desajustamento ao poder de compra ou dificuldade no acesso a crédito bancário entre a população jovem. É apontada ainda a necessidade de intervenção sobre o parque habitacional degradado.

Embora numa expressão mais reduzida (37,2%), mas ainda significativa, as políticas de apoio à aquisição de imóvel surgem igualmente fundamentadas pelos responsáveis autárquicos no seu valor instrumental de incentivo à fixação de jovens no respetivo município.

Na área População e demografia, a vasta maioria das justificações para a eleição desta área como prioridade (85,4%) aludem à emergência de políticas de inversão (ou travagem) da trajetória demográfica de envelhecimento e de decréscimo populacionais – mediante medidas de apoio à natalidade e fixação de agregados familiares jovens. Em algumas autarquias, as medidas são dirigidas a zonas marcadamente rurais e pautadas pela contração populacional. De resto, no contexto demográfico de Portugal marcado pela tendência de decréscimo populacional e envelhecimento demográfico (INE, 2016), a retórica enfatizada de algumas autarquias salienta o carácter preponderante desta área de intervenção política: a fixação da população é tida como base indispensável para o desenvolvimento (económico e social) do município – sendo que apenas a sua resolução pode permitir a eleição de outras áreas de intervenção em ciclos políticos posteriores.

No domínio do Ambiente e desenvolvimento sustentável, assume predominância a Preservação do ambiente e sustentabilidade (54,1%), numa ótica de inculcar a responsabilidade para a preservação do meio ambiente e difusão de práticas que contribuam para modelos de desenvolvimento sustentáveis – quer através de ações educativas como através da promoção de ações de voluntariado (como campanhas de

reflorestação). De resto, a presença destas temáticas nas políticas públicas (nacionais e locais) adquire importância sobretudo a partir dos anos 80, com o Relatório Brundtland, da Organização das Nações Unidas, a marcar o início da progressiva visibilidade e afirmação sociopolítica do ambiente e do desenvolvimento sustentável (Guerra, 2009).

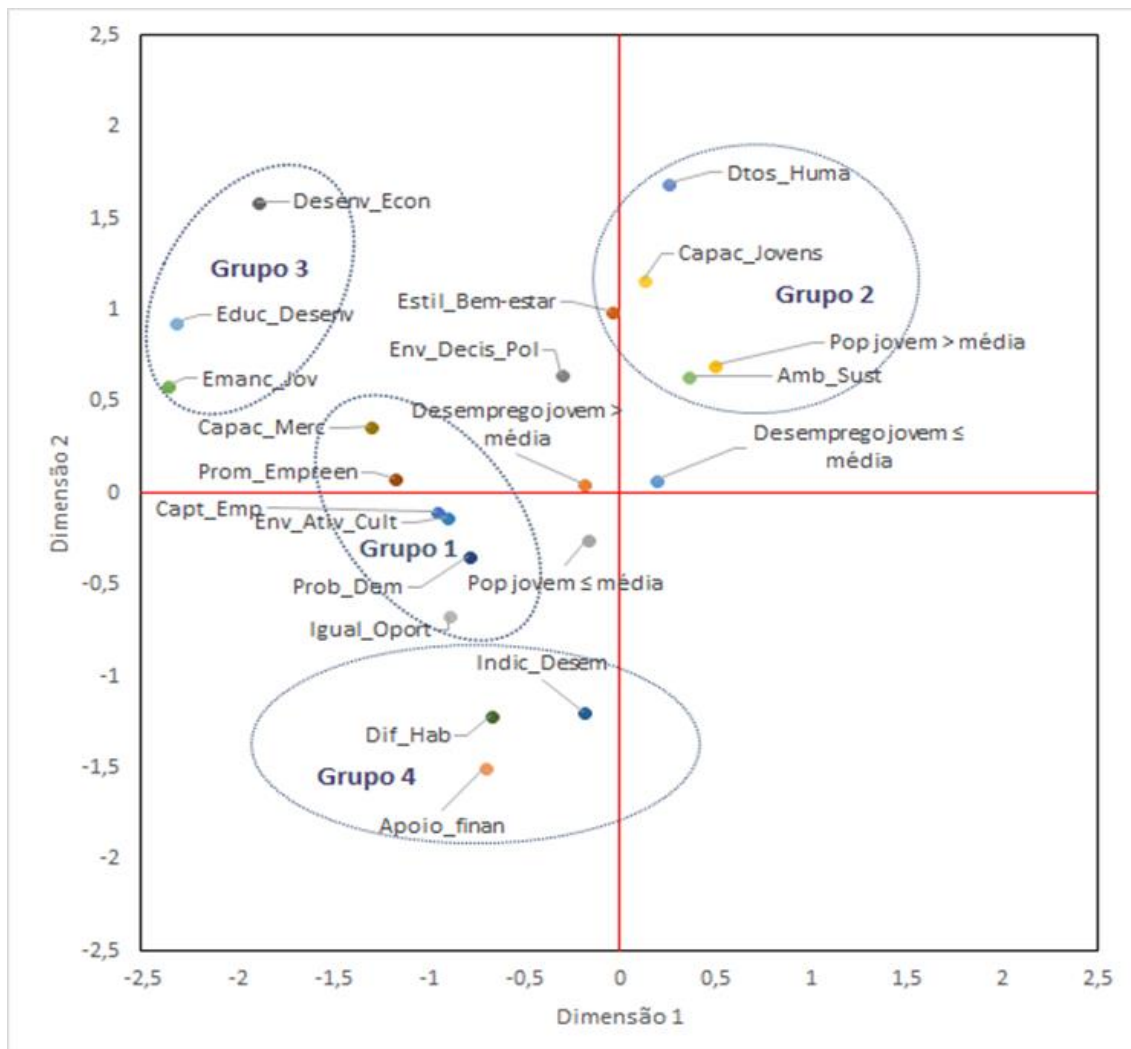
Ademais, esta área surge associada ao objetivo de Promoção/valorização do património natural e cultural (16,2%), no sentido de valorização do capital territorial (através da potenciação dos recursos ambientais) e do capital patrimonial (mediante a potencialização dos recursos patrimoniais/históricos).

No que concerne aos Direitos Humanos, igualdade de oportunidades e não discriminação, a grande maioria evoca a importância da Educação para os direitos humanos/inclusão/respeito pela diferença (75%). É dada relevância ao desenvolvimento de atividades de sensibilização para questões relacionadas com o bem comum: a inclusão de jovens com Necessidades Educativas Especiais (NEE) e cidadãos portadores de deficiências; educação para a promoção dos direitos humanos, igualdade de oportunidades, não discriminação e igualdade de género; combate a preconceitos, promoção do diálogo intercultural, integração de cidadãos estrangeiros e inculcação de valores como igualdade, respeito, solidariedade e tolerância. Destaque ainda para uma parte significativa das autarquias apontarem a eleição desta área por parte dos jovens como resultante dos processos de consulta/auscultação a este segmento populacional (16,7%).

Por fim, surge a área da Mobilidade internacional e nacional. Nesta última, as justificações surgem repartidas: por um lado, pela importância de Promoção de intercâmbio/mobilidade (38,9%), mediante a divulgação ou criação de programas e construção de parcerias com entidades externas tendo em vista favorecer experiências de mobilidade (no espaço europeu ou em outros espaços geográficos); por outro lado, esta categoria surge frequentemente em composição com a relativa à Capacitação/desenvolvimento de competências (38,9%). Os programas de intercâmbio são igualmente entendidos pelos responsáveis autárquicos como via de aquisição de competências não formais e formação global do indivíduo. Num contexto laboral e social em que é solicitada a diversidade de competências e capacidade de adaptação a diferentes contextos, a mobilidade é tida como forma de aquisição de ferramentas necessárias às exigências e especificidades da sociedade atual (Vieira, 2015).

Analisando, por fim, a projeção do conjunto das justificações aventadas pelas autarquias num plano fatorial (figura 4.4), é possível descortinar quatro grandes perfis⁴¹.

Figura 4.4. Distribuição dos municípios segundo áreas prioritárias de intervenção (2018-2021) – justificações



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=181). Pergunta 44: «Porque considera serem estas as 3 áreas prioritárias a serem desenvolvidas na área da juventude no município?». INE, Pordata, 2018.

Num primeiro grupo, identificam-se as justificações relativas à intervenção sobre as condições de vida da população jovem, quer no plano do mercado de trabalho – Capacitação dos jovens para o mercado de trabalho, Promoção do empreendedorismo/desenvolvimento da capacidade empreendedora, Importância de captação de emprego e Promover igualdade de oportunidades – quer também em prol

⁴¹ A execução da Análise de Correspondências Múltiplas com o conjunto das 27 categorias criadas determinou que as categorias menos significativas do ponto de vista da sua influência na constituição dos diversos grupos ficassem excluídas do plano fatorial.

do problema a montante, relativo aos Problemas demográficos/importância de atração e fixação de população jovem que afetam os municípios. Importa ainda assinalar que tanto a categoria Número de jovens residentes igual ou inferior à média como Proporção de jovens desempregados superior à média da amostra situam-se próximos deste grupo (no entanto, o seu posicionamento demonstra simultaneamente que a contribuição para a definição do grupo não é elevada).

No grupo 2, a categoria População jovem residente acima da média dos municípios surge associada ao conjunto de municípios que se caracteriza, mais do que por uma perspetiva de intervenção concreta nas condições de vida dos jovens, por uma ótica de empoderamento e formação da respetiva população jovem – materializada, nomeadamente, nas justificações relativas à Capacitação/desenvolvimento de competências dos jovens e Educação para os direitos humanos, bem como de promoção de medidas e iniciativas relacionadas com a Preservação do ambiente e sustentabilidade.

Espacialmente próximo no plano fatorial surge o grupo de municípios que se caracteriza pela intervenção sobre as condições de vida dos jovens numa perspetiva de médio ou longo-prazo (grupo 3). O enfoque é, nomeadamente, colocado no Desenvolvimento económico do município, na Educação como fonte de desenvolvimento – tendo como objetivo último a Promoção da melhoria das condições de vida/emancipação dos jovens.

O quarto grupo agrega justificações numa perspetiva de intervenção direta em problemas concretos que afetam os jovens e que são identificados pelas autarquias. São eles os Indicadores de desemprego/condições laborais registados no respetivo município, as Dificuldades de acesso à habitação, bem como a importância de Apoio financeiro aos alunos do Ensino Superior.

Nota ainda para a exígua influência que a proporção de jovens desempregados de cada município exerce na distribuição das justificações – não obstante a Percentagem de jovens desempregados superior à média dos municípios da amostra encontrar-se no quadrante relativo às condições de vida dos jovens e a Proporção de desemprego jovem igual ou inferior à média surgir no quadrante relativo à capacitação dos jovens.

Numa visão geral sobre o plano, verifica-se que, se as categorias no quadrante mais inferior se focam nos problemas concretos a curto prazo (indicadores de desemprego, apoio financeiro no acesso ao Ensino Superior e no acesso à habitação), à medida que se ascende para os quadrantes superiores a perspetiva é colocada no médio-longo prazo: na capacitação dos jovens (na sua vertente mais global e numa vertente mais centrada

nas competências no mercado de trabalho) e na criação de condições para um desenvolvimento económico que propicie a emancipação da população jovem.

4.3. Propostas de intervenção (2018-2021)

No que diz respeito às propostas de intervenção na área da juventude dos respetivos municípios para o quadriénio a decorrer (2018-2021), dos 251 municípios que integram a amostra, 71 (28,3%) não respondem a esta questão. Corresponde a um total de 180 os municípios que explicitam as suas propostas de intervenção destinadas à área da juventude para o atual quadriénio⁴².

Entre as várias propostas identificadas pelos responsáveis dos municípios, três grandes áreas surgem realçadas: Desporto, Cultura e Lazer, Educação e Formação e Participação cívica e associativismo (tabela 4.5). Em cada um destes campos de intervenção, a expressão revela-se superior a 80% dos municípios que integram a amostra, sendo que no caso da primeira categoria ela é já próxima de 90%.

Com uma representação ainda significativa, evidencia-se também a área relativa à Economia, emprego e empreendedorismo, presente na agenda política para a área da juventude no quadriénio a decorrer (2018 a 2021) de 75,5% das autarquias.

Numa descrição das diferentes categorias abrangidas por cada área, na relativa ao *Desporto, cultura e lazer*, são, em primeiro lugar, as medidas no quadro da Promoção de atividades culturais (32,2%) que surgem em destaque. Identifica-se neste caso um alinhamento com aqueles que são os eixos hegemónicos da política cultural autárquica nas últimas décadas em Portugal: valorização do património, desenvolvimento de oferta cultural e formação de públicos culturais (Silva, Babo & Guerra, 2015).

Estas envolvem, nomeadamente, o desenvolvimento de iniciativas com o intuito de favorecer o acesso a bens e serviços culturais mediante uma grande diversidade de plataformas: programas municipais férias jovens e ocupação de tempos livres de carácter não apenas desportivo, mas também cultural; criação e dinamização de oferta cultural regular em espaços públicos municipais (como museus, ateliers de cultura e expressão artística em casas da cultura ou bibliotecas municipais); dinamização de iniciativas no quadro da programação cultural anual de âmbito municipal direcionadas especificamente à população jovem (como Festivais / Festas da Juventude ou Dia / Semana / Quinzena da Juventude); colaboração e apoio a eventos e produções

⁴² Mediante a análise das respostas das autarquias, um total de 31 categorias foram construídas. Estas são, por sua vez, agrupadas em grandes áreas ou eixos temáticos.

promovidos por associações de estudantes (associações académicas ou ligadas a agrupamentos de escolas do Ensino Básico e Secundário), bem como a projetos culturais das juntas de freguesia ou de outras associações, grupos e agentes culturais locais com oferta direcionada ou que abrange este segmento populacional.

Tabela 4.5. Propostas de intervenção destinadas à área da juventude

Propostas de intervenção	
Desporto, cultura e lazer	%
Promoção de atividades culturais	32,2
Promoção de Desporto, saúde e bem-estar	23,9
Construção/Requalificação de infraestruturas (desportivas/culturais/ensino/mobilidade local)	10,0
Cartão Jovem/descontos em serviços (criação/alargamento da oferta)	8,9
Promoção de Ensino/atividades artísticas	7,8
Criação/continuação do Dia/Semana da Juventude	3,3
Acesso a rede wi-fi em espaços públicos	2,2
Requalificação de património natural e espaços de lazer	1,1
Educação e formação	
Apoio financeiro a alunos do Ensino Superior	22,8
Promoção e divulgação de programas de educação e formação profissionalizante	20,6
Apoio logístico/financeiro às escolas e alunos (fornecimento de equipamento/ação social escolar/bolsas de estudos/prémios de mérito escolar)	16,1
Programas/planos de promoção de sucesso escolar/combate ao insucesso escolar	13,9
Promoção/divulgação de programas de intercâmbio	7,2
Desenvolvimento de Ensino Superior e Investigação	1,1
Participação cívica e associativismo	
Criação/Dinamização de estruturas e programas autárquicos de participação/ auscultação dos jovens	39,4
Apoio/promoção do Associativismo juvenil	24,4
Participação cívica e voluntarismo	14,4
Apoio e colaboração com associações com intervenção na área da juventude	3,3
Economia, emprego e empreendedorismo	
Programas/iniciativas de estímulo ao emprego jovem	37,8
Promoção/apoio ao empreendedorismo	36,7
Conceção e (re)organização de instrumentos e serviços	
Reforma organizacional/criação de serviços de apoio à Juventude	13,9
Elaboração de documentos estratégicos	13,3
Criação/dinamização de serviços de ação social/ proteção social (jovens em risco/ situação de vulnerabilidade)	7,2

Programa/documento estratégico em fase de elaboração	5,0
Continuação de programas/planos estratégicos anteriores	2,2
Demografia e habitação	
Apoio à habitação jovem	25,0
Apoio à natalidade	10,0
Apoio à parentalidade	5,0
Apoios à fixação de famílias	1,1
Formação cívica	
Ambiente, território e desenvolvimento sustentável	4,4
Educação para a cidadania/inclusão/respeito pela diferença	3,3

Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=180). Pergunta 45: «Indique sinteticamente as principais propostas de intervenção destinadas aos jovens que o município pretende concretizar nos próximos 4 anos (2018-2021).»

Em segundo lugar, surge a Promoção do Desporto, saúde e bem-estar (23,9%). Esta engloba, em primeiro lugar, atividades com uma natureza concêntrica relativamente à categoria anterior – nomeadamente, atividades que comportam uma dupla vertente cultural e desportiva (como festivais do desporto e juventude ou programas de ocupação de tempos livres), além do desenvolvimento de iniciativas exclusivamente de natureza desportiva (como torneios e provas desportivas). Na oferta municipal inclui-se ainda a oferta desportiva a partir da rede de infraestruturas desportivas existente (como piscinas municipais ou espaços para a prática de outras modalidades).

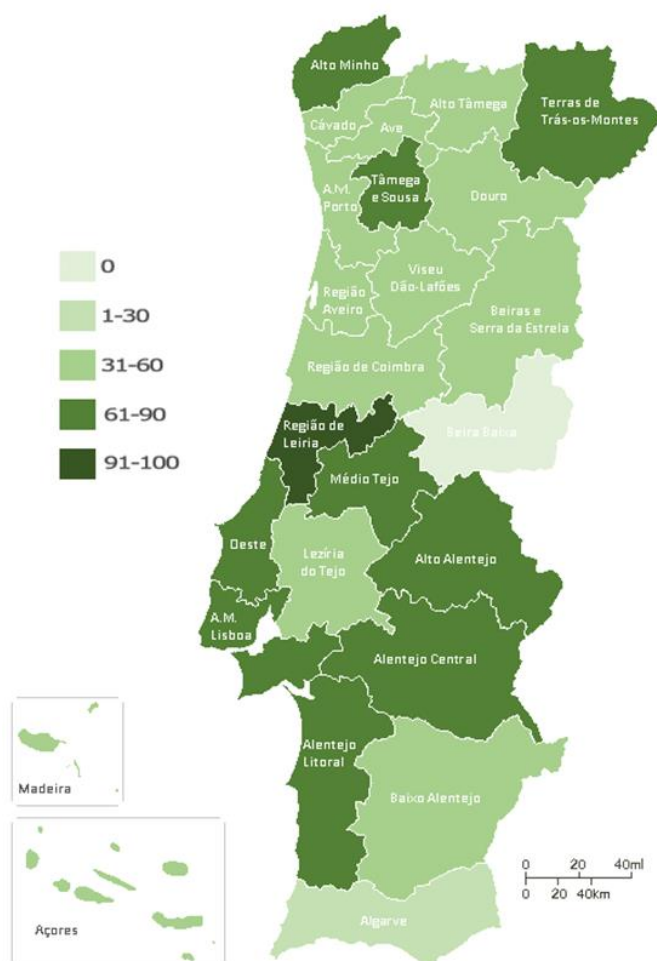
São abrangidas igualmente atividades que visam a ampliação da prática regular de desporto e atividade física, no quadro de uma política abrangente de promoção de qualidade de vida e de hábitos e estilos de vida saudável. Com o mesmo intuito, são ainda explicitadas iniciativas de colaboração e apoio a coletividades desportivas locais (como clubes ou ginásios). De resto, alguns responsáveis para a área da juventude, embora com uma expressão minoritária, integram as atividades desportivas (juntamente com as culturais) enquanto elemento de uma política municipal de fixação de população jovem.

Além de programas de desporto escolar, são também apresentadas iniciativas de apoio financeiro à formação e prática desportiva de jovens atletas, bem como de apoio ao desporto adaptado.

Por fim, nesta categoria inserem-se ainda a promoção de eventos de sensibilização para a adoção de estilos de vida saudáveis e o combate a comportamentos de risco. Incluem-se programas de intervenção (como programas de vacinação gratuita ou iniciativas de rastreio para problemas auditivos e visuais) ou disponibilização de serviços municipais (como na área da Psicologia e da Nutrição).

Na análise da distribuição desta área pelo território nacional, se se constata não existirem contrastes significativos entre o Litoral e o Interior, identificam-se sobretudo discrepâncias entre o Norte e o Sul do Continente (mapa 4.16).

Mapa 4.16. Desporto, cultura e lazer (propostas de intervenção para 2018-2021) segundo NUTS III (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=180). Pergunta 45: «Indique sinteticamente as principais propostas de intervenção destinadas aos jovens que o município pretende concretizar nos próximos 4 anos (2018-2021).»

A Região de Leiria surge em claro destaque, com a totalidade das autarquias da amostra a apresentar iniciativas neste âmbito. De resto, entre as regiões costeiras, também a grande maioria das autarquias da Área Metropolitana de Lisboa explicitam iniciativas nesta esfera (77,9%) – ao passo que, na congénere do Porto, a proporção corresponde já a menos de metade. Destaque ainda para a região do Algarve, onde a expressão reduz-se para apenas um terço (33,3%) – a percentagem mais baixa no conjunto das regiões costeiras.

No Interior do país, a expressão revela-se igualmente heterogénea. Por um lado, a grande maioria dos municípios do Alentejo Central que integram a amostra apresentam medidas neste âmbito (83,3%), seguido também do Alto Alentejo e Terras de Trás-os-Montes. Por outro lado, Beira Baixa surge como a única região de todo o país onde nenhuma autarquia apresenta medidas enquadradas neste domínio.

No caso das Regiões Autónomas, é apenas na Madeira que surge como maioritária a proporção de autarquias que explicitam medidas neste domínio (57,1%), ao passo que nos Açores a expressão corresponde a aproximadamente um terço.

No caso da *Educação e formação*, com maior representatividade surgem, de um lado, os programas de apoio financeiro a alunos do Ensino Superior (primordialmente sob a forma de atribuição de bolsas de estudo) (22,8%), bem como, do outro, a Promoção e divulgação de programas de educação e formação de cariz profissionalizante (20,6%). Esta envolve a construção de parcerias para a criação de cursos profissionais e o estímulo a projetos e modalidades de ensino profissionalizante e de formação tendo em vista a qualificação, requalificação ou reconversão profissional; o fomento de programas de educação não-formal; a organização de eventos de divulgação de oferta educativa para prosseguimento de estudos; ou a promoção de atividades de projetos de Universidade de Verão mediante protocolos com instituições do Ensino Superior.

Uma parte significativa dos municípios menciona igualmente a implementação de programas municipais destinados a combater o insucesso ou abandono escolar (13,9%) – sob a forma de constituição de equipas multidisciplinares nas escolas para intervenção sobre fatores de risco (de ordem familiar e social) e cooperação entre estabelecimentos de ensino tendo em vista a disseminação de práticas de ensino orientadas para a promoção do sucesso escolar.

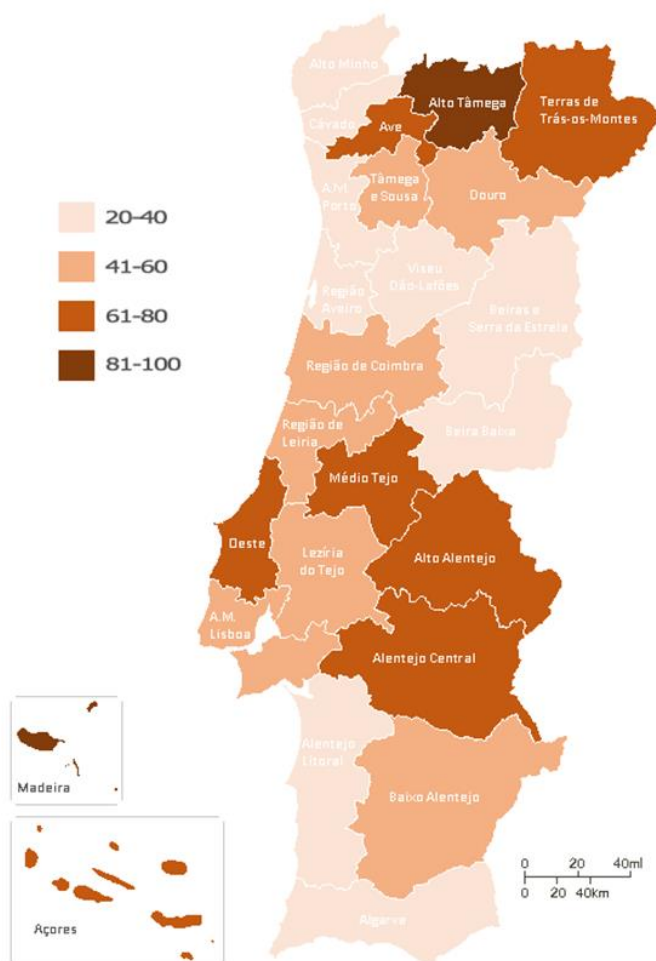
Num quadro de territorialização das políticas educativas, as autarquias assumem paulatinamente maior protagonismo neste setor, evoluindo de uma função supletiva para uma posição de maior intervenção na promoção e coordenação local de políticas educativas (Barroso, 2013). A descentralização, embora materializando-se de forma distinta entre os diferentes países (Maroy, 2005), é fundamentalmente tributária do objetivo de uma maior adequação da oferta educativa às necessidades dos diferentes públicos escolares num contexto de ensino massificado (Derouet & Derouet-Besson, 2009).

Com uma expressão minoritária, 7,2% dos municípios fazem alusão também a programas de intercâmbio juvenil (nacional e/ou internacional) e de mobilidade europeia (como é o caso dos programas Erasmus+ Juventude em Ação e Serviço Voluntário

Europeu). Com uma expressão residual, 1,1% explicita ainda medidas direcionadas para o Desenvolvimento do Ensino Superior e Investigação (ao nível da investigação e desenvolvimento ou instalação de instituições de Ensino Superior no município).

No conjunto das políticas integradas na área da Educação e Formação, do ponto de vista da expressão geográfica destaca-se, em primeiro lugar, o contraste entre as regiões mais a norte do Continente (mapa 4.17). Nomeadamente, se nas regiões mais marcadas pela interioridade – em particular, Alto Tâmega e Ave, mas igualmente Terras de Trás-os-Montes – a grande maioria das autarquias explicitam medidas para o quadriénio 2018-2021, o cenário nas regiões costeiras revela-se significativamente distinto, sendo minoritária a proporção de autarquias que apresentam iniciativas.

Mapa 4.17. Educação e formação (propostas de intervenção para 2018-2021) segundo NUTS III (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=180). Pergunta 45: «Indique sinteticamente as principais propostas de intervenção destinadas aos jovens que o município pretende concretizar nos próximos 4 anos (2018-2021).»

O mesmo padrão pode ser descortinado no Alentejo, na medida em que a preponderância que as políticas nesta esfera assumem nas autarquias das respetivas regiões mais marcadas pela interioridade contrasta significativamente com o Alentejo Litoral.

Não obstante, importa relevar que as dicotomias Interior/Litoral não se observam de forma uniforme. É o caso da Região de Leiria (60%) e Coimbra (58,3%), bem como em particular Oeste (66,7%), onde a maioria das respetivas autarquias explicitam medidas direcionadas para a Educação e Formação.

Destaque, por fim, para ambas as regiões insulares e, em particular, a Região Autónoma da Madeira, onde 85,7% das autarquias apresentam medidas a este nível – a segunda maior percentagem em todo o contexto nacional.

No caso da *Participação cívica e associativismo*, destacam-se as medidas relativamente às estruturas e programas de participação ou auscultação direcionadas à população jovem (39,4%) – como é o caso de estruturas integradas na orgânica da autarquia (como o Conselho Municipal da Juventude/Assembleia Municipal Jovem, Fórum da Juventude ou Conselho Municipal de Educação), ou outros mecanismos de participação, como Orçamento Participativo Jovem ou instrumentos complementares (inquérito online e estudos de opinião sobre necessidades e recolha de sugestões).

Enquadram-se ainda nesta categoria as autarquias que fazem referência a programas e estratégias de envolvimento nas atividades da autarquia nos processos decisórios e de definição de políticas públicas (iniciativas como *Apresenta o teu projeto, Presidente por um dia* ou *Programa Jovens Autarcas*). Estas iniciativas abrangem tanto o caso das autarquias que fazem referência à criação destes organismos e programas como à dinamização ou à reativação ou reforço/reconfiguração do seu funcionamento.

Aproximadamente 1/4 das autarquias da amostra fazem ainda referência a apoios ao associativismo juvenil (sob a forma de apoio financeiro, material e logístico para o desenvolvimento das atividades; constituição de gabinetes/serviços ou centros de apoio às associações; criação de eventos de encontro entre associações; ou elaboração de documentos como Regulamento Municipal ou Programa de Apoio Municipal ao associativismo) – complementado ainda por 3,3% de autarquias que mencionam o apoio a associações não dinamizadas por jovens, mas cuja ação é direcionada a este segmento populacional (a nível social, desportivo e cultural).

Uma ainda significativa parcela de autarquias (14,4%) faz referência a programas de promoção da participação cívica e de voluntariado – como o estímulo e apoio a atividades de carácter cívico, a participação em organizações não-governamentais, ou a

Nas regiões mais a norte do Continente, a proporção de autarquias das regiões costeiras que explicitam iniciativas neste âmbito na agenda política é significativamente superior quando comparada com o cenário no Douro ou Alto Tâmega. No entanto, Terras de Trás-os-Montes não deixa igualmente de surgir em destaque, com aproximadamente dois terços das autarquias a apresentarem medidas neste âmbito.

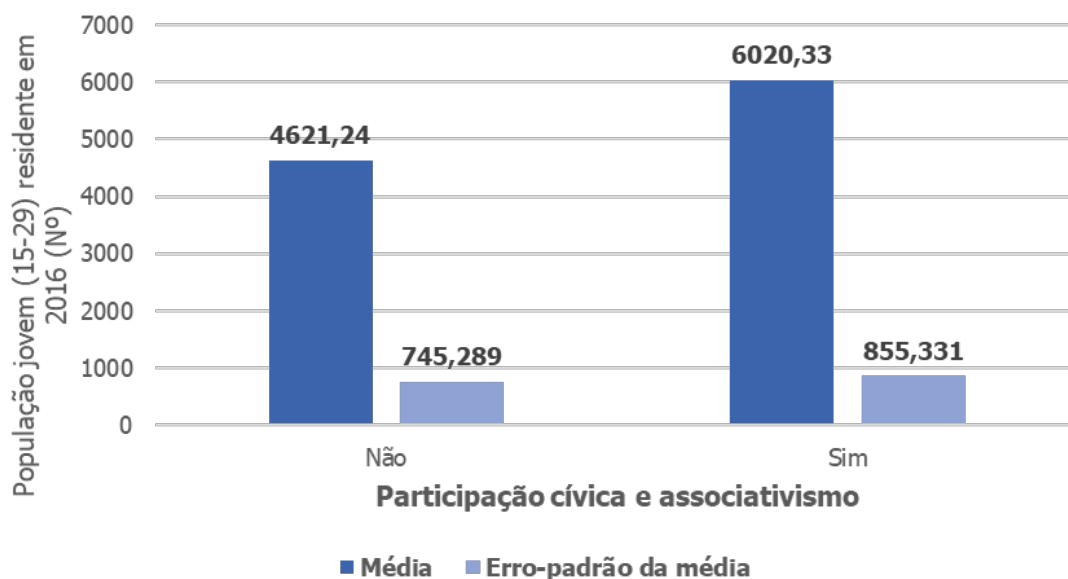
Destaque também para a Região de Aveiro e Oeste, onde apenas aproximadamente um terço das autarquias explicitam medidas tendo em vista o estímulo à participação cívica e associativismo na população jovem – uma expressão exígua comparada com a tendência observada no conjunto das regiões do litoral.

Os dois territórios insulares dão, por fim, conta de dois cenários distintos. Se a Região Autónoma da Madeira figura entre as regiões onde é maior a proporção de autarquias que apresenta medidas, Açores situa-se num campo significativamente distinto, reduzindo-se a apenas aproximadamente um terço as autarquias que especificam iniciativas.

Também no caso desta área, não existem evidências estatísticas de que a média de população jovem entre as autarquias que não apresentam medidas neste âmbito é significativamente distinta da média entre os municípios que explicitam iniciativas para o mesmo quadriénio $t_{(97)} = -1,209$; p-value = 0,228).

Se atendermos aos valores específicos, verificamos um cenário relativamente distinto daquele que é encontrado nas áreas prioritárias (gráfico 4.8). Entre as autarquias que apresentam medidas, a média de população jovem é de 6020,33 (com um erro-padrão da média de 855,331), ao passo que no conjunto das autarquias que não explicitam qualquer iniciativa a média é de 4621,24 (com um erro-padrão da média de 745,289) – um diferencial que, apesar de existente, é significativamente menor se se comparar com os valores registados na *Participação cívica e cidadania* como área prioritária para o mesmo quadriénio (2018-2021).

Gráfico 4.8. Média de população jovem residente em 2016 com intervalo de confiança de 95% segundo Participação cívica e associativismo (área prioritária 2018-2021) (Nº)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=180). Pergunta 45: «Indique sinteticamente as principais propostas de intervenção destinadas aos jovens que o município pretende concretizar nos próximos 4 anos (2018- 2021).». INE, Pordata, 2018

No caso da *Economia, emprego e empreendedorismo*, não obstante o claro destaque que ela assume nos diagnósticos traçados pelas autarquias em torno dos problemas que mais afetam a área da juventude, essa mesma área surge com menor expressão ao nível das propostas e iniciativas para o quadriénio que presentemente decorre: 37,8% fazem referência ao incentivo à criação e fomento de postos de trabalho (Programas/iniciativas de estímulo ao emprego jovem) e 36,7% a iniciativas no plano da Promoção/apoio ao empreendedorismo.

No primeiro caso, a categoria abarca diferentes medidas de apoio à área juventude no âmbito da empregabilidade: dinamização de economia local e potenciação de emprego jovem (captação e instalação de empresas, colaboração com empresários para criação de posto de trabalho e incentivos fiscais para contratação de jovens), mas igualmente combate ao trabalho precário jovem; promoção da procura ativa e orientação profissional (e desenvolvimento de programas de formação para desempregados) pelo Gabinete de Inserção Profissional municipal; apoio ao primeiro emprego e estágios profissionais (mediante o apoio financeiro e protocolos com instituições e empresas locais) e programas de ocupação temporária de jovens e estágios de verão (enquanto oportunidade para um primeiro contacto com o mercado de trabalho); ou ainda a realização de eventos, como feiras de emprego ou sessões e programas de divulgação

de ofertas de trabalho no município/região e realidade do mercado de trabalho (competências e saídas profissionais).

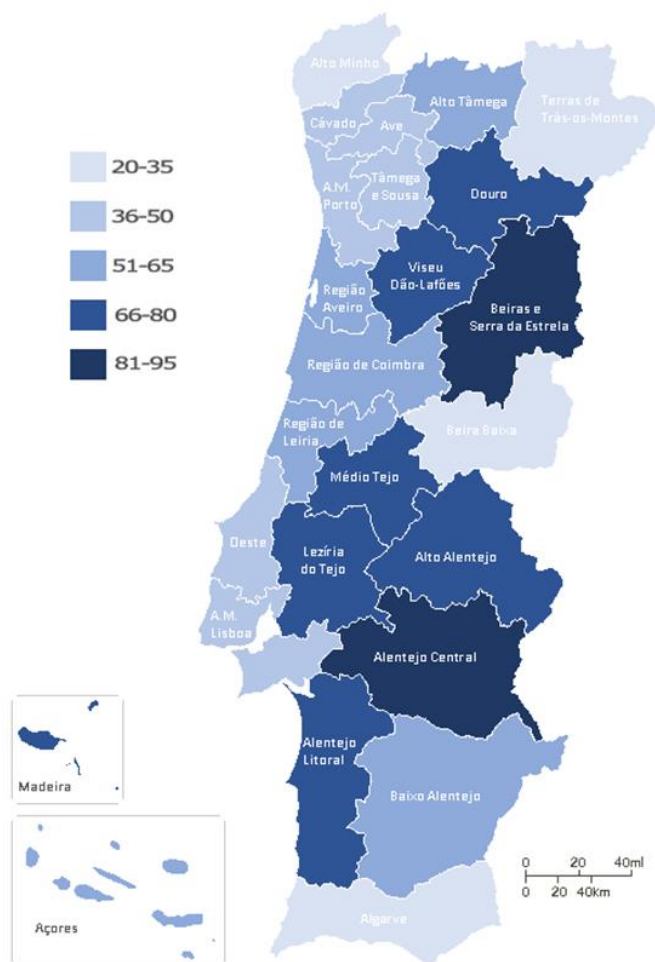
No caso da Promoção/apoio ao empreendedorismo, esta abrange diferentes modalidades de iniciativas no âmbito do empreendedorismo: criação ou dinamização de serviços de apoio ao empreendedorismo jovem (através da constituição de gabinetes e centros de apoio e promoção do empreendedorismo e destinados a jovens empresários); realização de eventos promotores do empreendedorismo jovem (como concursos municipais ou semanas ou jornadas do empreendedorismo, ou a atribuição de prémios municipais para jovens empreendedores); concessão de vantagens fiscais para negócios constituídos por jovens; criação ou requalificação de zonas para instalação de empresas e criação de programas e polos/núcleos de incubação empresarial e de *startups* e espaços de *coworking*; programas de incentivo e apoio ao autoemprego e criação do primeiro emprego; ou ainda o desenvolvimento de projetos de capacitação para o empreendedorismo jovem e promoção de comportamentos e atitudes empreendedoras.

Efetivamente, se a flexibilidade, criatividade, iniciativa, dinamismo ou capacidade de metamorfose são valores e competências que são solicitados aos jovens no contexto atual do mercado de trabalho (Guerreiro, Abrantes & Pereira, 2007), estes transparecem também dos discursos dos responsáveis autárquicos – competências e valores que se enquadram e são enaltecidos no quadro do atual paradigma económico (Chiappello & Boltanski, 2007).

Analisando a expressão destas políticas no território nacional (mapa 4.19), constata-se que a sua expressão se revela tendencialmente superior nas regiões do Interior e Regiões Autónomas – no entanto, identificam-se contrastes que importa assinalar e relevar.

Em primeiro lugar, é no Alentejo que a proporção de autarquias que explicitam medidas neste âmbito é especialmente elevada. Em particular, no Alentejo Central, Lezíria do Tejo e Alto Alentejo. Já no caso do Baixo Alentejo, se, como se viu, a grande maioria das autarquias (91,7%) identifica o Desemprego como um dos problemas que assola a área da juventude, no plano das propostas para 2018-2021, a expressão estende-se a pouco mais de metade dos municípios (55,6%).

Mapa 4.19. Economia, emprego e empreendedorismo (propostas de intervenção para 2018-2021) segundo NUTS III (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=180). Pergunta 45: «Indique sinteticamente as principais propostas de intervenção destinadas aos jovens que o município pretende concretizar nos próximos 4 anos (2018- 2021).»

No entanto, o destaque particular recai sobre Terras de Trás-os-Montes. Se a totalidade de autarquias apresenta a área do Desemprego como um dos principais problemas que afeta a área da juventude no respetivo território, o cenário no plano das medidas para 2018-2021 é contrastante: apenas 28,6% apresenta medidas efetivas direcionadas para emprego jovem e apoio ao empreendedorismo.

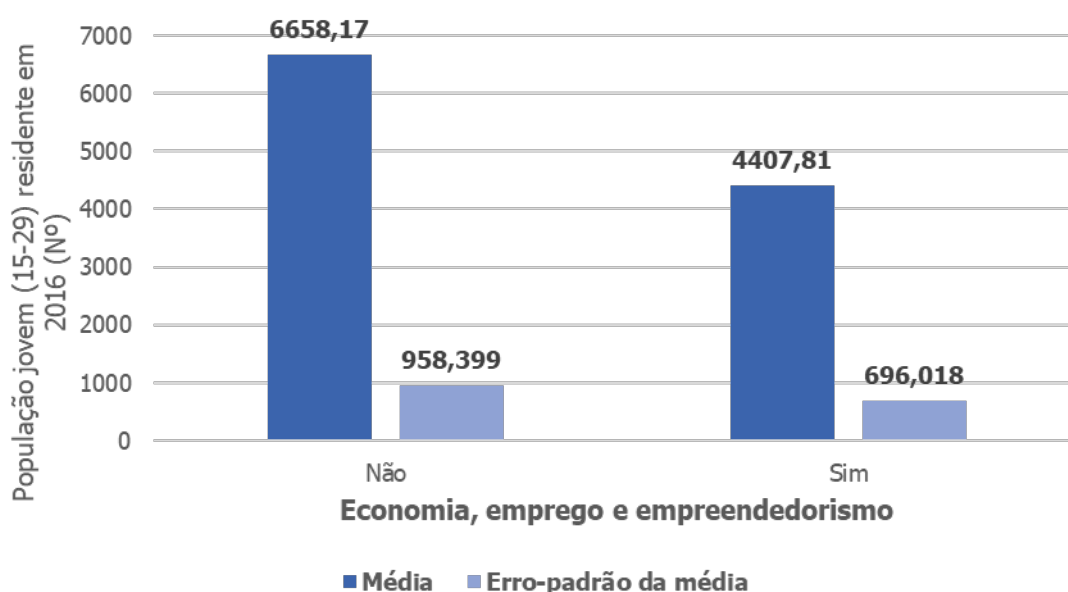
Com contrastes próximos surgem ainda as regiões do Ave, mas também em regiões do litoral – nomeadamente, o Algarve (onde se 71,4% das autarquias apontam o desemprego como *problema*, apenas um terço apresenta medidas) e a Área Metropolitana do Porto (em que os 75% que identificam o problema do desemprego discrepam dos 38,5% que apresentam propostas para o atual quadriénio).

Ainda na esfera do emprego e empreendedorismo, importa também assinalar que, em contraste com o que se verifica nas áreas prioritárias, não existem evidências

estatísticas para afirmar que a média no que diz respeito à população jovem seja significativamente distinta entre as autarquias que apresentam medidas e as que não apresentam ($t_{(97)} = 1,947$; p-value = 0,059).

Efetivamente, a média do número de jovens nas autarquias que apresentam medidas neste âmbito (4407,81) não é significativamente inferior ao do conjunto de câmaras que não apresentam qualquer iniciativa (6658,17) – não sendo o contraste tão acentuado como o que se regista no campo das áreas prioritárias (gráfico 4.9).

Gráfico 4.9. Média da população jovem residente em 2016 com intervalo de confiança de 95% segundo Economia, emprego e empreendedorismo (propostas de intervenção para 2018-2021) (Nº)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=180). Pergunta 45: «Indique sinteticamente as principais propostas de intervenção destinadas aos jovens que o município pretende concretizar nos próximos 4 anos (2018- 2021)». INE, Pordata, 2018.

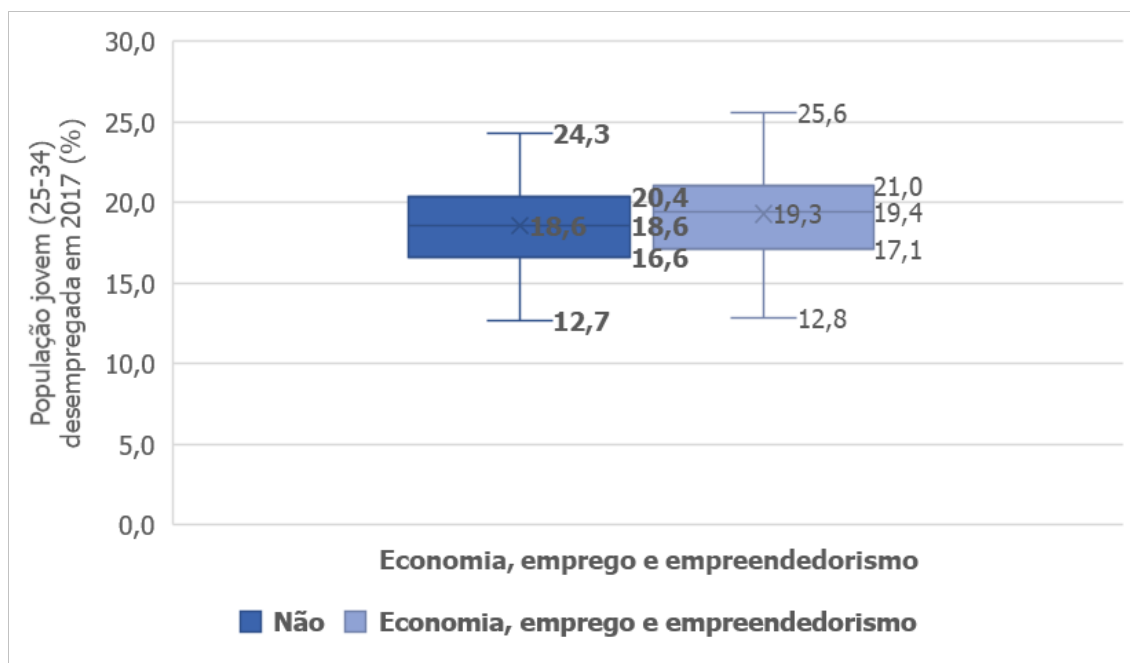
Como hipótese explicativa, esta menor diferença pode ser compreendida à luz do facto das políticas nesta área não se deverem apenas à questão dos desequilíbrios populacionais (no sentido em que a captação de emprego constitui um critério determinante para a fixação da população jovem). Se os municípios com problemas demográficos atribuem à questão do emprego o estatuto de prioridade política para 2018-2021, os municípios sem os mesmos desequilíbrios demográficos, mesmo não priorizando a questão do emprego, não deixam de incorporar na agenda política do atual quadriénio as questões relacionadas com esta área.

Em segundo, se atendermos à média de proporção de jovens desempregados (inscritos nos centros de emprego e de formação profissional), verifica-se que não existe

evidência estatística de que a média é significativamente distinta entre autarquias que apresentam medidas e, do outro, municípios que não apresentam nenhuma ($t_{(97)} = -1,647$; p-value = 0,091).

Ora, no caso dos municípios que apresentam medidas neste âmbito, regista-se uma média de 19,3% de jovens inscritos nos centros de emprego e centros de formação – não muito acima da média registada entre os municípios que não apresentam medidas (18,6%) (gráfico 4.10). Por outro lado, no caso das autarquias que apresentam medidas neste âmbito registam-se percentagens de jovens desempregados com uma amplitude de 12,8% a 25,6%, ao passo que, entre os municípios que não apresentam qualquer iniciativa, registam-se casos de autarquias onde a proporção de jovens desempregados ascende aos 24,3%.

Gráfico 4.10. População jovem desempregada em 2017 segundo Economia, emprego e empreendedorismo (propostas de intervenção para 2018-2021) (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=180). Pergunta 45: «Indique sinteticamente as principais propostas de intervenção destinadas aos jovens que o município pretende concretizar nos próximos 4 anos (2018- 2021)». INE, Pordata, 2018.

Com uma expressão estatisticamente semelhante estão ainda as categorias Conceção e (re)organização de instrumentos e serviços (41,6%) e Demografia e habitação (41,1%).

No caso da categoria *Conceção e (re)organização de instrumentos e serviços*, enquadram-se, em primeiro lugar, iniciativas no domínio da criação, dinamização ou

reestruturação de serviços e estruturas de apoio à juventude (13,9%) – sejam infraestruturas de múltiplas valências (como *Espaço Jovem, Casa da Juventude*), ou de alojamento (caso das *Pousadas da Juventude*); serviços de apoio (gabinete ou balcão de apoio à juventude), mecanismos de proximidade (como canais de comunicação digital), ou ainda no plano da orgânica do executivo camarário e de apoio ao exercício da ação política (como a criação de um *Observatório da Juventude* ou maior autonomização da unidade dedicada à área da juventude).

Por outro lado, destaca-se ainda a categoria *Elaboração de documentos estratégicos* (13,3%) – abrangendo primordialmente a produção, implementação e avaliação de documentos de planificação, como é o caso do Plano Municipal de Juventude ou outros instrumentos tipificados de gestão local (caso dos projetos educativos municipais ou da carta educativa).

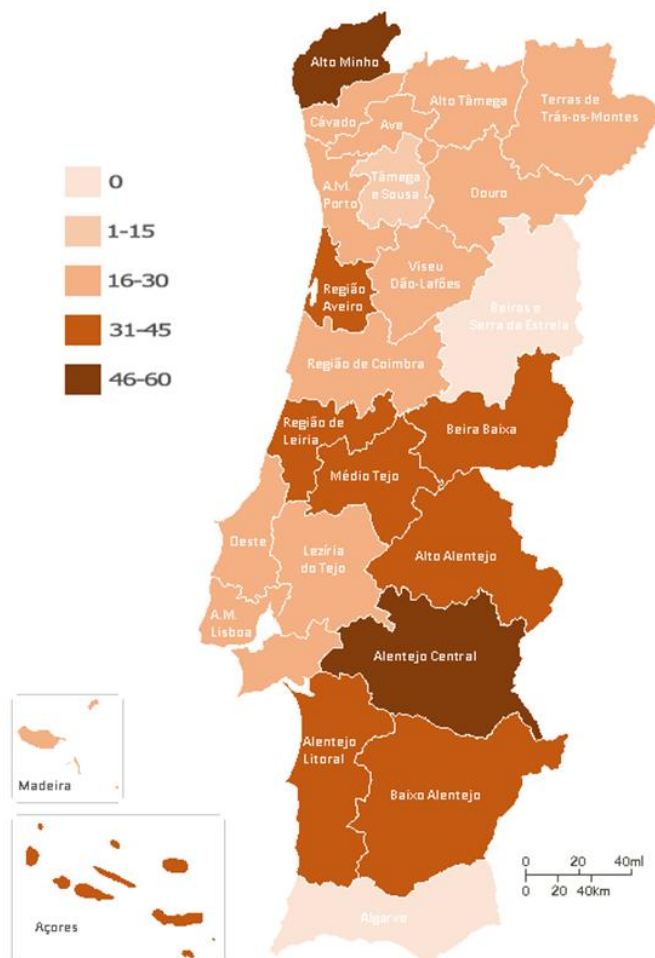
Com menor expressão surge ainda as propostas de criação ou dinamização de serviços de proteção e ação social orientados para a área da juventude, acautelando situações de vulnerabilidade e carência sociais (7,2%). Por fim, nesta categoria inserem-se ainda as autarquias que justificam a ausência de propostas para o quadriénio 2018-2021 em função dos programas/documentos estratégicos estarem, à data de preenchimento do questionário, ainda em fase de elaboração (5%), além das autarquias que dão apenas conta da continuação de planos de ação já delineados no mandato precedente (2013-2017).

No caso da área *Demografia e habitação*, esta é maioritariamente composta por iniciativas das autarquias que fazem alusão a apoios municipais à habitação jovem (25%). Estas iniciativas abrangem a criação de lotes habitacionais com condições especiais para jovens (a custos controlados) e habitação social jovem; dinamização de programas de apoio e mecanismos de subsídio ao arrendamento jovem; reabilitação de edifícios (em centros históricos ou zonas urbanas degradadas) para alojamento jovem; concessão de benefícios fiscais na aquisição ou construção de habitação (taxas de licenciamento na construção de habitação ou isenções de IMI na compra de habitação permanente); bem como incentivos à construção de habitação em zonas onde se regista quebra demográfica.

Nesta categoria em particular, importa sobretudo assinalar contrastes particularmente na categoria relativa aos problemas (cf. mapa 4.4). Nomeadamente, se a região do Algarve surge em claro destaque, com a grande maioria (78,6%) das autarquias a considerar a Dificuldade de acesso à habitação como um dos principais problemas que afeta a área da juventude no respetivo território, no plano das propostas para 2018-

2021, nenhuma autarquia explicita iniciativas concretas direcionadas justamente para esse problema (mapa 4.20).

Mapa 4.20. Apoio à habitação jovem (propostas de intervenção para 2018-2021) segundo NUTS III (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=180). Pergunta 45: «Indique sinteticamente as principais propostas de intervenção destinadas aos jovens que o município pretende concretizar nos próximos 4 anos (2018- 2021).»

Embora com um contraste menos acentuado, também se o problema do acesso à habitação surge significativamente destacado por metade das autarquias da Área Metropolitana do Porto, neste caso, apenas uma minoria (15,4%) apresenta iniciativas.

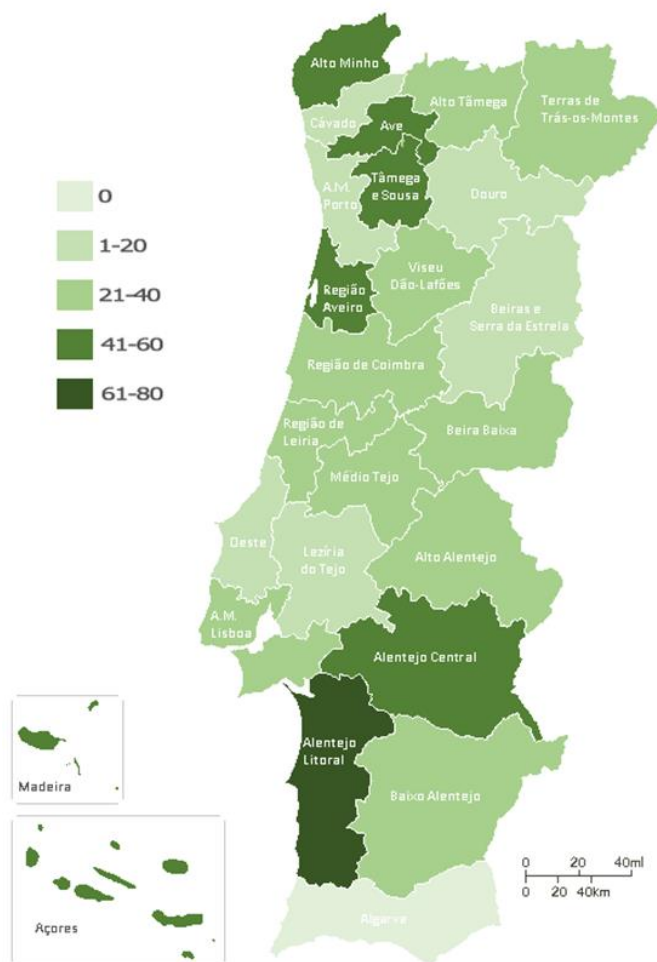
Com uma representação mais reduzida estão ainda as políticas de apoio à natalidade, explicitadas por 10% dos municípios, e de apoio à parentalidade (5%), materializadas fundamentalmente em iniciativas como a criação de serviços camarários vocacionados exclusivamente para apoio aos pais e mães; reforço da cobertura da rede de estabelecimentos do pré-escolar, Atividades de Tempos Livres e primeiro ciclo; construção de equipamentos como parque infantis e dinamização de programas

municipais de ocupação para crianças (como férias escolares). Com uma expressão marginal, 1,1% da amostra alude ainda a medidas de apoio à fixação de famílias: apoio financeiro (como cheques de natalidade) e criação de documentos estratégicos (nomeadamente, criação de regulamento de apoio à natalidade e infância).

Se a entrada na parentalidade é fortemente condicionada pela situação profissional dos jovens (Guerreiro, Abrantes & Pereira, 2007), o enfoque dos responsáveis autárquicos revela incidir sobretudo nas questões relacionadas com a inserção no mercado de trabalho – mostrando-se relativamente reduzida a expressão das medidas de incentivo à natalidade e apoio à parentalidade.

Ainda no conjunto das políticas relativas à Demografia e habitação, é de ressaltar que se na região das Beiras e Serra da Estrela 50% das autarquias identifica as questões relativas à demografia como uma das áreas prioritárias, apenas 16,7% dos municípios apresentam medidas concretas (mapa 4.21). Por outro lado, também no Algarve, uma proporção não despreciable de autarquias (28,6%) coloca a População e demografia entre as três áreas prioritárias para o atual quadriénio, ao passo que no plano das políticas verifica-se a ausência de autarquias que apresentam medidas concretas para o mesmo ciclo político.

Mapa 4.21. Demografia e habitação (propostas de intervenção para 2018-2021) segundo NUTS III (%)



Fonte: Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude, 2018 (N=180). Pergunta 45: «Indique sinteticamente as principais propostas de intervenção destinadas aos jovens que o município pretende concretizar nos próximos 4 anos (2018- 2021).»

4.4. Síntese conclusiva

O itinerário levado a cabo em torno do diagnóstico desenvolvido pelas autarquias que responderam ao Inquérito aos Responsáveis Municipais pela Área da Juventude – nas suas diferentes componentes, da identificação dos problemas e áreas estratégicas de intervenção relativas à área da juventude até ao gizar das estratégias políticas de intervenção sobre os mesmos – dá conta de padrões, mas também de singularidades, que importa relevar.

No caso dos *problemas que afetam a área da juventude*, verifica-se a tendência para uma polarização nas questões relacionadas com as áreas do emprego e da educação.

Na primeira área, ela desdobra-se primordialmente na questão do desemprego jovem, mas também na precariedade laboral. Se, no caso do desemprego, a sua expressão

afigura-se particularmente preponderante nas regiões mais marcadas pela interioridade – interpretável à luz das desigualdades do ponto de vista do desenvolvimento económico entre o litoral e interior (e com reflexos do ponto de vista da escala e diversidade de oportunidades de empregabilidade para a população jovem) –, nas questões da precariedade laboral a sua expressão revela-se menos marcada por contrastes territoriais, sendo este um problema que constitui um traço estrutural na reconfiguração dos mercados de trabalho no contexto atual (Sá, 2010) e que condiciona a transição dos jovens para a vida adulta (Guerreiro, Abrantes & Pereira, 2007; Guerreiro & Abrantes, 2007).

No que concerne à educação, a sua expressão adquire sobretudo relevância considerando o conjunto das duas grandes dimensões em que ela se reparte: o Insucesso escolar e o Abandono escolar. Neste caso, a sua expressão ao longo do território nacional não se afigura igualmente subsumível a dualismos construídos a partir de diferentes coordenadas geográficas (Norte/Sul ou Litoral/Interior).

Nota ainda para os problemas relativos ao acesso à Habitação, que assumem uma relevância não despidianda enquanto questão associada às condições de vida da população jovem. Do mesmo modo, a sua expressão do ponto de vista territorial revela-se significativa quer nas regiões urbanas e do litoral, como é o caso das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, quer nas regiões do interior (como é o caso particular da Beira Baixa). Esta representatividade e expressão geográfica é mais bem compreendida a partir do campo das áreas prioritárias para o quadriénio 2018-2021 – em particular, as fundamentações apresentadas pelos responsáveis autárquicos.

Ora, relativamente às prioridades delineadas pelas autarquias, verifica-se que, entre o anterior ciclo político autárquico e o atual, o Emprego e empreendedorismo adquire particular destaque no atual quadriénio relativamente às restantes *áreas prioritárias para o quadriénio 2018-2021*. O mesmo sucede com a Habitação, cuja relevância entre os problemas identificados adquire nas políticas para o mandato autárquico em vigor uma importância significativamente superior comparativamente com o quadriénio transato (2014-2017). As fundamentações aventadas pelas autarquias relativamente à sua ação estratégica para os próximos 4 anos permitem, por sua vez, dar conta do carácter compósito das fundamentações e propósitos destas diferentes áreas do ponto de vista das políticas autárquicas.

No caso do Emprego e empreendedorismo, a sua evidenciação por parte dos responsáveis autárquicos surge, por um lado, associada à intervenção sobre condições materiais de existência da população jovem – no sentido de intervenção sobre os

problemas de escassez de emprego (e condições laborais, com particular enfoque no problema da precariedade) e de desenvolvimento do tecido económico local tendo em vista o seu ajustamento às qualificações e expectativas da respetiva população jovem. Por outro lado, um conjunto distinto de autarquias enquadra também a questão do emprego numa estratégia política mais abrangente de combate aos problemas demográficos no caso dos municípios que identificam problemas do ponto de vista da dimensão (exígua) da sua população jovem. Os dados relativos ao número de jovens residentes no conjunto das autarquias que alude à questão demográfica na fundamentação desenvolvida revelam, de resto, as discrepâncias a este nível.

Da mesma forma, no caso da Habitação, se o destaque entre as prioridades para 2018-2020 surge associada, por um lado, às dificuldades de acesso dos jovens ao mercado de arrendamento ou na aquisição de imóvel, por outro, a sua inclusão nas políticas para a área da juventude enquadra-se igualmente, no discurso de um grupo distinto de responsáveis autárquicos, numa política mais abrangente de atração e fixação de população jovem num contexto demográfico de contração ou envelhecimento populacional.

De resto, e reforçando a importância do problema demográfico nas políticas autárquicas na área da juventude, importa assinalar que a População e demografia enquanto setor de intervenção na área da juventude para o atual ciclo político é mencionado apenas por aproximadamente um quinto dos municípios. Como expectável, nesta área em particular, o número médio de jovens residentes entre os municípios que a integram nas suas prioridades para o atual quadriénio revela-se quase quatro vezes inferior ao das autarquias que excluem esta mesma área das prioridades para o atual quadriénio.

Ainda entre as áreas prioritárias para 2018-2021, a Participação cívica e cidadania assume também particular importância, sendo mesmo a terceira área com maior representatividade na agenda política do conjunto dos municípios que integram a amostra – apenas superada pelo Emprego e empreendedorismo e Educação e formação. Neste caso, o número de jovens residentes nos municípios parece ser um elemento que exerce particular influência, sendo substancialmente superior a média de população com idade entre os 15 e 24 anos no conjunto das autarquias que dão destaque a esta área de intervenção na área da juventude.

No quadro geral das áreas prioritárias onde se regista maior transformação entre quadriénios, existe evidência estatística de que a transição de forças políticas eleitas exerce influência nas mudanças que ocorrem. Contudo, não é possível estabelecer uma

relação com o posicionamento ideológico dos partidos que governam cada autarquia ou com transições no espectro político-ideológico (nomeadamente, o caso das autarquias que entre os dois ciclos políticos registam uma mudança na força política governante da Esquerda para a Direita ou vice-versa). Assinala-se, no entanto, a *nuance* identificada de associação entre a atribuição do estatuto de primeira prioridade à área da Participação cívica e cidadania por parte das câmaras governadas pela coligação de esquerda PCP-PEV.

Por fim, um último olhar panorâmico sobre o diagnóstico das autarquias do ponto de vista dos *principais problemas e áreas prioritárias para o atual ciclo político* (tendo por base a análise de correspondências múltiplas realizada) permite dar conta de um conjunto de grandes tendências entre o conjunto das autarquias na ótica das suas opções estratégicas para a área da juventude para o atual quadriénio.

No caso dos *principais problemas identificados*, destringam-se, por um lado, os municípios que privilegiam as áreas relativas às questões da saúde juvenil – no plano das carências ao nível da alimentação e no acesso a cuidados de saúde. Paralelamente, surgem igualmente as autarquias cujo enfoque reside maioritariamente nos problemas relativos ao desempenho escolar dos jovens (em particular, os fenómenos do insucesso e abandono escolar), abarcando ainda questões relacionadas com a saúde – por intermédio, nomeadamente, dos estilos de vida saudáveis, associados sobretudo à prática de exercício físico.

Estas opções ao nível da saúde e da educação opõem-se, por outro lado, ao conjunto de municípios cujo enfoque recai sobre as condições materiais de vida da respetiva população jovem. Este conjunto desdobra-se em dois grupos, mas com intersecções e proximidade temática entre si. De um lado, o destaque recai sobre as questões do desemprego e as dificuldades financeiras de acesso ao Ensino Superior; do outro, surge em evidência a precariedade laboral, bem como as dificuldades no acesso à habitação.

Ora, no plano das *áreas prioritárias para 2018-2021*, as opções do conjunto das autarquias dão conta de uma tendência de segmentação das prioridades realizadas em duas grandes tendências.

Por um lado, os municípios cujas prioridades incidem sobretudo sobre as áreas numa perspetiva de formação global dos jovens. Com intersecções entre si, identifica-se de um lado o enfoque no estímulo da Criatividade e Cultura, mas igualmente o envolvimento dos jovens na causa da preservação da natureza e modelos de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis (Ambiente e desenvolvimento sustentável). Neste grupo, enquadram-se ainda as questões relativas à mobilidade (internacional e nacional)

enquanto via também de educação não-formal. Tematicamente próximo, surge também o grupo de autarquias cujas opções políticas para o atual quadriênio (2018-2021) revela o mesmo enfoque: envolvimento dos jovens nas decisões políticas e em plataformas de associativismo e voluntariado (Participação cívica e cidadania), bem como a formação para as questões relacionadas com a tolerância e interculturalidade (Direitos Humanos, igualdade de oportunidades e não discriminação), além da promoção de estilos de vida saudáveis através da atividade física e alimentação (Saúde e bem-estar) – também este um vetor de formação global do indivíduo.

Já no campo oposto, surgem as autarquias cujas prioridades se focam primordialmente nos fatores que influenciam de forma direta as condições materiais de vida da população jovem e constituem dimensões determinantes nos processos de transição para a vida adulta (Guerreiro, Abrantes & Pereira, 2007): as oportunidades de acesso ao ensino escolar e/ou superior e desenvolvimento de competências (Educação e formação), mas igualmente o estímulo e captação de oportunidades de emprego e promoção de empreendedorismo (Emprego e empreendedorismo), e ainda condições de acesso ao arrendamento jovem e ao mercado imobiliário (Habitação). Num plano macro, surge ainda o enfoque na área relativa à intervenção política sobre fatores também relativos às condições de vida da população jovem e que afetam, a jusante, os equilíbrios demográficos nos municípios (População e demografia).

No plano das justificações aventadas pelos responsáveis autárquicos para as áreas prioritárias elencadas, esta dualidade surge reforçada. Um primeiro conjunto de autarquias coloca o enfoque na Capacitação/desenvolvimento de competências, numa perspetiva de formação global do indivíduo, incluindo a inculcação de valores em torno de problemas como direitos humanos e de práticas em prol da preservação do ambiente.

Num campo distinto, o enfoque da retórica dos responsáveis autárquicos incide sobre a importância da atuação sobre os problemas mais prementes que afetam a área da juventude: a intervenção sobre os problemas relacionados com o desemprego, bem como no acesso a oportunidades de educação e formação (ao nível escolar ou superior) ou à habitação. Este enfoque no desenvolvimento económico e nas condições de vida estende-se também aos problemas estruturais relativos aos problemas demográficos, nomeadamente, a fixação de jovens.

Finalmente, é incontornável mencionar o destaque que a noção de capacitação protagoniza nos discursos dos responsáveis autárquicos. Esta lógica orientadora na ação política de capacitação e autonomização do indivíduo (Genard & Cantelli, 2008), constitui uma tendência estruturadora no contexto atual das políticas sociais marcado pela crise

do Estado-Providência. Em detrimento de lógicas assistencialistas (perpetuadoras de dependências entre a instituição que presta assistência social e o beneficiário da mesma), é privilegiada a intervenção sobre as situações de vulnerabilidade assente na lógica de constituição ou reconstrução das capacidades, promovendo um indivíduo autossuficiente, capaz de assumir as suas responsabilidades e mostrar-se autónomo na construção do seu projeto de vida (Pattaroni, 2001).

Prova desta sua centralidade, a noção de capacitação revela-se transversal a várias áreas de intervenção na área da juventude: Educação e Formação (dotação da população jovem de competências sociais, cívicas e para uma trajetória profissional de sucesso); Emprego e empreendedorismo (capacitação para a inovação e desenvolvimento da capacidade empreendedora); Cultura e Criatividade (desenvolvimento de competências pessoais e sociais e desenvolvimento do espírito crítico); Participação cívica e associativismo (maior envolvimento e coresponsabilização nas decisões políticas, bem como aquisição de competências cívicas através do envolvimento no associativismo e voluntariado); e ainda Mobilidade nacional e internacional (enquanto via de aprendizagem não formal para aquisição de ferramentas e competências).

Identificadas as principais tendências do ponto de vista das opções políticas para a área da juventude, importa assinalar também *algumas das singularidades e dissonâncias detetadas* no conjunto das etapas do diagnóstico realizado pelos municípios – da identificação dos problemas e prioridades definidas para o quadriénio 2018-2021 até às medidas concretas apresentadas para o mesmo ciclo político.

Ora, importa desde logo notar que a variável Percentagem de jovens desempregados (inscritos nos centros de emprego e de formação) não surge como exercendo uma influência preponderante nas escolhas políticas realizadas – tanto no plano da identificação dos problemas, como na escolha das áreas prioritárias e justificações elencadas pelas autarquias.

De um lado, no campo dos Problemas, constata-se que a média de percentagem de população jovem inscrita nos centros de emprego entre as autarquias que não integram a categoria do Desemprego entre os problemas que mais afetam a área da juventude situa-se significativamente próxima daquela verificada entre as autarquias que identificam. Um olhar sobre a amplitude das percentagens dá conta justamente de municípios cuja elevada proporção de jovens desempregados não encontra correspondência no destaque atribuído ao Desemprego no conjunto dos principais

problemas que afetam a área da juventude. O mesmo sucede na eleição do Emprego e empreendedorismo como área prioritária.

Esta tendência surge corroborada nas análises de correspondências múltiplas, sendo que a categoria relativa ao Desemprego jovem superior à média do conjunto da amostra revela-se não significativamente influente (dado o seu posicionamento no plano fatorial), quer no campo dos Problemas que afetam a área da juventude, quer no campo relativo às Áreas prioritárias.

Em segundo, importa ainda assinalar o contraste entre o destaque que é dado ao Emprego e empreendedorismo no campo dos Problemas e Áreas prioritárias pelo conjunto dos municípios, em contraponto com o lugar de relevo que a área do Desporto, cultura e lazer assume no campo das medidas políticas efetivas para o quadriénio em vigor.

Efetivamente, não obstante a importância que as questões relacionadas com a economia e emprego assumem na identificação dos problemas e das prioridades políticas por parte das autarquias – estando, de resto, em grande parte fundamentadas em problemas demográficos (nomeadamente, o êxodo de população jovem), além do desemprego e precariedade laboral – quando o olhar incide sobre o plano das medidas concretas para o quadriénio 2018-2021, é significativa a menor relevância que esta mesma área de ação política assume no quadro geral das iniciativas e políticas autárquicas para o atual ciclo político.

De resto, a forte representação das atividades ligadas à esfera da cultura é compreensível à luz da evolução das políticas autárquicas nas últimas décadas em Portugal. Desde os meados dos anos 1990 que a despesa realizada pelo conjunto dos municípios passa a ser a principal fonte de financiamento público das atividades e serviços culturais – sobrepondo-se mesmo à despesa de organismos sob a tutela do Governo (Santos, Babo & Guerra, 2015). Acresce o facto de caber às autarquias a responsabilidade de gestão de parte considerável dos diferentes equipamentos culturais (desde espaços como bibliotecas municipais a recintos de artes performativas).

Em terceiro, as autarquias ocupam um lugar crescentemente central nas dinâmicas culturais locais, num processo paulatino que tem início em meados dos anos 1980, com as oportunidades de financiamento com a integração de Portugal na então CEE- Comunidade Económica Europeia, e que alteram o paradigma das condições de intervenção das autarquias na esfera cultural, tanto do ponto de vista do volume como da pluralidade de formas de apoio (idem, 2015). As autarquias passam progressivamente de um papel de destinatários a autores das políticas públicas do setor cultural.

Releva-se ainda o consenso político ao nível local das políticas culturais (idem, 2015). Nomeadamente, os projetos de fomento e desenvolvimento da atividade cultural representam um ponto de convergência entre as diferentes forças políticas e interesses locais. Por outro lado, a dependência relativamente às orientações e recursos nacionais e europeus é igualmente potenciador de consensos, ocorrendo as variações políticas sobretudo ao nível do Governo e da Comissão Europeia, mais do que uma variação decorrente de alternância local de forças políticas (idem, 2015).

Bibliografia

ABRANTES, Pedro (2009). Perder-se e encontrar-se à entrada da escola. Transições e desigualdades na educação básica. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 60, pp. 33-52.

ALMEIDA, Ana Nunes e VIEIRA, Maria Manuel (2006). A ciência, a investigação científica e as escolas: um observatório permanente. In Ana N. ALMEIDA e M^a Manuel VIEIRA, *A escola em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

ALVES, Mariana G. (ed). (2010). Aprendizagem ao Longo da Vida e Políticas Educativas Europeias: tensões e ambiguidades nos discursos e práticas de estados, instituições e indivíduos. Monte da Caparica: UIED/FCT, Universidade Nova de Lisboa.

AUGUSTO, Nuno M. (2008). A juventude e a(s) política(s): Desinstitucionalização e individualização. *Revista Crítica das Ciências Sociais*, n.º 81, pp. 155-177.

BARROSO, João (2013). A emergência do local e os novos modos de regulação das políticas educativas. *Educação – Temas e Problemas*, n.º 12/13, pp. 13-25.

BOLTANSKI, Luc & CHIAPPELO, Eve (2007). *The New Spirit of Capitalism*. Brooklyn: Verso.

BURAWOY, M. (2004). The world needs public sociology. *Sociologisk Tidsskrift*, vol.12, 255-272.

CAPUCHA, Luís (1990). Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 8, pp. 29-41.

CARVALHO, Cristiana e OLIVEIRA, Catarina S. (2017). Uma leitura de género sobre mobilidades e acessibilidades em meio rural. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 35, pp.129-146.

CONCEIÇÃO, Cristina P., GOMES, M^a Carmo, PEREIRA, Inês, ABRANTES, Pedro e COSTA, António F. (2008). Promoção de cultura científica. Experiências da sociologia. *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º57, pp.51-81.

COSTA, António F., MACHADO Fernando L. e ÁVILA, Patrícia (orgs.) (2007). *Portugal no Contexto Europeu. Vol II: Sociedade e Conhecimento*. Lisboa: Celta Editora

DEROUET, Jean-Louis e DEROUET-BESSON, Marie-Claude (2009). Crise du projet de démocratisation de l'enseignement ou crise d'un modèle de démocratisation? Les recompositions parallèles des formes de l'État et des formes de justice. In Jean-Louis

Derouet e Marie Claude Derouet-Besson (org.). *Repenser la justice dans le domaine de l'éducation de la formation*, Lyon: Peter Lang / INRP, pp. 3-23.

FADIGAS, Leonel (2015). *Urbanismo e território – As políticas públicas*. Lisboa: Edições Sílabo.

FERNANDES, Ernesto (2003). O associativismo no tempo da globalização: voluntariado e cidadania democrática. *Intervenção Social*, nº27 pp. 159-190, Lisboa: Isscoop.

FERRÃO, João (2015). Ambiente e território: para uma nova geração de políticas públicas com futuro, in V. Soromenho-Marques, P.T. Pereira (eds.). *Afirmar o futuro. Políticas públicas para Portugal (vol.2)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp.328-336.

FERRÃO, João (2002). Portugal, três geografias em recombinação: espacialidades, mapas cognitivos e identidades regionais. *Lusotopie*, 9 (2), pp. 151-158.

FERREIRA, Isabel (2015). Governança, participação e desenvolvimento local. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXX, pp. 97-117.

FERREIRA, Pedro M. (2008). Associações e democracia: faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses? *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 57, pp. 109-130.

FERREIRA, Tatiana, PAPPÁMIKAIL, Lia e VIEIRA, Maria Manuel (2017). *Jovens NEEF: mudanças e continuidades no pós-crise*. Estudos e Relatórios. OPJ-Policy Brief 2017. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

FERREIRA, Vítor Sérgio (2017). Um olhar sobre os jovens como sujeitos de políticas e sociologias públicas. In Laranjeira, Denise Helena P.; Barone, Rosa Elisa M. (eds.), *Juventude e Trabalho: Desafios no Mundo Contemporâneo*, Salvador: Edufba, pp. 385-388.

FERREIRA, Vítor Sérgio et al. (2002). Modernised Transitions and Disadvantage Policies: Netherlands, Portugal, Ireland and Migrant Youth in Germany. In Andreas Walther, Barbara Stauber et al. (orgs.), *Misleading Trajectories. Integration Policies for Young Adults in Europe?*, Opladen, Leske + Budrich, pp. 94-115.

FERREIRA, Vítor Sérgio (1999). Demografia. In Alexandra Figueiredo, Catarina Lorga da Silva, Vítor Sérgio Ferreira (org.). *Jovens em Portugal. Análise Longitudinal de Fontes Estatísticas: 1960 - 1996/97*. Oeiras: Celta, pp. 19-49.

FERREIRA, Vítor Sérgio, LOBO, Marina C., ROWLAND, Jussara e SANCHES, Edalina (2017). *Geração Milénio? Retrato social e político*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

FIGUEIREDO, António (coord.) (2010). *A territorialização de políticas públicas em Portugal*. Lisboa: Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP.

GENARD, Jean-Louis e CANTELLI, Fabrizio (2008). Êtres capables et compétents: lecture anthropologique et pistes pragmatiques. *Sociologies, Théories et recherches*.

Acedido a 11/05/2018, disponível em: <http://sociologies.revues.org/index1943.html>.

GUERRA, Isabel M. P. C. (2006). Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: sentidos e formas de uso. ed. 2. Estoril: Principia.

GUERRA, João (2009). Sustentabilidade e participação. O papel dos executivos municipais no envolvimento das populações. *Espacio Abierto: Cuaderno Venezolano de Sociología, n.º 18 (4)*, pp. 605-625.

GUERREIRO, Maria das Dores e ABRANTES, Pedro (2007). *Transições incertas. Os jovens perante o trabalho e a família*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

GUERREIRO, Maria das Dores, ABRANTES, Pedro e PEREIRA, Inês (2007). Transições na juventude. Percursos e descontinuidades. In Maria das Dores Guerreiro, Anália Torres e Luís Capucha (orgs.). *Quotidiano e Qualidade de Vida (Portugal no Contexto Europeu, Vol. III)*. Lisboa: Celta Editora, pp. 239-62.

LÉON, Oscar Dávila (2003). Da agregação programática à visão construtiva de políticas de juventude, In Maria Virgínia de Freitas e Fernanda de Carvalho Papa (orgs.), *Políticas Públicas: Juventude em Pauta*, São Paulo: Cortez Editora, pp. 77-96.

MAROY, Christian (2005). Une comparaison des formes de régulation intermédiaire dans cinq pays européens. In Yves Dutecq (org.). *Les régulations des politiques d'éducation*, Rennes: Presses Universitaires de Rennes, pp. 51-84.

MIRANDA, Jorge (2011). Os novos paradigmas do Estado Social. Paper apresentado ao XXXVII Congresso Nacional de Procuradores do Estado, Belo Horizonte. <http://www.icjp.pt/sites/default/files/media/1116-2433.pdf>

NDHLOVU, Skhanyiso, HOFISI, Costa e SCHUTTE, Nicco (2014). Local Government and Youth Employment: A case of Nkonkobe Local Municipality in South Africa. *Mediterranean Journal of Social Sciences, Vol 5 n.º 16*: pp.616-623.

NOBRE, Nélia (2012). (Des)emprego e empreendedorismo: repensar as políticas públicas. *Configurações, n.º 10*, pp. 95-108.

OLIVEIRA, Luísa (2000). Desafios à Universidade. Comercialização da ciência e recomposição dos saberes académicos. *Sociologia, problemas e práticas*, nº 34. Pp.93-116.

PAIS, José Machado (2001). Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro. Porto: Âmbar.

PAIS, José Machado (2003). Traços e Riscos de Vida. Uma Abordagem Qualitativa a Modos de Vida Juvenis. Porto: Âmbar.

PALHARES, José A. (2008). Os sítios de educação e socialização juvenis: Experiências e representações num contexto não-escolar. *Educação, Sociedade & Culturas, nº27*, pp.109-130.

PATTARONI, Luca (2001). Le geste moral. Perspective sociologique sur les modalités du vivre en ensemble. *Carnet de bord, 2*, pp. 67 – 77.

POMBO, Olga. (2000). Comunicação e construção do conhecimento. *Revista de Educação, IX(1)*, 5-25.

PONTE, Cristina e AZEVEDO, José (org) (2011). Inclusão e Participação digital. *Revista Media & Jornalismo nº 19 - Vol.10, N.2* – Outono/Inverno. 2011.

PUTNAM, Robert (1993). *Make Democracy Work: Civic Traditions on Modern Italy*. Princeton: Princeton University Press.

REGO, Raquel, ZÓZIMO, Joana e CORREIA, Maria João (2017). Voluntariado em Portugal: do trabalho invisível à validação de competências. *Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 83*, pp. 75-97.

RODRIGUES, Maria de Lurdes (coord.) (2014). *Exercícios de análise de políticas públicas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda e ISCTE-IUL.

ROWLAND, Jussara (2017). Os jovens num mundo conectado: mobilidades, lazeres e internet. In Vítor Sérgio Ferreira, Marina C. Lobo, LOBO, Jussara Rowland e Edalina

Sanches (2017). *Geração Milénio? Retrato social e político*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. Pp. 79-121.

SÁ, Teresa (2010). 'Precariedade' e 'trabalho precário': consequências sociais da precarização laboral. *Configurações. Revista de Sociologia*, n.º 7, pp. 91-105.

SAMPAIO, Juliana e ARAÚJO JR, José Luís (2006). Análise das políticas públicas: uma proposta metodológica para o estudo no campo da prevenção em Aids, *Revista Brasileira de Saúde Materno-Infantil, Recife*, 6 (3): 335-346, jul. / set.2006.

SEABRA, Teresa (2009). Desigualdades escolares e desigualdades sociais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº50, pp. 75-106.

SEBASTIÃO, João e CORREIA, Sónia Vladimira (2007). A democratização do ensino em Portugal. In José Manuel Leite Viegas, Helena Carreiras e Andres Malamud (orgs.). *Portugal no Contexto Europeu, vol. I - Instituições e Política*. Oeiras: Celta Editora, pp. 107-135.

SHANGE, L. (2002). *A Guide to Implementing Integrated Youth Development Programs*. Johannesburg: Youth Development Network.

SILVA, Augusto Santos (2017). Sociologia e política pública: sobre avanços recentes em Portugal. *Análise Social*, 225 LII (4), pp.782-803.

SILVA, Augusto Santos, BABO, Elisa Pérez e GUERRA, Paula (2015). Políticas culturais locais: contributos para um modelo de análise. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.78, pp.105-124.

SIURALA, Lasse (2006). *A European framework for youth policy*. Directorate of Youth and Sport Council of Europe Publishing.

STENGERS, I. (2000). Les sciences et la lutte contre l'opinion. *NAQD 2000/1 (nº13)*. 33-45.

VIEGAS, José M. L. (2004). Implicações democráticas das Associações Voluntárias: caso português numa perspetiva comparativa europeia. *Sociologia: problemas e práticas*, n.º 46, pp. 33-50.

VIEIRA, Jorge (2017). Os jovens portugueses (do continente) e os media. Um olhar quantitativo #withfilters. In Gilberta Rocha, Rolando Gonçalves e Pilar Medeiros (org.). *Juventude(s). Pensar e agir*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus. Pp.81-118.

VIEIRA, Maria Manuel. (2015). Das disposições cosmopolitas à mobilidade como competência? Ensino superior, Programa Erasmus e mobilidade estudantil. *Revista Educação em Foco Vol.18. Nº26*, pp.15-42.

VIEIRA, Maria Manuel, FERREIRA, Vítor Sérgio e PINHO, Filipa (2017). Jovens: dinâmicas demográficas e participativas. In João Ferrão e Ana Delicado (coord.) *Portugal Social em Mudança: retratos municipais*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp.43-53.

VIEIRA, Maria Manuel, PAPPÁMIKAIL, Lia e NUNES, Cátia (2012). Escolhas escolares e modalidades de sucesso no ensino secundário: percursos e temporalidades. *Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 70*, pp. 45-70.

WEBER, M. (1979). *O político e o cientista*. Lisboa: Editorial Presença.

Documentos:

CENTRO DE INFORMAÇÃO EUROPEIA JACQUES DELORS (2006). *Estratégia de Lisboa*.

https://infoeuropa.euocid.pt/files/web/documentos/ciejd/2006/20060327_estrategi_alx_exdiap.pdf

COUNCIL OF EUROPE e EUROPEAN COMMISSION (2017), *Youth Policy Essentials*. Disponível online em

<https://pypeu.coe.int/documents/1017981/7110668/Brochure+Youth+Policy+Essentials.pdf/79333ff6-5d54-cc68-bc4f-305168a6b3a9>

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2001). Livro Branco da Comissão Europeia. Um novo impulso à Juventude Europeia. Bruxelas: CEE.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2009). Uma Estratégia da UE para a Juventude - Investir e Mobilizar - Um método aberto de coordenação renovado para abordar os desafios e as oportunidades que se colocam à juventude.

Acedido a 09 de Maio de 2018. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52009DC0200&from=PT>

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA. Acedido a 09 de Maio de 2018. Disponível em <https://www.parlamento.pt/legislacao/documents/constpt2005.pdf>.

COUNCIL OF EUROPE, Recommendation CM/Rec(2015)3. Access of young people from disadvantaged neighbourhoods to social rights.

Disponível online em <https://rm.coe.int/168066671e>

ERASMUS+KA2 (s/d). *100% Youth City*. Braga: Agência Erasmus+Juventude em Ação.

ECSA-European Citizen Science Association (2015). *Dez princípios da ciência cidadã*. <https://ecsa.citizen-science.net/sites/default/files/ecsa-ten-principles-of-cs-portuguese.pdf>

FNAJ-Federação Nacional das Associações Juvenis (2012). *A declaração de Braga sobre Políticas Autárquicas de Juventude*. Braga: FNAJ.

INE -Instituto Nacional de Estatística, Pordata (2018) *Estatísticas anuais da população residente*. Acedido a 02 de abril de 2018. Disponível em www.pordata.pt.

INE-Instituto Nacional de Estatística (2016). *Estatísticas Demográficas 2016*. Lisboa: INE.

IPDJ-Instituto Português do Desporto e da Juventude (2015). *Livro Branco da Juventude. 3 anos de ação*. Lisboa: Instituto Português do Desporto e Juventude, IP.

Disponível em <http://online.fliphtml5.com/fbes/dczx/#p=3>.

NICO, Magda (2018). Plano Nacional da Juventude. Relatório parcial: áreas prioritárias e propostas. Lisboa: IPDJ, I.P. Fevereiro de 2018.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO n.º 2009/C 311/01 de 27 de novembro. Jornal Oficial da União Europeia de 19 de dezembro de 2009. Acedido a 2 de abril de 2018. Disponível em [http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=CELEX:32009G1219\(01\)](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=CELEX:32009G1219(01)).

Legislação:

Decreto-Lei n.º 201/85, de 25 de junho. Diário da República n.º 143/1985, Série I de 1985-06-25. Lisboa: Ministério do Equipamento Social. Acedido a 10 de abril de 2018. Disponível em <https://dre.tretas.org/dre/13976/decreto-lei-201-85-de-25-de-junho>

Decreto-Lei n.º 17-D/86, de 06 de fevereiro. Diário da República n.º 31/1985, Série I de 1986-02-06. Lisboa: Ministério do Trabalho e Segurança Social. Acedido a 05 de abril de 2018. Disponível em <https://dre.tretas.org/dre/14030/decreto-lei-17-D-86-de-6-de-fevereiro>

Decreto-Lei n.º 156/87, de 31 de março. Diário da República n.º 75/1987, Série I de 1987-03-31. Lisboa: Ministério do Trabalho e Segurança Social. Acedido a 06 de abril de

2018. Disponível em <https://dre.tretas.org/dre/41896/decreto-lei-156-87-de-31-de-marco>

Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro. Diário da República n.º 12/2003, Série I-A. Lisboa: Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente. Acedido a 10 de abril de 2018. Disponível em <http://data.dre.pt/eli/dec-lei/7/2003/01/15/p/dre/pt/html>.

Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de outubro. Diário da República n.º 206/2009, Série I. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Acedido a 05 de abril de 2018. Disponível em <http://data.dre.pt/eli/dec-lei/305/2009/10/23/p/dre/pt/html>.

Decreto-Lei n.º 72/2015 de 11 de maio. Diário da República n.º 90/2015. Série I. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Acedido a 05 de abril de 2018. Disponível em <http://data.dre.pt/eli/dec-lei/72/2015/05/11/p/dre/pt/html>.

Despacho Normativo n.º 73/85, de 10 de agosto. Diário da República n.º 183/1985. Série I. Lisboa: Ministério do Trabalho e Segurança Social. Acedido a 05 de abril de 2018. Disponível em

https://opj.ics.ulisboa.pt/wp-content/uploads/despacho_normativo_73_85.pdf

Despacho Normativo n.º 12/86, de 14 de fevereiro. Diário da República n.º 37/1986, Série I de 1986-02-14. Lisboa: Ministério do Trabalho e Segurança Social. Acedido a 06 de abril de 2018. Disponível em

<https://dre.tretas.org/dre/30938/despacho-normativo-12-86-de-14-de-fevereiro>

Despacho n.º 3630/2007, de 01 de março. Diário da República n.º 43/2007, Série II de 2007-03-01. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros - Instituto Português da Juventude. Acedido a 03 de abril de 2018. Disponível em

<https://dre.tretas.org/dre/1549638/despacho-extracto-3630-2007-de-1-de-marco>

Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto, Diário da República n.º 193/2003, Série I-A. Lisboa: Assembleia da República. Acedido a 06 de abril de 2018. Disponível em <http://data.dre.pt/eli/lei/41/2003/08/22/p/dre/pt/html>.

Lei n.º 1/2006, de 13 de janeiro. Diário da República n.º 10/2006, Série I-A de 2006-01-13. Lisboa: Assembleia da República. Acedido a 03 de abril de 2018. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/lei/1/2006/01/13/p/dre/pt/html>

Lei n.º 23/2006 de 23 de junho de 2006. Diário da República n.º 120/2006, Série I-A. Lisboa: Assembleia da República. Acedido em 19 abril de 2018. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/lei/23/2006/06/23/p/dre/pt/html>

Lei n.º 8/2009 de 18 de fevereiro de 2009. Diário da República n.º 34/2009, Série I. Lisboa: Assembleia da República. Acedido a 03 de abril de 2018. Disponível em <http://data.dre.pt/eli/lei/8/2009/02/18/p/dre/pt/html>.

Lei n.º 86/2009 de 28 de agosto. Diário da República n.º 167/2009, Série I. Lisboa: Assembleia da República. Acedido a 06 de abril de 2018. Disponível em <http://data.dre.pt/eli/lei/86/2009/08/28/p/dre/pt/html>.

Lei n.º 6/2012 de 10 de fevereiro de 2012. Diário da República n.º 30, Série I. Lisboa: Assembleia da República. Acedido a 03 de abril de 2018. Disponível em <http://data.dre.pt/eli/lei/6/2012/02/10/p/dre/pt/html>

Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro de 2013. Diário da República n.º 176/2013, Série I. Lisboa: Assembleia da República. Acedido a 10 de abril de 2018. Disponível em <http://data.dre.pt/eli/lei/75/2013/09/12/p/dre/pt/html>.

Portaria n.º 140-A/89, de 25 de fevereiro. Diário da República n.º 47/1989, Série I. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Acedido a 12 de abril de 2018. Disponível em https://opj.ics.ulisboa.pt/wp-content/uploads/portaria_140a_89.pdf

Portaria n.º 694/2009, 29 de junho. Diário da República n.º 123/2009, Série I de 2009-06-29. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças e da Administração Pública. Acedido a 11 de abril de 2018. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/port/694/2009/06/29/p/dre/pt/html>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/85, de 09 de maio. Diário da República n.º 106, Série I. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Acedido a 14 de abril de 2018. Disponível em https://opj.ics.ulisboa.pt/wp-content/uploads/resolucao_assembleia_republica_20_85.pdf

Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2007, de 4 de junho. Diário da República n.º 107, Série I. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Acedido a 03 de abril de 2018. Disponível em https://opj.ics.ulisboa.pt/wp-content/uploads/resolucao_conselho_ministros_77_2007.pdf

Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2013 de 05 de maio de 2013. Diário da República n.º 45, Série I. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Acedido a 14 de abril de 2018. Disponível em

<https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2013/03/04500/0123501250.pdf>.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2017, de 13 de setembro. Diário da República n.º 177/2017, Série I de 2017-09-13. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Acedido a 03 de abril de 2018. Disponível em

<https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/130/2017/09/13/p/dre/pt/html>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 114-A/2018 de 04 de setembro. Diário da República n.º 170/2018, 1º Suplemento, Série I de 2018-09-04. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Acedido a 10 de abril de 2018. Disponível em

<https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/114-a/2018/09/04/p/dre/pt/html>

Anexos

Anexo 1. Inquérito aos responsáveis municipais pela área da juventude

Juventude(s): do local ao nacional – que intervenção?

O Observatório Permanente da Juventude do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com o apoio do Instituto Português do Desporto e Juventude, está a promover o estudo «JUVENTUDE(S): DO LOCAL AO NACIONAL – QUE INTERVENÇÃO?». A resposta a este inquérito sobre Políticas Municipais de Juventude por parte de todos os Municípios em Portugal é uma parte muito importante deste estudo, que pretende contribuir para o Plano Nacional de Juventude em construção. Pedíamos, portanto, que respondesse a este breve inquérito em representação do município onde trabalha. Na primeira parte do questionário, as perguntas referem-se às políticas municipais de Juventude desenvolvidas entre 2013-2017. Na segunda parte, terá oportunidade de se pronunciar sobre o futuro das políticas de Juventude no município. A sua resposta é fundamental para o conhecimento sobre o passado, o presente e o futuro das políticas de Juventude em Portugal.

Dados do Município

* Região

Região
Norte

Concelho (Norte)

Região
Centro

* Concelho (Centro)

Área Metropolitana de Lisboa

* Concelho (Área Metropolitana de Lisboa)

Região do
Alentejo

* Concelho (Alentejo)

Região do Algarve

* Concelho (Algarve)

Região Autónoma dos Açores

* Concelho (Região Autónoma dos Açores)

Região Autónoma da Madeira

* Concelho (Região Autónoma da Madeira)

Estrutura de intervenção

* Existe no município uma unidade orgânica (divisão/departamento/gabinete) dedicada à intervenção na área da juventude?

- Sim, é uma unidade orgânica exclusivamente dedicada à intervenção na área da juventude
- Sim, é uma unidade orgânica dedicada à área da juventude em conjunto com outra(s) área(s)
- Não existe nenhuma unidade orgânica dedicada à intervenção na área da juventude

Estrutura de intervenção - unidade orgânica

Qual o nome da(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude?

Descreva sucintamente qual é a missão e as atribuições dessa(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude?

Estrutura de intervenção - unidade orgânica

Em termos de recursos humanos, quantas pessoas, no total, estão afetas à(s) unidade(s) orgânica(s) dedicada(s) à intervenção na área da juventude?

Do total de recursos humanos dentro dessa(s) unidade(s) orgânica(s), quantas pessoas estão especificamente afetas à intervenção na área da juventude?

Do total de recursos humanos dentro dessa(s) unidade(s) orgânica(s), quantas pessoas têm formação específica na área da juventude?

Que formações específicas na área da juventude têm esses recursos humanos?

Orçamento

* Existe no município um orçamento específico para a área da juventude?

Sim

Não

Orçamento

Em 2016, que percentagem do orçamento do município foi especificamente dedicado à intervenção na área da Juventude?

Formas de intervenção

* Existe no município um Plano Municipal de Juventude?

- Sim
- Não

Plano Municipal de Juventude

Em que ano foi implementada a 1ª edição do Plano Municipal de Juventude?

Ano de implementação

O atual Plano Municipal de Juventude está previsto decorrer em que período?

Ano de início

Ano de término

Por favor, coloque em anexo cópia do Plano Municipal de Juventude atualmente em vigor

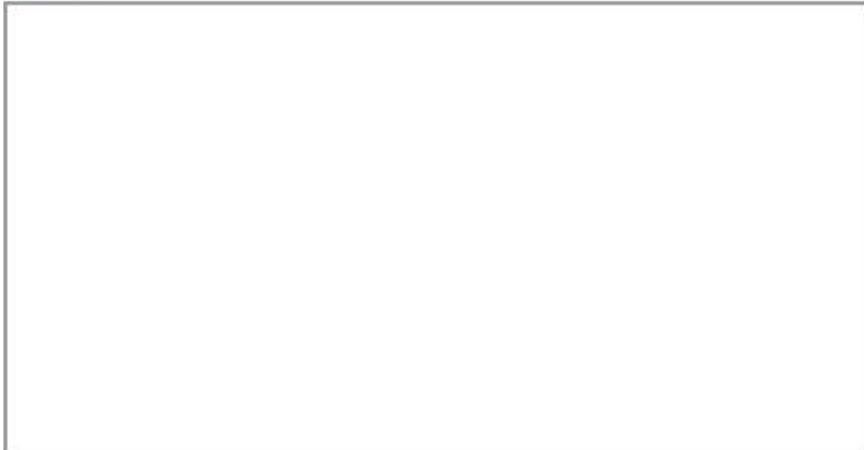
O limite de tamanho do arquivo é de 16 MB

Escolher ficheiro

Nenhum ficheiro escolhido

Em alternativa indique um link para o Plano Municipal de Juventude.

Quais são as principais razões para não existir um Plano Municipal de Juventude no município?



Apoio a associações de juventude

* Existe no município um regulamento que enquadre os apoios a associações de juventude?

Sim

Não

Regulamento de Apoio às associações de juventude

Desde quando existe no município esse regulamento?

Desde (indique ano)

Por favor, coloque em anexo cópia do referido regulamento.

Escolher ficheiro

Nenhum ficheiro escolhido

Em alternativa indique um link de acesso ao regulamento.

Regulamento de Apoio às associações de juventude

No período entre 2013-2017 quantas associações de juventude receberam apoios municipais?

Nº de associações

Por favor coloque em anexo a lista das associações de juventude apoiadas.

O limite de tamanho do arquivo é de 16MB

Escolher ficheiro

Nenhum ficheiro escolhido

Em alternativa coloque um link com a lista de associações.

Regulamento de Apoio às associações de juventude

Em 2016, que percentagem do orçamento do município foi dirigida especificamente a apoios a associações de juventude?

Auscultação de jovens

* Os jovens do seu município são consultados na definição das políticas, programas e ações municipais na área da juventude?

Sim

Não

Mecanismos de auscultação de jovens

Que tipo de mecanismos são usados para a consulta dos jovens no município?

	Mecanismos
Auscultação através de inquérito online	<input type="checkbox"/>
Auscultação de associações estudantis	<input type="checkbox"/>
Auscultação de associações juvenis	<input type="checkbox"/>
Conselho Municipal de Educação	<input type="checkbox"/>
Conselho Municipal de Juventude	<input type="checkbox"/>

Outros mecanismos. Quais?

**Conselho Municipal de
Juventude**

* No município existe um Conselho Municipal de Juventude?

Sim

Não

Conselho Municipal de Juventude

Em que ano é que foi constituído o Conselho Municipal de Juventude no município?

Ano de constituição

Com que regularidade se reúne o Conselho Municipal de Juventude?

- Trimestralmente;
- Semestralmente;
- Anualmente
- Outra regularidade. Qual?

Auscultação de jovens

Pode indicar muito brevemente as razões para não haver um Conselho Municipal de Juventude no município?

Infra-estruturas físicas e serviços para jovens

Das seguintes infraestruturas e serviços que abrangem jovens, quais existem no município?

	Existe
Cartão Jovem Municipal ou equivalente	<input type="checkbox"/>
Casa da Juventude	<input type="checkbox"/>
Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo ou equivalente	<input type="checkbox"/>
Gabinete de Saúde Reprodutiva e Planeamento Familiar	<input type="checkbox"/>
Gabinete de Saúde Juvenil	<input type="checkbox"/>
GIP – Gabinete de Inserção Profissional	<input type="checkbox"/>
GO - Gabinete de Orientação Vocacional e Profissional	<input type="checkbox"/>
Infraestruturas para práticas culturais (salas de ensaios, teatros, etc.)	<input type="checkbox"/>
Infraestruturas para práticas desportivas (gimnodesportivo, piscinas municipais, etc.)	<input type="checkbox"/>
Transporte Escolar para o ensino secundário	<input type="checkbox"/>

Outros. Quais?

Infra-estruturas físicas e serviços para jovens

No município, através de que canais é feita a divulgação de programas, iniciativas ou infraestruturas direcionadas aos jovens?

	Canais
Agenda cultural	<input type="checkbox"/>
Editais Públicos	<input type="checkbox"/>
Jornal/Boletim Informativo	<input type="checkbox"/>
Newsletter	<input type="checkbox"/>
Portal/website Municipal direcionado à Juventude	<input type="checkbox"/>
Redes Sociais	<input type="checkbox"/>
Website do Município	<input type="checkbox"/>
Nenhum Canal	<input type="checkbox"/>

Outros canais. Quais?

Problemas dos jovens do município

* Da seguinte lista seleccione por ordem de importância os 3 principais problemas que afetam os jovens residentes no município

	1º	2º	3º
Abandono escolar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Alimentação e nutrição (ex: carências alimentares, distúrbios alimentares, obesidade)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ausência de estilos de vida saudáveis (ex. prática física e desportiva)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Consumos/comportamentos aditivos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desemprego	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldades de acesso a cuidados de saúde juvenis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldades de acesso à cultura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldades de acesso a formas de participação cívica (ex. associativismo, voluntariado)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldades de acesso à habitação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldades de acesso ao ensino secundário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dificuldades de acesso ao ensino superior	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Discriminação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Insegurança e violência	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Insucesso escolar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Problemas ambientais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Rede de transportes públicos insuficiente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Trabalho precário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Outros. Quais?

Áreas prioritárias de intervenção (2013-2017)

* Considerando o período 2013-2017, quais foram as três áreas prioritárias de intervenção do seu município na área da juventude?

	Área prioritária 1	Área prioritária 2	Área prioritária 3
Ambiente e desenvolvimento sustentável (ex. envolvimento da juventude na proteção dos direitos dos animais, preservação da natureza, promoção de estilos de vida que tenham em conta as necessidades do planeta, distribuição de recursos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Criatividade e cultura (ex. acesso à cultura, desenvolvimento da capacidade de inovação, artes e expressão pessoal e coletiva)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Direitos Humanos, igualdade de oportunidades e não discriminação (ex. prevenção da exclusão social, erradicação da pobreza, racismo, xenofobia, sexismo e outras formas de discriminação, diálogo intercultural)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Educação e formação (ex. ensino escolar ou superior, oportunidades de aprendizagem não-formal, fora da escola ou centros de formação, aprendizagem ao longo da vida, desenvolvimento de competências)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Emprego e empreendedorismo (ex. oportunidades de emprego e de empreendedorismo, estágios, apoios à contratação, vagas compatíveis com as capacidades individuais e conhecimento)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Habituação (ex. arrendamento jovem, condições dignas de habitação, organização da cidade ou local onde vivo)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mobilidade internacional e nacional (ex. possibilidade de participar em atividades fora do local de residência, intercâmbios, cooperação internacional, estudar no estrangeiro, fazer Erasmus)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participação cívica e cidadania (ex. ter a oportunidade de partilhar ideias com decisores políticos, associativismo jovem, voluntariado, dirigente ou membro de organizações não governamentais, participar em eleições)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Paz e segurança (ex. promoção de sociedades pacíficas, não violentas e respeitadoras das liberdades e garantias)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
População e demografia (ex: incentivos à natalidade; expansão das redes de creches e jardins de infância; redução de taxas municipais a jovens com filhos; combate à desertificação)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Saúde e bem-estar (ex: nutrição, sexualidade, consumos nocivos, apoio psicológico, a promoção de estilos de vida saudáveis através do desporto e atividade física)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Áreas prioritárias de intervenção (2013-2017)

Para cada uma das 3 áreas prioritárias indique um exemplo de um programa, projeto ou iniciativa desenvolvido no município.

Área prioritária 1 - Exemplo (link ou nome do programa, projeto ou iniciativa)

Área prioritária 2 - Exemplo (link ou nome do programa, projeto ou iniciativa)

Área prioritária 3 - Exemplo (link ou nome do programa, projeto ou iniciativa)

Áreas prioritárias de intervenção (2018-2021)

* Considerando os próximos quatro anos (2018-2021), quais serão as três principais áreas de intervenção prioritária previstas para a juventude no município?

	Área prioritária 1	Área prioritária 2	Área prioritária 3
Ambiente e desenvolvimento sustentável (ex. envolvimento da juventude na proteção dos direitos dos animais, preservação da natureza, promoção de estilos de vida que tenham em conta as necessidades do planeta, distribuição de recursos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Criatividade e cultura (ex. acesso à cultura, desenvolvimento da capacidade de inovação, artes e expressão pessoal e coletiva)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Direitos Humanos, igualdade de oportunidades e não discriminação (ex. prevenção da exclusão social, erradicação da pobreza, combate ao racismo, xenofobia, sexismo e outras formas de discriminação, diálogo intercultural)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Educação e formação (ex. ensino escolar ou superior, oportunidades de aprendizagem não-formal, fora da escola ou centros de formação, aprendizagem ao longo da vida, desenvolvimento de competências)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Emprego e empreendedorismo (ex. oportunidades de emprego e de empreendedorismo, estágios, apoios à contratação, vagas compatíveis com as capacidades individuais e conhecimento)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Habituação (ex. arrendamento jovem, condições dignas de habitação, organização da cidade ou local onde vivo)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mobilidade internacional e nacional (ex. possibilidade de participar em atividades fora do local de residência, intercâmbios, cooperação internacional, estudar no estrangeiro, fazer Erasmus)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participação cívica e cidadania (ex. ter a oportunidade de partilhar ideias com decisores políticos, associativismo jovem, voluntariado, dirigente ou membro de organizações não governamentais, participar em eleições)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Paz e segurança (ex. promoção de sociedades pacíficas, não violentas e respeitadoras das liberdades e garantias)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
População e demografia (ex: incentivos à natalidade; expansão das redes de creches e jardins de infância; redução de taxas municipais a jovens com filhos; combate à desertificação)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Saúde e bem-estar (ex., nutrição, sexualidade, consumos nocivos, apoio psicológico, a promoção de estilos de vida saudáveis através do desporto e atividade física)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Áreas prioritárias de intervenção (2018-2021)

Porque considera serem estas as 3 áreas prioritárias a serem desenvolvidas na área da juventude no município?

Razões - Área prioritária 1

Razões - Área prioritária 2

Razões - Área prioritária 3

Áreas prioritárias de intervenção (2018-2021)

Indique sinteticamente as principais propostas de intervenção destinadas aos jovens que o município pretende concretizar nos próximos 4 anos (2018-2021).

**Dados de
identificação**

Nome

Email de contacto

Endereço de email

Cargo que desempenha no município

Unidade orgânica em que trabalha

Programas, projetos e/ou iniciativas relevantes (2013-2017)

Para finalizar pedimos que identifique programas, projetos ou iniciativas desenvolvidas pelo município junto dos jovens residentes, nos últimos 4 anos (2013-2017), incluindo os que ainda estão em vigor. No espaço abaixo, indique-nos os nomes de cada um desses programas, projetos ou iniciativas, indicando os respetivos links ou anexando documentos que os caracterizem.

Caso prefira, pode enviar a informação diretamente para o seguinte email - opj@ics.ulisboa.pt

Anexar arquivo

Nenhum ficheiro escolhido

Anexar arquivo

Nenhum ficheiro escolhido

Anexar arquivo

Nenhum ficheiro escolhido

